



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

OSMAR FAUSTINO DE OLIVEIRA

**DINÂMICA ECONÔMICA E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

Recife

2019

OSMAR FAUSTINO DE OLIVEIRA

**DINÂMICA ECONÔMICA E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Planejamento e Gestão

Orientador: Prof. Dr. Flávio Antônio Miranda de Souza.

Coorientador: Prof. Dr. José Geraldo Pimentel Neto.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

O48d	<p>Oliveira, Osmar Faustino de</p> <p>Dinâmica econômica e mudanças na organização do espaço na Região Metropolitana de Natal / Osmar Faustino de Oliveira. – Recife, 2019.</p> <p>179f.: il.</p> <p>Orientador: Flávio Antônio Miranda de Souza.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2019.</p> <p>Inclui referências e apêndice.</p> <p>1. Mercado de Trabalho. 2. Mercado Imobiliário. 3. Urbanização. 4. Espaço Urbano. I. Souza, Flávio Antônio Miranda de (Orientador). II. Título.</p> <p>711.4 CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE (CAC 2019-145)</p>
------	--

OSMAR FAUSTINO DE OLIVEIRA

**DINÂMICA ECONÔMICA E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
da Universidade Federal de Pernambuco
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 13/05/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Antônio Miranda de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Geraldo Pimentel Neto (Co-orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cristina Pereira de Araújo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Tânia Bacelar Araújo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho aos meus amados pais que me deram educação e nunca me deixaram faltar nada. Como também a minha Avó Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre realizar meus sonhos e nunca me abandonar nas horas que mais preciso. Ao meu Divino Pai Eterno a qual sou associado e devoto. Agradeço aos meus pais Maria Nalva do Nascimento Oliveira que sempre acreditou em mim mesmo quando eu não acreditava e meu pai Domingos Sávio Faustino de Oliveira mesmo na simplicidade me deram a educação que puderam.

Agradeço a minha amada Vó Maria Teixeira de Oliveira pelos seus conselhos e por ser minha segunda mãe, ao meu Avô José Faustino de Oliveira. Aos meus irmãos que mesmo com as brigas, sempre me apoiaram. A lista é imensa pois tem muitas pessoas que carrego no coração e que jamais vou esquecer. Ao meu orientador Flávio Miranda pela paciência e por ter me concebido a honra de ser seu orientando e ter me ajudado nos momentos que mais precisei.

Agradeço a professora Tânia Bacelar que me deu a honra de participar da minha banca, ela é uma referência para mim, desde a graduação na UFRN que estudo seus trabalhos acadêmicos e pela sua ajuda quando mais precisei, nunca vou esquecer da sua humildade. A professora Cristina Araújo que me deu a honra de participar da minha banca, sou muito grato.

Agradeço ao meu ex-orientador o professor William do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que sempre me deu ótimos conselhos e me incentivou bastante a tentar o mestrado na UFPE. Agradeço de coração a Demétrius Ferreira, pois mesmo sem me conhecer me deu maior força no meu projeto de pesquisa, me mostrando o caminho a seguir e sempre corrigindo meu pré-projeto de pesquisa e até hoje ele me ajuda, um cara super do bem.

Agradeço também ao meu orientador Flávio Miranda pela honra de ser seu orientando, passei uma hora tentando convencer ele a me orientar e consegui. Agradeço a, Vanessinha, Enay pela ajuda em tudo que eu precisava na secretaria. Aos meus amigos Pollyana Medeiros, Carol Nunes, Werller Santana, Simone Costa, Kaline, Alex Rodrigo. Como também, os que conheci em Recife, Thalita Alves por sempre ter me ajudado quando mais precisei, Jaciane, Tarciane, Taís, Livia, Darliton, Vinícius Pantoja meu amigo de sempre, Rafael Monte, Natália que me deu maior força. Meu amigo Marcos Vinícius, que fizemos parceria em artigos. Aos meus amigos do MDU Allison, Josafá que levarei para toda vida, Michele que me dei maior força, Rafael, Thiago,

Eugênia, a minha grande amiga Cleitiêne que passamos por muitas coisas juntos, sofrimentos, angustias, felicidades e vitórias.

Ao meu grande amigo Manoel Raymundo de Carvalho Neto que foi parceiro nas horas mais difíceis, nas construções de artigos e também nos bons momentos da vida. A Isabela que se tornou uma grande amiga. Agradeço ao professor Luís de La Mora (*In Memoriam*) que me ajudou muito quando precisei. Ao meu co-orientador Geraldo Pimentel que me deu bastante força. A Juliana Bacelar pela ajuda nos dados. Ao CNPq que fui bolsista, se não fosse a ajuda dessa bolsa, não sei se teria conseguido terminar o mestrado.

É preciso pensar e agir no Brasil heterogêneo e diversificado, tratar como positivo, como potencialidades (e não como problema) a crescente diferenciação das diversas porções do país (ARAÚJO, 2000).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do esquema tripartido da vida econômica.....	42
Figura 2 - Modelo de expansão urbana da cidade latino-americana de 1550 a 2000.....	52
Figura 3 - Produção do espaço urbano	69
Figura 4 - Mapa da Região Metropolitana de Natal.	78
Figura 5 - Natal: Eixo de Investimentos e Valorização Imobiliária – EIVI	86
Figura 6 - Mapa de Natal e divisão administrativa por Bairros	93
Figura 7 - Programa Minha Casa Minha Vida e o incentivo à produção por meio dos setores da economia.....	104
Figura 8 - Distribuição da produção de unidades habitacionais do PMCMV por faixa de renda na RMN até 2014.	107
Figura 9 - Distribuição das unidades do PMCMV na RMN	109
Figura 10 - Evolução da Produção Habitacional urbana na Metrópole RMN (1967–2008)	110
Figura 11 - Evolução da Produção Habitacional urbana na Região Metropolitana de Natal	112
Figura 12 - Quociente Locacional do subsetor da Agricultura por município da Região Metropolitana de Natal (2000)	122
Figura 13 - Quociente Locacional do subsetor da Administração Pública por município da Região Metropolitana de Natal (2000).....	124
Figura 14 - Quociente Locacional do subsetor da Indústria Têxtil por município da Região Metropolitana de Natal (2000)	125
Figura 15 - Quociente Locacional do subsetor de Alimentos e Bebidas por município da Região Metropolitana de Natal (2000).....	126
Figura 16 - Quociente Locacional do subsetor Alojamento e Comunicação por município da Região Metropolitana de Natal (2000).....	127
Figura 17 - Quociente Locacional do subsetor do Comércio Varejista por município da Região Metropolitana de Natal (2000).....	128
Figura 18 - Quociente Locacional do subsetor da Construção Civil por município da Região Metropolitana de Natal (2000).....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crédito/PIB (em %) no Brasil (2004–2012)	27
Gráfico 2 - Evolução mensal do crédito por setores como % PIB no Brasil	27
Gráfico 3 - Evolução de empregos formais, por faixa de remuneração no Brasil entre 2002 a 2013.	28
Gráfico 4 - Taxa anual de Desemprego no Brasil (2002-2015).	29
Gráfico 5 - Financiamentos Imobiliários concedidos recursos SBPE no Brasil.	31
Gráfico 6 - Financiamentos Imobiliários para Construção e Aquisição.....	33
Gráfico 7 - Distribuição da meta do PAC para construção de Unidades Habitacionais por Região (2011).	34
Gráfico 8 - Evolução do número total de Unidades Imobiliárias Financiadas no Brasil.....	35
Gráfico 9 - Distribuição do déficit habitacional por faixa de rendimento, Brasil, 2005.....	36
Gráfico 10 - Brasil, investimento em capital habitacional por habitante e PIB per capita, 1950 a 2005, em R\$ de 2005	37
Gráfico 11 - Evolução do crédito imobiliário	37
Gráfico 12 - Variação do índice Bovespa	38
Gráfico 13 - Evolução dos desembolsos para a região Nordeste em R\$ bilhões	41
Gráfico 14 -Taxa de urbanização (%) no Brasil (1940 – 2010).....	56
Gráfico 15 - População do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte.....	58
Gráfico 16 - População rural e urbana no Brasil (1960–2010).....	58
Gráfico 17 - PIB per capita de Natal, série revisada. Unidade em R\$.	80
Gráfico 18 - Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada (Unidade: R\$ x1000).	80
Gráfico 19 - Distribuição por município da Região Metropolitana de Natal com acesso à saneamento básico.	81
Gráfico 20 - População total por município da Região Metropolitana de Natal.....	81
Gráfico 21 - Empreendimentos imobiliários na faixa litorânea na RMN em 2006.....	84
Gráfico 22 - Número de alvarás de construção e habite-se por zonas, no período de 2007–2013.	97
Gráfico 23 - Crescimento dos números de Domicílios de Uso Ocasional nos Municípios Litorâneos da Região Metropolitana de Natal.....	98

Gráfico 24 - Investimentos do PRODETUR I/RN, por município em 1996-2002.	100
Gráfico 25 - Investimentos do PRODETUR II/RN, por município 2005-2010	100
Gráfico 26 - Taxa de crescimento do PIB a preços constantes.	
Brasil, Nordeste, RN e RMN, 2003-2016.....	115
Gráfico 27 - Emprego Formal na RMN 2000 a 2015	131
Gráfico 28 - Taxa de crescimento anual (%) do emprego formal na RMN	132
Gráfico 29 - Gráfico de barras mostrando Categoria por emprego formal e informal na RMN.....	141
Gráfico 30 - Indicação do emprego Formal com dados da RAIS e IBGE.	141
Gráfico 31 - Emprego formal e informal Censo (IBGE).	142
Gráfico 32 - Número de Estabelecimentos na RMN.....	143
Gráfico 33 - Taxa de crescimento percentual dos Estabelecimentos na RMN	144

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Vista da Ponte Newton Navarro e da cidade do Natal.....	88
Imagem 2 - Local da construção do aeroporto de Natal.....	89
Imagem 3 - Aeroporto Internacional Aluizio Alves.....	89
Imagem 4 - Baldo da cidade de Natal no século XX	90
Imagem 5 - Imagem do Natal atual.	90
Imagem 6 - Morro do Careca no século XX.....	91
Imagem 7 - Morro do Careca na Atualidade na cidade do Natal	91
Imagem 8 - Antigos estádios da cidade do Natal	94
Imagem 9 - Atual estádio da cidade do Natal	94
Imagem 10 - Bairro Nova Parnamirim	95
Imagem 11 - Vista aérea de área residencial com apartamentos em Nova Parnamirim	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento do PIB real (% a. a.) no Brasil.	26
Tabela 2 - Distribuição da meta do PAC para construção de Unidades Habitacionais por Regiões do Brasil.....	35
Tabela 3 - Incremento populacional da RMN em relação ao dado anterior anos de 2000, 2010 e 2018.....	78
Tabela 4 - População dos municípios da RMN – anos de 2000, 2007, 2010 e 2016. ...	79
Tabela 5 - Investimentos do PRODETUR I e II	99
Tabela 6 - Distribuição do Programa Minha Casa Minha Vida (unidades) na RMN. ...	108
Tabela 7 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto Nordeste, 2004-2016.....	116
Tabela 8 - Taxa de crescimento média anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica (% a.a.) no Nordeste, 2004-2014 e 2014-2016.....	117
Tabela 9 - Produto Interno Bruto e Valor Adicional Bruto Setorial da Região Metropolitana de Natal (1 000 000 R\$).....	118
Tabela 10 - Participação (%) do Valor Adicional Setorial da Região Metropolitana de Natal	118
Tabela 11 - Produto Interno Bruto dos municípios e PIB "Per Capita" 2015	119
Tabela 12 - Número de aglomerações do emprego formal na RMN	120
Tabela 13 - Número de aglomerações por municípios da RMN	121
Tabela 14 - Emprego formal por subsetor na RMN (2000–2015).....	130
Tabela 15 - Número de emprego formal nos subsetores na RMN	133
Tabela 16 - Taxa percentual do emprego formal na RMN.....	133
Tabela 17 - Participação percentual dos subsetores no total do emprego formal.....	135
Tabela 18 - Taxa média de crescimento anual por período do emprego formal na RMN.	136
Tabela 19 - Categoria por emprego formal e informal na RMN	136
Tabela 20 - Distribuição (%) da população ocupada por setor de atividade e posição na ocupação. RMN em 2000.....	137
Tabela 21 - Distribuição (%) da população ocupada por setor de atividade e posição na ocupação. RMN em 2010.....	138
Tabela 22 - Distribuição (%) da População ocupada por setor de atividade e contribuição para a previdência. RMN, 2000 e 2010.....	139

Tabela 23 - Participação do emprego formal e informal no total da RMN (2000 2010).	140
Tabela 24 - Número de estabelecimentos por subsetor na RMN	145

LISTA DE SIGLAS

BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CEF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FAR	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO
NE	NORDESTE
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
RMN	REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL
RN	RIO GRANDE DO NORTE
SFH	SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO
SM	SALÁRIO MÍNIMO
NE	NORDESTE
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PRODETUR	PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO NORDESTE
QL	QUOCIENTE LOCACIONAL
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

RESUMO

O processo de urbanização vem ocorrendo em todo o Brasil. Mas, para a população habitar uma determinada cidade ela precisa de boa qualidade de vida, como por exemplo, moradia, saneamento básico, acesso à saúde e transporte. Outro elemento de grande importância para a permanência dos indivíduos em uma cidade é o emprego, seja uma ocupação formal ou informal. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos na dinâmica econômica na organização do espaço em Natal/RN, de modo a: 1) identificar as transformações no espaço urbano decorrente da dinâmica da economia; 2) comparar as transformações urbanísticas diante do crescimento econômico na RMN de 2000 a 2015; 3) investigar os impactos da dinâmica urbana oriundas da dinâmica econômica e sua relação com a organização nas mudanças espaciais da RMN; 4) identificar os rebatimentos urbanísticos, frutos do aumento do emprego formal e do mercado imobiliário na organização espacial de Natal/RN. A metodologia do presente estudo consiste em uma abordagem teórica e conceitual. A pesquisa desenvolve-se predominantemente a partir do método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e pesquisa documental de caráter exploratório, por meio de fontes secundárias distintas, como: documentos, revistas, jornais, relatórios, legislações. Por meio dos dados secundários, utilizou-se o índice de Hoover que traz o grau de especialização de determinado setor da economia em determinada região. Com os resultados, o presente estudo ilustra que o emprego formal e o informal cresceram significativamente, e impactou no processo de urbanização em Natal, causando efeitos negativos para a cidade como o processo de favelização, como efeitos positivos com a valorização de determinadas áreas. A concentração de investimentos na Região Metropolitana de Natal, sobretudo na capital, gerou oportunidades que atraem grande parte da população potiguar, fazendo Natal, o município mais rico do estado, embora seja o município em que existe um maior grau de desigualdades. Já o mercado imobiliário expandiu bastante na Região Metropolitana de Natal, com o PAC e o PMCMV, principalmente nas cidades de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e São José do Mipibu. Os municípios da RMN localizados na faixa litorânea do estado atraíram fortes investimentos devido ao turismo, aumentando assim, a construção de novos empreendimentos.

Palavras chaves: Mercado de Trabalho. Mercado Imobiliário. Urbanização. Espaço Urbano.

ABSTRACT

The urbanization process has been taking place all over Brazil. But for the population to inhabit a certain city it needs a good quality of life, such as housing, basic sanitation, access to health and transportation. Another element of great importance for the permanence of individuals in a city is employment, be it a formal or informal occupation. Thus, the present work aims to analyze the impacts on economic dynamics in the organization of space in Natal / RN, in order to: 1) identify the transformations in the urban space resulting from the dynamics of the economy; 2) to compare urban transformations in the face of economic growth in NMR from 2000 to 2015; 3) assess the impacts on spatial organization; 4) to identify urbanistic implications as a result of the increase in formal employment and the real estate market in the spatial organization of Natal / RN. The methodology of the present study consists of a theoretical and conceptual approach. The research is developed predominantly from the deductive method, with bibliographical research and documentary research of exploratory character, through distinct secondary sources, such as: documents, magazines, newspapers, reports, legislations. By means of the secondary data, the Hoover index was used, which brings the degree of specialization of a particular sector of the economy in a given region. With the results, the present study shows that formal and informal employment grew significantly and impacted on the urbanization process in Natal, causing negative effects on the city as the slum process, as positive effects with the valuation of certain areas. The concentration of investments in the Metropolitan Region of Natal, especially in the capital, has generated opportunities that attract a large part of the population of Natal, making Natal the richest municipality in the state, although it is the municipality in which there is a greater degree of inequality. The real estate market expanded considerably in the Metropolitan Region of Natal, with the PAC and PMCMV, mainly in the cities of Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba and São Jose do Mipibu. The municipalities of NMR located in the coastal strip of the state attracted heavy investments due to tourism, thus increasing the construction of new ventures.

Keywords: Labor Market. Real Estate Market. Urbanization. Urban Space.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	DINÂMICA ECONÔMICA	24
2.1	INTRODUÇÃO	24
2.2	DINÂMICA ECONÔMICA.....	24
2.3	DINÂMICA ECONÔMICA E O SETOR HABITACIONAL NO BRASIL	30
2.4	FINANCEIRIZAÇÃO E SUA REALIDADE NO BRASIL.....	40
2.5	FINANCEIRIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO	43
2.6	PROCESSO DE PRODUÇÃO. O ESPAÇO E O ESTADO.....	46
2.7	CONCLUSÃO.....	49
3	DINÂMICA URBANA NO BRASIL	50
3.1	INTRODUÇÃO	50
3.2	A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO E SEUS DISCURSOS	51
3.3	URBANIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA ECONÔMICA NO BRASIL	55
3.4	DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E METROPOLITANO	61
3.5	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	64
3.6	A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO NO NEOLIBERALISMO	71
3.7	CONCLUSÃO.....	74
4	DINÂMICA ECONÔMICA E URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	76
4.1	INTRODUÇÃO	76
4.2	A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RMN)	77
4.3	ATIVIDADES DOS SETORES ECONÔMICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	82
4.4	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DESENVOLVIMENTO URBANO NA RMN.	101
4.5	CONCLUSÃO.....	112
5	AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	114
5.1	INTRODUÇÃO	114
5.2	PRODUTO INTERNO BRUTO: NORDESTE, RN E NA RMN	114

5.3	LOCALIZAÇÃO E AGLOMERAÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO FORMAL NA RMN.....	119
5.4	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA RMN	129
5.5	DISCUTINDO SOBRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA RMN	142
5.6	CONCLUSÃO.....	145
6	CONCLUSÃO	148
6.1	INTRODUÇÃO	148
6.2	A DISSERTAÇÃO	148
6.2.1	Objetivo específico 1	149
6.2.2	Objetivo específico 2	149
6.2.3	Objetivo específico 3	149
6.2.4	Objetivo específico 4	149
6.3	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	151
6.4	CONCLUSÃO.....	151
	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICE A - ÍNDICE DE HOOVER.....	163

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da Região Metropolitana de Natal (RMN), no que se refere à sua dinâmica econômica e mudanças na organização do espaço. A Grande Natal, como é conhecida, reúne catorze municípios do estado do Rio Grande do Norte, formando a quarta maior aglomeração urbana do Nordeste, atrás apenas das regiões metropolitanas de Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE) e, a décima nona maior região metropolitana do país (IBGE, 2010).

Dada à sua importância econômica para a Região Nordeste, a pesquisa pretende verificar as transformações no espaço urbano da RMN, objeto de estudo, do período de 2000 até 2015, oriundos da dinâmica econômica da região.

A relevância dessa dissertação se dá em função da reduzida quantidade de pesquisas com a referida abordagem, tornando-se um tema bastante pertinente e atual, além de contribuir com informações importantes para o âmbito do planejamento urbano, o meio acadêmico e para os diversos atores sociais pertinentes ao planejamento e gestão das cidades.

O objetivo geral da dissertação consiste em analisar os impactos da dinâmica da economia na organização do espaço urbano na Região Metropolitana de Natal. Para tanto, conta com os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as transformações no espaço urbano decorrente da dinâmica da economia; 2) comparar as transformações urbanísticas diante do crescimento econômico na RMN de 2000 a 2015; 3) avaliar os impactos na organização espacial; 4) identificar os rebatimentos urbanísticos, frutos do aumento do emprego formal e do mercado imobiliário na organização espacial de Natal/RN.

A economia mundial vem passando por um processo de desconcentração industrial e uma crescente heterogeneidade de setores da economia, como construção civil, comércio, serviços (principalmente), agropecuária, entre outras. No Brasil o processo de desconcentração industrial (São Paulo para outras regiões), tem sido associado a processos de diversificação da matriz econômica. Isso não tem ocorrido de forma homogenia e regiões menos industrializadas, ou quase sem expressão no setor da indústria, têm também observado um crescimento nos diferentes setores. Na Região Metropolitana de Natal, por exemplo, o setor que mais se expressa é o de serviços no ramo hoteleiro e de turismo. Essa transformação tem acarretado mudanças na

localização de usos do solo em seu território. Essa dissertação explora esse fenômeno e localiza esses usos para expressar as materializações das dinâmicas econômicas.

Para a subsistência da população na urbe, condições mínimas de vida, como por exemplo, moradia e transporte, são essenciais. Outro fator de grande importância para a permanência dos indivíduos em uma cidade é o emprego, seja numa ocupação formal ou informal. Com o aumento do emprego formal, a população começa a migrar para a capital, mas nem todo indivíduo consegue residir nos centros, indo para a periferia, formando assim, um processo de favelização. O mercado imobiliário em Natal vem ganhando espaço no mercado, valorizando algumas áreas, com isso a população de baixa renda não consegue morar em todas as localidades. O bairro de Nova Parnamirim, por exemplo, está sendo alvo dos investimentos do mercado imobiliário impactando na organização espacial da cidade. Pois, a cidade de Natal vem sendo urbanizada de maneira veloz e as pessoas precisam de moradias. Então o mercado imobiliário se apropria dessa demanda e vai lucrando com tal efeito. O turismo em Natal é um forte atrativo para a subsistência da população potiguar. Pois, a cidade do Natal sobrevive praticamente do turismo tanto formal quanto informal.

A metodologia adotada nessa dissertação consiste em uma pesquisa analítica descritiva, com base em dados estatísticos e documentais. Para alcançar os objetivos traçados, esta pesquisa desenvolve a partir do método dedutivo (GIL, 2008).

Para elaborar essa dissertação foram necessárias algumas etapas; primeiro uma revisão bibliográfica, para obter maior consistência no presente estudo. Autores tanto do urbanismo, da economia da sociologia e geografia contribuíram com a literatura da dissertação como Raquel Ronik, Pedro Abramo, Ricardo Antunes, Carlos Brandão, Bresser-Pereira, Ana Fani, Clementino, Celso Furtado, Mark Gottdiener, David Harvey, Michal Kalecki, Karl Marx, Friderich Engels, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Karl Marx, Douglas North, Flávio Villaça.

A segunda etapa contou com a técnica de levantamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (TEM, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e dos dados da RAIS/TEM, utilizados para cálculo do Índice de localização de Hoover (1936). O índice de localização de Hoover, ou Quociente Locacional é uma importante medida de especialização regional desenvolvida pela teoria econômica. Tal índice é expresso por:

$$QL = \frac{E_{ij}}{E_j} / \frac{E_{iRR}}{E_{RR}}$$

Onde:

E_{ij} É o emprego da indústria i na região j ;

E_{iT} É o emprego total na região j ;

E_j É o emprego industrial na Região referência;

E_{ij} Emprego total na região de referência.

O coeficiente de Hoover¹ tem como característica ser uma medida relativa, permitindo assim a comparação das concentrações dos diferentes segmentos industriais (SILVEIRA NETO, 2005). Podemos ver no coeficiente de Hoover a importância do setor i da economia para a região j , que é a região de referência. Quanto maior for o índice obtido, mais concentrada e especializada é segmento econômico i da região de referência j .

Ao final do cálculo foram considerados aglomerados econômicos, os resultados que apresentarem QL igual ou superior a 1. Os demais não foram considerados aglomerações econômicas devido à falta de significativa especialização do Quociente Locacional. Então, por meio desse índice, foi exposta a importância de cada setor da economia na RMN. O índice de Hoover, por se tratar de um modelo muito simples, ele ilustra apenas a aglomeração do emprego formal na RMN. Mas é importante colocar no presente estudo, porque mostra em quais setores o emprego está concentrado. Porém, esse índice não é suficiente para responder os objetivos específicos, pois se trata de um modelo abstrato e fraco para responder a presente pesquisa, mas é importante para verificar quais setores estão mais concentrados na RMN.

Dados do mercado imobiliário contribuíram para descobrir quais bairros são mais valorizados na cidade do Natal. Depois da coleta de dados, montou-se gráficos e tabelas, como também imagens para entender a conjuntura da RMN. Para realizar análises e críticas na dinâmica do mercado capitalista, o processo de financeirização, o mercado imobiliário e seus impactos na organização espacial.

¹O Coeficiente de Hoover, índice de concentração análogo ao Coeficiente de Gini, para cada segmento é obtido a partir da construção de uma Curva de Localização (análoga à Curva de Lorenz) que tem como ordenadas (entre 0 e 1) as somas acumuladas das participações do emprego das regiões no emprego total do referido segmento, depois que as regiões são ordenadas de forma decrescente, de acordo com o seu L_{ij} , e, como abcissas (também entre 0 e 1), as correspondentes participações do emprego regional industrial no emprego industrial total. O valor do Coeficiente de Localização é, então, obtido pela divisão entre a área entre a Curva de Localização e a diagonal de 45 graus, que divide o quadrado unitário, e a área total correspondente ao triângulo superior deste quadrado. Assim, quanto maior o índice, mais concentrada a indústria, já que maior a diferença entre as áreas, devido à maior concavidade da Curva de Localização.

A terceira e última etapa consistiu em uma análise dos dados e imagens obtidas da Região Metropolitana de Natal. Por meio desta etapa foi possível chegar as conclusões da pesquisa.

Para explorar o tema apresentando foi preciso utilizar referências bibliográficas de autores que estudaram o tema proposto. Estudos sobre o Mercado de Trabalho Formal e Informal, Região Metropolitana, Espaço Urbano, Turismo, Programa Minha Casa Minha Vida e sobre o Desenvolvimento Urbano das cidades. Lefebvre (2009) chama a atenção em seus estudos porque neles, as metrópoles têm se mostrando como espaços estratégicos, ambientes para a produção de riquezas e para a promoção do desenvolvimento econômico. São espaços no qual acontecem diversas relações sociais, culturais, políticas e, espaços de grandes desafios econômicos, políticos entre outros. A metrópole não é um ente político, é um território que faz sentido para inúmeros atores e atividades, isto é, existe o entorno de relações econômicas e sociais que influencia o desenvolvimento urbano. Sendo um território de importância para as algumas políticas públicas, como por exemplo, moradia.

Por sua vez, Rezende (2012) analisou o processo de desconcentração industrial das empresas nas grandes metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, em que ocorre um efeito transbordamento, e elas começam a se instalar em outros territórios. Fazem isso por causa das economias de desaglomeração, das externalidades negativas e, principalmente, possibilidades de ganhos maiores. Recriando novas formas de concentração e formando aglomerações produtivas em outras regiões, como o Nordeste por exemplo.

Abramo (1995) traz uma definição sobre urbanização que é considerada como uma trajetória, com características onde o urbano exerce funções nas relações sociais de produção e nos mecanismos necessários à sua reprodução. Ou seja, a urbanização não é apenas o aumento da população, mas também, um processo de interações econômicas e sociais.

Vários trabalhos de Ermínia Maricato como; Maricato (2011) ilustra o novo papel da metrópole no mundo globalizado, como também, o processo de urbanização. Maricato (2000) em sua obra o Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrópoles brasileiras. Como também, Maricato (2006) no Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, Maricato (2001) em sua obra o Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana. Os trabalhos da autora contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho. Já Brandão (2007), ilustra que a sociedade

capitalista é marcada por grandes transformações, tais como; no regime mundial de valorização da financeirização, da reorientação produtiva e organizacional, evolução tecnológica, redefinição do papel do Estado, como da precarização das relações de trabalho, realocação econômica, marginalização social, regional entre outras.

A autora Clementino contribuiu para obter maior êxito nos estudos sobre a Região Metropolitana de Natal, no qual a autora, atua no Observatório das Metrôpoles e vem desenvolvendo estudos sobre a região, entre outros autores mais que contribuíram com a literatura do presente trabalho, a lista é enorme. Portanto, não é viável citar todos na introdução, ao longo do trabalho será visualizada a contribuição de cada autor. O economista KALECKI (1977), que traz o entendimento da maneira como funciona e se desenvolve a economia capitalista. Para compreender a grandeza de sua contribuição, é necessária observá-la dentro da história do pensamento econômico.

O presente trabalho além da introdução, das conclusões e das referências, está estruturado da seguinte forma: Capítulo 1, Dinâmica Econômica; Capítulo 2, Dinâmica Urbana no Brasil; Capítulo 3, Dinâmica Econômica e Urbana da Região Metropolitana de Natal; o Capítulo 4 ilustra as atividades econômicas da Região Metropolitana de Natal e, por fim, Capítulo 5, as conclusões.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 INTRODUÇÃO

A dinâmica econômica tem atraído a atenção de diversos pesquisadores uma vez que podem explicar as diferentes facetas da urbanização, uma vez que a dinâmica econômica pode determinar os vetores de crescimento urbano e atrai novos investimentos. Portanto, é de extrema relevância compreender as implicações políticas da dinâmica urbana para os processos de urbanização. Entretanto, não podemos minimizar os efeitos da economia política determinando investimentos e localizações onde os investimentos são materializados.

Essa dissertação se insere nesse debate e amplia nosso conhecimento por meio de um estudo de caso na Região Metropolitana de Natal.

2.2 DINÂMICA ECONÔMICA

A Dinâmica Econômica se refere aos investimentos públicos e privados, PIB dos municípios, emprego formal e informal, financiamento habitacional, sistema de crédito, financeirização, comércio, renda, escolaridade, distribuição de renda, aumento da produtividade nos setores econômicos, mais-valia, entre outros (SILVA, 2014).

Constituindo-se em motor do desenvolvimento econômico nacional no século XX, a indústria imprimiu o padrão e o ritmo atualmente conhecidos de articulação e crescimento das economias regionais, por meio da desconcentração das atividades econômicas urbanas. Na década de 1990, mudanças estruturais na economia ocorreram: abertura comercial, reestruturação produtiva e mudança no papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico nos países. Em grande parte de mundo industrializado, podemos observar um crescente movimento de desconcentração das atividades econômicas, levando a uma crescente desindustrialização.

A desconcentração das atividades econômicas tornou-se uma visão familiar nas franjas das grandes áreas metropolitanas europeias. Essa desconcentração deixou de ser dominada por fábricas, armazéns e outras instalações que, atualmente, muito dificilmente podem se localizar dentro das áreas urbanas. Nas periferias urbanas são facilmente encontrados hipermercados, superlojas e lojas do tipo "*faça você mesmo*" que vendem materiais de construção, produtos para decoração e jardinagem.

Complexos de escritórios modernos e de alta tecnologia localizados nas áreas deixadas pelas indústrias têm também se tornado bastante evidente na economia de certas áreas metropolitanas europeias. Nas áreas metropolitanas americanas, a desconcentração do emprego veio mais cedo e numa escala muito maior; tal fenômeno também se tornou uma preocupação política na Europa. Em muitos aspectos, a paisagem urbana formada pela desconcentração do emprego na Europa se assemelha ao protótipo norte-americano, como refletem as estruturas de varejo das grandes lojas seus amplos estacionamentos circundantes, complexos de escritórios modernos de uso único, centros de entretenimento, centros logísticos (armazéns e concentrações de distribuição de mercadorias), localizados em subúrbios de fácil acesso, ao longo das estradas rodoviárias principais e perto das interseções, como pontos mais eficientes de distribuição.

No momento atual, no qual a indústria perde protagonismo na indução do crescimento econômico, o que passa a ocorrer nas diversas economias regionais do Brasil e de que maneiras a economia brasileira responde a essas mudanças, será o assunto da próxima seção.

A dinâmica econômica do desenvolvimento urbano e regional no Brasil foi determinada pelos seguintes fatores nas últimas décadas: (i) pela queda do desenvolvimentismo que caracterizou a condução da política econômica sob a égide do Estado nacional; (ii) pela abertura comercial e financeira da economia brasileira que promoveu, dentre outras coisas a privatização, a desregulamentação dos mercados e o intenso processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990; (iii) pela política de estabilização da moeda apoiada na gestão da taxa de juros e na âncora cambial (Plano Real); e (iv) pelas tentativas recentes de retomada do crescimento econômico por meio de políticas públicas sociais e setoriais (TERCI et al, 2017; BATISTA et. al., 2017).

No Brasil, a adoção do padrão liberal-flexível de acumulação combinada à crise do padrão keynesiano de gestão pública e ao avanço agressivo do neoliberalismo induziu à guerra fiscal, que, reconstruída, serviu como instrumento de competição entre as cidades e atração dos investimentos, principalmente das corporações transnacionais, promovendo-se um verdadeiro leilão de localização. Ou seja, o urbano adquire nova dimensão no processo de acumulação capitalista: reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação capitalista no espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano (TERCI et al, 2017).

A estrutura industrial brasileira experimenta, pelo menos desde os anos 1980, processo de ajustamento e reestruturação com baixo dinamismo. As evidências dessa trajetória são cada vez mais presentes e consensuais no debate entre os estudiosos do tema.

A Dinâmica Econômica está atrelada ao PIB, pois ele é um forte indicador se a economia está crescendo ou não. Os dados da Tabela 1 ilustram que o PIB brasileiro cresceu de 2002 a 2013, período no qual a economia estava crescendo. Vale ressaltar que apenas em 2009 o PIB retrai por causa da crise de 2008. Mas, a partir de 2010 a 2013 volta a crescer. Em 2014 e 2015 o PIB retrai devido à crise de 2014/2015.

Tabela 1 – Crescimento do PIB real (% a. a.) no Brasil.

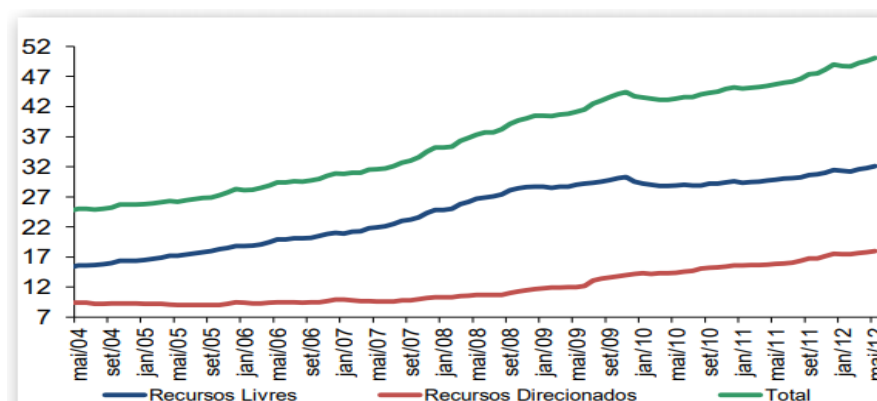
	PIB	Agricultura	Indústria	Serviço
2001	1,4	5,2	5,4	2,1
2002	3,1	8,0	15,2	3,1
2003	1,1	8,3	4,6	1,0
2004	5,8	2,0	-0,5	5,0
2005	3,2	1,1	6,8	3,7
2006	4,0	4,6	6,5	4,3
2007	6,1	3,2	2,9	5,8
2008	5,1	5,8	4,1	4,8
2009	-0,1	-3,7	-2,1	2,1
2010	7,5	6,7	14,9	5,8
2011	3,9	5,6	3,3	3,4
2012	1,9	-3,1	-2,1	2,9
2013	3,0	8,4	-3,0	2,8
2014	0,5	2,8	-1,5	1,0
2015	-3,8	3,6	-6,3	-2,7

Fonte (DE PAULA; PIRES, 2017 pág. 126)

No Brasil o crescimento do crédito é bem significativo, também a elevação dos recursos livres como também, dos recursos direcionados. Os recursos livres² são mais abundantes entre os bancos comerciais e foram mais disponibilizados às pessoas físicas no período conforme o Gráfico 1, embora também tenham apresentado participação importante no financiamento de capital de giro de pessoas jurídicas.

² São aqueles cujas taxas são definidas livremente entre os bancos e os tomadores em cada operação. Incluem, por exemplo, cheque especial, empréstimo consignado, cartão de crédito, financiamento de veículos e outros.

Gráfico 1 – Crédito/PIB (em %) no Brasil (2004–2012)

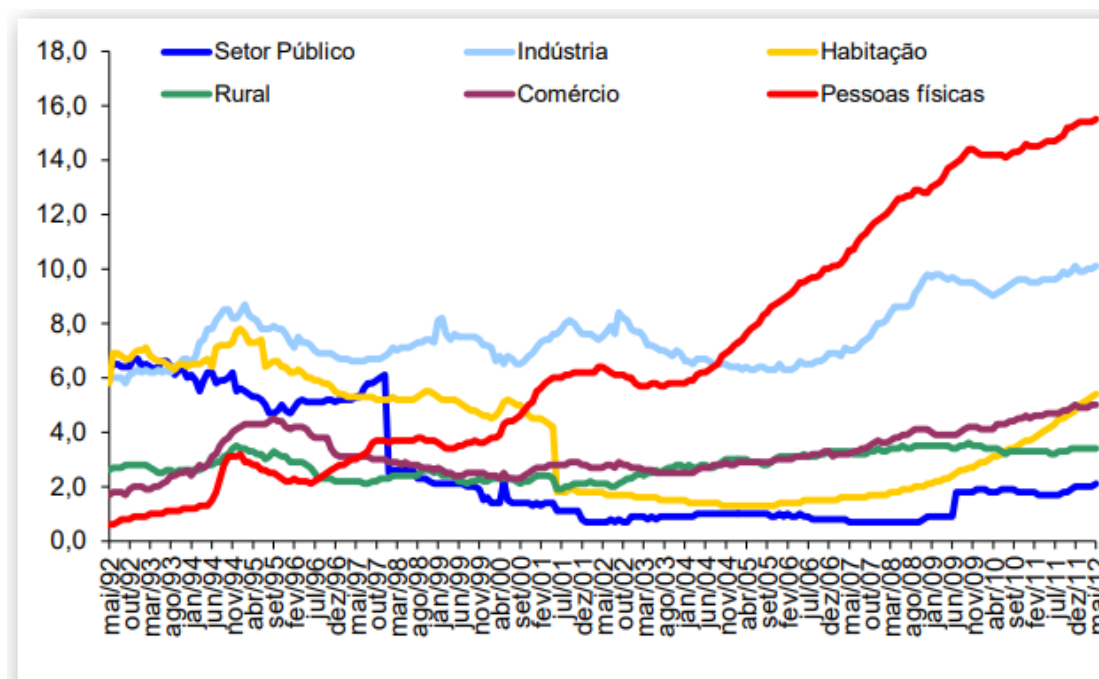


Fonte: (SILVA, 2014, pág. 94)

Os recursos direcionados³ predominam entre os bancos de desenvolvimento, destacando-se o BNDES, e mais disponibilizados às pessoas jurídicas, embora o crédito habitacional também mereça destaque.

O Gráfico 2 ilustra a evolução mensal do crédito por setores em porcentagem do PIB no Brasil, ficando perceptível que o crédito para pessoas físicas aumentou significativamente. No setor habitacional, em 2006, começa a aumentar o crédito imobiliário em função do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Outros setores que merecem destaque são a indústria e o comércio.

Gráfico 2 – Evolução mensal do crédito por setores como % PIB no Brasil

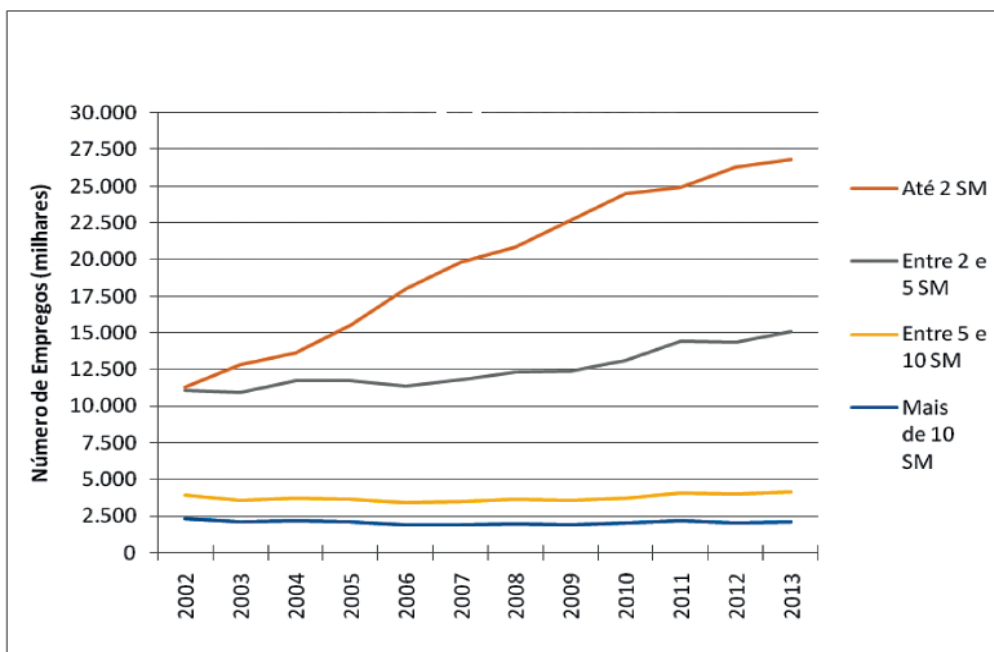


Fonte: (SILVA, 2014, pág. 96).

³ É composto por operações cujos juros ou cuja fonte de recursos são definidos pelo governo, como o financiamento habitacional, o crédito rural e os empréstimos do BNDES. Disponível em: <https://www.valor.com.br>

O Gráfico 3 ilustra a evolução de empregos formais, por faixa de remuneração no Brasil entre 2002 a 2013. A faixa salarial de até 2 salários mínimos aumentou significativamente no período 2002 a 2013, superando a faixa salarial de 2 SM até 5 SM, que também aumentou no Brasil. Isto é, no Brasil, a concentração de Renda segundo (MATOS, 2015) está concentrada na faixa de até 2 SM. Já as faixas entre 5 SM e 10 SM e mais de 10 SM se manteve no mesmo patamar.

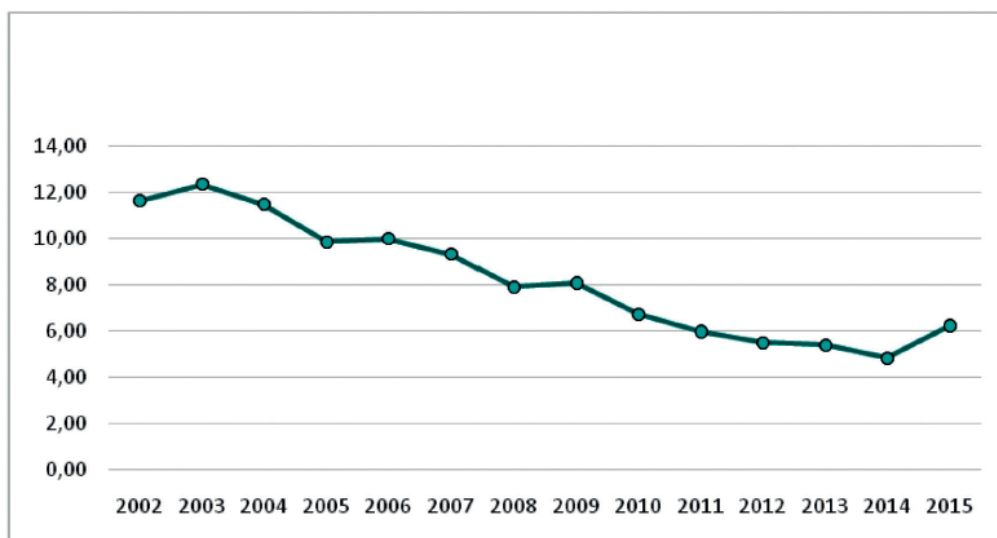
Gráfico 3 – Evolução de empregos formais, por faixa de remuneração no Brasil entre 2002 a 2013.



Fonte: (MATOS, 2015 pág. 78)

Em relação a taxa de desemprego no Brasil conforme mostra o Gráfico 4, de 2002 até 2013 reduziu, período este, em que o Brasil estava com sua economia em ascensão. A partir de 2014 a taxa de desemprego começar a crescer, isso devida a crise política que se tornou econômica.

Gráfico 4 – Taxa anual de Desemprego no Brasil (2002–2015).



Fonte: (MATOS, 2015 pág. 75)

O Brasil vivenciou nas últimas décadas um ciclo de crescimento econômico consistente. No período entre 1999 e 2009, o PIB apresentou uma taxa anual de 3,27%, enquanto a população ocupada aumentou a uma taxa anual de 2,29%. Além de significativo, este período foi marcado por transformações na condução da política econômica, que teve como estratégia a expansão do mercado interno, ligando parcelas maiores da população brasileira ao mercado. A partir de 2005, o consumo interno e a formação bruta de capital fixo passaram a ser variáveis mais relevantes para determinar o crescimento econômico. No âmbito das políticas socioeconômicas foram implementados programas dirigidos à população mais vulnerável economicamente, com o objetivo de retirá-los do nível de subsistência precário em que se encontravam, por meio de programas de transferência de renda como o programa Bolsa Família e um conjunto de políticas sociais destinadas a aumentar as oportunidades de empreendedorismo e desenvolvimento econômico (ROLNIK; KLINK, 2011). Vale destacar a retomada do papel dos bancos e fundos públicos na provisão de crédito e na alavancagem dos investimentos públicos e privados, entre outros, por meio de programas como o PAC, Minha Casa, Minha Vida e o fomento a outros setores econômicos específicos.

2.3 DINÂMICA ECONÔMICA E O SETOR HABITACIONAL NO BRASIL

Em relação ao desenvolvimento urbano e, do ponto de vista do setor da economia por meio da indústria da construção civil habitacional, o Brasil começou sistema imobiliário tardiamente, pois foi somente em 1964 que foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH), e as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), por meio da Lei nº 4.380. Antes disso não havia um sistema de crédito imobiliário regulamentado. Em 1968, há a regulamentação do uso da caderneta de poupança para crédito imobiliário, tornando-a a principal fonte de recursos (*funding*) para o setor. Antes disso, os recursos vinham do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A poupança era a grande financiadora do SFH. Entre 1979 e 1982, o SFH apresentava um extraordinário rendimento, mas a partir daí ele já não funciona tão bem. Alguns fatores e interferências passam a afetar e prejudicar o bom funcionamento do SFH. Em 1997 é regulamentada a Lei nº 9.514, criando o SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário), depois de anos de estudos despontaram que esse novo modelo era muito melhor para o Brasil do que o anterior, porque não há mais dependência de um *funding* direto, como era a poupança no SFH. Junto com o SFI foi criada a alienação fiduciária, outra questão muito importante para o setor (FARIAS, 2010).

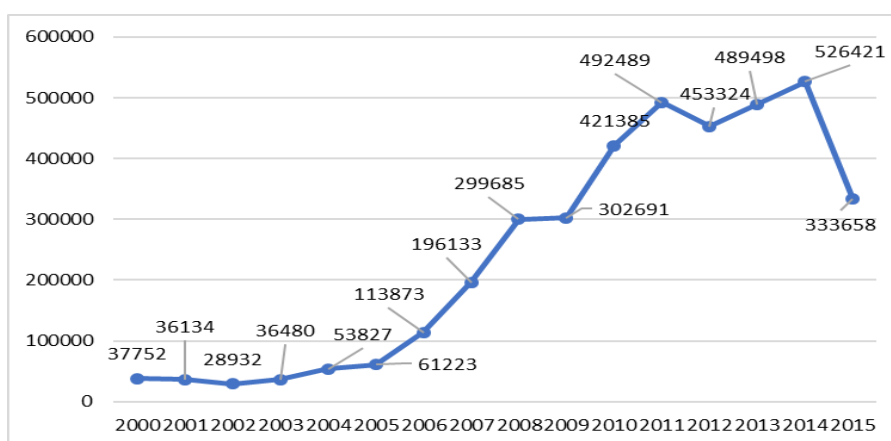
A Lei nº 10.931 de 2004 aprimora a Lei nº 9.514 e institui novos títulos: as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Esses instrumentos ajudam a acelerar as atividades ao setor, pois por meio deles, uma instituição pode comprar de outra uma operação que queira receber o pagamento, ou até revendê-la a uma terceira instituição. Esses títulos são usados pelo Setor Imobiliário para aprimorar sua liquidez e atividade para captar recursos, pois antes deles a captação de recursos era mais lenta e burocrática.

O Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foi criado pela Lei nº 4.380, de 1964, em meio a uma mudança bastante grande do Sistema Financeiro Nacional. A mesma lei estabeleceu a correção monetária, objetivando permitir que o mercado se abrisse para títulos do governo e para gerar financiamentos de longo prazo. Antes da correção monetária, o financiamento habitacional era feito somente pela Caixa Econômica e por Institutos de Previdência e dado para poucas pessoas, com a implantação da mesma, passou a haver um acesso menos restrito ao crédito. Com ela houve a criação de instrumentos de captação de recursos de longo prazo, depósitos em poupança e do

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), além de permitir maior oferta de crédito imobiliário.

A criação do SFH até a década de 1970 teve sua fase mais próspera, na qual os depósitos em caderneta de poupança ascenderam se tornando um dos principais haveres financeiros não monetários (FARIAS, 2010). Os recursos do FGTS também expandiram em decorrência do aumento do nível de emprego e do salário nacional. Nasce então as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo, que passam a formar o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), miscigenado por instituições financeiras especializadas na concessão de créditos habitacionais. Os recursos vinham da caderneta de poupança e do FGTS repassado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação (ver Gráfico 5).

Gráfico 5 – Financiamentos Imobiliários concedidos recursos SBPE no Brasil.



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Elaboração própria.

O Gráfico 5 ilustra os financiamentos Imobiliários concedidos recursos SBPE no Brasil nos anos 2000 a 2015, ficando perceptível que apenas em 2015 sofre uma brusca queda. Pois, em 2014 a quantidade de financiamentos era de 526421 e em 2015 reduz para 333658. Mas a tendência foi sempre de alta. O período de 2000 a 2003 é o momento em que a economia começa a crescer. Em 2004 a 2010 a economia obteve seu auge de crescimento econômico. Já em 2011 a 2014 começa a recessão econômica e em 2014 a 2015 surge a crise política e econômica no Brasil.

O financiamento habitacional no Brasil começa a ter importância estratégica no início da década de 60, pois é durante este período que surge o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O problema habitacional brasileiro é contemporâneo ao século XX, momento em que ocorreu o desenvolvimento manufatureiro-industrial no país. Quando

se iniciou o processo de concentração de indústrias nos grandes centros urbanos, a população que residia na zona rural e em pequenas cidades começou a migrar para os grandes centros na busca por emprego. Devido à alta demanda por mão de obra, mas com baixíssima remuneração e na ausência de políticas públicas, houve um grande crescimento populacional de maneira desorganizada nas grandes cidades (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007).

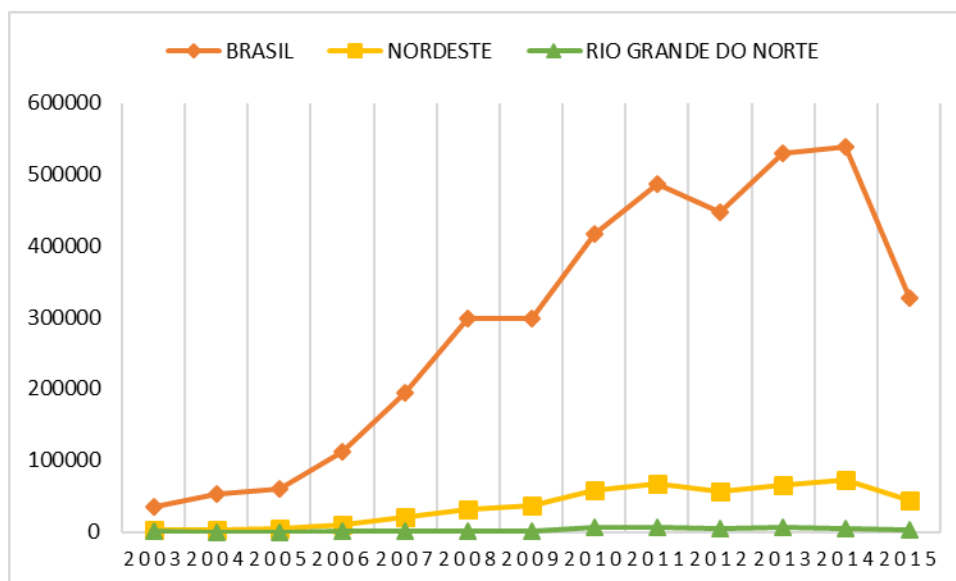
A questão habitacional no Brasil era de total responsabilidade do setor privado até 1930, em outras palavras, não existiam políticas direcionadas para tentar resolver o problema do déficit habitacional. Só após a década de 30, com o início das políticas públicas que caracterizaram o 'varguismo' e devido ao processo de industrialização e todo o problema da habitação irregular trazido com ele, o governo brasileiro toma as primeiras medidas para tentar solucionar o problema da moradia popular, passando a construir os primeiros conjuntos habitacionais.

O Brasil inicia o novo século sem grandes propostas para promover o crescimento do setor imobiliário. A última tentativa de se criar um novo modelo e, assim, proporcionar uma expansão no setor ocorreu em 1997 com a criação do SFI. Porém, graves crises externas e problemas econômicos internos, altas taxas de juros, baixo nível de crescimento, entre outros fatores, acabaram deixando evidente que o mercado secundário líquido, que seria necessário existir para promover o bom desempenho do novo sistema, não conseguiu se desenvolver, pelo contrário, como já foi mostrado no capítulo anterior, o SFI não conseguiu obter êxito em seu propósito. Entre os anos de 1997 a 2002 a quantidade de financiamento realizado pelo sistema ficou bem inferior aos financiamentos realizados pelo SFH.

Foi criado, em 2003, o Ministério das Cidades através da medida provisória nº 103 que depois foi convertida na Lei nº 10.683. Uma das funções do ministério era elaborar, acompanhar e avaliar os instrumentos necessários para a implementação da Política Nacional da Habitação (PNH). Com a aprovação do PNH em 2004, houve uma ampliação da visão e integração das questões de desenvolvimento urbano nas cidades.

Como mostra o Gráfico 6, o financiamento imobiliário para a construção e aquisição no Brasil, Nordeste e no Rio Grande do Norte. Ficando perceptível que de 2003 até 2005 o Rio Grande do Norte estava bem próximo nos financiamentos imobiliários. Já o Brasil dispara, apenas em 2015 sofre uma brusca queda. Pois em 2014, os financiamentos imobiliários eram de 5075 e em 2015 reduz para 2791.

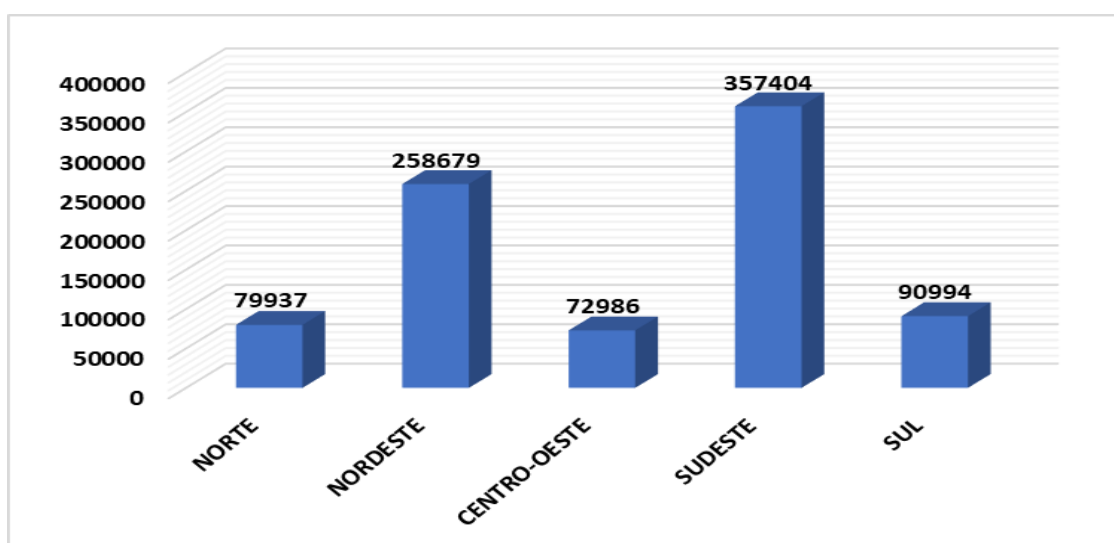
Gráfico 6 – Financiamentos Imobiliários para Construção e Aquisição



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Elaboração própria.

Em 2007 é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC foi implantado na segunda gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva com intuito de promover a retomada das grandes obras de infraestrutura urbana, social, logística e energética do país. Assim, a maior parcela dos recursos era repassada para promover a expansão e desenvolvimento habitacional. Devido à crise econômica mundial de 2008, que provocou a desaceleração das principais economias do mundo, no ano seguinte o governo brasileiro injetou R\$ 41,8 bilhões no programa. Essa medida visava evitar que a crise impactasse o ritmo de crescimento brasileiro. Do total de recursos aplicados no PAC em 2009, 83,9% foi direcionado para o setor de habitação. Esse percentual representa um volume de mais de R\$ 35 bilhões de investimento. Os investimentos no PAC realizados como medida anticíclica de combate à crise econômica mundial proporcionaram mais espaço dentro do sistema. A CEF que antes operava principalmente através das aplicações da poupança e do FGTS obteve com o PAC mais recursos tanto para promoção de projetos ligados à habitação social, quanto para disponibilização de crédito para o financiamento de imóveis.

Gráfico 7 – Distribuição da meta do PAC para construção de Unidades Habitacionais por Região (2011).



Fonte: (PINTO, 2015 pág. 288). Adaptado pelo autor.

Conforme o Gráfico 7 as maiores distribuições para a construção de unidades habitacionais do PAC foram na região Sudeste e o Nordeste com 357.404 e 258.679 respectivamente em 2011. As regiões que tiveram as maiores participações neste crescimento foram o Sudeste e o Nordeste, o peso de suas participações no total foram 37,65% e 26,75%, respectivamente.

A região Sudeste tinha em 2001 um total de 21.358.282 unidades habitacionais, em 2009 esse número passou a ser de 25.745.170, enquanto que no Nordeste no mesmo período o número de residências saiu de 12.238.610 para 15.355.584. Apenas nestas duas regiões foram construídos em 8 anos mais de 7 milhões de novas unidades residenciais. Na figura abaixo é mostrado como ficou a participação de cada região na ampliação do número de unidades residenciais construídas no período (Ver Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição da meta do PAC para construção de Unidades Habitacionais por Regiões do Brasil

ANO	BRASIL	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
2001	46.994.866	7.618.621	21.358.282	3.414.492	12.238.610	2.364.861
2002	48.095.210	7.793.572	21.885.825	3.513.240	12.457.726	2.444.847
2003	49.729.167	7.993.865	22.561.831	3.665.155	12.932.760	2.575.556
2004	51.666.039	8.162.928	22.935.084	3.771.164	13.263.879	3.532.984
2005	52.910.174	8.327.947	23.497.336	3.871.438	13.542.575	3.670.878
2006	54.282.533	8.467.844	24.129.438	3.980.904	13.989.626	3.714.721
2007	55.877.855	8.768.147	24.660.563	4.172.740	14.444.825	3.831.580
2008	57.656.117	9.004.353	25.341.417	4.264.492	15.010.978	4.034.877
2009	58.646.432	9.066.510	25.745.170	4.356.883	15.355.584	4.122.285

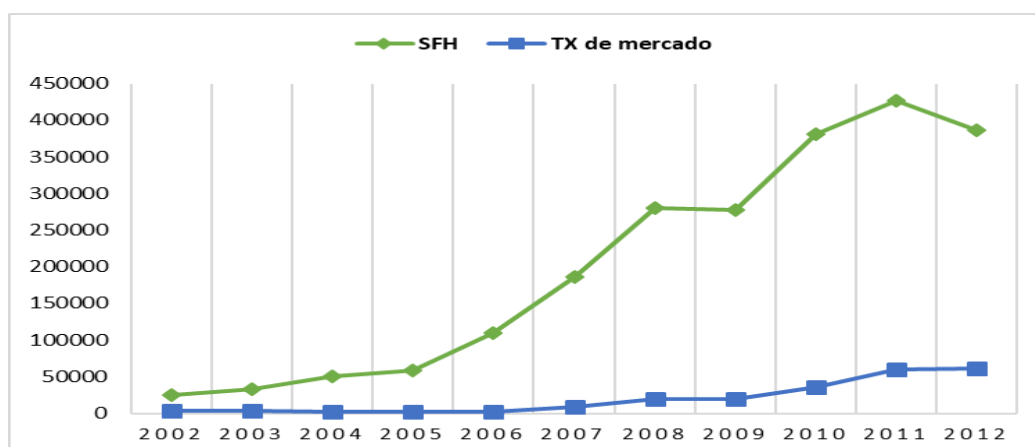
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Caixa Econômica Federal, 2012

Em termos de variação o Norte foi à região que mais cresceu proporcionalmente, ela ampliou em 74,31% a quantidade de unidade habitacional, enquanto que as outras regiões mantiveram uma média de crescimento em torno de 23,15%. Em termos absolutos, o Gráfico 6 a seguir mostra com maior clareza o aumento do número de habitação por cada região, tendo um destaque maior para o crescimento no Sudeste e no Nordeste.

Em números absolutos a Tabela 2 ilustra a distribuição da meta do PAC para a construção de unidade Habitacionais por regiões no Brasil, ficando perceptível que no Nordeste essas unidades habitacionais aumentaram significativamente, como também, na região Norte. Todas as regiões obtiveram crescimento considerável. Em números absolutos a região Sudeste é a que mais possui unidade habitacionais, por se tratar de uma região populosa.

Conforme o Gráfico 8 a tendência do número de Unidade Imobiliárias Financiadas no Brasil foi de crescimento do SFH. A partir de 2010, é dado início a uma nova fase de expansão do financiamento imobiliário. Com a economia retomando o crescimento, o crédito voltou a se ampliar e os resultados das políticas de incentivo ao setor com o PAC e o PMCMV fizeram com que o número de imóveis financiados saltasse de 296.765 em 2009 para 416.355 em 2010.

Gráfico 8 – Evolução do número total de Unidades Imobiliárias Financiadas no Brasil

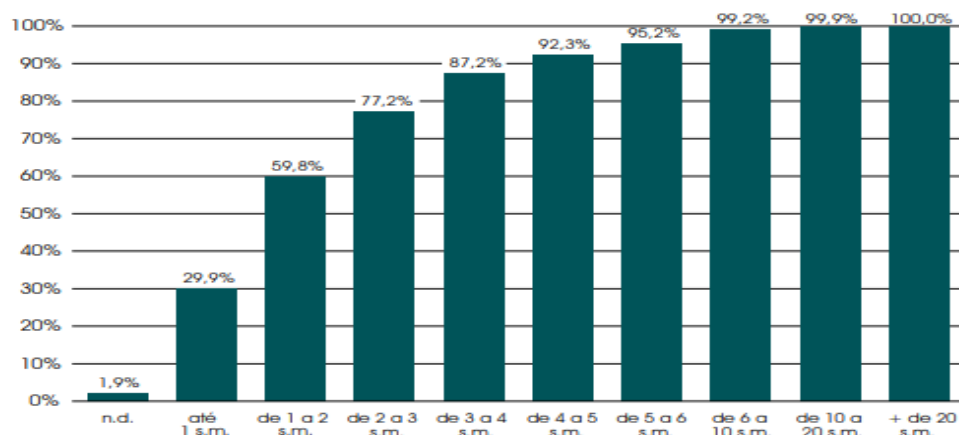


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA, 2013.

Do ponto de vista social, o maior problema é o déficit por inadequação, em que a relação entre as carências habitacionais e renda domiciliar é mais nítida. O Gráfico 9 mostra o déficit habitacional por inadequação nas faixas de rendimento domiciliar. Dos 3,3 milhões de domicílios inadequados no país, 77% estavam em domicílios com renda mensal de até 3 salários mínimos e 92%, nos domicílios com rendimento até 5 salários

mínimos. Outra estatística reforça essa idéia: considerando as famílias brasileiras que ganham até 1 salário mínimo por mês, quase 13% estavam no déficit habitacional por inadequação em 2005.

Gráfico 9 – Distribuição do déficit habitacional por faixa de rendimento, Brasil, 2005.

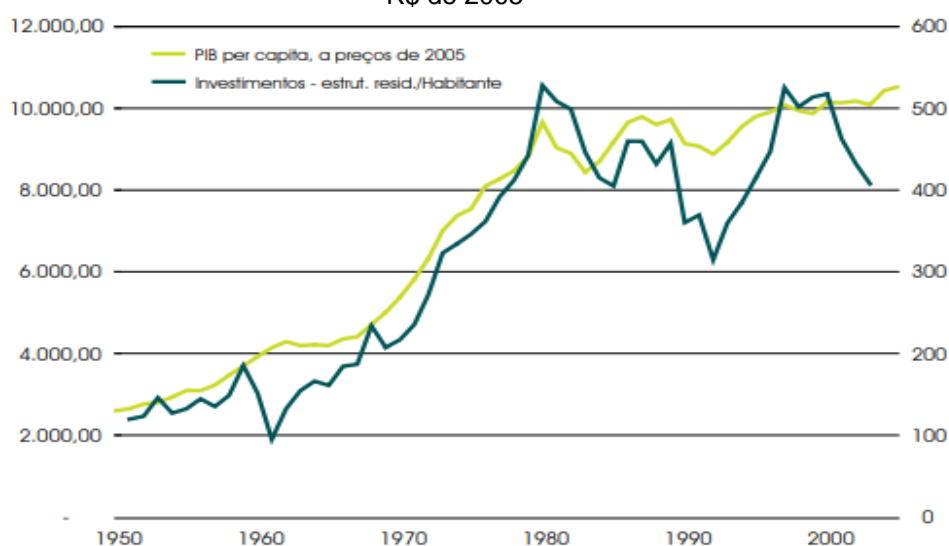


Fonte: (IBGE). Adaptado por Fundação Getúlio Vargas.

O perfil das famílias que compõem o déficit habitacional permite entender os caminhos opostos que têm seguido o crédito e os números do déficit. De um lado, há pessoas com baixo poder aquisitivo e, na outra ponta, bens de elevado valor final. Tornar a prestação do imóvel compatível com a renda dessas famílias tem sido o desafio dos agentes públicos. Alguns programas voltados para esse público foram criados nos últimos anos. Merecem menção o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (SNHIS).

A evolução do investimento habitacional por habitante esteve diretamente associada à concessão de crédito no âmbito do SFH. No período de auge do SFH, entre 1978 e 1982, momento em que se financiava em torno de 500 mil moradias ao ano, o investimento habitacional per capita manteve-se próximo ao patamar de R\$ 500, o que equivalia, no total, a cerca de 5,4% do PIB brasileiro (ver Gráfico 10).

Gráfico 10 – Brasil, investimento em capital habitacional por habitante e PIB per capita, 1950 a 2005, em R\$ de 2005



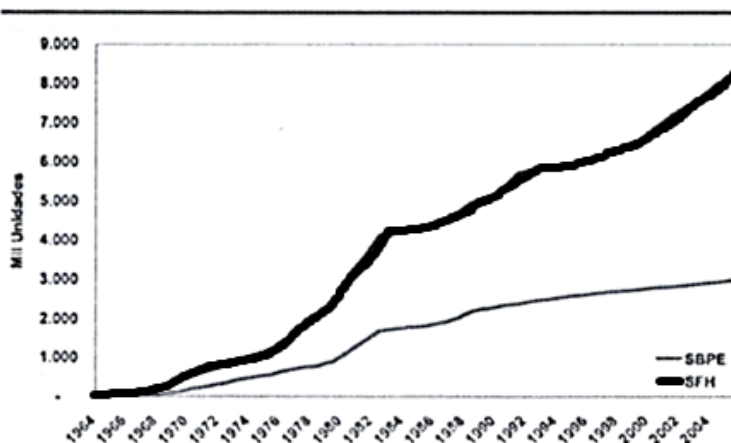
Fonte: (IPEA/DATA).

O Gráfico 11 ilustra a evolução do SFH de 1963 a 2004, em que o crescimento foi significativo. A partir da década de 1980 as coisas já não vão tão bem, pois a inflação não para de crescer e todos os planos que tentaram combatê-la afetaram o SFH. Em 1986, o Plano Cruzado afetou negativamente o sistema, pois transformou as prestações para a nova moeda criada, o Cruzado. Mas o cálculo usado para essa conversão desestruturou o sistema, pois usou a média aritmética das prestações dos seis ou doze meses anteriores a março de 1986, afetando os contratos, tornando-os mais caros. O Plano Collor, de 1990, foi o que mais prejudicou o SFH, pois inibiu todos os ativos financeiros do sistema financeiro nacional (BASTOS, et. al., 2015).

Gráfico 11 – Evolução do crédito imobiliário.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO NO BRASIL

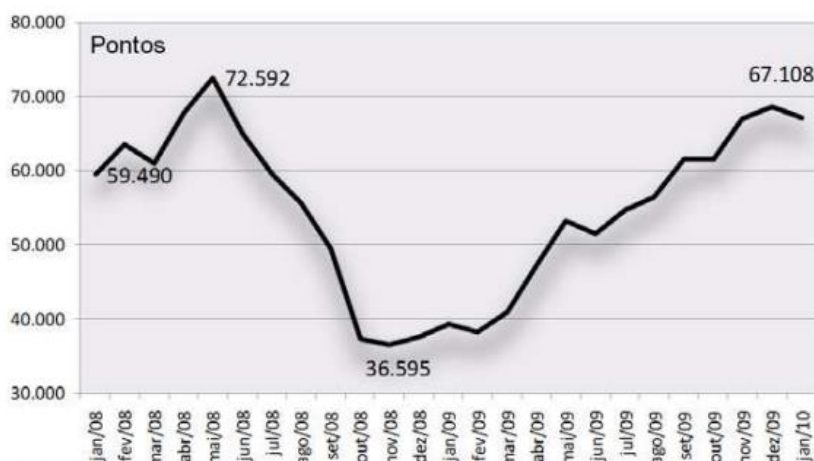
SFH E SBPE: NÚMERO DE UNIDADES FINANCIADAS



Fonte: (FARIAS, 2010. Pág. 11).

De acordo com dados da ABECIP, a poupança gerava cerca de 30 bilhões de dólares para as operações de crédito imobiliário. Cerca de 60% desse valor ficou bloqueado pelo Banco Central. E metade dos 40% restantes foi retirada pelos depositantes, assim praticamente ninguém teve dinheiro disponível para arcar com suas despesas. O saldo da caderneta de poupança reduziu de US\$ 30 bilhões para aproximadamente US\$ 7 a US\$ 8 bilhões. Com o bloqueio, houve o comprometimento da situação das instituições, pois essas já não tinham onde buscar recursos para as operações de crédito. A consequência dos problemas que afetaram o SFH foi o aumento da inadimplência do setor de crédito imobiliário. Em 2005, a inadimplência girava em torno de 30%, isso devido às altas taxas de juros praticadas, em 1994 a inadimplência girava em torno de 9% e foi para quase 30% em 2005 (FARIAS, 2010; BASTOS et. al., 2015).

Gráfico 12 – Variação do índice Bovespa.



Fonte: (FARIAS, 2010. Pág. 22).

Conforme pode ser visto no Gráfico 12, no período em que a crise chegou a sua pior fase (outubro de 2008), a Bolsa de Valores teve queda de quase 50% no seu volume de negociação, em apenas 5 meses, caiu de 72.592 para 36.595 pontos. Algumas medidas anticíclicas foram adotadas e evitaram que esse colapso afetasse também o mercado imobiliário além do financeiro. Tais medidas foram:

Redução dos depósitos compulsórios: todos os bancos precisam manter um nível mínimo de seu dinheiro em poder do BC. No ápice da crise, o BC diminuiu a exigência do compulsório para liberar crédito para o mercado, foram liberados R\$ 100 bilhões em média. **Redução da taxa de juros:** com a redução na taxa de juros, há aumento no investimento,

pois o custo de manter o dinheiro parado é maior do que investir em algo. **Redução do IPI para materiais de construção:** com a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o governo incentivou a compra, a elevação da demanda fez com que o setor não parasse de crescer e se mantivesse como um dos setores mais aquecidos da economia. (FARIAS, 2010, págs. 22 e 23).

O crédito imobiliário é de extremo valor para o desenvolvimento econômico e social do país, ele permite na maioria dos casos, a compra de casas e apartamentos pela população. Devido ao fato dos imóveis terem preços altos e significarem propriedades essenciais, afinal sempre é indispensável um local para se morar, sem o crédito imobiliário, possivelmente, grande parte da população não teria acesso a moradias, o que tornaria a situação social do país mais precária. Devido a esse fato, em 1964, pela lei nº 4.380 foi criado o SFH que é um dos sistemas de financiamento imobiliário viventes no país. O Crédito Imobiliário no Brasil é distinto e cheio de desafios, pois, as grandes inovações instituídas pelo sistema foram: (i) a correção monetária dos ativos e passivos, a qual garantia a rentabilidade real das aplicações dos poupadores; e (ii) a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que se tornou o órgão central, orientando e disciplinando o sistema no País e propiciando a instauração de uma rede de agentes financeiros especializados na intermediação da atração e na aplicação desses recursos (PIMENTA, 2014).

Então, o governo, por meio de programas sociais direcionados ao setor de habitação, está envolvido com o fomento ao mercado imobiliário no Brasil. A finalidade das medidas adotadas é estimular o desenvolvimento do financiamento privado na construção civil, por meio da admissão e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, a melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores, e um regime tributário mais eficiente. O direcionamento dos recursos públicos tem sido ajustado pela melhoria no enfoque do direcionamento desses recursos. O principal objetivo dos programas do governo é promover o acesso ao financiamento por parte de famílias de baixa-renda, as mais afetadas pelo déficit habitacional do país (PIMENTA, 2014). O desenvolvimento da construção civil teve impacto importante sobre o mercado de trabalho e a geração de novos empregos. A criação de postos de trabalho formais vem proporcionando forte expansão, motivando novas vagas e empregando cada vez mais pessoas ao longo dos anos.

2.4 FINANCEIRIZAÇÃO E SUA REALIDADE NO BRASIL

A definição de financeirização no capitalismo tem sua forma de manifestação mais superficial, no qual esse processo refere-se à crescente e cíclica discrepância, por longos prazos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza e os valores dos bens, serviços e bases técnico–produtivas em que se fundam a representação da vida e da sociedade. A financeirização deve ser compreendida como um modelo sistemático de riqueza do capitalismo contemporâneo. Isto é, como um processo geral de transformação do capitalismo onde se torna estrutural, criando novas configurações institucionais, marcando todas as estratégias dos agentes privados relevantes, transforma a operação das finanças e dos gastos públicos, como também se distingue dos caracteres de manifestação do capital enquanto procedimento do valor–trabalho (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

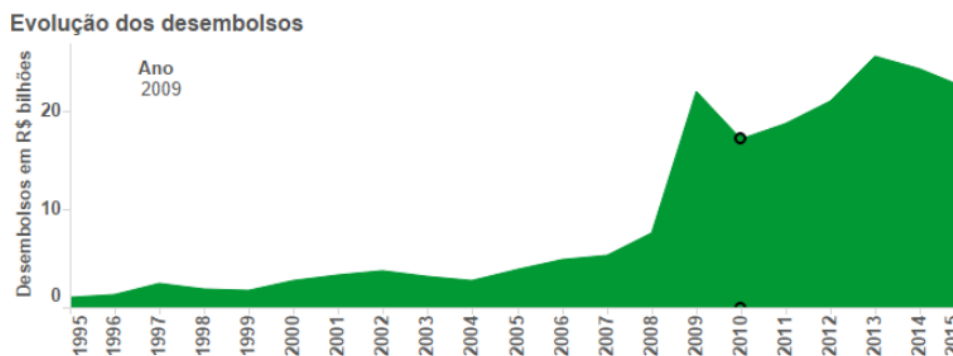
A financeirização é o aumento da dominância tanto de atores, dos mercados, de práticas, de medidas e discursos financeiros em múltiplas escalas, derivando de uma transformação estrutural tanto do setor privado, como do público. No setor privado, abrangendo instituições financeiras do estado e proprietários. Refere-se a um modelo de funcionamento de acúmulo em que se visa obter lucro por vias financeiras, através dos juros, do que por meio das atividades produtivas, amortecendo o tempo de giro do capital.

O que se ressaltou nos anos 2000 foi que as autoridades monetárias, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), vinham noticiando que o mundo estava submerso com excesso de liquidez, ou seja, havia um volume crescente de dinheiro à procura de algo lucrativo para colocar-se. E assim, como qualquer capital, involuntariamente de ser financeiro, a dificuldade de se ter excedentes é que se o crescimento não restaura o capital acumulado em que se desvaloriza ou é destruído. O capital então, utilizando-se do contexto de economia neoliberal e das possibilidades procedentes da globalização, expandiu a sua rede para outros países do mundo por meio da exportação de maior oferta de capital financeiro, no lugar de produtos. Na contemporaneidade o mundo capitalista se expõe sob uma circunstância macroeconômica ocasionada pelas finanças, gerando a reestruturação desde as relações econômicas às relações sociais impactando, na reprodução do espaço urbano.

SANTOS; DE SOUZA (2017) relatam o contexto financeiro do Brasil no qual se buscou modernizá-lo para atrair investidores externos, verificando-se ainda uma ampliação dos

incentivos para a promoção da indústria da construção civil por meio da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No Gráfico 13, pode-se identificar a evolução do desembolso do PAC no Nordeste. O gráfico demonstra que os investimentos passaram de R\$ 4,83 bilhões em 2006, para R\$ 22,3 bilhões, em 2009, chegando a R\$ 25 bilhões no ano de 2013.

Gráfico 13 – Evolução dos desembolsos para a região Nordeste em R\$ bilhões.



Fonte: (SANTOS; DE SOUZA, 2017 pág. 4)

No Nordeste os recursos estiveram concentrados nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, por se tratar das maiores economias da região. Existe uma confluência entre capital financeiro e setor imobiliário, em que este último passa por uma reconfiguração a fim de se adequar a lógica financeira a qual proporciona retorno dos investimentos ainda mais rápido em face da mobilidade do capital, probabilidade de lucros maiores em benefício dos juros e ampliação das ofertas, tanto construídas quanto de ativos financeiros lastreados em imóveis.

O que excederia alguns dos principais problemas encontrados no setor imobiliário, que se tratava da imobilidade do capital em cara da fixidez do imóvel. Dessa aproximação, tem-se o que titulamos de capital imobiliário. Essa confluência torna-se ainda mais evidente no cenário brasileiro com a abertura do capital de na bolsa de valores por incorporadoras, fundamentada na teoria de que os preços imobiliários investidos continuariam em alta, atraindo até mesmo construtoras voltadas para baixa renda. Além disso, para o período entre 2004 e 2013, o aumento de renda de um conjunto da população e de acesso ao crédito, o que viria a expandir o mercado consumidor e garantir a solvabilidade da demanda (SANTOS; DE SOUZA, 2017).

O papel das cidades, como elementos centrais da vida material e como bases da reprodução geral da ordem capitalista, mudou ao longo do tempo. De parcialmente desmercantilizadas, as cidades passaram a ser tratadas como mercadorias e entraram

nos circuitos da valorização financeirizada. A terra urbana torna-se, a um só tempo, capital fictício e mercadoria fictícia. A cidade tende a ser, cada vez mais, não apenas um negócio, mas um negócio líquido e rentável. Processo comum que pode ser denominado como revolução neoliberal.

É possível considerar os impactos urbanos e territoriais da financeirização–mercantilização contemporâneas destacando ao menos três aspectos básicos. Em primeiro lugar, ressaltamos o surgimento de distintas formas de empreendedorismo urbano e territorial. Em nossa perspectiva, essas novas formas de empreendedorismo correspondem à fragilização das capacidades regulatórias dos Estados nacionais e territoriais. Recorrendo à concepção do duplo movimento, defendemos que, ao menos desde a passagem dos anos 1960 aos 1970, no centro da economia–mundo capitalista, há um relativo enfraquecimento dos mecanismos de proteção social dos Estados nacionais diante da crescente globalização, financeirização e liberalização dos fluxos econômicos. (RIBEIRO; DINIZ, 2017 pág. 368).

A Figura 1 ilustra as camadas nas quais a vida econômica é desmembrada pois estabelecem uma hierarquia. No embasamento dessa hierarquia está a camada da vida material, quer dizer, a esfera da reprodução social cotidiana, organizada, prioritariamente, em torno da lógica do valor de uso. Acima dessa camada, ergue-se a economia de mercado, uma esfera de trocas e comunicações horizontais geridas de maneira mais ou menos automática pela lógica da demanda, da oferta e dos preços. No alto, a camada do capitalismo ou do antimercado que incide numa esfera de circulação diferenciada, caracterizada, principalmente, pela não especialização, pela formação de monopólios e pelo privilégio das relações com o Estado. Afinal, o capitalismo é concebido como a camada superior não especializada da hierarquia do mundo do comércio (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Figura 1 – Representação do esquema tripartido da vida econômica.



Fonte: (RIBEIRO; DINIZ, 2017 pág. 357).

2.5 FINANCEIRIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO

Os anos 1990 consistiram em tempos de aprofundamento do projeto liberal que havia sido disseminado no fim dos anos 1980. Algumas das particularidades mais marcantes dos anos desse período foram o baixo e vago crescimento, a drástica redução da intervenção do Estado, a abertura comercial, a liberalização financeira e a política econômica densamente contracionista. O governo brasileiro adotou uma série de medidas que conduziram um acelerado e profundo processo de privatização. Foram efetivadas medidas que revogaram e eliminaram proibições, restrições e barreiras ao capital estrangeiro. Em paralelo a essa agenda ortodoxo-liberal, o aumento da liquidez dos mercados financeiros internacionais e a política de juros elevados acabaram por gerar um poderoso fluxo de capitais privados que se iniciou a partir de 1992 (POCHMANN et al., 2010). Não existia, entretanto, qualquer vínculo entre esses elevados ingressos de capitais externos e o investimento e crescimento da economia, como ocorrera no passado. O investimento direto externo que ingressou no Brasil, ao longo dos anos 1990, não levou à ampliação da capacidade produtiva, mas simplesmente à transferência de propriedade a mãos estrangeiras de empresas brasileiras, públicas e privadas.

O desenho do novo padrão de acumulação implicava investimento produtivo muito baixo e fortemente instável. A taxa de crescimento do investimento foi, em média, entre 1995 e 1998 de 5,1% e, entre 1999 e 2002, foi negativa, no patamar médio de -4,3%. Mesmo com a inflação sob controle, a incerteza não era menor diante da ameaça de crises cambiais face ao progressivo desequilíbrio do balanço de pagamentos provocado pela deterioração da balança comercial. Além disso, havia a forte atração exercida pelas já mencionadas taxas de juros excepcionalmente elevadas para os padrões internacionais (POCHMANN; e. al., 2010). As estratégias de estabilização da economia brasileira desta fase que vai de 1995 – 2002, ao lado dos problemas nas contas externas e nas finanças públicas do país (crescente elevação da dívida pública), geraram uma perversa especialização regressiva da estrutura industrial.

Outras características relevantes do período referem-se ao baixo crescimento do consumo das famílias, a baixa mobilidade social, isto é, a pouca modificação na distribuição pessoal da renda, e o péssimo desempenho do mercado de trabalho, com redução dos salários médios reais e pequeno crescimento das ocupações.

A política macroeconômica, portanto, caracterizou-se por fortes ajustes ortodoxos que visavam tranquilizar os agentes financeiros quanto à estabilidade das regras que haviam sido recentemente implantadas. A contenção de pressões inflacionárias e o cumprimento fiel (e privilegiado) dos compromissos financeiros do Estado marcaram a economia brasileira e houve uma pausa no pensamento e da prática das políticas de desenvolvimento. A retomada progressiva do debate sobre o tema e sua inclusão na agenda do governo só viriam a ocorrer muito recentemente.

As políticas econômicas adotadas nos dois primeiros anos da Presidência de Lula da Silva concentraram-se (a) na delegação ao Banco Central (Bacen) da operacionalização da política monetária de maneira explicitamente recessiva, conforme sua expectativa de inflação, e (b) no aumento (voluntário) da meta de superávit primário acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil de Lula da Silva, não foi diferente: o setor bancário auferiu lucros apenas marginalmente inferiores àqueles aos quais se acostumava sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, ainda assim notáveis para uma economia com um crescimento médio pífio, no biênio 2003–04, de 2,7% ao ano (DA SILVA, 2017). Por outro lado, altas taxas de juros fizeram crescer as despesas governamentais, aprofundando qualquer desequilíbrio fiscal que exista de partida. A política fiscal, porém, é menos obviamente recessiva. Dominada pelo objetivo de alcançar um superávit de 4,25% do PIB brasileiro, a fim de garantir o serviço da dívida pública em mãos do mercado, a política fiscal de Lula da Silva não perseguiu, realmente, a austeridade fiscal (FERRARI FILHO, 2005). De fato, em todos esses anos em que o Governo Federal tem fixado metas para superávits primários, déficits orçamentários têm sido significativos. A expressão “superávits primários” é, na verdade, um truque de retórica que procura ocultar políticas fiscais regressivamente distributivas sob o manto de uma pretensa austeridade fiscal. Quando a política é definida pela geração desses superávits, os gastos públicos não são reduzidos para que o Governo Federal poupe; ao contrário, eles são distribuídos em favor do pagamento de juros sobre a dívida pública. Em outras palavras, o Governo Federal não esteve realmente poupando, mas apenas desviando recursos de investimentos públicos para o pagamento da conta de juros. Especificamente no Governo Lula da Silva, em 2003, o custo de rolagem da dívida pública foi da ordem de R\$ 148,8 bilhões, ao passo que, em 2004, o referido valor, acumulado até o mês de novembro, foi da ordem de R\$ 132,2 bilhões (DA SILVA, 2017). As consequências dessas políticas fiscais e monetárias ortodoxas permitiram ao Governo Lula da Silva

obter o apoio do FMI e de investidores financeiros domésticos e internacionais (FERRARI FILHO, 2005).

O Neoliberalismo deve ser visto como uma estratégia de recomposição do poder burguês e de enfrentamento aos movimentos contestatórios que se fortaleciam como possibilidade de superação da crise do capital nos anos 1970 (BRETTAS, 2017). David Harvey (2008), considera que diversos países compartilharam, de alguma maneira, desta estratégia. Pensar sobre como se deu a adesão ao neoliberalismo no Brasil implica em partir de seus antecedentes históricos e características estruturais. Existem aqui particularidades históricas que imprimem contradições específicas aos processos e que destoam de outras experiências. No Brasil não havia uma grande rede de proteção social em funcionamento pronta para ser desmontada. Em outras palavras, o que se consolidou nas décadas anteriores ao neoliberalismo e que se encontrava em crise era o nacional desenvolvimentismo. O Estado brasileiro combinou políticas sociais fragmentadas e corporativas assentadas na cultura da tutela e do favor com uma atuação por meio de grandes empresas estatais na produção de bens de capital e infraestrutura.

A política habitacional também é emblemática (FERRARI FILHO, 2005). A análise do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), lançado em 2009, permite identificar, ao mesmo tempo, uma busca por incentivar a produção de moradias via o mercado e, por outro, o estímulo ao crédito imobiliário como forma de adquirir a casa própria. Considerando a necessidade de implementar medidas anticíclicas para contornar os efeitos da crise internacional e dado que a produção de habitação para moradores de baixa renda não atrai o interesse do setor imobiliário, o governo se compromete a subsidiar a compra da propriedade, assumindo assim os riscos que esta transação pode trazer (BRETTAS, 2017). A fórmula é já bem conhecida: os recursos públicos são utilizados para viabilizar os lucros do setor privado e isentá-los dos riscos inerentes ao negócio. Este mecanismo permite a canalização de recursos do fundo público e estimula o sistema de crédito não só para o financiamento da moradia, mas também linhas especiais de financiamento para compra de móveis e eletrodomésticos aos usuários do programa. “Impulsionado pelo programa, o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73% em 2013” (ROLNIK, 2015; FERRARI FILHO, 2005).

No Brasil, o Estado, mesmo quando submetido ao discurso liberal, sempre possuiu um papel preponderante para a garantia das condições gerais de acumulação capitalista. Além disso, um dos traços que particulariza uma formação dependente é sua

capacidade de dar saltos qualitativos, acelerar processos que foram muito mais lentos nos países pioneiros na industrialização (PAULA, 2013; VAINER; et. al.,2015).

Tendo em vista a relação com países que possuem forças produtivas mais desenvolvidas, o desenvolvimento capitalista passa a ser possível por meio da “queima” de algumas etapas, mas para isso, a presença do Estado sempre foi fundamental. Para que haja aceleração do desenvolvimento econômico, é necessário que ocorram também modificações nas estruturas e relações políticas e é o Estado quem conduz estas mudanças. O Estado impulsionou de forma mais intencional a expansão de base industrial a partir de 1930, dando início ao período nacional desenvolvimentista, que passou pela consolidação do capitalismo monopolista – por meio da ditadura empresarial–militar que se inicia com o golpe de 1964 e teve seu declínio nos anos 1970/80 (BRETTAS, 2017; VAINER; et. al.,2015).

A intervenção estatal passava pela consolidação de estruturas de poder viabilizadas tanto pela política econômica adotada, quanto pela criação de empresas estatais que atuavam diretamente na produção. Assim, o período ficou conhecido pelo tripé de articulação entre o Estado e o capital privado nacional e o internacional, no qual cada um exercia uma função no padrão de reprodução de capital (VAINER; et. al.,2015).

2.6 PROCESSO DE PRODUÇÃO. O ESPAÇO E O ESTADO

A mundialização do capital é um grande propulsor de divisão do trabalho. Ao potencializar as classes gerais de produção nas diversas escalas, liga numerosos novos espaços para a circulação e produção de bens (ELIAS et al, 2012). Isso reflete territorialmente numa desconcentração da produção, reafirmando cada vez mais a necessidade da divisão técnica e territorial do trabalho, como também, uma nova maneira de organizá-lo, tendo em vista o êxito da produtividade. A reestruturação dos processos produtivos desencadeia várias mutações tanto na reprodução social como na organização do espaço geográfico.

No Brasil, sobretudo na década de 1980, muitos lugares tornaram-se atrativos à produção moderna e foram congregados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais de diferentes ramos da economia. Com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território brasileiro de fluidez para os investimentos produtivos, sucede uma descentralização da produção. Nessa totalidade, até a década de 1980, muitos lugares que, do ponto de vista da divisão internacional do

trabalho, ajeitavam exército de lugares de reserva, tornam-se atrativos à produção moderna e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas em diferentes ramos da economia (ELIAS; PEQUENO; ROMCY, 2012). Incitar-se, assim, a divisão territorial do trabalho e as trocas Inter setoriais, resultando em reestruturações urbanas e regionais de várias naturezas e proporções por todo o território nacional.

O mesmo conjunto de precarização se pode presenciar quando se consideram as diversas modalidades de “flexibilização” do trabalho, que sempre acabam trazendo, de modo encravado, diferentes formas de precarização. A nova categoria de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se resume em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade, isto é, ‘O trabalhador precarizado está, ademais, em um limite incerto entre ocupação e não-ocupação e ao mesmo tempo em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Nesta ocasião a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratador mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta esse enfraquecimento. Nessa guerra de deterioração, a força de trabalho é desamparada totalmente, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação. Entre as distintas formas de flexibilização, em veracidade precarização podemos destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos (ANTUNES, 2009). A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, porque a produção e as vendas enfraquecem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a uniformidade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, alterando os horários e as características do trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc., entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009; JUNG, 2014).

As mudanças nas políticas de gestão, inspiradas no toyotismo e na acumulação flexível, tem como uma das principais práticas o uso da terceirização. No Brasil, constata-se uma precarização nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, a agricultura e os serviços, o serviço público.

O capitalismo, em suas últimas décadas, vem apresentando um movimento tendencial em que a terceirização, a informalidade, a precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais do capitalismo recente. A partir da crise global de 2007-2008 esse processo se intensificou e assistimos a uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, de matriz taylorismo–fordista, que foi dominante no século XX e vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização, ampliando cada vez mais os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor (ANTUNES, 2014). Como o tempo e o espaço estão em frequente mutação nessa fase de mundialização do capital, presenciamos uma explosão de novas modalidades do trabalho, tanto na indústria quanto na agricultura e nos serviços.

O Sistema de Financiamento Imobiliário foi criado a partir de uma lógica de financiamento de mercado. A principal inovação tecnológica trazida com o novo modelo foram as companhias securitizadoras de recebíveis imobiliários. O novo sistema pressupunha que o mercado passaria a crescer a partir de investimentos privados. Porém, da forma que foi implantado, não foi possível gerar aqui o mesmo desenvolvimento que foi gerado em outros países. Modificou-se o modelo, ou seja, inovações foram introduzidas, porém, os mecanismos de seleção em grande medida continuaram os mesmos. Não houve nenhuma política que pudesse promover aqui no Brasil uma mudança significativa no mercado. A alienação fiduciária que deveria ter sido implantada junto ao SFI, só passou a funcionar concretamente em 2001 e mesmo após esse período não foi suficiente para tornar o mercado privado majoritário no financiamento imobiliário. Desse modo, o que acabou sendo evidenciado foi que o anteriormente incapacitado SFH foi reforçado e continuou realizando a maior parte dos financiamentos habitacionais.

A discussão envolvendo uma nova divisão do trabalho entre diferentes nações pressupõe a existência de uma antiga divisão do trabalho, sendo que a compreensão das particularidades presentes nesta nova ordem implica o conhecimento prévio da lógica anterior. Assim, será de grande utilidade uma apresentação de diferentes configurações da Divisão Internacional do Trabalho.

A desregulamentação do mercado de trabalho é apenas uma entre as várias medidas liberalizante enumeradas anteriormente, as quais atendem fundamentalmente aos interesses do capital financeiro. O predomínio destes interesses, sob a égide da financeirização do capitalismo, orienta a lógica da moderna Divisão Internacional do

Trabalho, dando sentido ao processo de reestruturação produtiva registrado em países semiperiféricos como o Brasil.

2.7 CONCLUSÃO

O presente capítulo demonstrou que houve um crescimento do número de empregos formais até a metade da década de 2010 no Brasil, assim como houve uma redução na taxa de desempregos, apontando um ciclo de crescimento econômico estável, antes da crise econômica e política brasileira.

Uma das alternativas à crise foram o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida. Outro aspecto importante para caracterizar a dinâmica econômica brasileira foi o processo de financeirização da economia no contexto habitacional.

O próximo capítulo introduz e discute aspectos da dinâmica urbana brasileira relevantes para a

3 DINÂMICA URBANA NO BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

Ao estudar a Dinâmica Urbana, nos inquietamos em relação à compreensão da cidade e seu entorno, com isso, o estudo da Dinâmica Urbana na presente dissertação visa entender os impactos dessa dinâmica urbana oriundos da Dinâmica Econômica e sua relação com a organização e as mudanças espaciais da RMN. Podemos destacar a valorização imobiliária, a dispersão da população, a aglomeração de áreas periféricas, entre outros.

A Dinâmica Urbana é composta pela urbanização, migração, Espaço Urbano, Cidade, Mercado Imobiliário, PAC, Programa Minha Casa Minha Vida, tudo isso compõe a dinâmica urbana e tudo isso também faz parte da Dinâmica Econômica.

Nas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado, com destaque para a interiorização do fenômeno urbano, a criação de novas cidades, a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias, a periferização dos centros urbanos, a formação e a consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas, os saldos migratórios negativos nas pequenas cidades, a formação de sistemas urbano-regionais (MOTA, 2010).

O processo de urbanização é uma das manifestações mais marcantes e atuais das ações humanas sobre o espaço. Configurado por estruturas complexas, é o ícone das apropriações, manifestações e transformações de ordem econômica, social e ambiental efetivadas pela sociedade. No Brasil, o componente urbano contemporâneo é protagonista de intensas mudanças. Segundo o IBGE (2010), o país tem em suas cidades uma população de mais de 160 milhões de um total de 190 milhões de pessoas, ou seja, mais de 80% da população nacional. Nos próximos 30 anos, estima-se que as cidades brasileiras sofrerão um acréscimo de mais 30 milhões de pessoas (WEISS, 2016). Nesse cenário, seguindo a perspectiva mundial, o espaço urbano no Brasil vem presenciando rápidas mudanças, resultado de intensas interações geradoras de uma estrutura físico-territorial complexa e dinâmica (WEISS, 2016). Sobre tudo decorrentes dos avanços desenvolvidos na tecnologia que possibilitam a intensificação, mudança e diversidade dos usos e apropriações da terra.

Com o processo de urbanização emergente foi preciso que os governos tomassem medidas precavidas para melhor alocação da população. Então, a Política

Nacional De Desenvolvimento Urbano foi estruturada nos anos de 1960/1970 por meio da edição de uma regra de financiamento de habitação e saneamento. Pois, o processo de urbanização, aumenta a demanda por infraestrutura, habitação, saneamento, transporte, entre outros. O governo federal recolhe e redistribui, por meio de empréstimos, os recursos da principal fonte de financiamento dessas políticas é o fundo destinado a indenizar trabalhadores demitidos sem motivo, cuja arrecadação líquida é destinada para financiar programas de saneamento e habitação como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (ROLNIK; KLINK, 2011). Na habitação, o modelo baseava-se no financiamento da produção privada e de companhias públicas, congregando em seguida a oferta de crédito bancário para o consumista final.

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar as principais relações da rede urbana com a cidade. A estrutura urbana, considerada em sua formulação mais geral, revela, por meio da distribuição espacial das cidades, as características do desenvolvimento econômico e social de uma determinada porção do território. O espaço urbano é bastante discutido na geografia, na economia, na sociologia, na arquitetura, nas engenharias entre outras ciências.

3.2 A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO E SEUS DISCURSOS

Harvey (2012) aponta que a urbanização desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade. A urbanização é um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua repartição está em umas poucas mãos. com isso, a situação geral continua sob o capitalismo. Mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, surge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.

Os capitalistas produzem o excedente para ganhar mais-valia, esta, por sua vez, deve ser sempre reinvestida no intuito de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, equivalente à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. A necessidade eterna de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital molda a política do capitalismo e, confronta os capitalistas com várias barreiras à

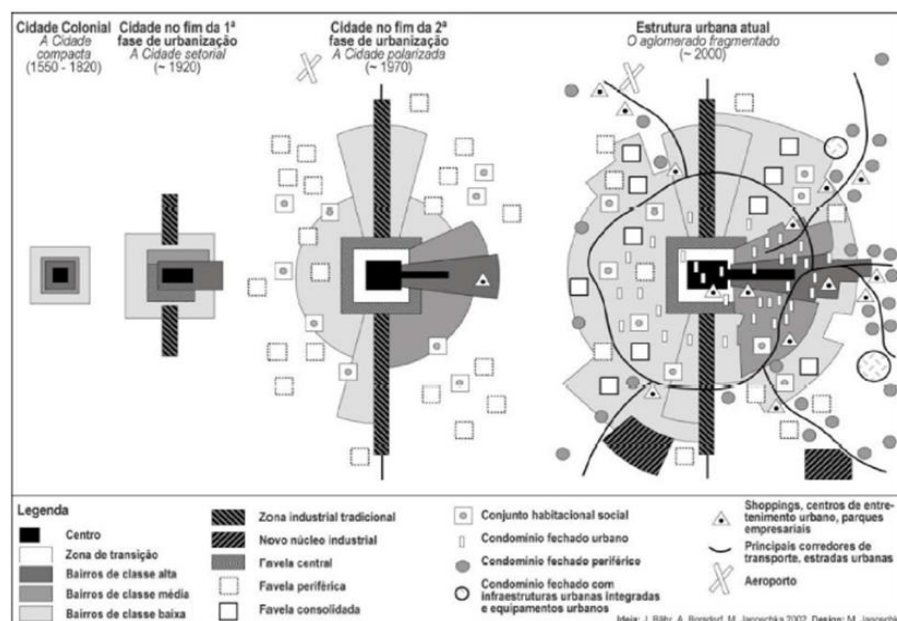
continua e problemática livre expansão. Se o trabalho é escasso e o salário é alto, o trabalho existente deve ser disciplinado.

O espaço urbano é estruturado e influencia na reestruturação da cidade, ou seja, do espaço urbano na perspectiva tanto social, política e econômica. A análise que nos propomos aqui é a da produção e reprodução do espaço dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético, buscando entender de que forma o espaço é produzido pela sociedade urbana, partindo da concepção de que o espaço é produzido a partir de relações sociais de produção marcadas pela atuação dos atores sociais.

A cidade assim pode ser vista como uma produção contínua da sociedade, que materializa no cenário diferentes períodos de reprodução das relações sociais. Em grandes cidades, diferentes períodos de reprodução do capital, de maior ou menor intensidade, estão refletidos na paisagem e contribuem para criar novas relações sociais de produção.

Os processos de dispersão urbana (ver Figura 2) também ocorrem pela necessidade de áreas de serviços, como a implantação de grandes equipamentos e/ou centros para comércio. Estes, na figura de shoppings, escritórios, centros médicos, campi universitários, equipamentos de cultura, lazer e entretenimento. Áreas turísticas, segundo o autor, também apresentam expressivas características de dispersão, conformado por equipamentos de utilização turística e glebas de chácaras e condomínios destinados a 2ª residência.

Figura 2 – Modelo de expansão urbana da cidade latino-americana – de 1550 a 2000.



Fonte: Borsdorf, Bähr & Janoschka (2002), adaptado.

Crescimento urbano é a soma do aumento das áreas em desenvolvimento e uma das formas é a expansão urbana (WEISS, 2016). Já, com uma conotação negativa e no cerne das discussões e preocupações de planejadores e do poder público, há a forma de crescimento dispersa. A expansão urbana (Figura 2) é caracterizada por ser um crescimento urbano a partir de um núcleo de mancha urbana existente, por isso comumente chamada de desenvolvimento de franja, pois tem crescimento contíguo e adjacente para além da borda (WEISS, 2016; MEDEIROS, 2013). No entanto, quando esse crescimento é dotado de baixas densidades, usos singulares e de baixa proximidade, assume a conformação de dispersão urbana.

Finalmente, entre os principais padrões da dispersão urbana, está a fragmentação, caracterizada por se configurar em um desenvolvimento crescente e rápido, o qual é ligado a uma área urbana consolidada (Figura 3) (WEISS, 2016). Com crescimento descontínuo, avança sobre terras livres e propriedades rurais adjacentes à franja urbana, intercalando áreas urbanas e espaços livres.

A rede urbana de um país cogita em amplo alcance o nível de relação dos sistemas produtivo, financeiro e sociocultural em seu território (WEISS, 2016). Esta rede, por sua vez, influencia a forma como aqueles sistemas se instituem territorialmente por meio do papel das cidades enquanto polos organizadores de processos econômicos e sociais, lócus de tomada de decisão. A concepção da rede urbana de um país, seus centros de gestão e as relações entre o território e a sua dinâmica econômica nacional e supranacional auferem valor para além de um vasto diagnóstico de sua economia. Considerar as estruturas de um sistema urbano, suas probabilidades de alteração e de sua potencialidade pode fornecer para a ação de planejamento público e privado, principalmente se considerada a conjuntura de transformações atribuídas pela intensificação das trocas globais, o respectivo barateio de transportes e a disponibilidade a baixos custos de novas tecnologias de comunicação e informação (PEREIRA; FURTADO, 2011; WEISS, 2016).

A estrutura urbana, considerada em sua formulação mais geral, revela, por meio da distribuição espacial das cidades, as características do desenvolvimento econômico e social de uma determinada porção do território. A lógica de sua configuração responde à ação de forças que não se restringem às fronteiras nacionais e regionais e, de certa maneira, respondem à dinâmica global da urbanização, vista enquanto um processo histórico de longa duração, ao mesmo tempo que sintetizam contradições específicas do lugar. (PEREIRA; FURTADO, 2011 págs. 27).

O capitalismo, na versão brasileira de desenvolvimentismo provocou uma quantidade inumerável de problemas para as cidades. Causou aglomerações de migrantes demandando habitação, infraestrutura, serviços e empregos e, por conseguinte, estas demandas recaíram sobre o poder local, que, na maior parte das vezes, não pode receber a todas no tempo necessário. Desse modo, nas cidades brasileiras é impraticável discutir a sustentabilidade urbana sem minimizar os níveis de pobreza, universalizar os serviços de infraestrutura, saúde e educação, reduzir o uso ilegal do solo como por exemplo a ocupação de áreas de risco e a violência urbana, bem como, combater a poluição e degradação ambiental, recuperar, proteger e conservar o patrimônio histórico e ambiental. Evidentemente, tais soluções dependem de adequação do atual modelo econômico, de forma a assegurar os recursos financeiros necessários.

O espaço urbano, sob seu aspecto físico, é comumente considerado como um conjunto composto de espaços edificados, com áreas ocupadas predominantemente por edificações, e de espaços livres, ambos resultantes das ações humanas institucionalizadas ou não. A urbanização é a relação entre sociedade e espaço, é função da organização específica dos modos de produção, que convivem historicamente numa formação social concreta (MEDEIROS, 2013; PIZZOL, 2005). De tal modo, sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente, porque a cada estágio do desenvolvimento da sociedade, retribuirá um estágio do desenvolvimento da produção espacial. O espaço urbano, desta maneira, é estruturado, não é organizado por acaso, replica então à projeção da sociedade que nele vive (PIZZOL, 2005). Portanto, as formas espaciais serão determinadas pela ação humana e propagarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes, de determinado modo de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento peculiar, e da maior ou menor participação da população nas decisões.

Ainda segundo Pizzol (2005), se o espaço é indispensável ao exercício do mando, é bom lembrar que é também suporte necessário e suficiente para que surjam disputas pelo poder. Assim, a análise do processo de urbanização envolve o entendimento das desigualdades sociais presentes neste espaço, através das formas de apropriação, expressas no parcelamento do solo e nas formas de uso. Existe também conexão entre poder e administração dos espaços, então é evidente que “o organizar-se”, desde as primeiras experiências grupais do ser humano, foi sempre, em parte ao menos, um problema de distinguir lugares, valorizando uns e abandonando outros, e de construir

espaços, demarcando porções do território e amontoando pedras com fim simbólico ou utilitário (PIZZOL, 2005; MEDEIROS, 2013).

Gonçalves (2007) relata que a cidade, em consequência do processo de industrialização, desenvolve tanto em termos demográficos como territorialmente. A urbanização, por sua vez, toma uma nova forma, uma vez que além de ser palco do comércio e do poder, isto é, da política, o espaço urbano torna-se também os lócus da produção. O “inchaço” da cidade, propriamente, está coligado diretamente à necessidade de força de trabalho em excesso, sendo essa, uma das principais condições para o acúmulo de capital a partir da indústria.

3.3 URBANIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA ECONÔMICA NO BRASIL

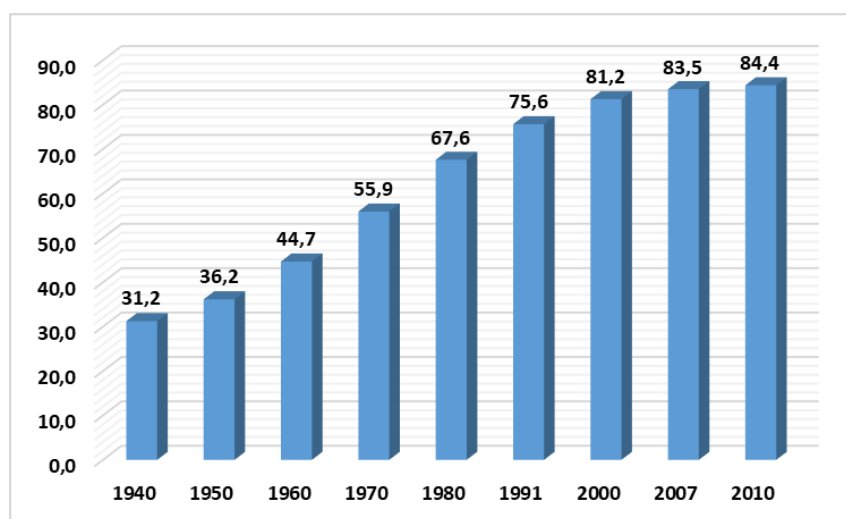
A urbanização é a relação entre sociedade e espaço, “é função da organização específica dos modos de produção, que coexistem historicamente numa formação social concreta” (CASTELLS, 2000, p.111). Assim, sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente, pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade, corresponderá um estágio do desenvolvimento da produção espacial (CARLOS, 1992). O espaço urbano, deste modo, é estruturado, não é organizado ao acaso, responde então à projeção da sociedade que nele vive (PIZZOL, 2005). Assim, as formas espaciais serão produzidas pela ação humana e expressarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes, de determinado modo de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento específico, e da maior ou menor participação da população nas decisões.

De acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE (2010), o Brasil caracteriza-se como país predominantemente urbano, com 84,3% da população vivendo nas cidades (LOBO, 2009). Em poucas décadas, vivenciou a inversão de país agrícola para urbano, passando de pequenos núcleos dispersos e desarticulados a grandes regiões urbanizadas (ver Gráfico 13).

O processo de urbanização do país, para Santos (2013) e Lodder, (1977) tem sua consolidação a partir dos anos de 1920, impulsionadas pelos investimentos do Estado em infraestrutura. Ações articuladas que visavam o desenvolvimento industrial do país, acompanhados do aumento da concentração populacional (MARICATO, 2000; FUJITA, 2008; LOBO, 2009). A partir de 1930 a industrialização se firma com a crescente no contingente populacional assalariado e na modernização da sociedade estimulados pelo

poder público (MARICATO, 2000; SANTOS, 2013). Esta interferência do governo, conforme Arantes et al. (2009) passa a ser decisiva, pois marca o processo de urbanização da população brasileira. A sociedade passa a vivenciar o surgimento e ascensão da burguesia industrial e comercial, protagonistas do crescimento do mercado urbano e de bens e serviços e, conseqüentemente, propulsores do crescimento das cidades (LODDER; 1977). O Brasil passou a configurar-se em uma formação de composição produtiva balizada no binômio industrialização/urbanização. Inicia-se um período de acelerado crescimento populacional marcado por intensos fluxos migratórios do campo para a cidade, suscitando a transição da estrutura produtiva da economia rural agrária para urbano-industrial (FUJITA, 2008; LOPES, 2008; CARMO, 2009; LOBO, 2009) (Ver Gráfico 10). Nesse período de transição, de acordo com Santos (2005), houve o reflexo dessas mudanças no índice de urbanização. Até meados de 1920 havia se registrado a marca de 10,7% e com uma população de 4,5 milhões, em 1940 triplicava, alcançando 31,2% e população 6,2 milhões (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Taxa de urbanização (%) no Brasil (1940 – 2010).



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2010).

O processo de crescimento urbano do Brasil está atrelado às diversas fases de desenvolvimento socioeconômico, vinculado ao progresso industrial. O incentivo e desenvolvimento da indústria como promotores do aumento e diversificação do consumo determinaram a crescente urbana. Reflexo disso foram as grandes metrópoles e suas aglomerações complexas e consolidadas. Entretanto, a acelerada transição de uma sociedade eminentemente rural para uma sociedade urbana, acarretou na produção de um espaço urbano desequilibrado e desigual em termos sociais e econômicos. Gerou a

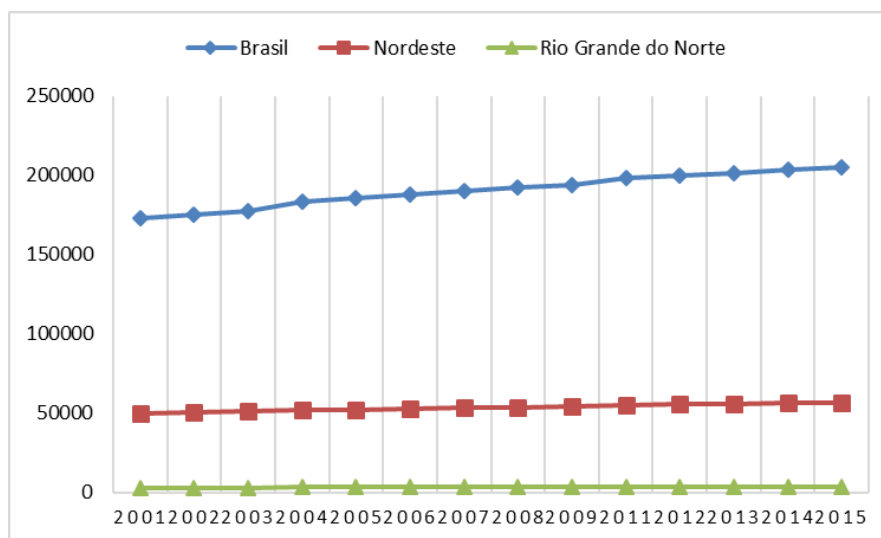
incapacidade de infraestrutura e serviços urbanos necessários para comportar a acelerada urbanização, passando a ser palco de contrastes espaciais (LODDER, 1977; LEFEBVRE, 1999; LOBÃO, 2007; LOPES, 2008; CARRASCO, 2011).

A partir de 1950, visando o desenvolvimento pesado da industrialização, emprega-se a “política desenvolvimentista” do governo Juscelino Kubitschek (1955–1960). Com investimentos e incentivos maciços em indústrias automotivas e de bens duráveis, o cenário urbano brasileiro caracteriza-se pela concentração populacional, atividades econômicas, administrativas, políticas, culturais e instituições financeiras e educacionais nos grandes centros urbanos, a exemplo o sudeste brasileiro (CARMO, 2009; LOBO, 2009). Definitivamente, o processo de urbanização passa a se efetivar e intensificar, consolidando a estruturação e rede urbana (CARRASCO, 2011; POLIDORO, 2012).

O crescimento e a diversificação dos meios de transportes impõem a elaboração de planos para as áreas urbanas que articulem o centro, bairros e extensões adjacentes através de um sistema de infraestrutura que privilegie o aparato viário e a circulação. Com o aumento populacional, suscita-se a necessidade de interligar áreas que abastecessem a demanda por alimentos para uma população urbana não–produtiva. Neste cenário, encontram-se principalmente as médias e grandes cidades, capitais de estados e grande parte delas situadas no litoral brasileiro (LODDER, 1977; FUJITA, 2008).

Nas décadas de 1950 e 1960, acontece o deslocamento de aproximadamente 40 milhões de pessoas, o equivalente a 33,6% da população da época (CARMO, 2009). Culminando, durante os anos de 1970, com a inversão da população rural para urbana (IBGE, 2010) (Ver Gráficos 15 e 16). A população tanto do Brasil, como no Nordeste e no Rio Grande do Norte vieram crescendo significativamente (ver gráfico 14).

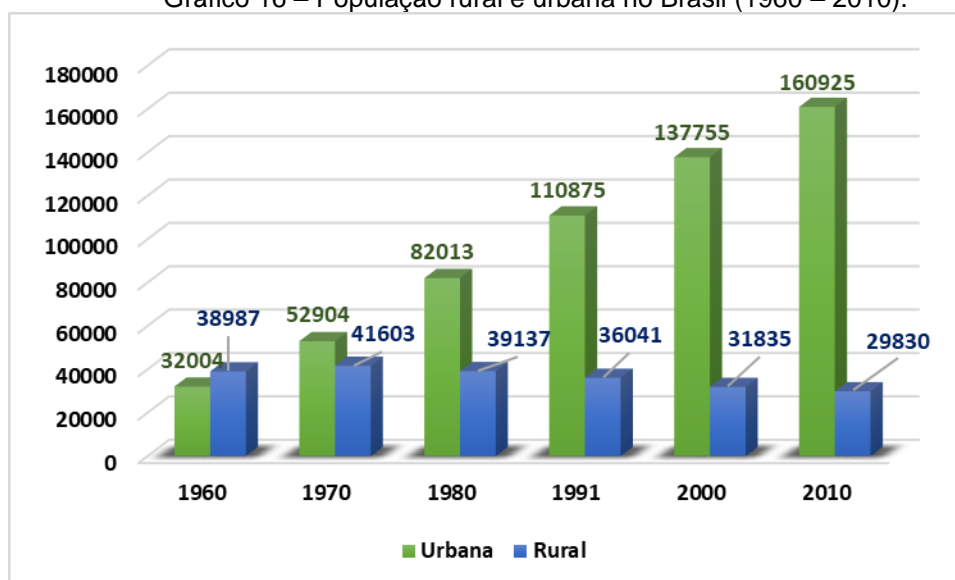
Gráfico 15 – População do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte.



Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

Nas décadas posteriores, mantêm-se o nível de desenvolvimento urbano, registrando-se nos anos de 1980 uma população citadina de cerca de 67,6%. A partir disso, deixando clara a disparidade entre o meio urbano e rural, tanto por número de pessoas como do aporte de infraestrutura (CUNHA, 2005). Segundo os dados do IBGE, (ver gráfico 16) a população urbana vem crescendo cada vez mais no Brasil, e a rural vem diminuindo, ocorrendo assim, uma forte migração para o meio urbano.

Gráfico 16 – População rural e urbana no Brasil (1960 – 2010).



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2010).

Para as cidades da América Latina existe um modelo de expansão urbana (ver Figura 2). Nesse modelo a expansão das cidades está dividida em quatro períodos:

primeiro identificado por cidade colonial período de referência até a década de 1820; o segundo momento chamado de primeira fase de urbanização, influenciada pela imigração europeia até a década de 1920; já o terceiro é a segunda fase da urbanização, marcada pela migração interna, período até a década de 1970; o último é a cidade contemporânea até os anos 2000 (SANTOS, 2011). Em todas essas etapas a cidade mudou de uma forma bastante compactada para um crescimento setorial, passando pela polarização até a fragmentação.

A forma mais tradicional de estudo sobre a fragmentação urbana seria aquela que aborda o centro versus periferia urbana (VILLAÇA, 2011). Essa forma limita-se fundamentalmente a uma descrição. As abordagens sob a óptica centro *versus* periferia, quando ultrapassam a descrição, limitam-se a denunciar a injustiça, não conseguindo explicar a fragmentação nem a articular ao restante da estrutura urbana e da totalidade social. Além disso, já seria motivo suficiente para rejeitá-la, é falsa como descrição da fragmentação. Segundo ela, em nossas metrópoles como também nossas cidades médias e grandes, a segregação dar-se-ia segundo círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia.

No Brasil o processo de dispersão diferencia-se do Norten-americano, pois iniciou com a dispersão de assentamentos de baixa renda, desencadeados pela industrialização. O crescimento populacional intenso, caracterizado inicialmente por uma população rural para urbana, gerou o surgimento de núcleos habitacionais fora das cidades (ver Figura 3). A demanda por moradias, aliada ao baixo poder aquisitivo, fizeram com que esses extratos da sociedade buscassem opções mais baratas. Consequentemente instalaram-se em áreas periféricas e espraiadas, configurando-se em novos loteamentos populares, contudo mantendo certa proximidade com os centros de serviços e atividades industriais, vista a necessidade de oferta de transportes.

Relatando o caso do Brasil, a segunda metade do século passado, o processo de industrialização no Brasil ganhou, categoricamente, uma nova dimensão. Tal ocorrência constituiu-se enquanto representação do papel do país na dinâmica do capitalismo em sua fase monopolista. Nesta conjuntura, tanto a cidade como o campo padeceram grandes transformações com a inserção do capital nas referentes realidades locais ou regionais, fruto do processo de modernização do país. Em 1980, a maior parte da população brasileira já habitava nos centros urbanos. Então, essa população veio a se concentrar principalmente nas regiões metropolitanas, cunhando uma urbanização baseada no processo de metropolização. Ainda que a urbanização brasileira, no

momento contemporâneo, seja integrada em um mesmo propósito, ela aparece de maneira diferenciada porque a modernização é o principal componente dessas mudanças, causando deformidades e reorganizações, modificáveis segundo os lugares, mas interessando a todo o território (GONÇALVES, 2007; COSTA, 2016).

Com o que foi discutido acima (PEREIRA; FURTADO, 2011, Págs. 49 e 50) destacam que:

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico–Cartográficas instituiu 361 microrregiões homogêneas no Brasil para fins estatísticos e de planejamento. Na passagem da década de 1980 para 1990, o IBGE substituiu a antiga divisão de microrregiões homogêneas por uma nova divisão do território nacional em 558 microrregiões geográficas. Segundo o IBGE (2002), esta nova divisão visava suplantiar o critério de homogeneidade, baseando-se na identificação de estruturas de produção diferenciadas que considerassem as relações entre os municípios ao nível local (em termos de produção, distribuição, consumo no varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos). Este conjunto de microrregiões geográficas agrega conjuntos de municípios contíguos (mínimo de um e máximo de 41 municípios) e permanece ainda hoje como uma das divisões oficiais do IBGE para fins estatísticos e de planejamento.

Pode-se dizer o que foi a **política urbana do II PND (1975–1979)** tinha por objetivo gerar a estruturação da **rede urbana** com aces a uma maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e o aumento dos padrões de qualidade de vida por meio das seguintes ações: primeiro pela implantação de regiões metropolitanas e identificação das funções a serem cumpridas pelas metrópoles nacionais e regionais; e segundo a definição de polos secundários como por exemplo as cidades médias.

A tática desta política constituía-se na interiorização e na desconcentração regional da região Sudeste, na ordenação do sistema urbano da região Sul, na dinamização da base econômica das metrópoles regionais do Nordeste, e na promoção das áreas de urbanização recente das regiões Norte e Centro–Oeste.

A política urbana do III PND (1980–1985) do mesmo modo lançava o papel da rede de cidades no desenvolvimento do país, na estruturação do território nacional e na estruturação interna das cidades. Esta política tinha por objetivo a melhor distribuição espacial da população, mediante: i) a estruturação de um sistema de cidades harmonizado com as diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste; e ii) o aumento da qualidade de vida urbana, como na melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico e de transporte urbano.

A estratégia adotada era a interiorização e a desconcentração espacial das atividades econômicas construídas a partir de áreas de descompressão, de expansão controlada, de dinamização e de funções especiais. Na base desta política, destacavam-se as funções estratégicas das regiões metropolitanas e das cidades médias. Esta política urbana avaliava a rede urbana por meio de centros urbanos escolhidos e sua referente área de influência, designando investimentos públicos e privados, em conformidade com objetivos regionais de desenvolvimento (PEREIRA; FURTADO, 2011).

3.4 DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E METROPOLITANO

Nas palavras de Sousa (2006): “O desenvolvimento urbano é visto como destruição de ambientes construídos e deteriorados ou antigos para que dê lugar a construções mais novas”. Daí vem a importância de alguns profissionais como o arquiteto, o urbanista, o sociólogo, o geógrafo, o economista. Cada profissional citado tem sua contribuição ao desenvolvimento urbano.

O desenvolvimento humano e o progresso são equivalentes, embora tenham origens e conotações diferentes. O desenvolvimento humano está próximo ao desenvolvimento econômico e abrange uma mudança estrutural e está conectado a um determinado Estado-nação, a ligação é que progresso é um conceito universal. O progresso é sempre o produto de um organismo social, mas a passagem para ele não é nem pacífico, nem unidimensional, é um processo de tentativa e erro em que os agentes carecem da competência de prever com plausível exatidão as consequências de suas ações. Então, é um processo conflituoso nos níveis individual, coletivo e também de classes sociais, no qual os conflitos são resolvidos, às vezes pela incidência de uma terceira opção que atende aos dois lados, mas geralmente pelo uso da força ou por meio de acordos políticos. Esse conflito pode tomar uma forma leve e positiva porque propaga na concorrência, mas é quase sempre produto de uma superioridade, e se expressa em monopólio e revolta (BRESSER-PEREIRA, 2014).

O progresso é uma ideia e uma ambição do século XVIII, o desenvolvimento, uma ideia e um projeto do século XX que continua no século XXI. Então todo país e cidade busca uma coisa, o desenvolvimento, seja ele econômico, urbano e social, busca o bem-estar social da sociedade. Nas palavras de Bresser-Pereira (2014 p. 53):

Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população.

O desenvolvimento econômico está ligado ao crescimento em estimativas reais, ou seja, em cifras. Como por exemplo, o crescimento de uma empresa ou de um setor produtivo especializado, é considerado uma maneira de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento, está atrelado ao crescimento. O conceito de crescimento deve ser alocado para explicar a expansão da produção real no conjunto de um setor econômico. O crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda ao nível de um subconjunto econômico especializado e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o setor especializado (FURTADO, 1920).

O desenvolvimento segundo Celso Furtado (1920), possui lugar mediante ao aumento da produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse avanço de produtividade como da renda per capita são determinados por fenômenos de crescimento que tem lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As mutações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam consolidar sem modificações na forma de distribuição e uso da renda. A ampliação da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico unicamente é possível mediante a introdução de formas mais dinâmicas de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação de capital, seja inovações tecnológicas, ou a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é expressão do sistema de valores da coletividade. Então, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma sociedade (FURTADO, 1920).

Nas palavras de Furtado é possível entender o que é realmente o desenvolvimento econômico, que está ligado ao crescimento de algum setor econômico que impulsiona a economia. Para haver urbanização é preciso haver crescimento econômico ou progresso técnico, para o qual, as pessoas buscam melhores condições de vida. Então, quando uma cidade se desenvolve, ela atrai uma massa da população que reside nas suas proximidades. Isso quer dizer que ocorreu um desenvolvimento urbano, que está ligado ao crescimento econômico.

Se não houvesse ativos específicos sendo transacionados na economia, possivelmente não haveria escopo para a atuação do Estado no desenvolvimento além da promoção dos mercados, como supõem os teóricos que enfatizam o papel do ambiente institucional no desenvolvimento.

Porém, ativos específicos têm usualmente um papel enorme na economia, exigem estruturas de governança específicas e têm um papel mais importante no processo de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento abarca investimentos em ampla escala com a promessa mais ou menos arriscada de que haverá uma demanda futura por estes investimentos, o que deriva em ativos dedicados. Por sua vez, muito do sucesso do processo de desenvolvimento estar sujeito da formação de mão de obra com elevado grau de especialização e experiente, o que resulta em especificidade de capital humano resultado do aprender fazendo, e assim por diante. O processo de desenvolvimento está densamente adjunto a investimentos em ativos específicos. O fato de o processo de desenvolvimento estar fortemente associado a investimentos em ativos específicos demanda uma responsabilidade significativamente maior por parte do Estado, neste processo, do que é normalmente aceitado, nas visões mais ortodoxas da economia. Muitas vezes, o Estado é o único agente em condições de desempenhar as funções necessárias para que o processo seja bem-sucedido. A primeira função que o Estado deve exercer é a de coordenar os investimentos privados em ativos específicos rumo a um equilíbrio superior, corrigindo, as falhas de coordenação, que incidem quando a incompetência dos agentes para coordenar suas ações resulta em um equilíbrio que é ineficiente (FIANI, 2013).

A urbanização aumenta com o crescimento econômico, quando o perfil da renda se transforma e o emprego se concentra mais nos serviços e na indústria do que na agricultura. O crescimento urbano ocorrido nas últimas décadas transformou o Brasil num país essencialmente urbano com 83% de população urbana. Esse processo se deu especialmente nas Regiões Metropolitanas (RMs) e nas cidades que se transformaram em pólos regionais, ou seja, cidades médias. As RMs possuem um núcleo principal com várias cidades circunvizinhas (TUCCI, 2008).

Com o processo de urbanização, vêm também os problemas, que estão diretamente relacionados com a infraestrutura e a urbanização o que vem acontecendo nos países em desenvolvimento, com evidência na América Latina. Segundo (TUCCI, 2008 pág. 98 e 99) são eles: Grande concentração populacional em pequena área, com deficiência no sistema de transporte, falta de abastecimento e saneamento, ar, água

poluída e inundações. Essas condições ambientais inadequadas reduzem condições de saúde, qualidade de vida da população, impactos ambientais, e são as principais limitações ao seu desenvolvimento. Aumento da periferia das cidades de forma descontrolada pela migração rural em busca de emprego. Esses bairros geralmente estão desprovidos de segurança, de infraestrutura tradicional de água, esgoto, drenagem, transporte e coleta de resíduos sólidos, e são dominados por grupos de delinquentes geralmente ligados ao tráfico de drogas. A urbanização é espontânea e o planejamento urbano é realizado para a cidade ocupada pela população de renda média e alta. Para áreas ilegais e públicas, existe invasão e a ocupação ocorre sobre áreas de risco como de inundações e de escorregamento, com frequentes mortes durante o período chuvoso. Parte importante da população vive em algum tipo de favela. Portanto, existe a cidade formal e a informal. A gestão urbana geralmente atinge somente a primeira (TUCCI, 2008).

A política nacional de desenvolvimento urbano foi estruturada nos anos 1960 e 1970 através da montagem de um sistema de financiamento de habitação e saneamento (RONIK; KLINK, 2011). O governo federal arrecada e redistribui, por meio de empréstimos, os recursos da principal fonte de financiamento destas políticas: um fundo destinado a indenizar trabalhadores demitidos sem motivo, cuja arrecadação líquida é destinada a financiar programas de saneamento e habitação o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Na habitação, o modelo se baseava no financiamento da produção privada e de companhias públicas, ligando posteriormente a oferta de crédito bancário para consumidor final. No âmbito do governo federal, modificações importantes na política de habitação ocorreram no governo Lula, com um aumento espetacular no volume de recursos disponibilizados para o desenvolvimento urbano.

3.5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço se dá no plano da vida cotidiana, na relação que se estabelece entre os diferentes agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano. Salientamos aqui que existem diversos atores sociais responsáveis pela reprodução do urbano e que cada um atua de acordo com seus interesses de classe. Os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, de forma geral, são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e usuários de moradia, os promotores

imobiliários, o Estado e as instituições governamentais, e os grupos sociais excluídos (CORREA, 1993, p. 12; HARVEY, 1980, p. 139).

A reprodução das relações sociais de produção e da luta de classe se dá na apropriação e dominação do espaço no cotidiano, sendo internalizada: no lazer, cultura, na escola e na universidade, ou seja, no espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 47). A reprodução da sociedade se materializa no espaço; a cidade, portanto, é pensada, desejada e construída pelos agentes responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano. A partir da perspectiva que estamos entendendo o espaço urbano, todas as formas de apropriação e dominação no urbano representam contradições e conflitos que se materializam no espaço. Uma das principais formas de apropriação e dominação do espaço urbano que queremos salientar aqui é a caracterização do solo como mercadoria nos espaços urbanos capitalistas (SANTOS, 2005).

O espaço como mercadoria acaba por ocultar as suas especificidades, que é então apropriada como valor de troca pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários, cujo conteúdo não é mais percebido pelos indivíduos, posto que estejam submetidos à troca e à especulação.

A produção do espaço urbano, como diz Cavalcanti, “implica entender esse espaço como relacionado apenas a cidade, mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida.” (2001, p. 16). Entretanto, o processo de produção se abre para o processo de reprodução demonstrando a dialética da natureza e da sociedade que realimenta o ciclo da apropriação do espaço. Nessa análise, encontra-se inserida como forma material do espaço urbano a cidade, que é condição e meio para a produção e reprodução das relações sociais no espaço. Para Lefebvre (2001), o urbano que é representado pelas relações sociais a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, não se desvincula de uma morfologia, ou seja, o urbano precisa estar ligado ao plano “prático-sensível”, à forma concreta para a materialização dessas relações. Logo, cidade e urbano se diferem pelo sentido, sendo a primeira a forma e o segundo o conteúdo. Mas a diferenciação não exclui ou separa uma da outra, ao contrário os dois se interligam de maneira interdependente e contraditória. Para o autor não pode haver confusão ou separação na compreensão das duas concepções, reduzindo a ideia à metafísica ou à imediatez sensível. A vida urbana e a cidade são formas complementares e necessitam uma da outra para se reconhecerem (SANTOS, 2005).

No processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo concretizaram efetivamente. Por meio da rede urbana e da crescente rede de comunicações ligada a ela, remotas regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial. Vários estudos foram realizados em diferentes países como nos Estados Unidos, Canadá, Índia e União Soviética, entre outros, para descobrir, empiricamente, as dimensões básicas de mutação de um dado sistema urbano, como também, sua permanência ao longo do tempo e a existência de dimensões básicas descobertas, estão aquelas atinentes a tamanho, especialização funcional, particularidades sociais e aumento demográfico (CORRÊA, 2015; RODRIGUES; SILVA, 2007).

A forma atual da rede urbana do Brasil foi desenvolvida com embasamento em um conjunto de critérios atinentes à tipologia da dimensão dos centros urbanos. A tipologia ocupacional e vinculação funcional dos centros urbanos e à tipologia da forma urbana adquirida por esses centros. A rede urbana do país abrange o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, propriedades e ocupações que se estabelecem entre estes e com as relativas áreas rurais. É desenvolvida por centros urbanos de extensões transformadas, que constituem analogias ativas entre si de distintas dimensões. São essas interações que replicam não apenas pela atual adaptação espacial da rede, mas do mesmo modo por seu progresso futuro, sujeita a abrangência que é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas (MOTTA; AJARA, 2001). Ainda sob esses autores eles afirmam que:

A classificação da rede urbana está baseada em critérios e indicadores selecionados que consideram: a intensidade relativa de cinco características que qualificam a posição dos centros urbanos na rede urbana brasileira e as distintas formas espaciais que configuram a rede urbana (aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas, eixos urbanos articulados, centros urbanos que não constitui aglomerações urbanas e outras formas.

O espaço urbano apresenta-se dinâmico, cuja dinamicidade é imposta ao fato desse ambiente ser representação de procedimentos sociais, econômicos e políticos. Com isso, o modo capitalista de produção estimula constantemente mudanças na sociedade, as quais fornecem para fatos de reestruturações urbanas. A cidade, como espaço de produção e consumo de capitais, compõe em si mesma, o ambiente de um procedimento de valorização seletivo. Em que o capital se move, digamos assim, favorecendo determinadas áreas em que possa garantir a sua valorização (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2009) estes autores mencionam em seu trabalho que:

Segundo Corrêa (1995 *apud*, Alves; Ribeiro Filho, 2009) a emergência do processo de centralização e a gênese da Área Central, estão relacionadas com o modo capitalista de produção. Por meio dessa área de concentração de atividades de comércio e serviços e terminais de transportes, a cidade garantia sua conexão com a hinterlândia. Em decorrência disso, a área central tornou-se a área de maior acessibilidade no espaço urbano.

O homem é o membro essencial da discussão da produção do espaço, sem ser desvinculado de suas categorias sociais peculiares da obra de sua vida material por meio do método de produção de seus meios de subsistência. Então, é a partir do trabalho que ele modifica a sua realidade. A indispensável relação entre sociedade e espaço acontece no intercalo em que a produção da vida não é só a produção de bens propendendo suas indigências materiais, mas a produção de relações sociais. Tais relações socialmente estabelecidas impõem singularidade às parcelas do espaço e se proferem no contexto espacial. O espaço adequado pelas relações sociais, determinado contraditoriamente por meio das relações de trabalho e, assim, produzido enquanto espaço urbano precisa ser compreendido, enquanto representação da vida em todas as suas grandezas e como articulação indissociável dos planos tanto locais, quanto também mundial. O que abrangeria, basicamente, as possibilidades de mutação da realidade. Considerando a cidade, esta consentiria em ponderar o plano do lugar revelando o habitado e a vida cotidiana por meio dos espaços-tempo da realização da vida (LIMA; COSTA, 2010).

Os agentes que produzem o espaço são os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado como produtor de espaço e os grupos sociais excluídos. Ambos possuem interesses no espaço. Os proprietários fundiários estão interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm mérito no crescimento da cidade, na extensão da sua organização urbana, para isso, pressiona o poder público a investirem para que estas áreas tenham o uso que seja o mais remunerador admissível, principalmente para o uso comercial ou residencial de status, como os condomínios fechados por exemplo. Já os promotores imobiliários contêm como função principal gerir uma técnica complexa que envolve um contíguo de ações e agentes. São os promotores imobiliários que adquirem a terra, determinam a localização, a dimensão das unidades e a qualidade do prédio, quem irá edificar o imóvel, o merchandising e para concluir a negociação ou alteração do capital-mercadoria em capital-dinheiro, imediatamente adicionado de lucros.

Já a função do Estado na coordenação espacial da cidade tem sido muito abstrusa. Pois, esta complexidade está basicamente no fato de ser o Estado um dos

fundamentais e essenciais fabricantes industriais, consumidor do espaço e de localizações por nobreza, além de dono fundiário e agente imobiliário. De tal modo, é nisso que deriva a sua complexidade. Por outro lado, o Estado é um regulador do solo urbano por meio da criação de leis e normas ligadas ao uso do solo, dentre outras as normas do zoneamento e o indicador de obras. Portanto, sua atuação é complexa e incerta. A ação do Estado se faz de modo mais corrente através da fundação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, manutenção e criação de parques, coleta de lixo, construção de grandes rodovias, para o deslocamento de pessoas e mercadorias. Esses serviços convêm tanto para as empresas como a população. O desempenho do Estado tende, especialmente, instituir as condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. O Estado produz, assim, chão, espaços habitáveis, áreas públicas, saneamento, porém, propendendo acatar as demandas da sociedade capitalista, o Estado capitalista cria também segregação. O imposto predial e territorial será um grave fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, instigando a segregação social e espacial. Com os grupos sociais excluídos na sociedade capitalista verificam-se amplas diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Essas pendências se anunciam na maneira como a cidade capitalista está constituída, fragmentada e como seus serviços são destinados. A habitação, por exemplo, é um desses bens em que o acesso é seletivo, ou seja, grande maioria da classe trabalhadora não tem acesso, não possuem renda para adquirir um imóvel. Este é um dos mais expressivos indícios de exclusão que não ocorre de forma avulsa. Paralelamente a este fato, os grupos excluídos arcam, ainda, com baixíssimos níveis de escolaridade, com altos índices de subnutrição e as altas taxas desemprego (SILVA; MÂCEDO, 2009).

O espaço urbano aparece como um lócus de heterogeneidade das relações sociais e econômicas (FREITAS; FERREIRA, 2011). Então, é no espaço urbano, que se encontra a produção, a comercialização, os investimentos e as transações que conformam a dinâmica da circulação do dinheiro no território. É onde se encontram as diferenças sociais de apropriação do dinheiro que circula e dos lucros promovidos pelo Estado e como pelo empreendimento privado, trazendo impactos territoriais de ordem socioespacial.

De tal modo, que se encontra na cidade capitalista a centralidade da oferta de bens e serviços e, em outro extremo, a deficiência dos mesmos em áreas suburbanas ou periféricas. Não apenas as relações de mercado configuram o espaço urbano, ou

seja, este é caracterizado por uma dinâmica estabelecida nas relações sociais de seus habitantes com o espaço de vivência. Se existe uma vida atribuída pelas relações capitalistas de produção e acumulação, pode-se chamar de uma ordem socioespacial, existe ainda uma “contraordem” formada na vida diária dos moradores da cidade que se estabelece sobre o território deixando suas marcas ocasionadas por fazeres e saberes compostos por um dinâmico processo histórico de relação com o espaço.

É interessante o que os autores consideram como definição de espaço urbano. Todos caracterizam o espaço como o lugar em que o ser humano o transforma, usando este, para obter a sua sobrevivência e seu bem-estar social. Como também, é no espaço em que ocorrem relações sociais, políticas e econômicas. Tanto o mercado, quanto o Estado são essenciais para o processo de desenvolvimento econômico e social.

Segundo Corrêa (2015) o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos da terra sobrepostos entre si. Os usos determinam áreas, como por exemplo, o centro da cidade, no qual este, é o ponto de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão. Como também, extensões industriais e áreas residenciais, caracterizadas em circunvizinhanças de forma e de fundo social, como por exemplo as áreas de lazer e etc. este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou meramente o espaço urbano fragmentado. O espaço urbano fragmentado e articulado, imagem, condicionante social, são um conjunto de emblemas e campo de lutas.

A Figura 3 ilustra de modo sintético os atores produtores do espaço urbano, segundo Corrêa (2015):

Figura 3 – Produção do espaço urbano.



Fonte: (CORRÊA, 2015). Elaboração própria.

A área central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua terra mais central. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização. A cidade sustenta uma série de relações com indivíduos exteriores a ela. O surgimento da área central foi percebido de forma clara com a Revolução Industrial. A ampliação de produtos industrializados provocou a necessidade de uma malha de transportes que abastecesse a crescente demanda, dando motivo para a edificação das grandes ferrovias. A partir de então constata-se um processo de aglutinação em torno das estações ferroviárias pelo amplo fluxo de pessoas que circulavam nas estações. Os empresários procuravam estabelecerem próximos às massas de pretensos consumidores. Com isto, iniciou-se a aglutinação de investimentos e estabelecimentos em torno das estações de transportes, demarcando a área central da cidade (CORRÊA, 2015).

Com a forte procura por localizações próximas à área central da cidade, o preço do imóvel elevou-se sobremaneira. Com isso, atualmente, apenas os empreendimentos nos quais o lucro deriva diretamente do fator localização continuam a buscar um “ponto” nesta área da cidade. As grandes indústrias de base que independem da clientela no local estão investindo em terrenos mais distantes, onde o custo é bem menor, ou seja, terrenos grandes e baratos.

Nascimento (2014, p.5): ilustra que a teoria da “produção do espaço” de Henri Lefébvre (1978) enfatiza a produção contínua do espaço e sua ligação com o seu principal produtor na cidade: o Estado.

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os donos do capital, assim como para a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia política do espetáculo, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011).

Para Carlos; Souza; Sposito, (2017) a produção do espaço, seja o da rede urbana, seja do intra-urbano, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supra orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade

e espacialidade de cada formação sócio espacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram (CARLOS, SOUZA; SPOSITO, 2017). E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intra-urbano.

3.6 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO NO NEOLIBERALISMO

As cidades e regiões se tornam agentes neoliberais fundamentais, pois a própria competição inter-territórios se torna um fator importante na dinâmica geoeconômica do neoliberalismo, passando a ser insumo de decisões de investimento e localização que rebatem sobre a própria dinâmica regional e nos próprios padrões de regulação praticados de forma decisiva. E assim, os capitais em busca de oportunidades criadas por ambientes tornados mais favoráveis à sua reprodução ganham vantagens criadas por esta transformação das cidades e das regiões em agentes neoliberais importantes. A autonomia relativa que as escalas local e regional ganham na reestruturação pós-fordista se torna um plano importante de ajuste regulatório que os capitais buscam influenciar e criar combinações favoráveis (MAGALHÃES, 2015).

A produção da cidade capitalista, tanto no que se refere à sua estrutura material como ideológica, é resultada diretamente da ordem dominante. A produção do espaço urbano é resultante da materialização da ordem capitalista com todas as contradições inerentes a ela, produzidas para atender aos imperativos da acumulação do capital. (CANETTIERI, 2017). Assim, não se pode perder de vista que “a estrutura social está presente na cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 66).

Verifica-se que a produção da cidade ocorre subjugada aos interesses de classes. Sua realização enquanto valor de troca atende apenas às demandas impostas pelos capitalistas e, desta maneira, a produção do ambiente construído da cidade se transforma em um poderoso mecanismo de acumulação de capital por parte das classes capitalistas, sendo que o Estado se tornou um ente fundamental na organização desse processo desde, pelo menos, a *haussmanização* de Paris no século XIX (HARVEY, 2015). Assim, a própria urbanização é transformada em um negócio para absorver capitais sobre acumulados de outras esferas e circuitos. (CANETTIERI, 2017 pág. 516).

A produção capitalista do espaço está vinculada diretamente a uma racionalidade prática do neoliberalismo, funcionando como uma “nova razão do mundo” (DARDOT;

LAVAL, 2016). E enquanto se apregoa o suposto “fim da história” ou a “era pós-ideológica” (ZIZEK, 1996), tal produção se torna a única razão advogada como válida, reproduzindo a dominação da mercadoria como forma básica da socialização. Derivada dessa lógica, ocorre a implementação de uma “cartilha” de *best practices* que, juntamente com um discurso legitimador próprio, combina imagens e um arcabouço jurídico-político para lhe conferir efetividade em diferentes contextos e escalas. Essa ontologia neoliberal pode ser assim sumarizada: privatização dos ativos que se encontram em posse do Estado, aliado ao discurso da falência deste e à necessidade do financiamento das políticas públicas urbanas, alardeadas como única resposta possível à “crise” (CANETTIERI, 2017 pág. 516).

A teoria das crises do capital aparece dividida em três momentos, de acordo com a obra marxiana. Num primeiro momento, a organização da força de trabalho e a escassez de mão de obra acabariam por reduzir a taxa de acumulação até o ponto de crise do capitalismo. Em seguida, o foco recai na deficiência da demanda efetiva ou no subconsumo como problema fundamental, pois, por definição, os trabalhadores consomem menos valor do que produzem. Já num terceiro momento, ocorreria a queda tendencial da taxa de lucro médio baseada na ideia da busca competitiva por inovações para a produção, além do deslocamento da mão de obra do setor produtivo. Todavia, como indica Harvey (2013), cada uma dessas teorias revela algo de importante sobre a dinâmica contraditória do capitalismo, sendo manifestações superficiais da tendência à superacumulação que, segundo o autor, é o limite próprio do capitalismo (CANETTIERI, 2017 pág. 516).

Na nova gestão neoliberal adotam-se como parâmetro da política urbana (de habitação, de trânsito, ambiental, etc.) termos inspirados em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, como é o caso do planejamento estratégico. Isso, segundo (VAINER, 2000), tornou-se um imperativo para os governos das cidades, pois hoje o urbano está submetido às mesmas condições e desafios que as empresas. De acordo com o autor, o nexos central do urbano é a competitividade, uma vez que este tornou-se uma mercadoria. O “vender o urbano” tem se revelado a mais primordial função dos governos, pois é “insumo valorizado pelo capital” (VAINER, 2000, p. 79). Assim, promove-se o marketing urbano, que procura vender a cidade ressaltando determinados atributos de interesse nos regimes de valorização, enquanto se escondem outros que são negativos para esse regime. As cidades tornaram-se, portanto, empresas – são as multinacionais do século XXI (CANETTIERI, 2017 pág. 516).

O urbano foi apropriado por uma classe social que explora não apenas o trabalho, mas a própria reprodução da vida. Como esclarece (VAINER, 2000 p. 85), “de fato todo

o urbano tem como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produto standardizados. ” Os lucros que o urbano produz são destinados a uma pequena parcela da população, enquanto as mazelas produzidas por esse processo atingem grandes contingentes populacionais (HARVEY, 2012).

Segundo Costa (2014) no capitalismo os espaços são continuamente produzidos e reproduzidos através do trabalho social, porém não apresentam a mesma capacidade de valorização. O que se verifica é o direcionamento dos maiores investimentos para os espaços que o capitalista julga de maior potencialidade. Desta maneira o capital se movimenta na procura dos espaços que melhor atendem as suas necessidades. O que determina a disposição ou não do capital em se instalar neste ou naquele espaço é muito mais a “viabilidade” econômica da produção que se pretende realizar ali. O capital tem condições de subverter o papel dos chamados obstáculos naturais à produção; porém, o que vai definir se ele realizará ou não a valorização de determinados espaços é a sua possibilidade de autovalorizar-se. (MORAES; COSTA, 1999, p. 178). A ação do capital tem como objetivo a valorização. Isso faz com que os investimentos sejam dirigidos para onde existem melhores condições, segundo os interesses capitalistas e conforme as necessidades e recursos disponíveis, o que conduz ao desenvolvimento desigual. Os obstáculos naturais não são grandes empecilhos para o capital, visto que os avanços nos meios de comunicação e transportes permitem a apropriação de praticamente qualquer território para a produção. O que realmente vai definir a atuação são as possibilidades de retorno (COSTA, 2014).

No capitalismo o que interessa é a acumulação de capital e não de espaço, mesmo que o espaço seja uma necessidade e uma condição para a valorização, a mobilidade do capital ou transferência geográfica de valor tornou possível seu deslocamento em busca da ampliação dos lucros.

O capital na procura de ampliação dos lucros produz/reproduz, valoriza ou desvaloriza o espaço. Para o capital não há constrangimento em se retirar de um país, de um estado ou de um município para se instalar em outro, desde que exista a possibilidade de mobilidade, que é mais rígida em alguns setores e mais flexível em outros (COSTA, 2014). Assim, entendemos que o capital produz e reproduz espaço com o objetivo de ampliar os lucros. Contudo, contraditoriamente a ação do capital existe resistência estabelecida por determinados grupos sociais organizados. Essa resistência também pode produzir espaço.

Correlacionado com o parágrafo acima Singer (1998) quando fala de capitalismo, estamos nos referindo a um modo de produção e a uma formação social. Esta última domina vários modos de produção, dos quais o capitalista é o maior e o hegemônico. Por isso, a formação social que vem se espalhando pelo mundo, nos últimos 200 anos, também é chamada de capitalismo. Então, A infraestrutura capitalista se move pela incessante revolução das técnicas de produção e pela ininterrupta invenção de novos produtos. Estas mutações originam-se, via de regra, nas empresas capitalistas e é fundamentalmente por isso que o capitalismo, enquanto modo de produção, é hegemônico. As revoluções tecnológicas, que geram novas maneiras de produzir e de consumir, são movidas planejadamente pelas grandes empresas capitalistas, mediante uma atividade sistemática de pesquisa e desenvolvimento P&D (SINGER, 1998). Os demais modos de produção são atingidos pelos novos produtos e métodos e se adaptam a eles.

Além disso, a dinâmica da infraestrutura é produzida pelo investimento produtivo, tanto na manutenção, reparação, ampliação, etc. das empresas existentes como na criação de novas. Todos os modos de produção investem, pois disso depende sua continuidade e desenvolvimento. Mas, a capacidade de investir do capitalismo é maior, exceto em períodos de guerra ou de reconstrução ou em determinadas conjunturas da industrialização, quando os investimentos mais importantes são realizados pela produção pública (SINGER, 1998). Normalmente, o ritmo de crescimento da infraestrutura é determinado pela acumulação de capital, ou seja, pela contraversão das empresas capitalistas.

3.7 CONCLUSÃO

A discussão posta até o momento é relevante para entender especificamente, o tecido urbano de determinada cidade, uma vez que este espaço é produto de um processo de urbanização. No entanto, este processo se manifesta de maneira diferenciada no tempo e no espaço, ainda que seja produto, talvez hoje, mais do que nunca, de uma lógica global do capitalismo. O espaço urbano revela-se como os lócus da diversidade de relações sociais e econômicas e é a expressão da principal base territorial para o desenvolvimento do capitalismo, a cidade.

O presente capítulo trouxe o que é a Dinâmica Urbana e como ela é composta. Também, ilustra que a cidade em consequência do processo de industrialização, cresce

tanto em termos demográficos quanto territorialmente. Ilustrou o processo de urbanização, em que a urbanização, por sua vez, toma uma nova forma, sendo palco do comércio e da política, o espaço urbano torna-se também os lócus da produção. Ilustra também, que a cidade não é só produto da história, como também, reproduz a história do morar, do habitar, do trabalhar, do comer, e do beber, enfim, do viver, ou seja, de relações sociais e econômicas.

O capítulo ilustrou que a nova gestão neoliberal adota como parâmetro da política urbana de habitação, de trânsito, ambiental, os termos inspirados em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, como é o caso do planejamento estratégico. Isso se tornou um imperativo para os governos das cidades, pois hoje o urbano está submetido às mesmas condições e desafios que as empresas. Logo, a reprodução da sociedade se materializa no espaço; a cidade, portanto, é pensada, desejada e construída pelos agentes responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano.

4 DINÂMICA ECONÔMICA E URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

4.1 INTRODUÇÃO

A região metropolitana corresponde a uma amostra definida institucionalmente, com finalidade, composição e limites determinados. Por sua vez, a metrópole corresponde à cidade principal de uma região, as conexões de comando e coordenação de uma rede urbana que se destaca pelo tamanho populacional e da economia como também, pelo desempenho de funções complexas e diversificadas, multifuncionalidades que constituem relações econômicas com várias outras aglomerações, e, a aglomeração metropolitana corresponde à marca de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se concentram as maiores atividades de fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios com variados níveis de integração (CLEMENTINO, et.al, 2007).

No Brasil, as Regiões Metropolitanas foram institucionalizadas na era militar, de modo que a sua gestão era rodeada de tecnocracia e autoritarismo em uma conjuntura de centralismo autoritário Estatal. A institucionalização das Regiões Metropolitanas tratava-se de uma estratégia de desenvolvimento nacional, tratavam-se de tentáculos do poder central nos espaços de maior geração de riquezas e poder político. Após do advento da Constituição de 1988, a concepção das Regiões Metropolitanas passa a ser de responsabilidade dos Estados, com o objetivo de planejar e gerenciar interesses comuns dos municípios das regiões metropolitanas (FULGÊNCIO, 2015), que por sua vez estimulariam dinâmicas urbanas de atração de investimentos.

Dessa forma, esse capítulo revisa a formação da região metropolitana de Natal com o propósito de materialização dos investimentos das dinâmicas urbanas, objeto da dissertação. Portanto, o presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre a dinâmica econômica e urbana da Região Metropolitana de Natal por meio da explanação sobre o mercado imobiliário de Natal, do breve discurso sobre os eixos de investimento da região, assim como da identificação de alguns empreendimentos que alteraram a dinâmica urbana da Região Metropolitana de Natal.

Diversos setores econômicos têm influenciado a dinâmica urbana da região, e em especial o hoteleiro e turístico. Portanto, as principais ações de desenvolvimento desse setor são pontuadas, bem como ações de políticas públicas voltadas para o amadurecimento dessa atividade econômica. Finalmente, fatores locacionais de

investimentos imobiliários urbanos são identificados e relacionados à atividades de geração de emprego e renda, afetando na dinâmica urbana da região são explorados. Especial atenção é dada ao Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida como vetores de desenvolvimento urbano.

4.2 A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RMN)

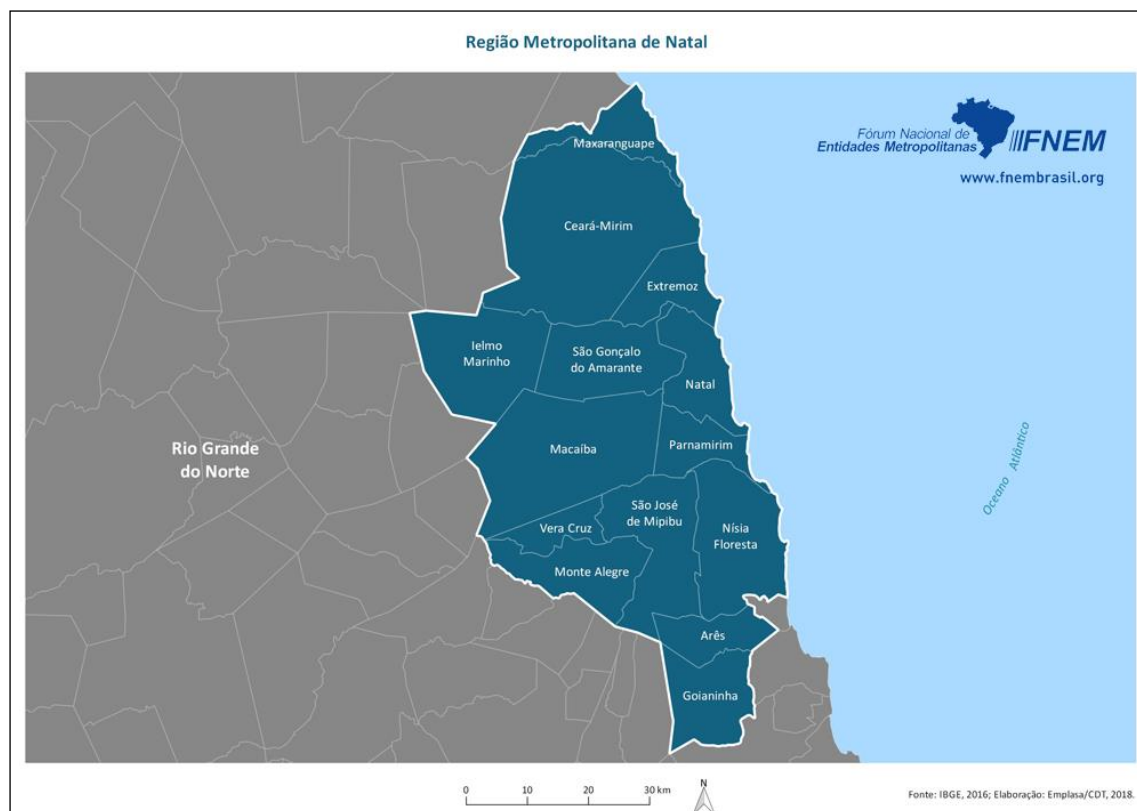
A criação da Região Metropolitana de Natal ocorreu por meio da lei estadual complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, inicialmente compreendendo os municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba e Extremoz. Nísia Floresta e São José de Mipibu foram incluídos em 10 de janeiro de 2002 (lei complementar 221). Posteriormente, por força da lei complementar estadual nº 315, de 30 de novembro de 2005, foi adicionado o município de Monte Alegre. E em 2009, por meio da lei complementar nº 391, de 22 de julho de 2009, é a vez de Vera Cruz integrar a região.

Um projeto de lei, de autoria do deputado estadual George Soares, pretendia adicionar o município de Ielmo Marinho à região metropolitana, devido à sua proximidade com o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante. Outro projeto, do deputado Poti Júnior, sugeria a inclusão de Maxaranguape na Grande Natal. Ambos os projetos, aprovados em 2011, foram vetados em 2012 pela então governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini. No ano seguinte, o então presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Ricardo Motta, promulgou a lei complementar estadual 485, e o município de Maxaranguape foi adicionado. Em 27 de julho de 2015, o governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, sancionou a lei complementar 540, que incluiu Ielmo Marinho na Grande Natal. Tempo depois, também foram incluídos os seguintes municípios: Arês e Goianinha.

A Região Metropolitana de Natal congrega na atualidade catorze municípios do estado do Rio Grande do Norte (Figura 5), formando a quarta maior aglomeração urbana do Nordeste, perde apenas para as regiões metropolitanas de Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE) formando a décima nona maior região metropolitana do país.

O Estado do Rio Grande do Norte possui 167 municípios e a Região Metropolitana de Natal com apenas 14 municípios, englobando grande parte da população do estado. Em 2016, o número de habitantes no estado era de aproximadamente de 3,4 milhões, enquanto que a RMN contava com 1,5 milhões de habitantes (ver Gráfico 18).

Figura 4 – Mapa da Região Metropolitana de Natal.



Fonte: IBGE, 2016; EMPLASA, 2018

Do ponto de vista do incremento populacional da Região Metropolitana de Natal, do ano de 2000 a 2010 houve um crescimento absoluto de 307.683 habitantes, e de 2010 a 2018, um incremento de 236.051 habitantes, apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 2,62% e 2,03% respectivamente nos mesmos períodos (Tabela 3).

Tabela 3 – Incremento populacional da RMN em relação ao dado anterior – anos de 2000, 2010 e 2018.

Incremento populacional da RMN em relação ao dado anterior					Participação em Relação (%)	
Ano	População Residente	Absoluto	Relativo (%)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)	Ao Total do Estado	Ao Total do País
2000	1.043.321	–	–		37,64	0,61
2010	1.351.004	307.683	29,49	2,62	42,64	0,71
2018	1.587.055	236.051	17,47	2,03	45,62	0,76

Fonte: IBGE; Elaboração: EMPLASA/GIP/CDI, 2017.

A RMN abriga segmentos de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicas como privados: uma Universidade Federal, uma Universidade Estadual, uma Universidade Particular, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (nível médio e superior), Centro de Tecnologia do Gás, sete Faculdades Particulares sendo uma em Parnamirim, Laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, Laboratórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), Colégios Agrícolas de Jundiá e Ceará–Mirim (CLEMENTINO, et.al, 2007).

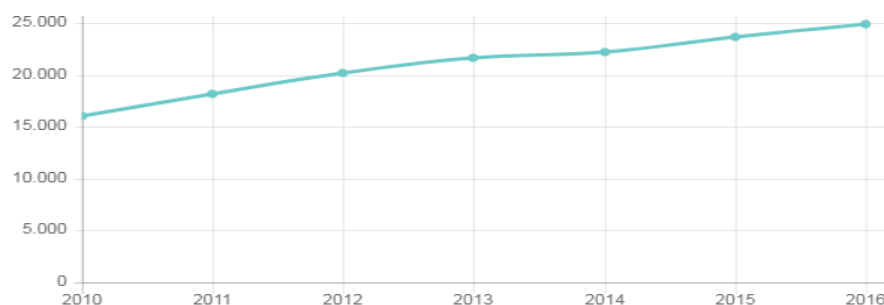
Tabela 4 – População dos municípios da RMN – anos de 2000, 2007, 2010 e 2016.

Cidades	2000	2007	2010	2016
Arês	11.323	12.236	12.924	14.176
Ceará Mirim	62.424	65.450	68.141	73.370
Extremoz	19.572	21.792	24.569	27.933
Goianinha	17.661	20.347	22.481	25.685
Ielmo Marinho	10.249	11.649	12.171	13.559
Macaíba	54.883	63.337	69.467	79.211
Maxaranguape	8.001	8.969	10.441	12.030
Monte Alegre	18.874	20.590	20.685	22.311
Natal	712.317	774.230	803.739	877.662
Nísia Floresta	19.040	22.906	23.784	26.994
Parnamirim	124.690	172.751	202.456	248.623
São Gonçalo do Amarante	69.435	77.363	87.668	99.724
São José de Mipibu	34.912	36.990	39.776	43.598
Vera Cruz	8.522	10.313	10.719	12.196
Total	1171903	1318923	1409021	1577072

Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

As relações econômicas e funcionais entre Natal e a periferia metropolitana se dão sob intensa liderança de Natal, por causa do seu valor econômico e a concentração de serviços públicos, em que a sua posição é marcante na rede socioeconômico da capital. Por exemplo, pode-se observar no Gráfico 17, em se tratando do PIB per capita de Natal, um crescente constante na série apresentada de 2010 a 2016.

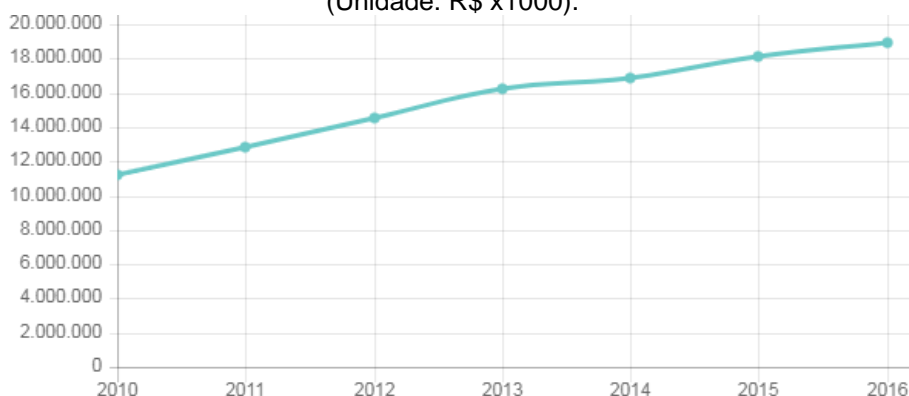
Gráfico 17 – PIB per capita de Natal, série revisada. Unidade em R\$.



Fonte: IBGE.

Já em relação ao valor adicionado bruto a preços correntes, o mesmo pode ser observado a cada ano (Gráfico 18), ou seja, um crescimento constante na série apresentada. Observa-se apenas, uma ligeira redução na taxa de crescimento entre os anos de 2013 e 2014.

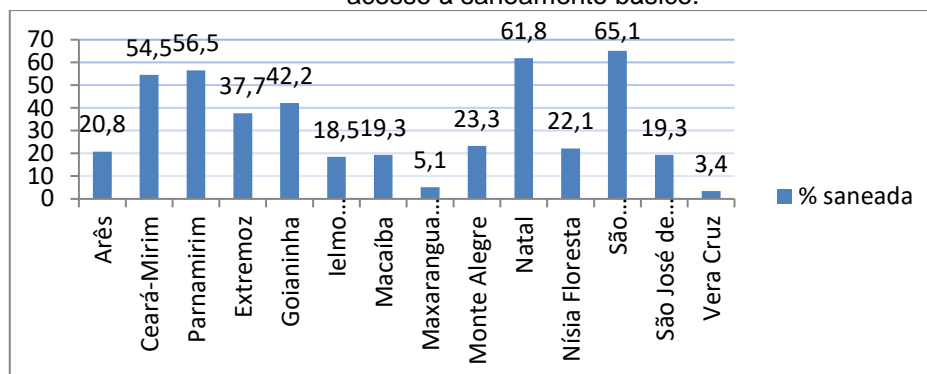
Gráfico 18 – Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada (Unidade: R\$ x1000).



Fonte: IBGE.

O dinamismo econômico pode afetar demandas por serviços de infraestrutura que já se apresentam bastante comprometidos, como por exemplo o serviço de saneamento. O Gráfico 19 abaixo apresenta os baixos índices das cidades que compõem a Região Metropolitana de Natal, principalmente Vera Cruz (3,4% de área saneada apenas), Maxaranguape (5,1%), Ielmo Matinho (18,5%), Macaíba (19,3%), São José de Mipibu (19,3%), Arês (20,8%), Nísia Floresta (22,1%) e Monte Alegre (23,3%). Tendo os maiores índices de área saneada da Região Metropolitana, Natal (61,8%) e São Gonçalo do Amarante (65,1 %) apresentam índices sofríveis.

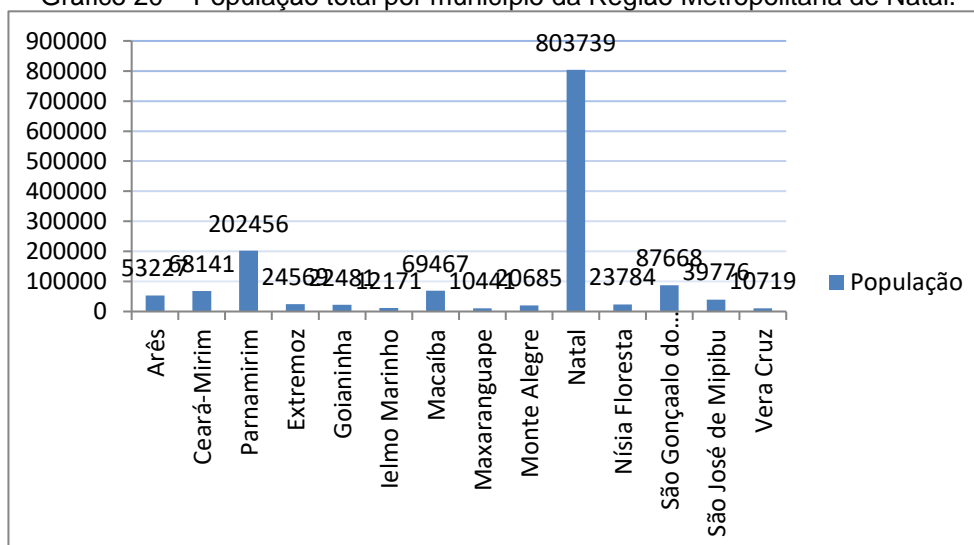
Gráfico 19 – Distribuição por município da Região Metropolitana de Natal com acesso à saneamento básico.



Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

Do ponto de vista da concentração populacional, a cidade de Natal é de longe a mais populosa, possuindo uma população de mais de 800.000 habitantes (Gráfico 20). Parnamarim, a segunda cidade mais populosa possui pouco mais de 200.000 habitantes, e a terceira cidade mais populosa (São Gonçalo do Amarante) possui menos de 88.000 habitantes. A cidade de Natal é, sem dúvidas um pólo de atração populacional na região.

Gráfico 20 – População total por município da Região Metropolitana de Natal.



Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

Na Região Metropolitana de Natal as ações legais, políticas e geográficas interatuam entre si de forma complexa, designando um espaço único no estado do Rio Grande do Norte, em que a dinâmica metropolitana produz de forma distinta em seu território. Então, implicar que a dinâmica dos municípios que formam a metrópole funcional é diferente da existente na metrópole institucionalizada. Com isso, é perceptível que o elemento urbano metropolitano aconteça de forma mais intensa e proeminente

nesses municípios em que a ligação com o centro é mais intensa (CLEMENTINO, et. al. 2015).

4.3 ATIVIDADES DOS SETORES ECONÔMICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

As atividades na Região Metropolitana englobam: a) empresas dos ramos têxtil; b) rede hoteleira de primeira linha (hotéis de 3, 4 e 5 estrelas); c) a indústria da construção civil; d) num outro extremo, uma variedade de pequenos negócios ligados ao turismo e a outras atividades correlatas ou dele decorrentes e que garantem ocupação a uma parcela também significativa de mão de obra, e que são marcados pela baixa produtividade, baixos rendimentos e pelas relações informais de trabalho (CLEMENTINO, et. al. 2007).

O setor de hotelaria foi evidenciado no Rio Grande do Norte em 1971 a partir da criação da Empresa de Promoção e Desenvolvimento Turístico do Rio Grande do Norte (EMPROTURN), seguido de investimentos para implantação de infraestrutura hoteleira e turística, de forma a enquadrar o turismo como atividade desenvolvimentista por meio da criação de empregos diretos e indiretos, mas de forma sazonal.

A atividade turística de Natal foi incentivada com a construção da Via Costeira no final da década de 1970, ligando a Praia de Areia Preta à Praia de ponta Negra. Seguido ao processo de urbanização da década de 1980 o desenvolvimento do turismo no estado seguiu o binômio “Sol e Mar”.

Nas últimas décadas, a rede de hotelaria cresceu significativamente, por meio da construção de hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, assim como das diversas atividades econômicas que são demandadas pelo setor de hotelaria, das mais diversas atividades formais e informais. Nas praias, por exemplo, é bastante comum encontrar pessoas trabalhando por conta própria. Nos lugares turísticos, trabalhadores informais que estão em busca uma renda. Como existem hotéis de luxo, restaurantes de luxo para os turistas, em que os grandes empresários ganham com isso. Por outro lado, estão as pessoas de baixa renda, que sobrevivem do trabalho informal, vendendo mercadorias nas praias, barracas entre outras coisas mais.

A estrutura de desenvolvimento territorial urbano, relacionada à dinâmica populacional e seus rebatimentos na economia urbana, ocasiona as amostras visíveis

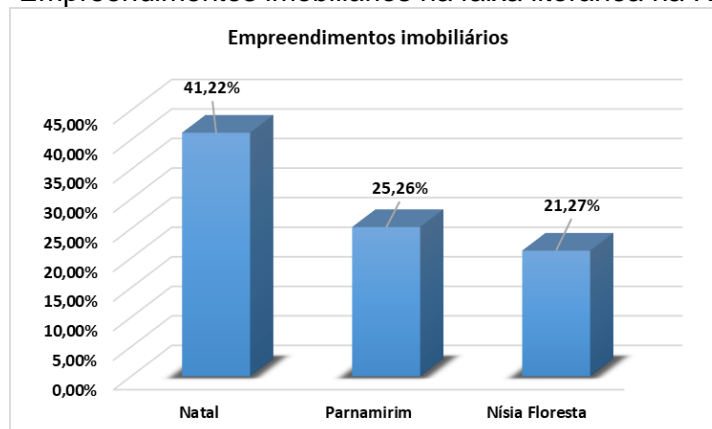
dessas desigualdades sobre a organização social do território metropolitano de Natal, no qual concentra uma forte desigualdade econômica e social.

A dinâmica imobiliária pode ser definida como uma somatória de processos que evidenciam a transformação e valoração sobre o uso do solo em uma lógica de produção de imóveis – construídos ou de lotes ditos “urbanizados”. Amplas faixas da área metropolitana, especificamente as áreas litorâneas, passam a ser ocupadas por tipologias imobiliárias até então pouco expressivas. Para caracterizar as “novas dinâmicas” foram utilizados dois indicadores: a) a quantidade e localização dos empreendimentos imobiliários formais (flats, condomínios fechados horizontais e verticais, condhotéis e resorts), voltados a um período mais longo de permanência; b) e o volume de investimentos estrangeiros na economia do RN, no período de 2001 a 2006 (FERREIRA; SILVA, 2007)

Entretanto, é necessário evidenciar que as “novas dinâmicas” não excluem os tradicionais produtos imobiliários existentes em Natal e em sua área conturbada. Ocorre que após o encerramento dos financiamentos pelo BNH (em 1986), os setores da construção civil e imobiliário passaram por uma reestruturação em suas estratégias de atuação, voltando seus produtos para a classe média e média alta natalense, nos anos de 1990. A Verticalização concentrada em alguns bairros da cidade, os condomínios fechados em áreas de valorização imobiliária e o lançamento de tipologias de alto custo de comercialização foram algumas das estratégias do mercado imobiliário formal na década passada. O turismo, em finais da década de 1990, modificou esse cenário, atraindo um novo comprador capitalizado em euro ou dólar.

O debate sobre os efeitos da globalização no território já se apresenta relativamente consolidado na literatura acadêmica. Entretanto, sua percepção no cotidiano das áreas urbanas, dá-se de modo diferenciado a depender da inserção econômica que determinado território representa. No Rio Grande do Norte, o turismo amplia a percepção dos efeitos da economia globalizada, principalmente quando se articula ao setor imobiliário. Nesse sentido, é importante identificar como as inversões de capital estrangeiro se dão na economia local (FERREIRA; SILVA, 2007).

Gráfico 21 – Empreendimentos imobiliários na faixa litorânea na RMN em 2006.



Fonte: (FERREIRA; SILVA, 2007). Elaboração própria.

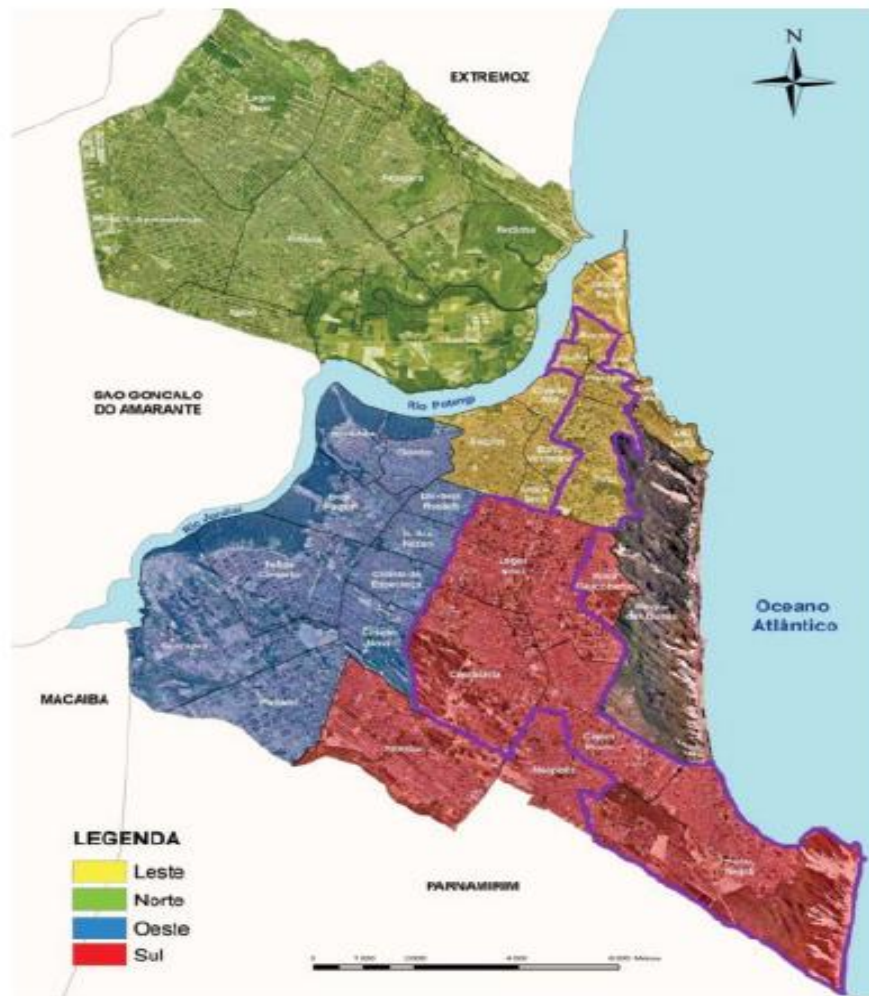
Identificados os capitais que permitem as novas dinâmicas no setor imobiliário e turístico, faz-se necessário compreender a relação espacial dos empreendimentos construídos e com as sedes municipais da área metropolitana. No período de 2001 a 2006, foram identificados juntos aos órgãos ambientais de licenciamento (IDEMA e secretarias municipais), cerca de 370 empreendimentos imobiliários; destes, 53,69% localizam-se em área não litorânea e 43,61% adjacente a linha de praia. Natal com 41,22% do total, seguido pelo município de Parnamirim com 25,26% e Nísia Floresta com 21,27%, perfazem um total de quase 88% de toda a nova dinâmica imobiliária (ver Gráfico 21). Por esse motivo, concentraremos nossa análise nesses três municípios. Atualmente, o pólo metropolitano de Natal apresenta 41,22% do total de empreendimentos analisados, sendo que destes 41,93% em bairros litorâneos – principalmente em Ponta Negra (37,47%), com predominância de ocupação do tipo flat e condomínio fechado vertical, servindo sobretudo de hospedagem de veraneio para os europeus e 58,06% em localidades não litorâneas. Toda a produção imobiliária está restrita em um eixo centrosul, abrangendo bairros da Região Sul como Candelária, Lagoa Nova, Capim Macio e Ponta Negra, além do bairro de Areia Preta na Região Leste. Neste mesmo eixo estão localizados quase 70% de todos os edifícios verticais de Natal (Cf. COSTA, 2000 e BASTOS, 2004; FERREIRA; SILVA, 2007) além dos altos valores do solo de toda a área metropolitana.

O efeito da nova dinâmica foi a formação de novas centralidades na parte sul da cidade o que causou o aumento no valor do solo inviabilizando, para a classe média, a obtenção de imóveis a preços locais; então, o mercado imobiliário passou a ocupar áreas contíguas a região sul de Natal, no município vizinho de Parnamirim, uma área de conurbação, com sua malha viária integrada a Natal e voltada para o consumo da classe

média. Parnamirim apresenta três áreas de ocupação urbana: a) uma primeira, a sede, originária da Base Área e dos serviços por esta gerados; b) a segunda, uma área decorrente da expansão imobiliária de Natal, formando o bairro mais populoso do município – Nova Parnamirim. Este bairro é caracterizado pela presença de condomínios fechados e apartamentos para a classe média que trabalha em Natal; c) uma terceira área, localizada na faixa litorânea que materializam momentos diferentes de ocupação: casas de veranistas construídas nos anos de 1970 e 1980 e, mais recentemente, imóveis produzidos para o setor Turístico Imobiliário. Parnamirim responde por 25, 26% do total de empreendimentos analisados, sendo destes 16,84% litorâneos e 83,16% não litorâneos; este volume de investimentos está localizado, em 69,47% dos casos, fora da sede do município. Somente no bairro de Nova Parnamirim, área de conurbação com Natal, possui 53% de todos os lançamentos imobiliários do período analisado. Este fator tem acarretado modificações significativas na relação sede e periferias” – seja litorânea ou não. A primeira refere-se ao fator populacional, onde Nova Parnamirim já representava em 2000 (IBGE, 2000) 21,58% de todos os domicílios do município e a área de praia contém 14,59% dos domicílios. A segunda modificação refere-se à relação infraestrutura e arrecadação de impostos: em Parnamirim, o perfil dos moradores, principalmente nas novas áreas de ocupação, indica que 92,2% da população migram diariamente para trabalhar ou estudar no pólo de Natal (CLEMENTINO, 2005; FERREIRA; SILVA, 2007). Na faixa de praia ocorre o efeito “cidade fantasma”, onde os domicílios são efetivamente ocupados apenas por quatro meses ao ano, deixando ociosas as redes de infraestrutura e de serviços (FERREIRA; SILVA, 2007 págs. 12 e 13).

A Figura 5 ilustra o Eixo de Investimentos e Valorização Imobiliária em Natal segundo as zonas mais valorizadas por ordem a sua valorização imobiliária a zona sul está no mapa na cor vermelha, é a zona mais valorizada. Em segundo a leste que está na cor amarela, é a segunda mais valorizada. A Oeste na cor azul está em terceira posição e a Norte na cor verde em quarta.

Figura 5 – Natal: Eixo de Investimentos e Valorização Imobiliária – EIVI.



Fonte: (SILVA, 2015 pág. 5).

Estudando a valorização do solo na cidade de Natal, Ferreira (1996) considerou, de modo geral, os bairros que fazem parte de quatro grupos distintos. Em um primeiro grupo estariam os bairros da cidade considerados centrais e consolidados, tais como Ribeira, Petrópolis, Cidade Alta e Tirol; os bairros intermediários e em processo de consolidação, como Dix–Sept Rosado e Lagoa Nova; bem como os bairros que pertencem à área periférica de expansão, na qual se enquadram Candelária II, Capim Macio e Ponta Negra (FERREIRA, 1996, p. 410). No segundo grupo, estariam dispostos os bairros nos quais predominam os conjuntos de habitação unifamiliares ou blocos construídos pela INOCOOP, bem como áreas de ocupação espontânea antiga. Exemplos desse grupo são os bairros do Alecrim, Barro Vermelho e Lagoa Seca. Em um terceiro grupo encontram-se dois tipos de bairros. De um lado, os bairros ao norte do centro da cidade, os quais a ocupação deu-se posteriormente à Segunda Guerra Mundial, e ao sudoeste com apropriação mais recente. Em ambos os casos, foram

ocupados, genericamente, por uma população de baixa renda, tais como Guarapes, Felipe Camarão, Quintas, Rocas, Mãe Luiza e Bom Pastor. No quarto grupo se encontram os bairros da zona periférica e de expansão ao norte de Natal, também conhecidos como “do outro lado do Rio”. Segundo Ferreira (1996, p. 421), com exceção de Redinha, de ocupação mais antiga, os outros bairros foram ocupados mais recentemente com as políticas de habitação da COHAB/RN (Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio Grande do Norte), além de autoconstruções.

A concentração dos segmentos mais ricos da população natalense no eixo de concentração, no qual a cidade desenvolve-se e produz seu marketing. A esse respeito, foi feita uma pesquisa, a qual elaborou um levantamento das últimas gestões da prefeitura de Natal, no que concerne às logomarcas utilizadas como forma de marketing urbano. Via-se no Governo de Garibaldi Filho (1985–1988) a utilização de um símbolo histórico para a cidade: a Fortaleza dos Reis Magos, construída no período colonial pelos portugueses para ser o forte contra os invasores. O Governo de Aldo Tinôco (1993–1996), por sua vez, utiliza-se da imagem da fachada histórica da prefeitura. O primeiro Governo de Wilma de Faria (1997–2000) utiliza-se da imagem do Farol de Mãe Luiza, também um dos principais atrativos históricos da cidade. É no segundo mandato de Wilma de Faria (2001–2002) que se pode ler, através da sua nova logomarca, a busca por uma formulação de uma imagem de cidade moderna para Natal, apresentando o “Pórtico dos Reis Magos” (GUIMARÃES, 2010). Analisando as logomarcas usadas na publicidade das gestões das prefeituras de Natal, Guimarães (2010) chegou à conclusão de que essas logomarcas se orientam de acordo com o eixo de expansão urbana da cidade, em direção à Região Sul, mais privilegiada do que a região Oeste e Norte, no que tange os aspectos gerais de infraestrutura. Medeiros (2011) traz em sua tese a discussão do que denomina EIVI – Eixo de Investimentos e Valorização Imobiliária. Este eixo compreende, como o próprio nome sugere, os bairros que estão contidos na área de maior investimento e, conseqüentemente, de maior valorização imobiliária. Na figura 2 fica evidente que, no eixo observado pela autora, encontram-se os bairros de status da cidade de Natal. Interessado no principal corredor viário que liga a RMN em formação, Petronilo Júnior (2007) constrói o conceito de “Espaço Central das Atenções” (ECA). Este se constitui como o corredor de 22 Km que vai “da primeira passarela de Parnamirim, limite entre os bairros Boa Esperança e Cohabinal/Parnamirim – BR – 101, até a Maternidade Januário Cicco, localizada no bairro de Petrópolis/Natal” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 49). O autor afirma que “o que há hoje de melhor na infraestrutura

construída da cidade, concentra-se no eixo Sul-Leste, evidenciando que a mesma obedeceu a um explícito direcionamento no sentido dos espaços atinentes às elites e à atividade turística” (SILVA, 2015, Págs. 2 e 3).

A análise do espaço da cidade aparece como uma extensão em que não é apenas espacial, mas também de forma temporal, ao mesmo tempo em que mostra uma intensa contradição nos processos de apropriação do espaço pela sociedade. Porque o espaço urbano é produto da consolidação de relações sociais que se realizam em um determinado momento. Então essa indissociabilidade de tempo e espaço ganha dimensão quando é avaliada através da intervenção do uso, que revela os modos de apropriação. Isto é, no diagnóstico geográfico, o tempo revela-se na maneira de assimilação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana. Na morfologia pode-se encontrar marcas daquilo que resiste e daquilo que traz a marca da transformação, ou seja, as marcas das mudanças, mais ou menos radicais feitas pelas intervenções do planejamento (CARLOS, 2007). A imagem a seguir mostra a paisagem da capital do estado.

A Ponte Newton Navarro (Imagem 1), por sua vez, se transformou em cartão postal da cidade. Para certo grupo de empresários, além de dar fluidez ao trânsito entre a Zona Norte e o restante da cidade, a nova ponte aparece como uma alternativa para as classes de menor renda que não podem adquirir o seu primeiro imóvel nas áreas mais valorizadas da cidade e passam a comprar imóveis com preços mais baixos na Zona Norte, tendo em vista que a ponte “aproximou” essa área do restante da cidade (SILVA, 2015).

Imagem 1 – Vista da Ponte Newton Navarro e da cidade do Natal



Fonte: Universitas4.

⁴ Disponível em: <<http://universitas.ce.ufrn.br/conheca-natal/>> Acesso em ago. 2017.

Como ilustra Leal (2015) existe empreendimentos que gera grandes impactos na paisagem da cidade. Por exemplo, em Natal, a mudança do Aeroporto de Parnamirim para São Gonçalo do Amarante, gerou impactos como a valorização dos imóveis, criação de novos empregos e etc. Além de gerar empregos, o aeroporto muda completamente a paisagem onde ele se instalou. As Imagens 2 e 3 mostram o antes e o depois da construção do aeroporto. Vale ressaltar o quanto de empregos formais essa construção gerou para a população. Mesmo depois de construído, existe uma quantidade significativa de pessoas trabalhando no aeroporto, sendo um pólo de geração de emprego e renda na região, além de ter valorizado os imóveis localizados nas proximidades.

Imagem 2 – Local da construção do aeroporto de Natal



Fonte: Veja.com⁵.

Imagem 3 – Aeroporto Internacional Aluizio Alves



Fonte: Apartamento 7026.

As Imagens 4 e 5 ilustram a transformação da paisagem urbana de Natal, da década de 1960 para os dias atuais. Como principais mudanças podemos perceber o sistema viário que ficou mais complexo e o processo de verticalização.

⁵ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/aeroporto-de-natal-a-15-meses-da-copa-85-da-obra-esta-por-fazer/>> Acesso em ago. 2017

⁶ Disponível em: <<https://apartamento702.com.br/saiba-como-chegar-aeroporto-de-natal-pagando-r-250/>> Acesso em ago. 2017

Imagem 4 –Baldo da cidade de Natal no século XX



Fonte: Brechando⁷.

Imagem 5 – Imagem do Natal atual.



Fonte: Via Certa Natal⁸.

As Imagens 6 e 7 ilustram o Morro do Careca na cidade do Natal, que teve suas condições físicas modificadas, sendo estabelecida uma nova ordem (LAMAS, 2004). O morro do careca ao seu redor era inabitado, era um espaço natural. Logo mais, trona-se um espaço humanizado, com a construção de casas, edifícios e etc.

No litoral de Natal, o processo de urbanização e transformação da paisagem também ocorreu. O lugar do Morro do Careca era praticamente esquecido até a década de 1980, no século passado, onde praticamente apenas os pescadores moravam ao seu redor. Com o *boom* do setor imobiliário esses pescadores foram “expulsos” e grandes hotéis, restaurantes e condomínios de luxo foram construídos, além de casas, hotéis, restaurantes, boates exclusivamente para turistas. Enquanto que as pessoas de renda baixa estão localizadas na vila de Ponta Negra. É interessante o poder que tem o capital, em mudar completamente a conjuntura de uma cidade, como também de transformar a imagem de uma cidade.

⁷ Disponível em: <<http://www.brechando.com/2015/08/informacoes-sobre-o-canal-do-baldo/>> Acesso em ago. 2017.

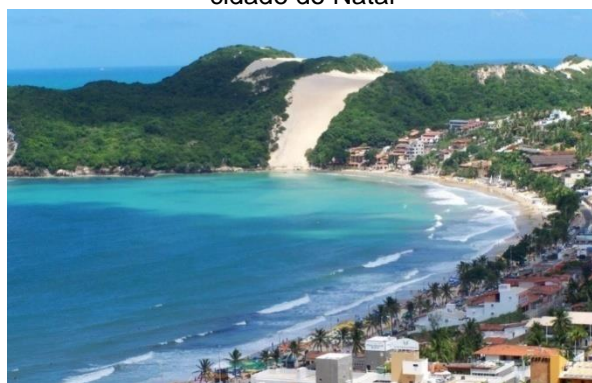
⁸ Disponível em: <<http://www.viacertanatal.com/2015/09/rodoviaros-protestam-pedindo-mais.html>> Acesso em ago. 2017.

Imagem 6 – Morro do Careca no século XX



Fonte: Curiozzzo9.

Imagem 7 – Morro do Careca na Atualidade na cidade do Natal



Fonte: DicaNordeste10

A dinâmica imobiliária, por meio do deslocamento das atividades do setor, é referência para compreender as mudanças na estrutura intra-urbana. Então, a ação ligada aos capitais incorporadores detentores do solo urbano e também dos capitais construtores e elaboradores da moradia, incidirá na mudança de uso do solo. Pelo meio da transformação do uso, em que os capitais obtêm lucro, e isso os obriga a investirem onde houver possibilidades de transformação, ou seja, o movimento do capital imobiliário é delimitado por uma estrutura espacial pré-existente e pelos valores sobre o ambiente arquitetado futuro. É por meio dessa lógica, que a estruturação intra-urbana e a residencial em particular, tem como atitude decisiva a ação dos capitais imobiliários através da busca de um “mark-up” urbano conformando espaços distintos na cidade (ABRAMO; FARIA, 1998).

Para realizarem seus ganhos fundiários, o capital imobiliário emprega estratégias de ação, tais como a atuação de forma concentrada, delimitando áreas de valorização, e a inovação do produto que será oferecido, no caso a habitação. Essa inovação não se refere apenas aos atributos do imóvel em si, como altera o padrão de ocupação de toda uma área, valorizando-a em relação às outras áreas da cidade. As estratégias são externalidades, que são incorporadas ao valor dos imóveis, definindo assim, acesso diferenciado das famílias com diferentes rendimentos. De tal modo, a estratégia de inovação para atrair demanda, se traduz na oferta do bem habitação com todos os seus atributos essenciais, como características físicas, e extrínseco como a acessibilidade que a localização da moradia permite usufruir. Essas qualidades simulam os valores de uso do imóvel, por sua condição essencial de abrigo do homem, como também

⁹ Disponível em: <<https://curiozzzo.com/2015/07/08/as-20-melhores-fotos-antigas-de-natal-rn-muitas-voce-nunca-viu/>> Acesso em ago. 2017

¹⁰ Disponível em: <<http://dicanordeste.com.br/cinco-lugares-para-visitar-em-natal/>> Acesso em ago. 2017

representa um ativo da economia familiar, e sua aquisição levará em consideração a sua valorização futura na estrutura de preços imobiliários na cidade (ABRAMO, 1998). A estratégia de inovação da habitação para atrair demanda, serve para diferenciar o novo imóvel do estoque existente, e com isso produz um efeito “depreciador” no estoque, que perde a atratividade anterior, elevando a importância das novas construções (ABRAMO; FARIA, 1998).

O morro do careca é uma paisagem exuberante, atrai muitos turistas. Os restaurantes, hotéis com vista para o morro são bastante apreciados pelos turistas. Nos últimos anos, foi proibida a subida no morro, pois estava destruindo a imagem bela. Em que a areia estava descendo. Daí vale apenas ressaltar que a autora Ermínia Maricato (2001), chama de recuperação de áreas consolidadas. Como também é proibido construir casas muito próximas ao morro, pois pode ocorrer um desmoronamento.

A Figura 6 mostra os bairros da cidade do Natal. A parte em Vermelho se encontra o bairro de Ponta Negra, sendo o bairro em que o mercado imobiliário deu um “boom” é um dos bairros mais caros de se morar, ou seja, é um bairro em que se alocam turistas.

O processo de transformação da cidade de Natal ocorreu de maneira seletiva e intensificou a produção desigual do espaço, por haver privilegiado uma parcela da população com renda mais elevada e, em consequência, propicia espaços exclusivos para que essa demanda se ponha em áreas nobres, como o bairro de Ponta Negra. Ao analisarmos as características do solo urbano na cidade de Natal, tais como localização ou atributos urbanos, podemos perceber os interesses dos diversos agentes produtores do espaço para extrair renda da terra. Nesse sentido, Natal possui um aspecto de cidade-mercadoria (VAINER, 2000).

Como mercadoria, partes das cidades são disputadas por aqueles que podem escolher onde morar e pagar pelas localizações disputadas. Os preços pagos pela localização nas cidades nem sempre representam os reais valores de mercado, mas satisfazem às demandas estimadas pelas pessoas que pagam por esses locais de moradia.

Além da dimensão espacial, outras vertentes, contemporâneas principalmente no âmbito da economia e da demografia, advertem a importância de fatores individuais no entendimento das condições de acesso as políticas públicas. Essas características sociais e demográficas da população são alvos que poderiam estimular maior acesso a subsídios e maior conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento e os canais de acesso a certas políticas públicas.

A construção do estádio de futebol conhecido Arena das Dunas foi fundamental para a dinâmica imobiliária do seu entorno (Imagens 8 e 9). O estádio, do ponto de vista simbólico, chega a dar nome a empreendimentos, que se utilizam claramente da proximidade com o estádio, como maior meio de venda, tanto para quem quer encontrar o “bem morar”, quanto para quem quer investir. O empreendimento da construtora Capuche recebeu o nome de Residencial Corais das Dunas, em clara alusão à proximidade com o estádio mais esperado da cidade. Outro empreendimento que aproveitou a “Arena das Dunas” para valorização é o “Quartier Lagoa Nova”, que é um lançamento da Cyrela Plano & Plano e Abreu. Segundo divulgação de uma empresa de comunicação, a expectativa pré-copa era a de dinamização e valorização imobiliária do bairro de Lagoa Nova (SILVA, 2015).

Associada a essa dinâmica imobiliária, a localização da Arena das Dunas também fortaleceu o mercado do turismo nas suas proximidades. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de 10 milhões de reais para a construção de uma unidade do Hotel Íbis. Essa operação dá-se no contexto do Programa BNDES ProCopa Turismo, o qual visa a modernização do parque hoteleiro nacional para a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (PORTAL DA COPA, 2012).

Imagem 8 – Antigos estádios da cidade do Natal



Fonte: Tribuna do Norte¹¹.

Imagem 9 – Atual estádio da cidade do Natal



Fonte: Jean Souza¹².

¹¹Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bens-do-machadinho-e-machadao-sao-leiloados/194265> cesso em: 17/07/2017.

¹² Disponível em: <http://www.jeansouza.com.br/arena-das-dunas/tce-aponta-sobrepreco-em-estruturas-usadas-na-arena-das-dunas-na-copa/> Acesso em ago. 2017.

Outro empreendimento, o “Porto Arena”, foi batizado com esse nome na busca de uma associação com o projeto mais esperado da cidade. Mesmo estando distante em torno de 3Km, o empreendimento da Ecocil agrega valor com o discurso da Copa do Mundo e da proximidade do novo estádio, vendendo a ideia de que “o Porto Arena se encontra no bairro da Candelária, a menos de cinco minutos da Arena das Dunas, que sediará os jogos da Copa do Mundo 2014 em Natal (SILVA, 2015).

A cidade de Natal nos últimos anos vem se expandido no que se refere aos condomínios residenciais. O bairro Nova Parnamirim é considerado pelo setor Imobiliário como uma das melhores áreas para investir, devido a disponibilidade de terreno, infraestrutura básica e proximidade do centro de Natal (Imagens 10 e 11). “Esse eixo de Nova Parnamirim, próximo à Avenida Abel Cabral e a BR-101 é muito procurada pelo Mercado Imobiliário devido a estrutura que já possui” explica a gerente regional da Cyrela Plano e Plano. No bairro, tem tudo o que a população precisa, escola, supermercados, transporte coletivo e etc. Então, o bairro se torna atrativo tanto para o mercado imobiliário para investir, como atrativo para as pessoas quererem morar neste bairro.

Segundo a Prefeitura do Natal¹³ os melhores bairros para apartamentos em Natal como Alto da Candelária, Petrópolis, Capim Macio, Morro Branco, Tirol, Ponta Negra, Lagoa Nova e Nova Parnamirim. Infelizmente, nem todas as pessoas estão aptas a comprar ou alugar apartamento. Isto porque a grande maioria desses investimentos se baseia em financiamentos a longo prazo, com taxas de juros muitas vezes elevadas pelas pressões da inflação e uma incerteza premente de instabilidade econômica.

Imagem 10 – Bairro Nova Parnamirim



Fonte: Tribuna do Norte 14.

Imagem 11 – Vista aérea de área residencial com apartamentos em Nova Parnamirim



Fonte: Imóveis e Imóveis 15.

¹³<https://natal.rn.gov.br/>

¹⁴ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/nova-parnamirim-espaco-supervalorizado/194599>
Acesso em 18/12/2018.

¹⁵ Disponível em: <http://www.imoveiseimoveisltada.com.br/imovel/631539/apartamento-venda-parnamirim-rn-nova-parnamirim> Acesso em 18/12/2018.

Alguns fatores contribuem na busca por terrenos e imóveis, inclusive, para fins especulativos, são eles: localização geográfica privilegiada, ofertas de serviços especializados, investimentos públicos e privados e implantação de novos serviços. Nos primeiros anos deste século, investidores estrangeiros, em busca de lucros futuros, faziam aquisições de terrenos, visando a sua valorização, seguindo a lógica da especulação imobiliária. Na cidade de Natal, há muito tempo que a especulação imobiliária ocorre de forma acelerada e seletiva. Pode-se observar que na zona sul da cidade, com a construção de novos condomínios fechados horizontais e verticais, existe uma supervalorização imobiliária dessas áreas, sobretudo, com a concentração da população de maior poder aquisitivo (BARBOSA, 2014; (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2008).

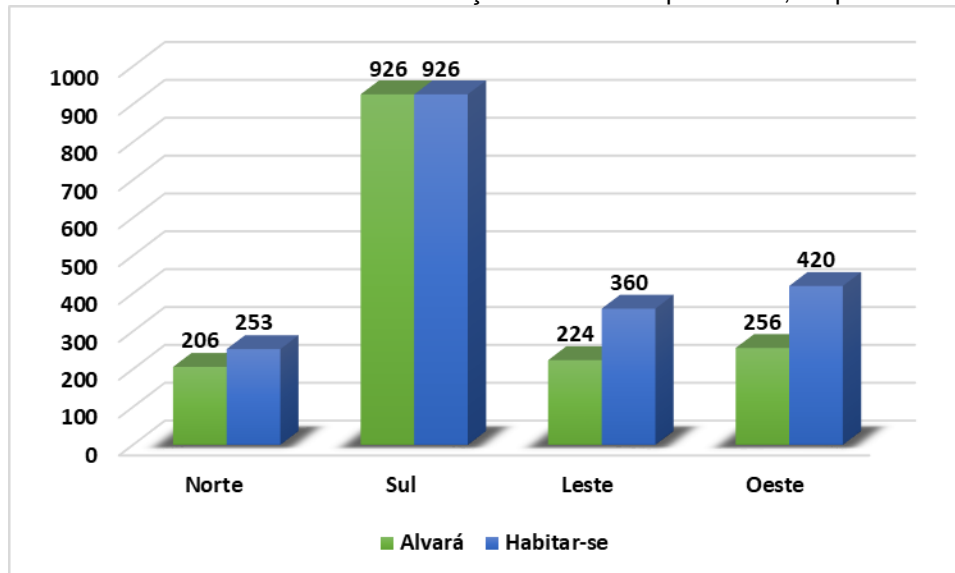
No entanto, nas zonas Leste, Oeste e Norte também apresentam áreas com altos índices de valorização, sendo alvo constante da ação de agentes imobiliários visando obtenção de lucros. Costa (2000) ao avaliar a verticalização em Natal identificou que esse processo não somente atribuiu novas características à moradia, mas colaborou significativamente para uma segregação espacial e para uma ampla inserção do capital urbano. Neste processo as áreas privilegiadas tendem a receber do poder público um cuidado maior com a dotação de infraestrutura urbana pertinente para torná-las mais valorizadas e para o empreendedor imobiliário (BARBOSA, 2014).

A compra, venda e aluguel de imóveis tem suporte integrante de bancos públicos e privados no financiamento do empreendimento, além disso, o setor de construção atua na configuração do espaço urbano, pressionando o governo por melhores investimentos em determinados bairros da cidade considerados, por vezes, desvalorizados devido à conjuntura espacial, social e econômica que possuem, uma vez que o poder público é responsável por regulamentar, controlar e fiscalizar o mercado imobiliário e os agentes deste segmento.

Natal está subdividida em quatro Regiões Administrativas, sendo elas Norte, Sul, Leste e Oeste, compreendendo um total de 36 bairros. Para efeito de ilustração a Figura 3 apresenta alguns aspectos acerca da capital potiguar. As áreas consideradas nobres, como as localizadas na zona sul da cidade, por exemplo, são servidas de uma boa infraestrutura. Ao longo dos últimos anos, essa área tem experimentado uma supervalorização que se reflete na elevação de preço, mas, principalmente no número de alvarás e habite-se expedidos pela prefeitura. Pode-se notar no Gráfico 22 que o

número de alvarás de construções¹⁶ e habite-se¹⁷ emitidos entre julho de 2007 a novembro de 2013, na cidade de Natal/RN (BARBOSA, 2014) foi bastante concentrado na região Sul do município, região onde encontra-se o bairro de Ponta Negra.

Gráfico 22 – Número de alvarás de construção e habite-se por zonas, no período de 2007–2013.



Fonte: (BARBOSA, 2014 pág. 30). Adaptado pelo autor.

Os bairros cujas populações apresentam alto poder aquisitivo estão localizados na zona leste Petrópolis e Tirol e na zona sul Ponta Negra, Lagoa Nova e Capim Macio. Os mesmos têm se destacado no número de emissões de alvarás e habite-se, ou seja, atraíram grande parte dos investimentos imobiliários no período.

É preciso compreender a relação entre a renda da terra, a localização e, conseqüentemente, a formação do preço da terra, para a formação dos valores de uso, considerando, pois, que determinadas partes do espaço, no caso da moradia, por exemplo, são desiguais e singulares. O acesso é desigual porque nem todos, na mesma proporção, têm o poder aquisitivo para adquirir terra urbana. Por outro lado, é singular por não ser possível a reprodução do mesmo imóvel, nas mesmas condições, com a mesma localização (RIBEIRO, 1997). Assim, a terra urbana vazia acaba gerando, em meio à malha urbana, oportunidades de novas formas de uso e ocupação, acelerando as disputas por melhor localização e contribuindo para a especulação imobiliária. O

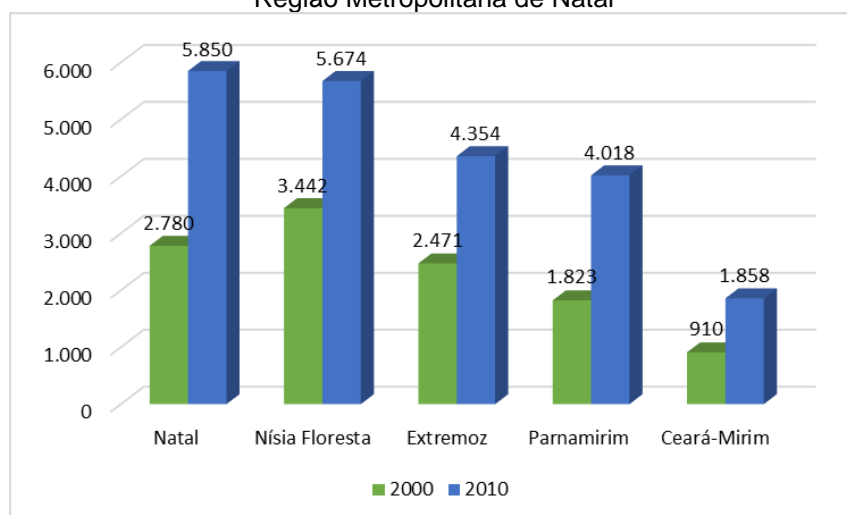
¹⁶ Documento emitido pela prefeitura do município onde a construção está localizada que licencia a execução da obra. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-alvara-de-construcao/>

¹⁷ Ao ser concedido o Habite-se, o proprietário tem a garantia de que a construção seguiu corretamente tudo o que estava previsto no projeto aprovado e em eventuais substituições aprovadas pelos órgãos responsáveis. Disponível em: https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/colunas/francisco-maia-netto/2016/09/26/interna_franciscomaia,49570/o-que-e-e-para-que-serve-o-habite-se.shtml

Estado como regulador do uso do solo e provedor de infraestruturas urbanas e serviços desempenha um papel primordial neste processo (SILVA, 2015).

No Gráfico 23, pode-se observar que os dados indicam os altos de crescimento dos Domicílios de Usos Ocasionais entre os anos de 2000 e 2010. O município de Natal registra o maior número de residências secundárias em 2010, diferentemente do ano 2000, quando Nísia Floresta aparecia em primeiro lugar. É importante ressaltar que o crescimento dos DUOs em Natal está relacionado à constituição de uma nova demanda – os turistas estrangeiros – que começaram a procurar essa modalidade de imóvel na capital potiguar, a partir da conclusão da primeira etapa do PRODETUR/RN, quando aumenta a frequência dos turistas internacionais na destinação local.

Gráfico 23 – Crescimento dos números de Domicílios de Uso Ocasional nos Municípios Litorâneos da Região Metropolitana de Natal



Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaboração própria.

Às políticas públicas de turismo, tem-se, em meados dos anos noventa, a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/RN), em sua primeira fase, abrangendo seis municípios do Pólo Costa das Dunas: Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará Mirim e Tibau do Sul. A concepção do referido Programa esteve alinhada com o modelo de Estado vigente, que procurava mobilizar investimentos para capitalizar e aparelhar o território, tendendo a atrair investimentos (FONSECA et al, 2016). Neste sentido, as políticas públicas de turismo viabilizadas no Estado do Rio Grande do Norte se encaixam no modelo teórico proposto por Harvey, quando menciona que as ações do Estado, na perspectiva do estado neoliberal, “são ativamente intervencionistas na criação das infraestruturas necessárias ao clima de negócios” (HARVEY, 2008, p. 82) Foi com esta perspectiva que o PRODETUR foi idealizado e

implementado, de modo que, em sua primeira fase, 78% de seus investimentos foram direcionados para possibilitar maior fluidez ao território: aeroporto 56% e estradas 22%. Ocorreram ainda investimentos em saneamento 15%, gestão turística e administração municipal 5% e proteção e recursos naturais.

No período 2000–2008, exatamente após a finalização desse Programa, ocorreu um boom no turismo estadual, com a atração de fluxos turísticos e investimentos internacionais. Outros indicadores do turismo no Rio Grande do Norte apresentaram significativo crescimento: entre 2001 e 2010, ocorreu um aumento de 51,5% no fluxo turístico global na Grande Natal e entre 2006 e 2010 a receita turística do Estado apresentou um crescimento de 51,28% (SEMURB, 2012).

Em 2005, o fluxo de turistas estrangeiros na Grande Natal chega a 20%, indicando o grau de internacionalização da atividade. No entanto, com a ocorrência da crise financeira internacional em 2008, verifica-se a partir daí uma retração do fluxo e dos investimentos internacionais. Após a conclusão da primeira fase do PRODETUR/RN, tem-se a continuidade dessa política com a implantação de sua segunda fase (2005–2013), englobando agora todos os municípios do Pólo Costa das Dunas.

Tabela 5 – Investimentos do PRODETUR I e II.

Investimentos, por componentes, dos recursos do PRODETUR I e II				
COMPONENTES	PRODETUR I (1996-2002)		PRODETUR II (2005-2012)	
	Investimentos	%	Investimentos	%
Aeroporto	31.966.458,20	56	-	-
Estradas	12.461.079,25	22	4.770.574,44	16
Água e Saneamento	8.403.582,40	15	8.287.497,70	27
Planejamento Estratégico	-	-	6.298.377,78	21
Capacitação Profissional	-	-	4.783.056,33	16
Ampliação do Centro de Convenções	-	-	4.675.078,43	15
Proteção e Recursos Naturais	1.529.788,11	2	363.686,85	1,2
Gestão de Resíduos Sólidos	-	-	216.263,11	0,7
Gestão Turística e Administração e Fiscal	2.711.696,53	5	49.376,57	0,1
Não Identificado	-	-	831.037,37	3
Total	57.072.604,49	100	30.274.948,68	100

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN).

Os investimentos, embora seguindo a mesma tendência, priorizando obras de infraestrutura, passaram a diversificar-se, voltando-se também para a qualificação profissional e dos gestores na área do turismo (Tabela 5). Nessa fase, os componentes que receberam maiores recursos foram: água e saneamento (27%), planejamento estratégico (21%), estradas (16%), capacitação profissional (16%) e o centro de

convenções de Natal (15%). Com relação à distribuição espacial dos investimentos, dá-se a mesma lógica de seletividade espacial nas duas fases do PRODETUR. Os municípios priorizados na primeira fase do Programa foram Parnamirim (61%) e Natal (23%) enquanto na segunda fase temos o conjunto do Polo Costa das Dunas (37%), Natal (26%), Tibau do Sul (22%) e Parnamirim (12%). Em sua primeira fase, os investimentos ficaram concentrados em Parnamirim, devido ao aeroporto, que englobou 56% dos recursos, estar localizado nesse município (FONSECA; et. al. 2016).

Os investimentos do Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste¹⁸ foi criado para incentivar o desenvolvimento do turismo. Cada estado possui seu PRODETUR. O Gráfico 24 ilustra os investimentos do PRODETIR I no Rio Grande do Norte. É possível identificar que 61% dos investimentos concentra-se em Parnamirim. Já em Natal esses investimentos foi 23% por se tratarem de municípios com uma faixa litorânea bastante significativa. Nísia Floresta obteve 7% dos investimentos realizados.

O Gráfico 25 ilustra os investimentos do PRODETUR II, em que a maior parte dos investimentos estão concentrados no Polo Costa das Dunas com 37%. A cidade do Natal em relação ao PRODETUR I tinha 23% dos investimentos, com o II PRODETUR esse percentual aumenta para 26%. Parnamirim reduz o percentual de investimentos realizados, com o PRODETUR I tinha 61% e com o segundo reduziu para 12%.

Gráfico 24 – Investimentos do PRODETUR I/RN, por município em 1996 – 2002.

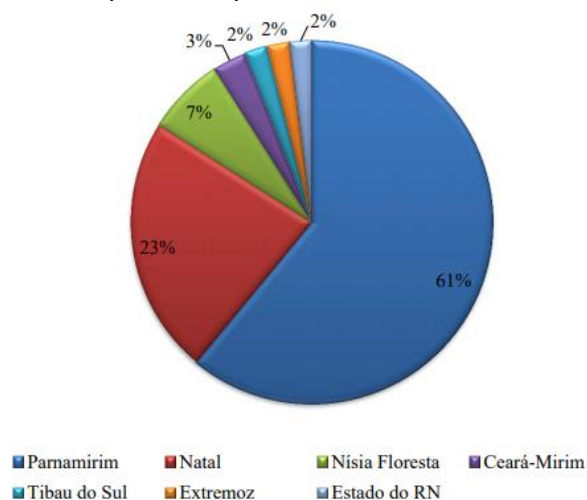
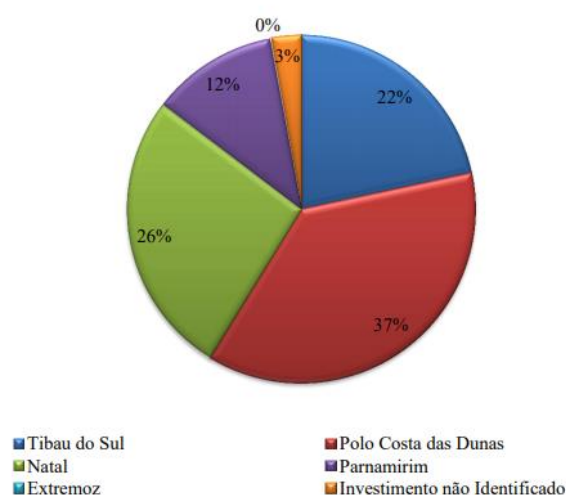


Gráfico 25 – Investimentos do PRODETUR II/RN, por município 2005 – 2010



Fonte: SETUR/RN. Adaptado pelo autor.

¹⁸ O Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – Prodetur foi criado pelos Governadores dos estados do Nordeste, com o apoio do Governo Federal e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de se desenvolver e consolidar a atividade turística na região Nordeste, aproveitando-se o enorme potencial natural existente e, ao mesmo tempo, se garantir a sustentabilidade econômica através de uma atividade crescente mundialmente, como forma de se reduzir e eliminar as desigualdades sociais entre as diversas regiões do país. Disponível em: <http://natalbrasil.tur.br/setur/secretaria-de-turismo-do-rn/prodetur/>

De modo geral, na segunda fase do Programa, embora os investimentos tenham sido melhor distribuídos, no que se refere aos componentes (tipologia dos investimentos), estes ainda continuaram bastante concentrados em poucos municípios. Tibau do Sul, que tinha recebido apenas 2% dos recursos na primeira etapa do Programa, teve sua participação aumentada consideravelmente devido à visibilidade internacional que passou a ter, de modo que, na segunda etapa, foi contemplado com parte considerável de recursos.

Os demais municípios receberam algum tipo de investimento referente aos seguintes componentes: Gestão Turística (elaboração e revisão dos planos diretores de alguns municípios), Planejamento Estratégico (elaboração de projetos) e Capacitação Profissional (profissionais e gestores). As obras de infraestrutura (água, saneamento e estradas) foram concentradas nas localidades de intensa produção imobiliária, isto é: Natal, Parnamirim e Tibau do Sul. Conforme estudo desenvolvido por Fonseca (2005) sobre as políticas públicas de turismo no Rio Grande do Norte, a implantação do PRODETUR privilegiou a construção de obras estruturais e possibilitou a chegada de cadeias de grupos internacionais atuantes no segmento turístico em Natal (grupo português Pestana, que implantou o Pestana Natal Beach Resort, o grupo espanhol Serhs em Natal, o grupo italiano Dimenzione que inaugurou o Hotel Esmeralda) e em Tibau do Sul investimentos portugueses em hotéis e pousada de médio e pequeno porte.

4.4 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DESENVOLVIMENTO URBANO NA RMN

Segundo Medeiros (2018), o desempenho da política habitacional em Natal é um campo importante para vários estudos, porque existe algumas especificidades, tais como: a expansão urbana sucedida da construção dos conjuntos que é expressiva, até porque antes de 1964 (início de atuação do BNH), a cidade tinha uma pequena ocupação urbana com uma vasta área a ser explorada; há uma elevada proporção de unidades habitacionais em conjuntos em relação às unidades habitacionais permanentes na cidade; houve a inserção dos conjuntos habitacionais no eixo de valorização imobiliária da cidade; os conjuntos habitacionais não foram apropriados por uma população de baixo poder aquisitivo, até mesmo os conjuntos de COHAB¹⁹ (MEDEIROS, 2018). Levados pela ideologia da casa própria, o fornecimento de moradias populares em Natal

¹⁹ Companhia de Habitação Popular, de responsabilidade dos governos municipais.

esboçou o destino dos mais pobres situando-os em áreas periféricas em relação ao espaço urbano já solidificado. Em Natal, os deslocamentos entre a moradia nos conjuntos habitacionais e o trabalho no centro da cidade no período da entrega das residências, acarretaram caminhos bastante tardios e de alto custo. Até mesmo os conjuntos do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), pois, foram os primeiros a serem construídos, foram construídos em áreas precárias e de péssima acessibilidade.

O déficit habitacional do RN é de aproximadamente 140 mil moradias, sendo 80% na faixa de até cinco salários mínimos. Entre as famílias com renda de até três salários mínimos, o déficit supera as 80 mil unidades (NASCIMENTO, 2017). Os dados da Fundação João Pinheiro²⁰ indicam ainda que desse montante, A RMN um conjunto de 14 municípios que responde um déficit de 53.501 habitações, sendo que 65% desse volume se concentram no município de Natal, o que representa uma necessidade de 35 mil casas para o município polo da RM. No entanto, o PMCMV, em mais de seis anos de operação, só contratou apenas 25.7% do total necessário. Se considerarmos apenas as unidades entregues dentro do recorte temporal considerando (2009 – 2015) fica claro que o papel do PMCMV na resolução do problema do déficit habitacional na capital do estado, é ainda mais fraco. O Programa entregou nesse interim apenas 3.566 das unidades contratadas, número que represente somente 10.2% do déficit (NASCIMENTO, 2017).

O volume contratado, entre 2009 e 2015, foi predominantemente destinado às faixas 2 e 3 do Programa, em detrimento da faixa 1, mesmo sendo nessa faixa de renda, onde se concentra a maior parte do déficit de moradias. Do total de unidades contratadas para o município apenas 34.2% foram destinados a primeira faixa de renda (foram 3.064 unidades), enquanto que para as faixas 2 e 3 o Programa destinou 65.8% das unidades (foram 5.895, sendo 3.414 na faixa 2 e 2.481 na faixa 3 (KLINTOWITZ, 2016). Esses números revelam os limites e a forma contraditória do desenvolvimento do Programa em Natal. Esses limites e contradições do PMCMV em Natal se devem às forças de ordem geral que cooptaram a presente política habitacional tanto forças políticas e econômicas, aferindo ao PMCMV um caráter eminentemente comercial, bem como às condições pré-estabelecidas do arranjo urbano local, que em função da ação de um setor imobiliário vigoroso focado em empreendimentos de médio e alto padrão, da escassez de terras

²⁰ <http://www.fjp.mg.gov.br/>

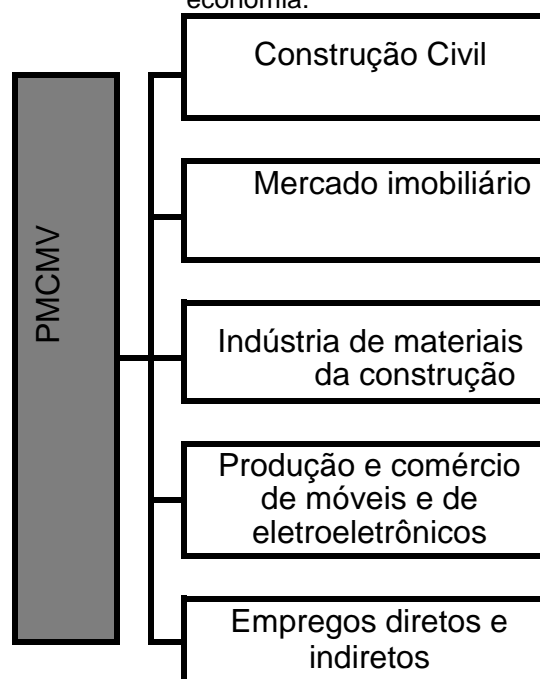
disponíveis e de baixo custo e dos altos preços dos imóveis, não se mostra propício à produção de habitações de interesse social.

Enquanto o PMCMV tem encontrado sérios obstáculos para avançar com sua produção de moradias populares no município de Natal, nos demais contextos da RM, sobretudo naquele formado pelos municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará– Mirim, Extremoz e Macaíba, a produção de moradias dentro das três faixas de renda, foi bastante significativa, como demonstram os números: foram 45.050 unidades contratadas para esse conjunto de municípios da RM. Esse número representa 77.7% de das contratações para RMN e 53.5% de todas as contratações do estado. Esses dados mostram que o contexto urbano–regional formado por alguns municípios da RMN foi onde o PMCMV mais prosperou em termos de produção, se apresentando, assim, como o arranjo urbano local mais propício para a implementação do Programa no estado e se configurado um forte vetor de desenvolvimento urbano.

É para esses municípios especialmente para Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo próximos ao município pólo, para onde transborda o excesso demográfico do município pólo. No entanto, é importante destacar que parte significativa do crescimento migratório desses municípios não pode ser atribuída somente às pessoas provenientes do município de Natal. O crescimento desses municípios do entorno do município pólo da RMN, deriva basicamente de dois movimentos: transbordamento, resultante do custo de vida em Natal, sobretudo do encarecimento da moradia, da saturação do tecido urbano; e de fluxos migratórios oriundos de outros municípios.

A importância do PMCMV consiste no incentivo à produção e à contratação de trabalhadores na construção civil e em áreas relacionadas ao setor, figurando, assim, como fator central da retomada do crescimento, depois da recessão econômica de 2009. Harvey (2005) assinala que esse processo consiste numa forma particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo de retorno dos ativos investidos e da incorporação ao espaço de capital fixo, na forma de infraestrutura e habitação. Nessa perspectiva, o PMCMV figura como campo favorável ao desenvolvimento de condições efetivas para o investimento lucrativo; engendrando a acumulação de capitais (financeiro e produtivo) e a geração de postos de trabalho por meio da produção do ambiente construído urbano na forma de infraestrutura e moradia. Isto ocorre, geralmente, como resultado do efeito indutor que o Estado exerce sobre o investimento privado, sobretudo em relação à produção de espaço físico por meio da produção de infraestrutura e moradia em larga escala.

Figura 7 – Programa Minha Casa Minha Vida e o incentivo à produção por meio dos setores da economia.



Fonte: (NASCIMENTO, 2017 pág. 59).

Dentre as políticas e programas de maior relevância social, criados ao longo dos governos Lula e Dilma (2003 – 2014), podemos destacar um conjunto com abrangência significativa em campos diversos da sociedade, como o combate à fome e a miséria, educação técnica e de nível superior, saúde e agricultura familiar. Programa Bolsa Família (PBF); Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); f) Luz para todos; Programa Mais Médicos, são alguns exemplos.

A gestão do Partido dos Trabalhadores em âmbito federal, além de desenvolver políticas sociais nas áreas da educação, saúde e segurança alimentar, também agiu no sentido de atacar problemas urbanos, especialmente os relacionados à moradia.

O PMCMV direcionou as ações do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), além dos recursos do Fundo nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e de fundos locais voltados para habitação de interesse social quase que exclusivamente para ações de urbanização de assentamentos precários, enquanto passou a deter o quase monopólio da provisão habitacional para as camadas sociais de rendas média e baixa (NASCIMENTO, 2017).

O PMCMV tem exercido um papel de ordem social de razoável importância em relação ao binômio emprego e renda e no tocante a redução do déficit habitacional do

país. Sobre emprego e renda, dados e argumentos, expostos acima, corroboram o importante papel do PMCMV na geração de postos de trabalho e, conseqüentemente, na manutenção dos baixos índices de desemprego no país constatados durante os últimos anos. Em 2009, por exemplo, a taxa de desemprego correspondia a 8,9% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2014, a taxa reduziu-se para 4,9, com marcante participação do setor da construção civil, dinamizado pelo Programa.

O PMCMV tem desempenhado um papel importante em relação a famílias com baixa renda mensal e que enfrentam dificuldades com o ônus excessivo com o pagamento do aluguel. Os imóveis reservados a faixa 1, que apresentam prestações módicas entre R\$ 25,00 e R\$ 180,00, podem diminuir significativamente os custos com moradia para famílias de baixa renda que moram em habitações alugadas, sobretudo no presente contexto, caracterizado pela elevação do custo da moradia nos grandes centros urbanos e nas cidades de porte médio do país. Mesmo tendo apresentado poucos resultados quanto ao ônus excessivo com aluguel um dos componentes do déficit habitacional definido segundo a Fundação Joaquim Pinheiro, como apresentado acima, no universo de milhares de unidades construídas e entregues dentro dessa faixa (512.148 unidades entre 2009 e 2014), centenas de famílias que tinham parte importante de seu orçamento mensal consumido pelos alugueis de imóveis superaram esse problema quando contempladas pelo Programa dentro da modalidade FAR²¹ integral dos imóveis, além de ter contratos de financiamento menos burocratizados para contemplar famílias com mais dificuldade de acesso ao crédito.

O acesso às moradias do Programa para grupos familiares de baixa renda ocorre predominantemente por meio da modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que contempla, conforme visto, a população com renda de até R\$ 1.600,00. Apesar dos problemas estruturais e de localização da maior parte dos assentamentos destinados a essa faixa de renda, tal modalidade consiste na parte do Programa que reúne características que denotam um esforço efetivo no sentido de promover o acesso de grupos familiares carentes a moradia popular sem gerar endividamentos perpétuos e pesar excessivamente sobre o orçamento familiar. Essa modalidade confere subsídios que se aproximam do valor.

O déficit habitacional configura como um dos principais problemas das cidades brasileiras, sobretudo as de grande e médio porte. Portanto, esse problema abarca,

²¹ http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/saiba_mais.asp

desde meados do século XIX, um numeroso contingente populacional do Brasil urbano. Quatro importantes fatores históricos concorreram simultaneamente para a formação desse grande déficit habitacional, ainda vigente: o fim do escravismo institucionalizado; o intenso crescimento vegetativo; os processos migratórios, especialmente no sentido campo–cidades; e o consequente processo de urbanização acelerado.

Os processos de urbanização, promovidos, sobretudo a partir de políticas públicas implementadas pelo Estado, que acrescentam mais densidade e expande o tecido urbano, por meio do acréscimo ao ambiente construído das cidades de objetos espaciais na forma de imóveis e infraestrutura, consiste numa exemplificação precisa da superação de crises por meio do fomento aos circuitos secundário e terciário da economia capitalista.

A construção de grandes obras de infraestrutura de transporte e produção de energia, realizadas dentro do PAC, somadas aos investimentos sociais, sobretudo na distribuição de renda e na expansão dos ensinos técnico e superior, mais o PMCMV, constituíram um pacote de medidas importantes para absorção de capitais imobilizados e mão–de–obra ociosa por meio dos circuitos secundários e terciários da economia nacional. Tal pacote de medidas e ações, implementado pelo Estado Nacional, constitui parte de uma política anticíclica, um importante mecanismo de indução de crescimento econômico, lucros e geração de postos de trabalho e renda na esfera da economia capitalista (NASCIMENTO, 2017).

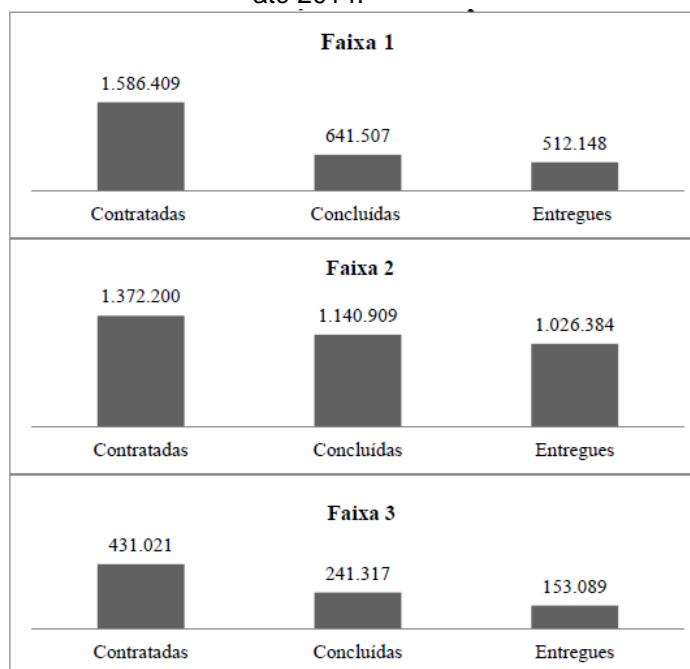
Entretanto, o PMCMV coaduna com as estratégias espaciais de mercado, que abarcam a produção de infraestrutura e moradia impondo as cidades “um modelo de política de habitação baseado na promoção do mercado e do crédito habitacional para a aquisição da casa própria, que se espalhou pelo mundo” (ROLNIK, 2015, p. 13).

O desenho do PMCMV, em termos normativo–legais e quanto ao modelo de elaboração e execução dos projetos de assentamento, contempla tanto o empresariado, ligado à indústria da construção e ao mercado imobiliário, quanto às camadas de baixa renda da população brasileira (embora que de forma insuficiente), objetivando, de um lado, captar recursos para financiar campanhas eleitorais junto ao setor privado da economia e, do outro, assegurar a fidelidade eleitoral de uma massa populacional carente e altamente dependente das provisões do poder público.

Sobre a distribuição e concentração das unidades habitacionais do PMCMV, é possível constatar, por meio dos dados da Tabela 6, que a faixa 1, que concentra em torno de 80% do déficit habitacional do país, tem um número menor de unidades

contratadas em relação as faixas 2 e 3, que concentram cerca de 20% do déficit total de moradias. Além do menor número de unidades contratadas em relação as demais faixas de renda somadas, os dados revelam que até o final de 2014, das 1.586.409 contratadas para a faixa 1, apenas 641.507 foram construídas e 512.148 entregues (Figura 8).

Figura 8 – Distribuição da produção de unidades habitacionais do PMCMV por faixa de renda na RMN até 2014.



Fonte: (NASCIMENTO, 2017 pág. 150).

Em contrapartida, as faixas 2 e 3, mesmo concentrando menor déficit de habitações, se beneficiam com o maior número de unidades contratadas e com maior agilidade na conclusão e entrega dos empreendimentos: das 1.802.221 unidades contratadas para essas faixas de renda, 1.382.226 já foram concluídas e 1.179.473 entregues no período.

Uma parcela importante da população do país, sobretudo os contingentes urbanos de menor renda vivencia em seu cotidiano um conjunto de problemas ligados à moradia: periferização e afastamento dos locais de trabalho e de serviços básicos, o que exige maiores gastos de tempo e de recursos nos deslocamentos diários em direção a esses espaços; e habitações precárias e improvisadas, localizadas em áreas de risco socioambiental e irregulares do ponto de vista legal, sujeitas ao despejo, à violência das milícias e do tráfico e a desastres naturais, como deslizamentos, enchentes e doenças infecciosas. Ainda são comuns, nessas áreas, problemas de coabitação familiar e

adensamento excessivo dos domicílios; além do ônus demasiado com aluguel, fato que onera sobremaneira o orçamento mensal.

Tabela 6 – Distribuição do Programa Minha Casa Minha Vida (unidades) na RMN.

MUNICIPIOS	2009 – 2015			TOTAL
	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	
RM DE NATAL	23.486	28.392	6.033	57.911
NATAL	3.064	3.414	2.481	8.959
PARNAMIRIM	10.976	8.340	3.409	22.725
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.993	6.558	81	9.632
CEARÁ-MIRIM	1.530	3.531	17	5.078
EXTREMOZ	790	3.542	13	4.345
MACAIBA	1.530	1.719	21	3.270
SÃO JOSE DE MIPIBU	321	1.163	07	1.421
NÍSIA FLORESTA	1.001	08	01	1.010
MONTE ALEGRE	735	16	01	752
VERA CRUZ	130	17	*	147
GOLANINHA	100	64	01	165
ARES	120	06	01	127
MAXARANGUAPE	81	11	*	92
IELMO MARINHO	115	03	*	118
* SEM DADOS				

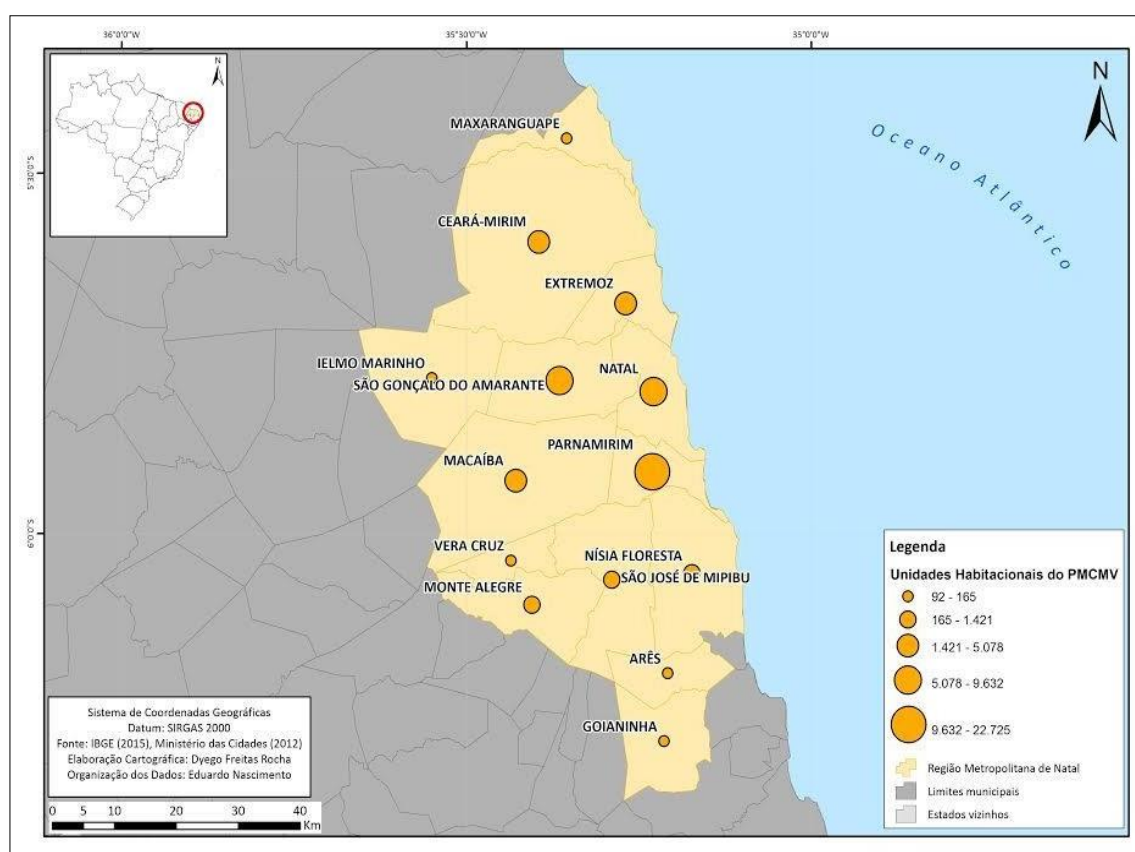
Fonte: (NASCIMENTO, 2017 pág. 250).

Além das dificuldades que o PMCMV encontrou para proliferar sua produção no município de Natal, representada na insuficiência das contrações e construções de moradias em relação ao déficit habitacional, o volume contratado, entre 2009 e 2015, foram predominantemente destinados às faixas 2 e 3 do Programa, em detrimento da faixa 1, mesmo sendo nessa faixa de renda, onde se concentra a maior parte do déficit de moradias. Do total de unidades contratadas para o município, apenas 34.2% foram destinados a primeira faixa de renda (foram 3.064 unidades), enquanto que para as faixas 2 e 3 o Programa destinou 65.8% das unidades (foram 5.895, sendo 3.414 na faixa 2 e 2.481 na faixa 3) (Tabela 6). Esses números revelam os limites e a forma contraditória do desenvolvimento do Programa em Natal. Esses limites e contradições do PMCMV em Natal se devem às forças de ordem geral que cooptaram a presente política habitacional (forças políticas e econômicas), conferindo ao PMCMV um caráter eminentemente comercial, bem como às condições pré–estabelecidas do arranjo urbano local, que em função da ação de um setor imobiliário vigoroso focado em empreendimentos de médio e alto padrão, da escassez de terras disponíveis e de baixo custo e dos altos preços dos imóveis, não se mostra propício à produção de habitações de interesse social.

O crescimento demográfico recente desses municípios, em função dos fluxos migratórios de outros municípios ou do transbordamento populacional do município polo da RMN, representa a formação de um grande contingente populacional em busca de

moradia própria acessível e de baixo custo nesses municípios, como alternativa aos preços de aluguéis, imóveis e terrenos, praticados em Natal. Para esses espaços migraram um contingente importante de famílias com renda média, conforme demonstram os dados sobre renda *per capita* da tabela 6, Parnamirim, R\$ 13.001,84; São Gonçalo do Amarante, R\$ 16.440,35; Extremoz, R\$ 10.876,34 que constitui uma ampla demanda efetiva por imóveis do padrão construído dentro das três faixas de renda do PMCMV. A formação dessa ampla demanda, consiste num fator local que, combinado a outros fatores, atraiu e justificou o grande volume de investimentos empregados e de unidades contratadas nesse arranjo urbano da RMN.

Figura 9 – Distribuição das unidades do PMCMV na RMN



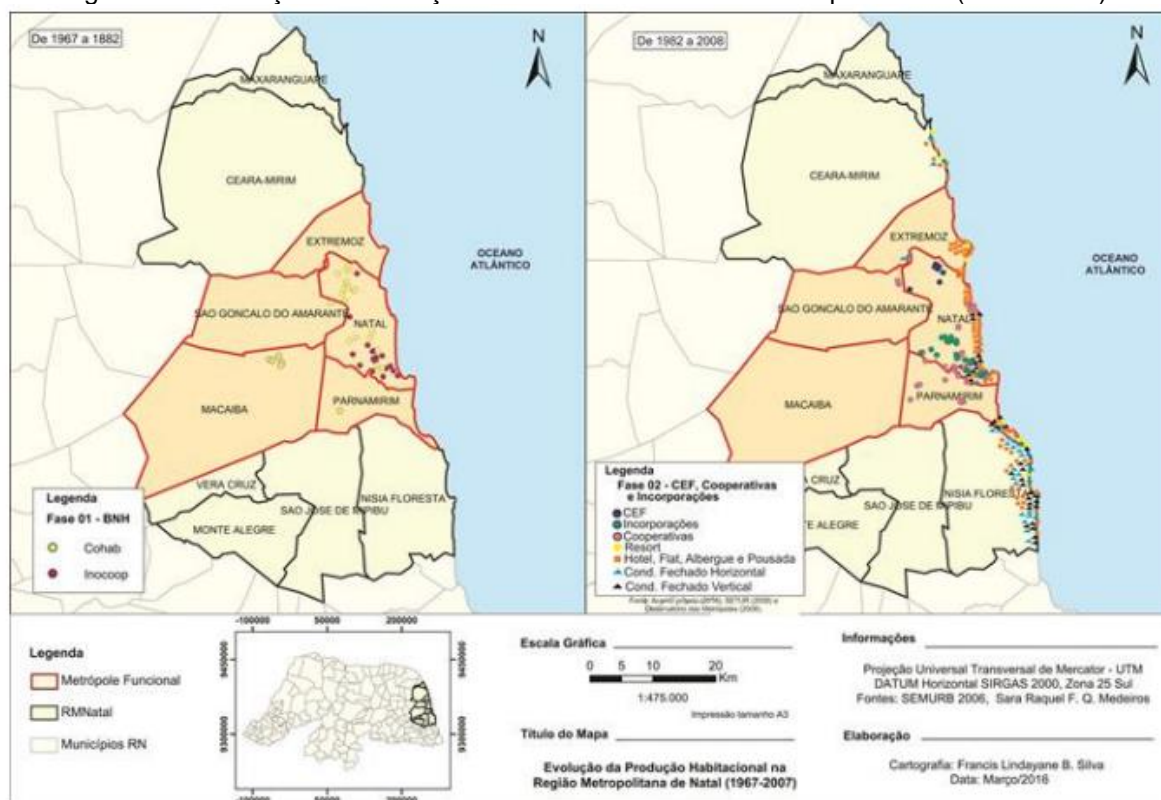
Fonte: (NASCIMENTO, 2017 pág. 254).

A Figura 9 mostra que a distribuição do número de unidades construídas pelo PMCMV na RMN foi mais significativa nos municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Natal. A expansão do mercado imobiliário, em função do estímulo a especulação e em virtude dos efeitos sobre o preço da terra urbana, acarretou transformações importantes no cenário urbano–regional da RMN nos últimos anos, especialmente no que concerne a questão da moradia e de aspectos correlatos: mobilidade; localização, fragmentação e segregação; risco, vulnerabilidade e condições

de habitabilidade; endividamento e comprometimento do orçamento familiar com alugueis e financiamentos de imóveis e terrenos.

A dinâmica imobiliária na Região Metropolitana indicou, a essência de uma integração no processo de produção do espaço, entre Natal na zona sul e Parnamirim no bairro de Nova Parnamirim houve um boom no setor habitacional. Com o transbordamento da moradia popular de Natal para os municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz na zona norte e Parnamirim na zona Sul também houve esse crescimento (Figura10). A construção de loteamentos e conjuntos habitacionais às margens das principais rodovias (BR-101 e 406; e RN-106; 226 e 303-304) foram bastantes expressivas.

Figura 10 – Evolução da Produção Habitacional urbana na Metrôpole RMN (1967-2008).



Fonte: (FERREIRA, 2016 pág. 9).

Os efeitos negativos decorrentes da expansão do setor imobiliário rebateram principalmente sobre as camadas mais carentes da população da RMN. Sem opções, a não ser ocupar áreas menos valorizadas, resta, sobretudo à população mais pobre, a ocupação de periferias urbanas do município polo precárias em termos de infraestrutura, oferta de bens de consumo e serviços, onde a moradia apresenta valores relativamente baixos. Outra opção é migrar para os municípios mais afastados do centro da RM. Essa opção se justifica pelos menores custos que essas áreas afastadas apresentam em termos de moradia, pois apresentam um metro quadrado de solo urbano mais acessível

e aluguéis módicos em relação a Natal a algumas áreas de Parnamirim. As consequências desse distanciamento para a população mais carente podem ser muitas: segregação, isolamento, acesso limitado a diversos serviços e aos espaços de lazer, elevação dos custos com transporte, dentre outras.

A solidificação dos processos de urbanização de bordas de transbordamento e conurbação, conexos aos direcionamentos dos investimentos do setor imobiliário, contribuíram para a concretização dos processos de ocupação extensiva e intensiva na Região Metropolitana de Natal na década de 1990 e início dos anos 2000 (FERREIRA, 2016).

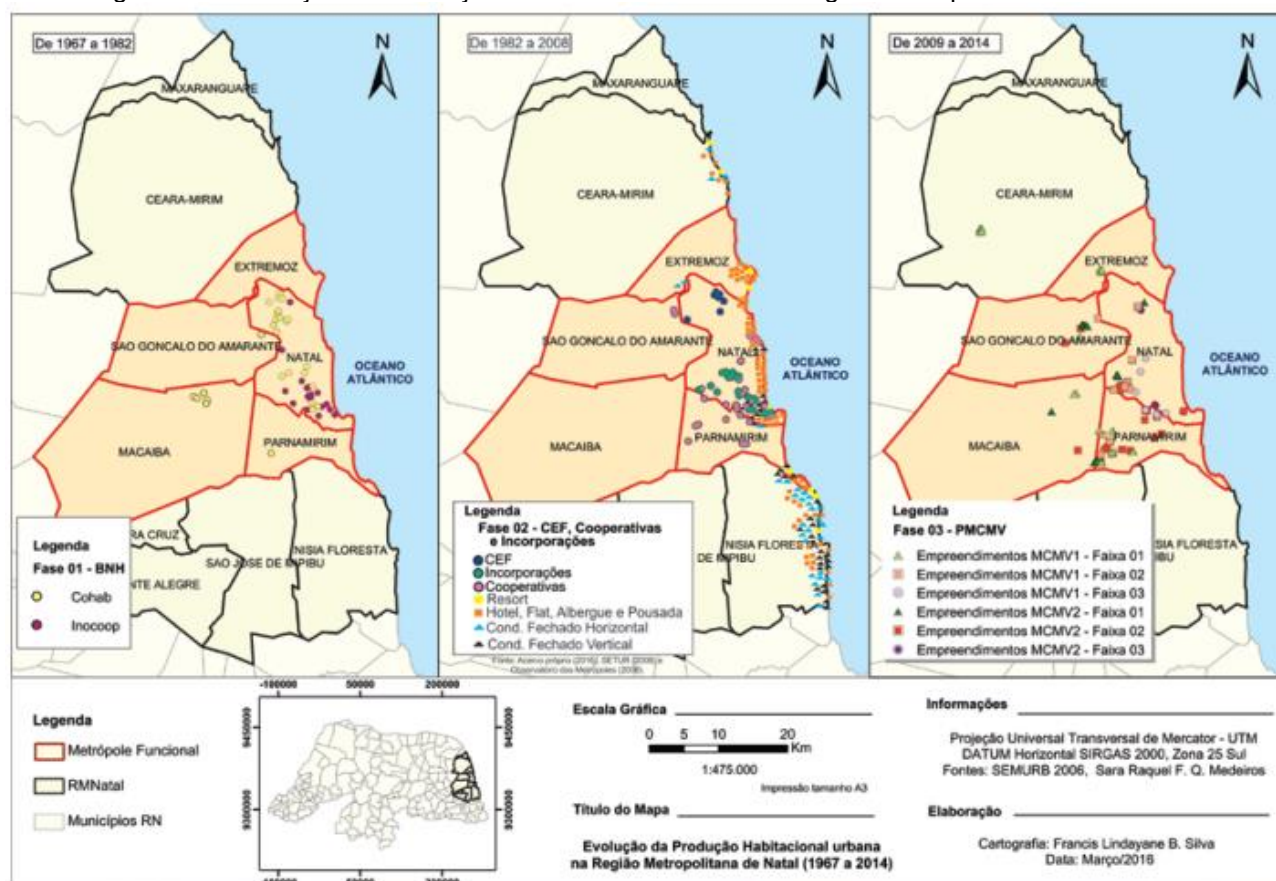
A dinâmica imobiliária tem-se uma metrópole em formação quando se considera a dimensão físico-territorial, desigual na dimensão social e frágil na dimensão político institucional (CLEMENTINO; FERREIRA, 2015). Em verdade, esse território se constitui enquanto uma metrópole em formação, a qual se encontra marcada por problemas de precariedade urbanística, sociais e habitacionais, mas que, ao mesmo tempo, vem passando por importantes transformações na organização socioespacial do seu território (FERREIRA, 2016).

Mesmo o PMCMV ter cumprido um papel importante na diminuição do déficit habitacional nos municípios da RMN, por meio da produção de milhares de unidades habitacionais, ele não conseguiu prover moradias sem contornar os problemas da periferização e segregação da população de baixa renda; são notórios seus limites no sentido de produzir assentamentos integrados as áreas centrais e mais dinâmicas das cidades da RMN. O papel do Programa na reprodução desses problemas relatados, em que os incorporadores buscam diminuir seus custos de produção construindo nas franjas urbanas, sem nenhuma interferência do poder público, onde a terra tem um custo menor, consolidam e até aprofundam a segregação de parte da população dos municípios da RMN. O PMCMV estimula a dispersão urbana e um modo de vida fragmentado demonstrando nesse sentido um caráter negativo.

Para um melhor entendimento da produção habitacional de interesse social e a sua evolução no território metropolitano, a Figura 11 ilustra a espacialização dessa produção, avaliando dois ciclos: BNH-COHAB e PMCMV. Com relação ao primeiro, verificou-se uma forte concentração da produção de interesse social em Natal com a presença de 63 empreendimentos, e nos demais municípios da Metrópole foram produzidos apenas 7 (FERREIRA, 2016). Com isso, após um longo período sem significativos investimentos em habitação do interesse social, principalmente pós

extinção do Banco Nacional de Habitação, os investimentos do PMCMV causaram movimentos de desconcentração e de interiorização periférica dessa produção. A Figura 11, ao apresentar a evolução da produção habitacional na RMN, demonstra, espacialmente, a ocorrência desses movimentos.

Figura 11 – Evolução da Produção Habitacional urbana na Região Metropolitana de Natal.



Fonte: (FERREIRA, 2016 pág. 6).

Portanto, é possível identificar que o Programa Minha Casa, Minha Vida operou como um catalisador de um processo em andamento, dado que a atuação do imobiliário no período ao referido programa, deu sinais de que se deslocaria para novas áreas com potencial de ocupação, sobretudo áreas localizadas nos municípios vizinhos à Natal. No que se refere aos padrões de urbanização e inserção na dinâmica imobiliária, o PMCMV favoreceu a expansão na área metropolitana.

4.5 CONCLUSÃO

A demanda por moradia foi uma situação real que justificou o imperativo de uma política pública de habitação e de desenvolvimento urbano. Verifica-se, na reconstrução

da trajetória dessa política, que o mercado imobiliário foi impulsionado pelas ações de construção habitacionais como forma de investimento. Algumas peculiaridades da geografia urbana de cada cidade resultaram numa apropriação diferenciada dos produtos habitacionais em Natal. A inserção dos conjuntos nos eixos de crescimento e valorização imobiliária viabilizou sua ocupação por uma população de maior poder aquisitivo.

As construções de novas áreas residenciais podem ter concentrado ainda mais investimentos próximos aos novos empreendimentos imobiliários. O setor formal da construção civil tem privilegiado a população com renda estável e comprovada, pois a produção habitacional é financiada por bancos que estabelecem procedimentos de financiamento nos moldes a proporciona acesso ao crédito para a população solvente.

Empreendimentos imobiliários de larga escala como a construção da Arena das Dunas, o novo aeroporto de Natal e a Ponte Newton Navarro atuaram como vetores de desenvolvimento e foram capitalizados pelo setor da construção civil em Natal.

Por outro lado, o setor de hotelaria e turismo se beneficiou de ações públicas promovidas pelo PRODETUR ao longo das décadas, mas também foram capitalizados investimentos privados que perceberam oportunidades alavancadas por fatores mercadológicos como a cidade mercadoria que se volta para a atividade desse setor de exploração econômica.

Portanto, o próximo capítulo explora os diversos setores da economia que dinamizam o desenvolvimento urbano da região metropolitana de Natal.

5 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

5.1 INTRODUÇÃO

Os Capítulos 2 e 3 apresentaram um panorama geral sobre a dinâmica urbana no Brasil e a dinâmica econômica e urbana da Região Metropolitana de Natal. A demanda por moradias na RMN viabilizou a expansão urbana na região, assim como impactou nos processos de implementação dos empreendimentos locais. Nesse capítulo, a especialização dos setores econômicos serão espacializados para examinar o dinamismo das mudanças dessas especializações no território.

Uma breve discussão sobre o Produto Interno Bruto do Nordeste brasileiro, do estado do Rio Grande do Norte e da Região Metropolitana de Natal será apresentada como pano de fundo para a discussão em questão da especialização dos setores da economia com reflexo na dinâmica urbana. O principal aspecto analisado é a localização das especializações dos setores de produção e seus reflexos na urbanização, apresentados a seguir.

5.2 PRODUTO INTERNO BRUTO: NORDESTE, RN E NA RMN

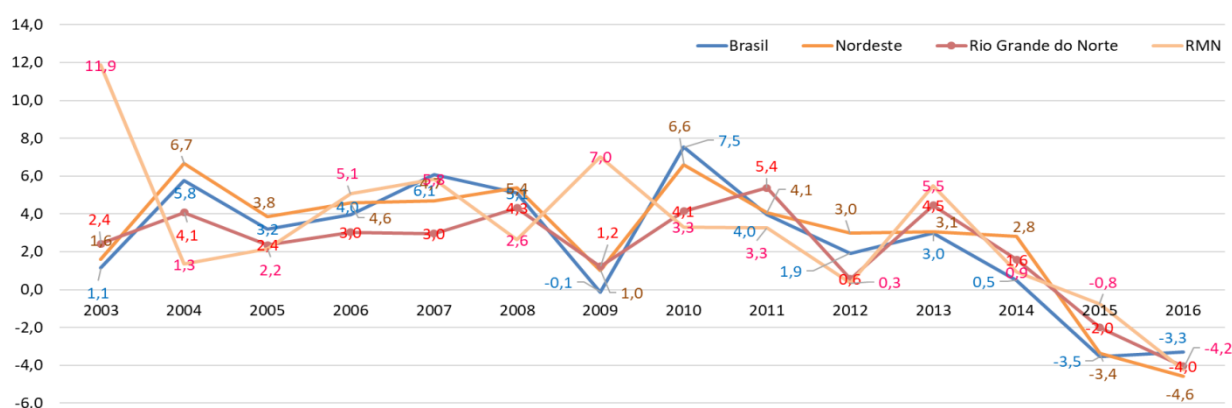
A composição produtiva de um município interfere nas decisões de localização dos setores produtivos, já que estes se localizam no território para exercer suas atividades econômicas. O desempenho econômico de determinado setor pode ampliar investimentos, atrair atividades econômicas que geram empregos e que podem estimular mais a demanda residencial e comercial de um município e, portanto, contribuindo para seu crescimento econômico.

Ao se estudar onde se localizam as atividades econômicas no meio urbano pode-se compreender todos os demais componentes que formam os elementos que alavancam o desenvolvimento econômico e urbano de uma região. Dessa forma, esse capítulo analisa o comportamento da expansão de Natal em termos de renda, população e do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, indústria e serviços.

Conforme pode ser visto no Gráfico 26, de um modo geral, a taxa de crescimento do PIB a preços constantes teve uma forte redução em 2009, devido à crise de 2008. Os anos de 2000 a 2003 foi um período em que a economia começa a crescer. Portanto, o PIB aumentou e em 2004 e 2010 teve seu auge. Já em 2014 a 2016 foi um período de

crise daí o PIB teve um forte decréscimo. Ao analisarmos separadamente, a taxa de crescimento do PIB no Brasil, no Nordeste e no estado do Rio Grande do Norte obteve um auge em 2004, período este em que a economia estava crescendo. Apenas na Região Metropolitana de Natal o PIB declinou. De 2004 em diante até 2008 a tendência foi de crescimento. Em 2009 o PIB a preços constantes teve uma queda brusca, e de 2014 até 2016 a tendência foi negativa.

Gráfico 26 – Taxa de crescimento do PIB a preços constantes. Brasil, Nordeste, RN e RMN, 2003–2016.



Fonte: IBGE – Contas Regionais. Nota: Valores a preços de 2016, deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional/regional/estadual.

Na Tabela 7, as atividades econômicas e sua respectiva participação no VAB ficam perceptíveis entre a agricultura, a indústria e os serviços. Sendo que, os serviços possuem a maior participação percentual no Nordeste. No item 4.3, que ilustra o Quociente Locacional, o setor da RMN o que é mais especializado no emprego formal é exatamente o setor de serviços. Como também, no mesmo item, o comércio é bastante concentrado (Figura 17). Segundo o QL os setores de Alojamento e Comunicação, Alimentos e Bebidas também aparecem na RMN. Com isso fica perceptível que o setor de serviços é bastante concentrado na RMN, vale ressaltar que a Tabela 7 é do Nordeste, esta é apenas uma comparação.

Tabela 7 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto. Nordeste, 2004 – 2016.

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Adicionado Bruto Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	10,2	8,9	8,5	8,1	8,8	7,9	6,7	7,0	6,2	6,2	6,3	6,5	6,2
Indústria	23,6	23,1	23,2	22,0	22,1	21,4	22,9	22,1	21,7	20,3	19,4	19,9	19,5
Indústrias extrativa	2,4	2,7	2,8	2,6	3,1	1,6	2,1	2,4	2,7	2,3	1,6	1,0	0,4
Indústrias de Transformação	10,9	11,3	10,6	10,5	10,3	10,1	9,7	8,4	7,6	7,8	7,7	9,0	9,6
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,9	3,7	3,5	3,3	3,1	2,9	3,3	3,1	3,1	1,9	2,2	2,6	3,2
Construção	6,4	5,4	6,3	5,6	5,7	6,7	7,8	8,2	8,4	8,3	7,9	7,3	6,3
Serviços	66,2	68,0	68,3	69,9	69,1	70,8	70,4	70,9	72,1	73,5	74,3	73,6	74,3
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	10,5	11,9	11,7	12,8	13,4	14,2	14,4	14,3	14,8	14,7	15,0	13,8	13,8
Transporte, armazenagem e Correios	3,3	3,2	3,1	3,4	3,6	3,5	3,6	3,8	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6
Alojamento e alimentação	1,9	2,3	2,2	2,5	2,3	2,6	2,7	2,9	2,9	3,0	3,1	2,9	3,0
Informação e comunicação	3,0	3,2	3,1	3,0	2,6	2,1	2,0	2,0	1,8	1,8	1,9	1,8	1,6
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,0	3,1	3,1	3,2	2,8	2,9	3,1	3,0	3,1	3,0	3,2	3,5	3,9
Atividades Imobiliárias	10,0	9,7	9,2	9,2	9,1	9,0	8,7	8,8	9,6	10,0	10,0	10,3	10,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,3	5,0	5,1	5,3	4,9	5,3	5,9	6,1	6,3	6,5	6,8	6,1	6,1
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	22,4	23,4	24,1	24,2	24,5	25,0	24,4	24,3	23,8	24,3	24,3	24,7	25,0
Educação e saúde privadas	3,5	2,9	3,0	2,9	2,7	2,7	2,6	2,7	3,0	3,4	3,5	3,8	4,0
Outros serviços	3,2	3,3	3,5	3,3	3,2	3,3	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0

Fonte: IBGE. Contas Regionais.

Já no setor da indústria no Nordeste, o VAB está concentrado na indústria de transformação, enquanto que na RMN está na indústria têxtil. Tanto o Nordeste, quanto a RMN de Natal possui expressividade na construção civil. Este setor é de grande importância devido o PAC e o PMCMV.

Conforme a Tabela 8 a participação no Valor Adicionado Bruto está concentrada no setor de Serviços. Por subsetores o comércio e as atividades imobiliárias apresentam maior participação. A taxa de crescimento média anual do VAB por atividade econômica no Nordeste de 2004 a 2014 estão concentradas nas atividades financeiras, atividades administrativas, construção e comércio. Entre 2014 a 2016 todas as atividades tiveram um saldo negativo, exceto eletricidade e gás, água e esgoto. Esse saldo negativo se deve a crise financeira do período.

Tabela 8 – Taxa de crescimento média anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica (% a.a.) no Nordeste, 2004–2014 e 2014–2016.

Atividades econômicas	2004-2014	2014-2016
Valor Adicionado Bruto Total	3,6	-3,8
Agropecuária	2,0	-9,1
Indústrias extrativas	0,6	-7,8
Indústrias de transformação	2,1	-4,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4,6	2,7
Construção	5,4	-11,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5,2	-8,8
Transporte, armazenagem e correio	4,8	-6,6
Alojamento e alimentação	4,6	-4,0
Informação e comunicação	4,3	-3,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	8,6	-0,7
Atividades imobiliárias	4,4	-0,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,2	-1,8
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social	1,7	-0,3
Educação e saúde privadas	2,7	0,0
Outros serviços	2,6	-2,2

Fonte: IBGE. Contas Regionais.

O PIB e o VAB estão concentrados nos setores de serviços e na administração pública, pois, estes são os maiores geradores de riqueza da economia da RMN (Tabela 9). No item 4.3, por meio do Quociente Locacional, ficará mais compreensível para o leitor.

O maior PIB Per Capita encontra-se registrado na cidade do Natal, sendo lá onde está o centro econômico da RMN. Parnamirim e Macaíba, por fazerem fronteira com a cidade de Natal, merecem destaque. Natal com um valor de 24.029,17 reais em 2015. Já Parnamirim e Macaíba com 18.966,93 e 18.110 reais respectivamente. Os municípios com menores PIB Per Capita foram Ielmo Marinho e Vera Cruz com 7.204,24 e 7.738,55 reais respectivamente.

Tabela 9 – Produto Interno Bruto e Valor Adicional Bruto Setorial da Região Metropolitana de Natal
(1.000 000 R\$)

PIB E VAB	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	7,1	7,8	8,9	10,2	12,0	14,1	15,3	17,3	20,0	22,2	25,1	28,2	29,3	31,5	32,8
Valor adicionado bruto Total	6,1	6,6	7,4	8,6	10,1	12,2	13,0	14,9	17,3	19,2	21,9	24,6	25,7	27,7	28,4
Valor adicionado bruto agropecuária	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
Valor adicionado bruto indústria	1,6	1,4	1,6	1,9	2,1	3,0	2,9	2,9	3,7	4,2	4,8	5,2	4,9	5,1	4,4
Valor adicionado bruto serviços exceto adm. Pública	3,0	3,5	3,9	4,5	5,4	6,3	6,8	8,3	9,5	10,3	11,9	13,5	14,4	15,7	16,7
Valor adicionado bruto Adm. Pública	1,4	1,6	1,7	2,0	2,4	2,8	3,1	3,6	4,0	4,5	4,9	5,6	6,1	6,5	7,0

Fonte (IBGE). Elaboração própria.

A tabela 10 ilustra a participação em percentual do Valor Adicional Setorial total da RMN. A maior participação está no setor de serviços e na administração pública (Ver seção 4.3). O município que apresentou maior PIB Per Capita na RMN foi Natal, pois neste concentra-se maiores investimentos por ser a capital do Estado do Rio Grande do Norte. Os municípios de Macaíba e Parnamirim vêm se destacando bastante em relação aos demais. São municípios que fazem fronteira com Natal.

Tabela 10 – Participação (%) do Valor Adicional Setorial da Região Metropolitana de Natal.

PIB E VAB	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor adicionado bruto Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Valor adicionado bruto agropecuária	1,5	2,5	2,2	2,0	2,0	1,3	1,4	1,5	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3
Valor adicionado bruto indústria	25,7	20,6	22,0	22,0	21,1	24,7	22,4	19,1	21,1	21,9	22,0	21,3	19,1	18,6	15,4
Valor adicionado bruto serviços exceto adm. Pública	49,9	53,3	52,4	52,4	53,4	51,2	52,3	55,6	54,6	53,3	54,5	55,0	56,1	56,6	58,7
Valor adicionado bruto Adm. Pública	22,9	23,6	23,4	23,6	23,4	22,7	23,9	23,8	23,1	23,6	22,3	22,6	23,7	23,6	24,6

Fonte: PIB dos Municípios, IBGE.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²² o município de destaque é Natal e Parnamirim com 0,763 e 0,766 respectivamente. Já o pior índice está no município de Ielmo Marinho segundo o IBGE.

A Tabela 11 ilustra o Produto Interno Bruto e o PIB Per Capita em reais no ano de 2015. Com a tabela, é possível observar que a cidade do Natal está em primeiro lugar, esse PIB é do Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2015. Mas, a tabela mostra apenas a RMN, a cidade que ficou em segundo lugar foi Mossoró, pois é a segunda maior cidade do RN. Em terceiro lugar no ranking ficou Parnamirim e em quarto e quinto

²²É uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

São Gonçalo do Amarante e Macaíba respectivamente. Essas são as maiores cidades desenvolvidas do Estado, pois, recebem maiores investimentos.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto dos municípios e PIB "Per Capita" 2015

Municípios RMN	PIB	Posição	Per Capita	Posição 2
Arês	223.504,07	31°	15.916,83	22°
Ceará-Mirim	728.398,56	11°	9.994,77	59°
Extremoz	299.252,51	25°	10.872,03	51°
Goianinha	296.704,19	26°	11.731,15	44°
Ielmo Marinho	96.536,87	65°	7.204,24	137°
Macaíba	1.413.001,77	5°	18.110,53	19°
Maxaranguape	98.133,03	64°	8.294,57	93°
Monte Alegre	177.360,23	35°	8.005,43	102°
Natal	20.904.275,54	1°	24.029,17	9°
Nísia Floresta	334.116,62	23°	12.557,94	36°
Parnamirim	4.597.279,74	3°	18.966,93	18°
São Gonçalo do Amarante	1.555.780,92	4°	15.833,31	23°
São José de Mipibu	692.959,46	12°	16.044,07	21°
Vera Cruz	92.986,47	67°	7.738,55	111°

Fonte: IBGE/IDEMA. Adaptado pelo autor.

5.3 LOCALIZAÇÃO E AGLOMERAÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO FORMAL NA RMN

Conforme já apresentado na dissertação, Johann Heinrich von Thünen introduziu a grandeza espacial na análise dos elementos econômicos e desenvolveu a Teoria da Localização da Produção Agrícola, na sua obra basilar *Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie* (1826), conhecida como “A Teoria do Estado Isolado”, instituindo critérios de hierarquização em torno de um mercado consumidor. A sua teoria tende a rebater o que se deve produzir em determinado local. Um importante atributo do modelo é o nível de agregação, que leva ao estabelecimento da distribuição de um conjunto de atividades competitivas em um espaço geográfico. O seu trabalho durante muito tempo foi ignorado pelos economistas da Escola Clássica da época, lançou na Alemanha o germen da teoria da localização (FIGUEIREDO, 2009).

O *cluster* é inerente a toda economia e indústria e oferece vários benefícios competitivos para grandes e pequenas empresas. Definido por alguns economistas como aglomerações econômicas, eles transmitem uma união de esforços entre os governos, empresários, agentes financeiros e outros segmentos representativos da sociedade, com o objetivo de levar maior desenvolvimento para o Nordeste (LOPES NETO, 1998).

Rezende (2012) demonstra que as aglomerações de empresas espacialmente concentradas e setorialmente especializadas, têm mais chances de sucesso em um ambiente competitivo e de constantes mudanças tecnológicas se elas fazem parte de um *cluster*, ao invés de operarem isoladamente no mercado.

Para melhor desenvolvimento e explicitação do conteúdo deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica que deu suporte à pesquisa, e também foram levantados dados secundários que dessem suporte ao cálculo do índice de Hoover. Os dados secundários foram coletados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para visualizar a especialização dos segmentos econômicos na Região Metropolitana de Natal, utilizou-se o índice de localização de Hoover (1936), ou Quociente Locacional, tendo em vista que este é uma importante medida de especialização regional desenvolvida pela teoria econômica.

O coeficiente de Hoover tem como característica ser uma medida relativa, permitindo assim a comparação das concentrações dos diferentes segmentos industriais (SILVEIRA NETO, 2005). Podemos ver no coeficiente de Hoover a importância do setor *i* da economia para a região *j*, que é a região de referência. Quanto maior for o índice obtido, mais concentrada e especializada é segmento econômico *i* da região de referência *j*. Ao final do cálculo, serão considerados aglomerados econômicos, os resultados que apresentarem QL igual ou superior a 1. Os demais não serão considerados aglomerações econômicas devido à falta de significativa especialização do Quociente Locacional. Então, por meio desse índice, ficará exposta a importância de cada setor da economia na RMN.

Tabela 12 – Número de aglomerações do emprego formal na RMN

Segmento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa Mineral	3	3	1	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	1	1	1
Prod. Mineral Não Metálico	5	7	4	6	6	8	8	7	4	5	6	6	5	5	5	5
Indústria Metalúrgica	2	2	1	2	2	2	3	3	2	2	2	4	5	6	5	6
Indústria Mecânica	2	2	3	3	3	4	3	3	3	3	3	5	5	4	3	3
Elétrico e Comunic	1	1	2	2	2	1	4	3	3	2	2	3	4	4	4	3
Material de Transporte	1	1	2	3	3	3	4	4	3	3	4	4	4	4	4	4
Madeira e Mobiliário	3	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	4	5	3	4	5
Papel e Gráf	2	2	2	3	3	3	5	5	5	4	5	5	4	5	4	4
Borracha, Fumo, Couros	4	5	5	4	4	2	3	4	4	5	4	4	5	5	4	4
Indústria Química	5	4	3	4	5	5	4	6	7	4	3	3	3	3	3	4
Indústria Têxtil	6	4	4	4	5	4	5	5	5	5	5	6	8	8	8	8
Indústria Calçados	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Alimentos e Bebidas	6	5	4	5	6	6	6	6	6	6	6	7	6	6	6	6
Serviço Utilidade Pública	4	4	3	5	4	5	5	3	4	4	5	5	3	4	3	2
Construção Civil	4	3	4	3	3	5	4	3	4	4	5	4	3	5	5	4
Comércio Varejista	3	2	2	2	3	2	2	3	3	3	5	3	3	3	3	3
Comércio Atacadista	2	1	3	4	3	2	4	3	3	3	2	3	2	3	3	3
Instituição Financeira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	2	3
Adm Técnica Profissional	7	5	4	4	3	4	2	3	3	3	2	2	1	2	2	3
Transporte e Comunicações	4	3	2	3	3	3	3	4	4	5	5	6	5	6	6	5
Aloj Comunic	6	5	4	5	4	4	4	3	4	4	4	4	4	4	4	3
Médicos Odontológicos Vet	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ensino	2	2	2	2	2	3	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1
Administração Pública	6	8	9	7	7	8	8	8	7	8	8	9	8	8	10	9
Agricultura	5	6	7	8	8	7	8	7	9	9	10	10	10	10	10	10

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

A Região Metropolitana de Natal é mais especializada na administração pública, ou seja, o setor de serviços. O turismo é um forte ramo da economia em Natal, o segmento de Alimentos e Bebidas e Alojamento e Comunicação entram no turismo. A agricultura vem se destacando, com base no índice de Hoover pois, nos municípios de Nísia Floresta, Ielmo Marinho, Vera Cruz, Maxaranguape, Goianinha, Ceará Mirim e São José do Mipibu. Esses municípios concentram grandes influências da cana-de-açúcar, que emprega bastante trabalhadores e é uma atividade que assina a carteira dos colaboradores. Por isso, o índice de Hoover foi elevado.

A Administração Pública é bem concentrada em toda RMN. Pois, é um dos setores que mais emprega, como também, o comércio porque em toda cidade há comércio. Outro ramo que merece destaque a indústria têxtil, os municípios em que essa indústria é bastante concentrada é Extremoz, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Vera Cruz, Parnamirim, Monte Alegre, São José de Mipibu e Natal. Uma grande indústria do ramo têxtil que emprega muita mão-de-obra é a Guararapes, localizada em São Gonçalo do Amarante.

A construção Civil está concentrada em Natal, assim como nos municípios vizinhos a cidade, como São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Parnamirim, Ceará Mirim. As construções em São Gonçalo do Amarante vêm crescendo bastante, devido ao acesso ao aeroporto, que antes estava localizado em Parnamirim, isso causou uma valorização dos imóveis da cidade. Como também, a construção de conjuntos habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Tabela 13 – Número de aglomerações *por municípios da RMN*

RMN	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RN-ARES	3	4	3	3	3	4	3	1	1	1	3	3	3	4	4	4
RN-CEARA-MIRIM	3	5	5	6	5	6	6	3	4	5	6	6	8	7	7	5
RN-PARNAMIRIM	17	16	13	15	16	16	16	14	13	15	13	14	12	12	13	13
RN-EXTREMOZ	6	5	5	7	6	8	6	6	7	7	7	8	6	7	5	5
RN-GOIANINHA	3	2	2	2	2	2	5	7	7	7	8	8	9	9	9	8
RN-IELMO MARINHO	2	2	2	3	2	2	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4
RN-MACAIBA	9	11	10	9	10	10	8	8	8	10	10	12	13	13	12	13
RN-MAXARANGUAPE	2	2	1	1	1	1	1	1	3	4	5	5	4	5	5	4
RN-MONTE ALEGRE	4	2	3	2	2	2	4	5	4	3	4	4	5	4	4	5
RN-NATAL	12	11	15	15	13	12	14	14	14	11	10	9	8	8	8	8
RN-NISIA FLORESTA	7	6	4	5	6	6	5	5	5	5	4	5	5	6	5	7
RN-SAO GONCALO DO AMARANTE	6	6	7	10	9	8	10	10	9	7	10	12	9	9	10	8
RN-SAO JOSE DE MIPIBU	9	7	6	5	8	8	8	9	9	8	8	10	11	12	12	11
RN-VERA CRUZ	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	5

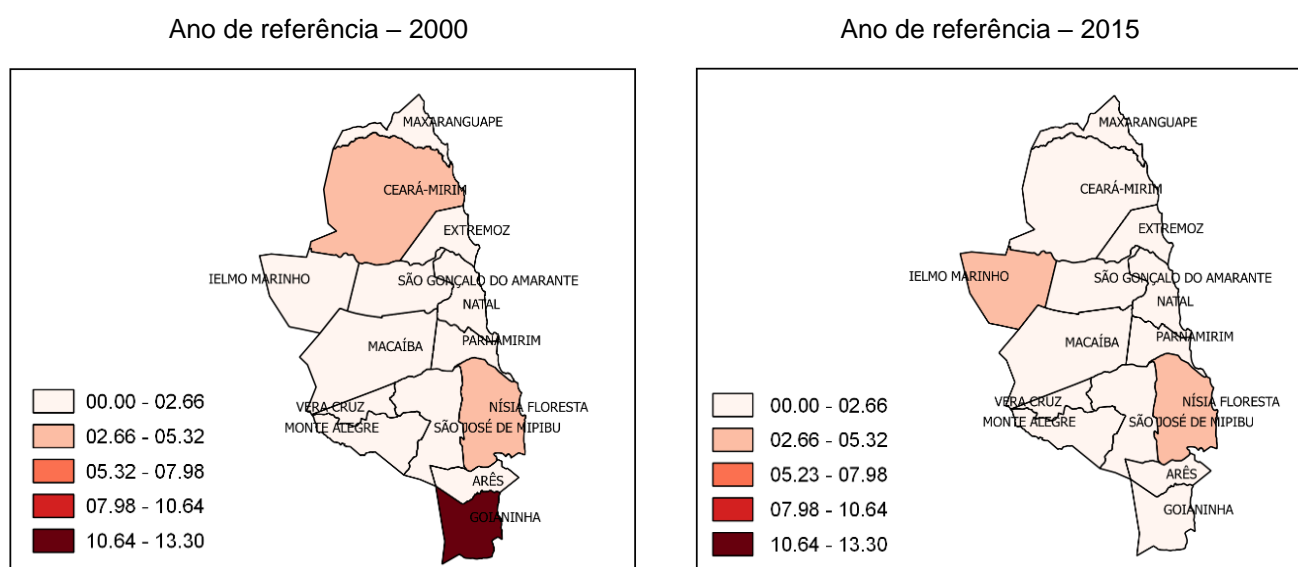
Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Em relação a quantidade de aglomerações por municípios na Região Metropolitana de Natal, como ilustra a Tabela 13. Os municípios de destaque são Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e São Jose de Mipibu.

A partir de um mapeamento realizado com os dados do cálculo do Índice de Hoover é possível observar quais municípios estão concentrados os subsetores da agricultura, administração pública e a indústria têxtil, pois estes foram os setores que mais se destacaram em relação ao Quociente Locacional (QL). Porém, o QL Quociente Locacional é insuficiente para responder a presente pesquisa, pois tem limitações para realidade que está estudando. Porque ele insuficiente no que se refere a dados para avaliar uma realidade local, visto que há outras variáveis de extrema relevância que não foram medidas nesse índice, como por exemplo, o trabalho informal, distorcendo assim, a realidade encontrada pelo QL.

A partir do cálculo do índice de Hoover foi possível identificar quais os setores que a RMN apresenta maior Especialização em relação ao Emprego Formal. Os setores que mais se destacaram foram; Agricultura, Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Comércio Varejista, Alojamento e Comunicação, Indústria Têxtil e a administração pública. Então, a partir daí foi gerado mapas para ficar melhor a visualização e comparar os anos 2000 e 2015. Com isso, os mapas ilustram os municípios mais especializados nestes setores mencionados.

Figura 12 – Quociente Locacional do subsetor da Agricultura por município da Região Metropolitana de Natal (2000).



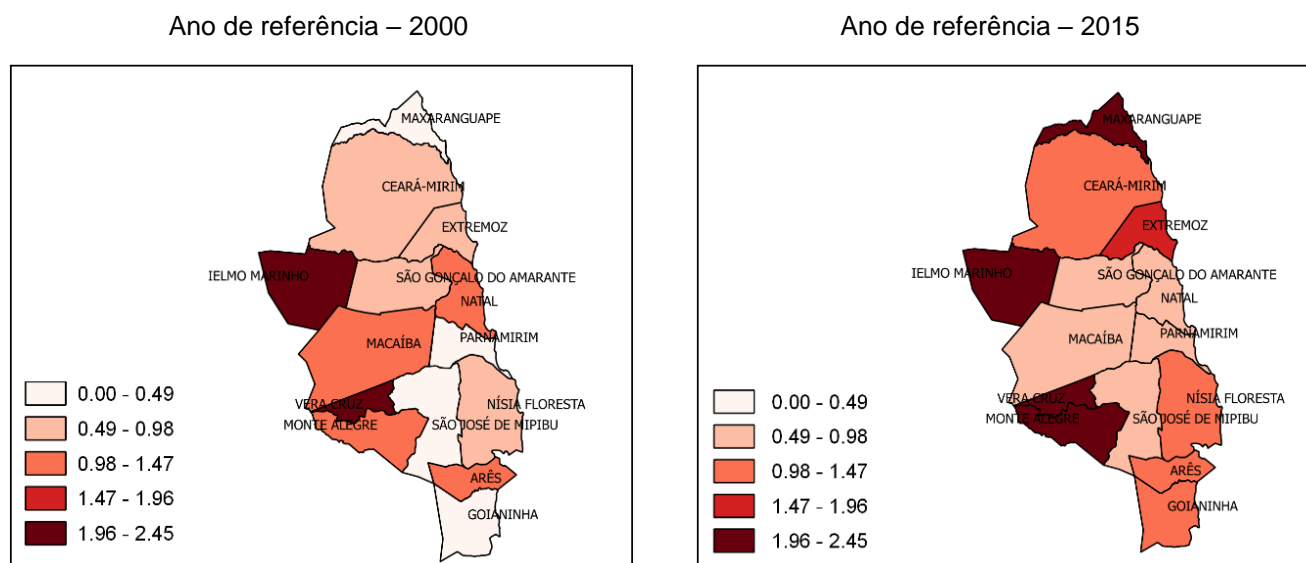
Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Como ilustra a Figura 12 (quanto mais escura for a cor do município, mais especializada é o setor), com base no cálculo de Hoover, em 2000 a agricultura era bastante especializada no que se refere ao emprego, tendo o município de Goianinha o de maior concentração nesse setor da economia, seguido de Ceará-Mirim e Nísia Floresta. Pode-se destacar a atividade da cana-de-açúcar que era bastante concentrada em Goianinha, limítrofe ao Estado de Pernambuco, com o município de Goiana. Já em 2015 a agricultura não estava mais concentrada como em 2000, apresentando dois municípios com uma menor especialização, Ielmo Marinho e Nísia Floresta. Pode-se concluir que o setor perdeu expressividade no que se refere ao trabalho formal e por meio de ações das políticas públicas a agricultura ainda vem sendo fonte de renda para muitas famílias.

Em relação à administração pública na RMN, os municípios de Ielmo Marinho e Vera Cruz apresentaram maior grau de especialização em 2000 (Figura 13). Por se tratarem de municípios com população pequena, a administração pública se caracteriza como a principal fonte de renda.

Também, pode ser levado em conta o número populacional, por se tratar de dois municípios relativamente pequenos, o que mais oferece emprego nestes, são administração pública. Já Natal, Macaíba, Monte Alegre e Arês apresentaram especialização média, se comparados aos outros municípios. Comparando com o ano de 2015 o setor da administração pública teve forte expressão quanto aos empregos formais nos municípios de Maxaranguape, Ielmo Marinho, Vera Cruz e Monte Alegre. Nota-se um aumento da expressão do setor público em diversos municípios: Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Goianinha. Somente houve redução da especialização do setor público em Macaíba.

Figura 13 – Quociente Locacional do subsetor da Administração Pública por município da Região Metropolitana de Natal (2000).

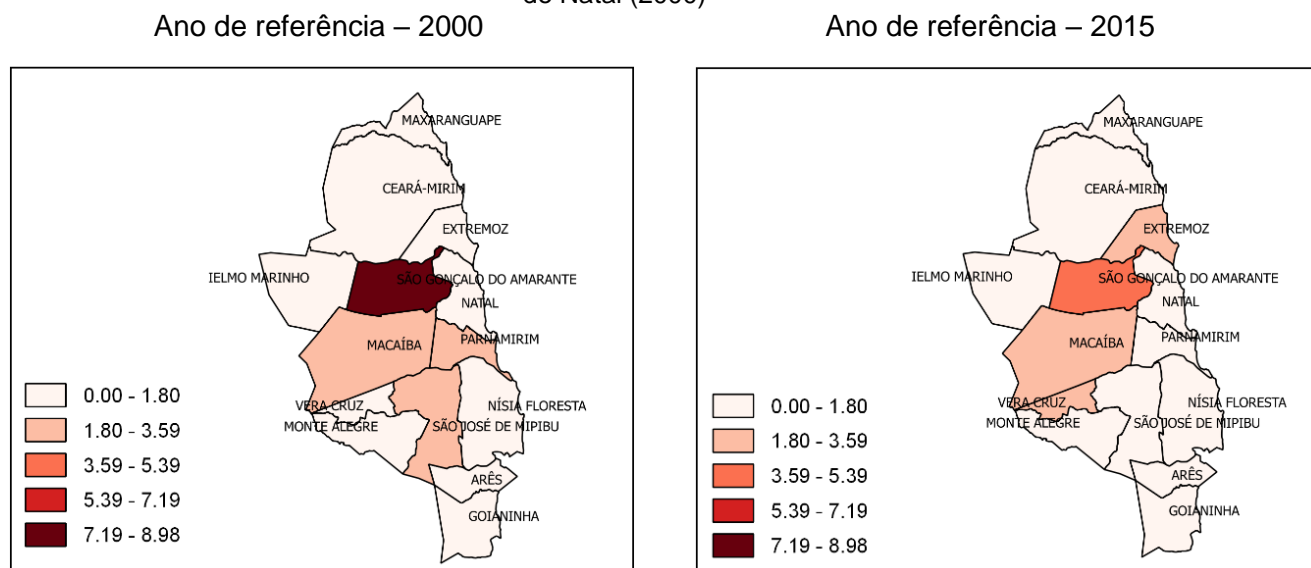


Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Como mencionado antes, por se tratarem de municípios com economias relativamente pequenas, este setor é o mais atrativo. Extremoz também se destacou na administração pública, não tão forte quão os mencionados anteriormente. Em 2015, Ceará Mirim surge com uma especialização, sua expressão era relativamente baixa. Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês e Goianinha estão no mesmo patamar de concentração do emprego formal que Ceará Mirim.

O município de São Gonçalo do Amarante foi o que apresentou maior especialização no setor da indústria têxtil em 2000 (Figura 13). Havia lá instaladas a Vicunha Têxtil S/A, Atelier Am, Capricórnio Textil S/A, A Lorota da Coteminas entre outras.

Figura 14 – Quociente Locacional do subsetor da Indústria Têxtil por município da Região Metropolitana de Natal (2000)



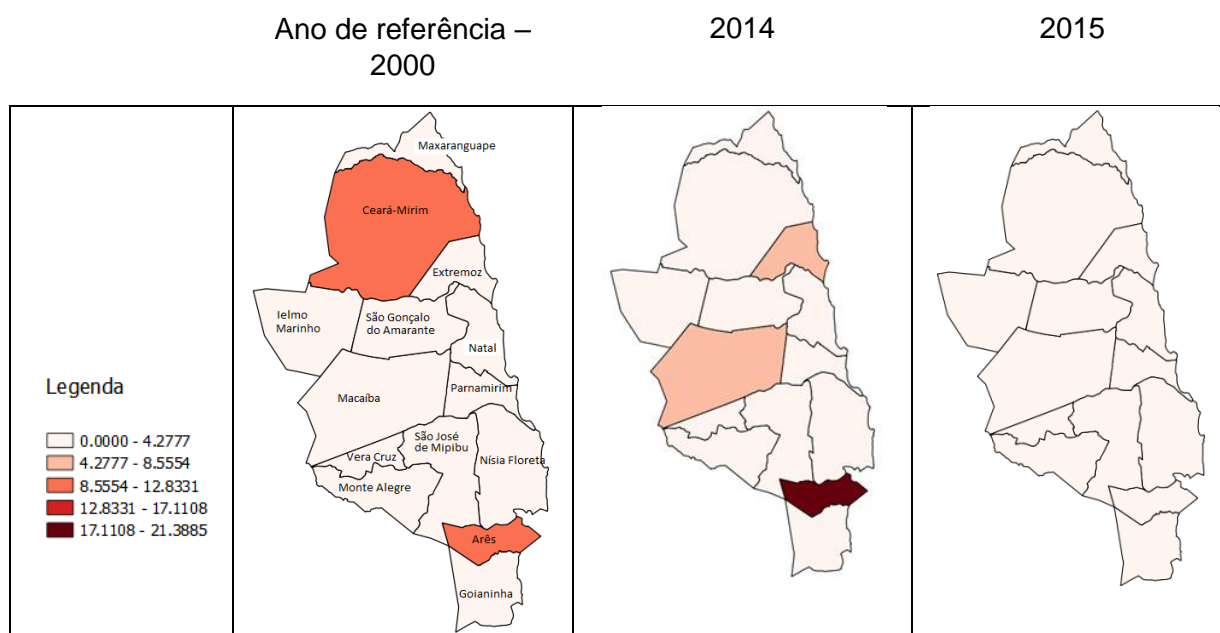
Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

O Os municípios de Macaíba, Parnamirim e São José do Mipibu apresentaram uma relativa expressividade neste setor. No ano de 2015, houve redução de importância desse setor no município de São Gonçalo do Amarante, Parnamirim e São José do Mipibu. Entretanto, houve um pequeno aumento de especialização em Extremoz e Vera Cruz.

Os municípios mais próximos da capital concentram uma forte aglomeração de empregos formais, sendo bastante interessante observar que Parnamirim e Macaíba que estão ao lado da capital e exercem uma grande influência na empregabilidade da população. Nesses municípios há indústrias e grandes empresas. Além dessas duas cidades, São Gonçalo do Amarante também exerce uma forte influência na quantidade de pessoas empregadas na RMN, e, com a implantação do aeroporto internacional isso beneficia bastante a cidade, potencializando para a valorização dos imóveis, como também, sendo atrativo residir neste município pela proximidade com o aeroporto, facilitando o deslocamento.

Como pode ser visto na Figura 15, o setor de Alimentos e Bebidas apresentou especialização, segundo o QL de Hoover quanto a empregos formais em apenas em dois municípios da RMN, no ano de 2000: Ceará Mirim e Arês. Em 2014, esse setor estava bastante concentrado no município de Arês. Já em 2015, este setor não apresentou expressividade em nenhum dos municípios estudados.

Figura 15 – Quociente Locacional do subsetor de Alimentos e Bebidas por município da Região Metropolitana de Natal (2000)



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

A economia brasileira, após um período de expansão (2004-2013), em que a taxa de crescimento média foi de 4,0% a.a., acompanhado por um processo de melhoria na distribuição de renda e na pobreza, contraiu inesperadamente a partir de 2014, vindo a sofrer uma forte e prolongada recessão em 2015-2016, com uma taxa de crescimento do PIB média negativa em 3,7%, seguido de uma piora em vários indicadores sociais (DE PAULA; PIRES, 2017).

O setor de Alojamento e Comunicação apresentou grande expressividade em alguns municípios da RMN (ver Figura 16). O município que apresentou um QL expressivo (em 2000) foi Monte Alegre e Extremoz. Merece destaque os municípios de Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Maxaranguape. O turismo é concentrado nesses municípios.

Em 2014 o setor de Alojamento e Comunicação, apresenta expressividade de especialização nos municípios litorâneos da RMN. Por exemplo, Natal, Nísia Floresta, Extremoz e Maxaranguape. E, uma forte concentração no município de Monte Alegre. Já em 2015 este setor na RMN não se altera, o QL continua o mesmo em todos os municípios.

Em 2014, período em que a econômica começa a declinar, o setor de Alojamento e Comunicação sofre uma redução nas suas atividades formais. Apenas os municípios

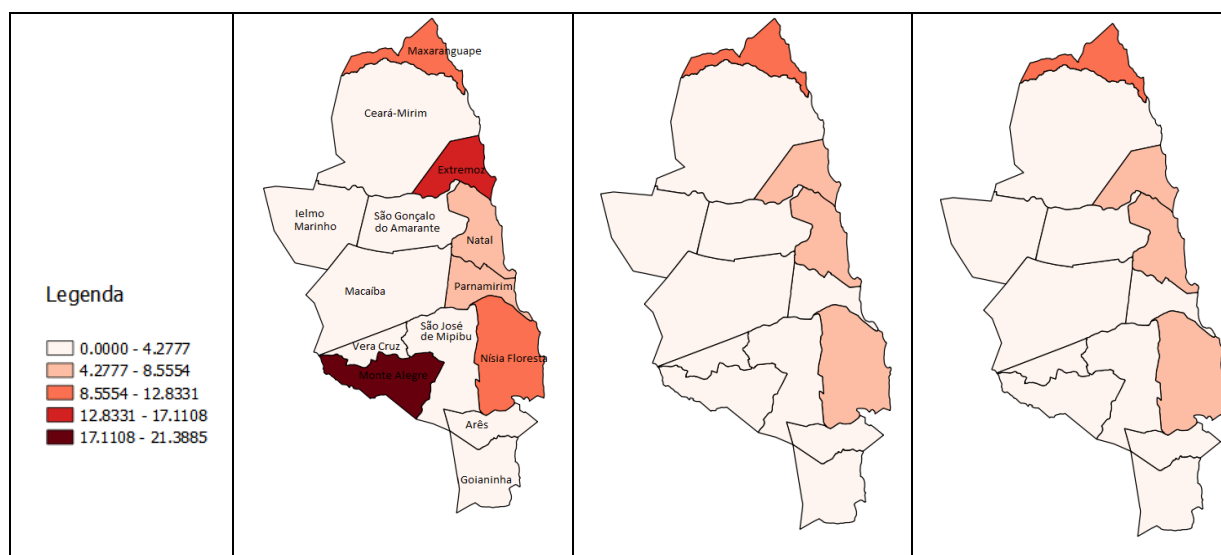
de Natal, Nísia Floresta, Extremoz e Maxaranguape apresentaram especialização do emprego formal.

Figura 16 – Quociente Locacional do subsetor Alojamento e Comunicação por município da Região Metropolitana de Natal (2000).

Ano de referência –
2000

2014

2015



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

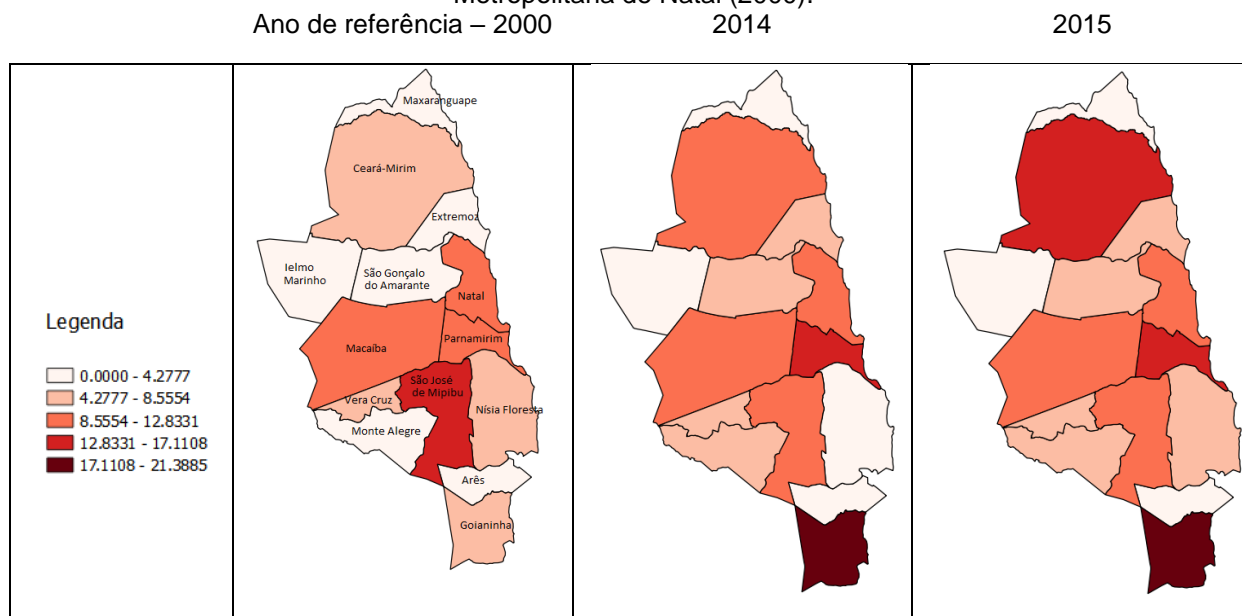
O setor do Comércio Varejista é bastante significativo na RMN, onde existe uma forte empregabilidade de mão de obra. Os municípios que merecem destaque no grau de especialização do emprego formal em 2000 são Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, Macaíba, Nísia Floresta, Ceará-Mirim e Goianinha (ver Figura 17).

Em 2014, o setor do Comércio Varejista esteve bastante concentrado no município de Goianinha, sendo este município, o que mais apresentou especialização. Os municípios de Natal, Macaíba, Ceará Mirim e São José de Mipibu apresentaram também, expressiva especialização no QL. Outros municípios que se destacaram, mesmo com pouca especialização, mas apresentaram aglomeração foram; Vera Cruz, Monte Alegre, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.

Em 2015 o grau de especialização do emprego formal segundo o índice de Hoover no setor do Comércio Varejista só aumenta nos municípios da RMN (Figura 17). Os municípios de Parnamirim, Goianinha e Ceará-Mirim apresentaram em 2015 um forte grau de especialização neste setor. Outros municípios merecem destaque como; Natal, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Vera Cruz e Monte Alegre.

Com base no índice do Hoover é possível identificar que os municípios da RMN estão cada vez mais concentrados no setor do Comércio Varejista, mesmo com “a crise de 2015, em que o PIB era de -3,8% e o PIB do setor de serviços era de -2,7%” (DE PAULA; PIRES, 2017), o comércio varejista foi forte nos municípios de Ceará Mirim e Parnamirim e Goianinha.

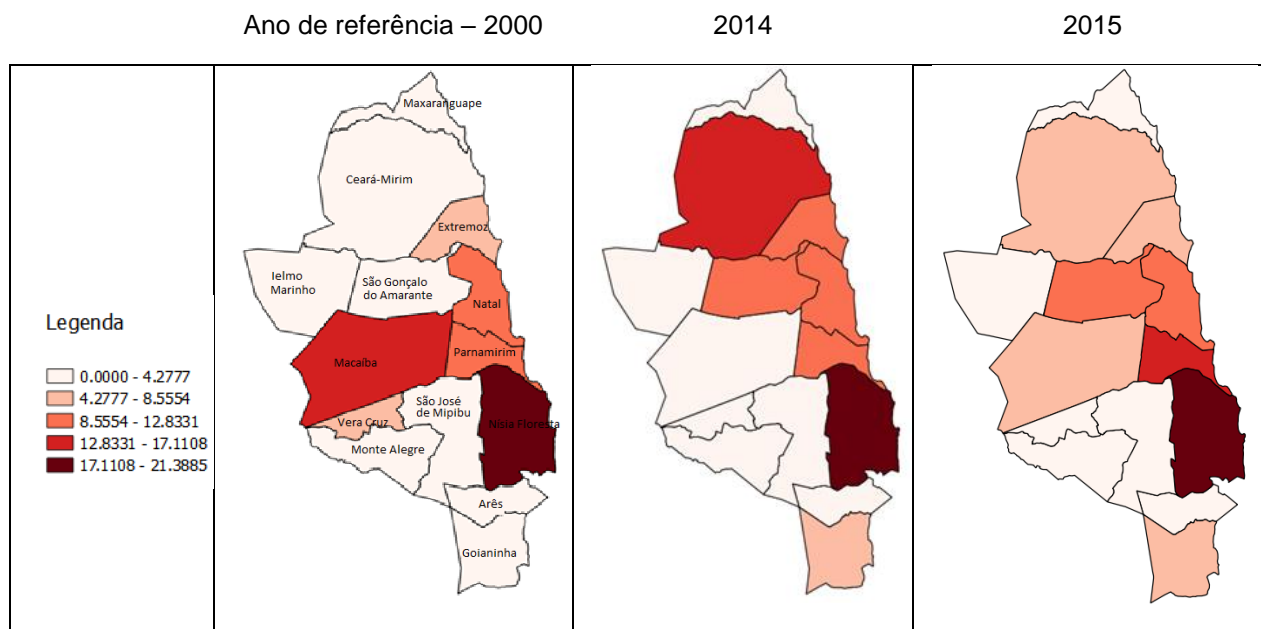
Figura 17 – Quociente Locacional do subsetor do Comércio Varejista por município da Região Metropolitana de Natal (2000).



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

O setor da Construção Civil na RMN é bastante importante, pelo turismo, pelo PAC, como também pelas políticas públicas como o PMCMV por exemplo. Este setor é um forte empregador de mão de obra. Em 2000 os municípios que apresentaram um forte grau de especialização foram; Macaíba, Natal, Parnamirim e Nísia Floresta (ver Figura 18). O turismo e os conjuntos habitacionais foram fortes impulsionadores para que isso sucedesse.

Figura 18 – Quociente Locacional do subsetor da Construção Civil por município da Região Metropolitana de Natal (2000).



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Em 2014 foi o período em que antecede a crise de 2015, com isso o setor da construção civil retrai. O município de Ceará Mirim que era bastante concentrado no emprego formal, o grau de especialização diminui. Neste município foram construídos vários conjuntos habitacionais. Em 2014 o setor que mais apresentou especialização no que se refere ao emprego formal foi Nísia Floresta, isso se deve ao turismo que é bastante forte neste município.

Já em 2015, período de crise, alguns municípios reduziram o Quociente Locacional, ou seja, o grau de especialização do emprego. O município de Nísia Floresta continua com um QL alto e Parnamirim ganha expressividade. Isso se deve aos conjuntos habitacionais, como também, pelo turismo que é um forte impulsionador da economia da RMN.

5.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA RMN

O setor que mais emprega a população da Região Metropolitana de Natal é o de serviços. No ano de 2000 havia 174.237 trabalhadores empregados. Em 2001 tinha

182.369 empregados. Apenas em 2002 o número de trabalhadores cai para 147.626. A partir de 2003 a quantidade de pessoas empregadas no setor de serviços só aumentou, pois neste ano o número de pessoas empregadas chegou a 210.706. Em 2004, 2005, 2006 e 2007 os números de empregos formais eram de 228.844, 244.485, 250.036 e 258.935 respectivamente.

Mesmo no período da crise financeira que ocorreu em 2008, não atingiu o setor de serviços contendo em 2008 e 2009 respectivamente 267.627 e 282.381. Em 2010, 2011, 2012, e 2013 a RMN apresentou 297.361, 309.305, 318.018 e 322.916 simultaneamente vínculos formais. Em 2014 o número de trabalhadores empregados com carteira assinada chegou à 332.312, em 2015 segundo os dados da Relação Anual de Informações sociais (RAIS), sofreu uma redução de 13.375 trabalhadores segundo a Tabela 14.

Tabela 14 – Emprego formal por subsetor na RMN (2000–2015).

Anos	Indústria	Serviços	Agricultura
2000	41963	174237	4280
2001	42001	182369	5770
2002	46747	147626	5766
2003	41834	210706	6657
2004	48661	228844	7030
2005	51298	244485	6283
2006	59264	250036	6291
2007	67258	258935	4667
2008	73089	267627	4724
2009	72995	282381	4558
2010	82838	297361	3753
2011	79127	309305	3455
2012	79924	318018	2856
2013	77997	322916	3008
2014	76938	332312	2881
2015	69492	318937	3091

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

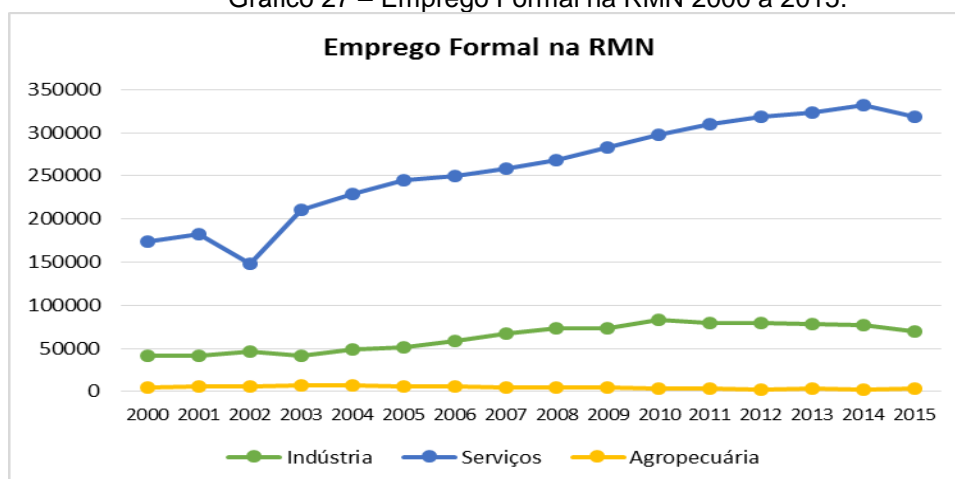
O setor industrial na Região Metropolitana de Natal está em segundo lugar como o maior empregador. Em 2000, 2001 e 2002 haviam 41.963, 42.001 e 46.747 trabalhadores empregados, a tendência foi só aumentar. Apenas em 2003 a quantidade de trabalhadores diminui para 41.834, mas a partir de 2004 a tendência foi de aumento. Pois, em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 o número de vínculos formais eram de 48.661, 51.298, 59.264, 67.258, 73.089 e 72.995 trabalhadores concomitantemente. Esse dígito em 2010 ultrapassa para 82.838 pessoas empregadas. No ano seguinte, esse dígito reduz para 79.127 em 2012 volta a crescer a quantidade de empregos com

79.924 pessoas empregadas no setor industrial. A partir de 2013 a 2015 o número de pessoas empregadas veio reduzindo para 77.997, 76.938 e 69.492 em 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Mesmo com essa queda do estoque de trabalhadores no setor industrial, o número de pessoas empregadas é bastante relevante para o Estado.

O setor Agropecuário não é muito forte na RMN, em relação aos outros setores. Este setor cresceu de 2000 até 2004, pois as quantidades de trabalhadores eram de 4.280, 5.770, 5.766, 6.657, 7.030 em 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 respectivamente. Já em 2005 esse dígito reduz para 6.283 empregados. Mas, nos últimos anos a quantidade de trabalhos formais vem diminuindo para 6.291, 4.667, 4.724, 4.558, 3.753, 3.455, 2.856, 3.008, 2.881 e 3.091 nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Vale ressaltar que, existem muitos agricultores familiares que trabalham para si próprios, ou seja, possuem alguma lavoura, plantações e fazem isso mais para o consumo familiar, e comercializa o excedente. Pois, existem várias políticas públicas de incentivo a agricultura familiar. Portanto, sendo um trabalho informal, mas o presente trabalho tem o objetivo de ilustrar apenas os empregos formalizados. Geralmente as pessoas empregadas neste setor, são empresas que empregam estes trabalhadores.

Observando o Gráfico 27 é possível identificar que o setor que mais gera emprego é os serviços, com uma curva ascendente. A Indústria possui uma participação secundária e a agricultura não é tão expressiva, mas vale destacar que se trata do emprego formal, o qual as empresas declaram o cadastro para a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Emprego e do Trabalho (MTE). Mas a agricultura é muito importante na RMN pois existe muita produção de camarão, frutos do mar etc., mas a RAIS trabalha apenas com o formal, essa é a fragilidade da (RAIS).

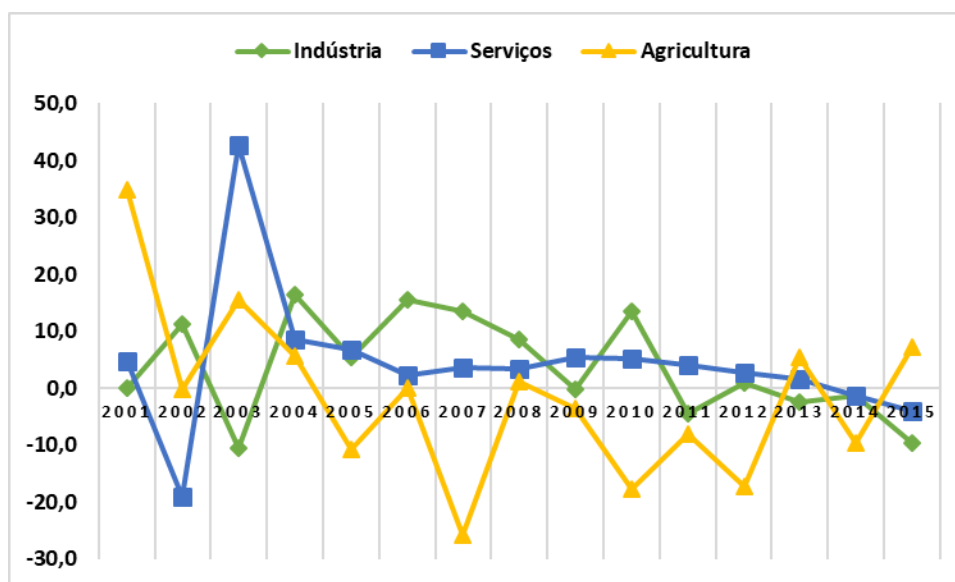
Gráfico 27 – Emprego Formal na RMN 2000 a 2015.



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

O setor que mais cresceu na empregabilidade de funcionários com carteira assinada foi o de serviços, como ilustra o Gráfico 28 o ápice foi em 2003 com um crescimento percentual de 15,5%. Em 2004, sofre uma forte queda como mostra o gráfico.

Gráfico 28 – Taxa de crescimento anual (%) do emprego formal na RMN.



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Observando a Tabela 15, ilustra os subsetores da economia, foi analisado o emprego formal por períodos. No período 2000 a 2003 foi o começo a ascensão da economia, no período 2004 a 2010 foi a expansão econômica e no período 2011 a 2014 foi de desaceleração econômica, e, por fim, o período 2014 a 2015 que foi de crise econômica. Sendo assim, fica mais fácil para o leitor entender o período 2000 a 2015 com uma maior facilidade. O subsetor que mais emprega a população da RMN é Administração Pública, em 2000 a quantidade de empregos formais era de aproximadamente 83.036 e em 2015 esse número aumenta para 91.620 trabalhadores. O comércio varejista possui sua importância na empregabilidade da população da RMN, pois em 2000 estavam empregadas 25.694 pessoas e em 2015 esse dígito chegou a 65.970 colaboradores, esse setor é muito relevante, só que os dados só ilustram o emprego formal, já que a RAIS só trabalha com o setor informal. Mas vale destacar que o comércio em Natal, existe um forte adensamento informal.

Os setores que possuem grande relevância em Natal como na RMN são Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Comércio Varejista, Alojamento e Comunicação, Indústria Têxtil e a administração pública. Não descartando os outros, mas estes, além do emprego formal, existem muitas mãos de obra informal, principalmente alimentos e

bebidas e comércio varejista. A construção Civil é muito importante, pois no período de estudo teve grande impacto na economia de Natal, aí vem os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, que empregou muita mão de obra.

Tabela 15 – Número de emprego formal nos subsetores na RMN.

Subsetores	2000	2003	2004	2010	2011	2014	2015
Extrativa Mineral	791	500	6	15542	601	10650	25694
Extrativa Mineral	791	317	339	661	1697	1630	1652
Prod. Mineral Não Metálico	1204	1522	1519	2110	2229	2083	1866
Indústria Metalúrgica	371	366	408	1064	1265	1185	1003
Indústria Mecânica	500	408	289	636	675	852	786
Elétrico e Comunic	6	74	64	109	133	163	164
Material de Transporte	80	84	109	204	233	217	211
Madeira e Mobiliário	701	716	791	1345	1373	1564	1537
Papel e Gráf	1173	1239	1406	1514	1429	1372	1221
Borracha, Fumo, Couros	498	399	451	544	567	543	729
Indústria Química	1151	1291	1466	2565	1766	1908	2268
Indústria Têxtil	15542	15159	17232	27906	23023	19424	16688
Indústria Calçados	601	1121	1413	145	151	9	10
Alimentos e Bebidas	6720	6783	7706	11330	11919	12357	12054
Serviço Utilidade Pública	1975	2208	3375	4959	4691	5109	5176
Construção Civil	10650	10147	12093	27746	27976	28522	24070
Comércio Varejista	25694	32536	36440	57984	60941	66707	65970
Comércio Atacadista	4286	6124	6908	10506	11071	12634	11848
Instituição Financeira	2500	2834	2963	4000	4231	4435	4452
Adm Técnica Profissional	15475	22228	26180	38557	42601	55043	57641
Transporte e Comunicações	9936	9614	10139	12705	13513	13561	13782
Aloj Comunic	18820	22430	22878	31079	31149	33976	35171
Médicos Odontológicos Vet	6579	6708	7347	10755	11094	13327	13711
Ensino	7911	8830	9646	19691	19913	24550	24740
Administração Pública	83036	99402	106343	112084	114792	108451	91620
Agricultura	4280	6657	7030	3753	3455	2881	3091
Total	221271	259697	284541	399494	392488	423153	417155

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Conforme a Tabela 16 ilustra a taxa de média de crescimento do emprego formal por períodos da economia brasileira, 2000 a 2003 o período em que a economia estava iniciando seu progresso. 2004 a 2010 foi um período de expansão econômica, de 2011 a 2014, período no qual ocorreu a desaceleração econômica e 2014 a 2015, a grande crise. Com os dados da tabela 16 fica perceptível que alguns setores obtiveram uma taxa de crescimento significativa, como a indústria de produtos minerais não metálicos, Elétrico e comunicação, a Indústria Química, a Indústria de Calçados, a Construção Civil, Administração Técnica Profissional, o ensino, a administração pública e a agricultura, isso no período em que a economia estava crescendo.

Tabela 16 – Taxa percentual do emprego formal na RMN.

Subsetores	2001	2004	2005	2011	2012	2015
Extrativa Mineral	-48,4	6,9	-67,8	156,7	-3,5	1,3
Prod. Mineral Não Metálico	36,7	-0,2	-30,0	5,6	-3,4	-10,4
Indústria Metalúrgica	1,6	11,5	-43,9	18,9	6,4	-15,4
Indústria Mecânica	-8,0	-29,2	-12,8	6,1	15,3	-7,7
Elétrico e Comunic	50,0	-13,5	-67,2	22,0	-23,3	0,6
Material de Transporte	3,8	29,8	4,6	14,2	0,0	-2,8
Madeira e Mobiliário	-2,4	10,5	-50,4	2,1	4,9	-1,7
Papel e Gráf	1,3	13,5	-35,2	-5,6	2,6	-11,0
Borracha, Fumo, Couros	-4,0	13,0	-60,3	4,2	15,5	34,3
Indústria Química	13,2	13,6	-13,7	-31,2	-7,0	18,9
Indústria Têxtil	5,2	13,7	-15,3	-17,5	-9,1	-14,1
Indústria Calçados	14,6	26,0	-95,8	4,1	-65,6	11,1
Alimentos e Bebidas	-25,8	13,6	-62,1	5,2	2,1	-2,5
Serviço Utilidade Pública	-2,2	52,9	-8,2	-5,4	3,9	1,3
Construção Civil	7,1	19,2	-26,9	0,8	8,8	-15,6
Comércio Varejista	7,3	12,0	-29,7	5,1	3,7	-1,1
Comércio Atacadista	1,8	12,8	-30,0	5,4	3,6	-6,2
Instituição Financeira	-3,2	4,6	-34,2	5,8	-0,9	0,4
Adm Técnica Profissional	10,2	17,8	-30,6	10,5	9,4	4,7
Transporte e Comunicações	-1,7	5,5	-30,3	6,4	-3,0	1,6
Aloj Comunic	8,0	2,0	-44,2	0,2	5,3	3,5
Médicos Odontológicos Vet	0,8	9,5	-32,6	3,2	10,2	2,9
Ensino	12,3	9,2	-55,8	1,1	17,3	0,8
Administração Pública	2,8	7,0	-78,1	2,4	-3,3	-15,5
Agricultura	34,8	5,6	-66,0	-7,9	-17,3	7,3

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

No segundo momento em que a economia estava em expansão no período 2004 a 2010 os setores que apresentaram maior crescimento foram extrativa mineral, mas depois sofre uma forte queda, com a indústria têxtil ocorre o mesmo. O subsector de material e transporte no período em que a economia estava em expansão cresceu significativamente, o setor de madeira e imobiliário, a indústria metalúrgica. Alimentos e bebidas, no início, obtiveram um crescimento significativo, mas no mesmo período sofre uma grande queda. O comércio varejista obteve taxas de crescimento positivas apenas no início do período de ascensão da economia, logo após, sofre uma queda como é possível ver na (Tabela 16). O setor de alojamento e comunicação no período de ascensão da economia obteve taxa de crescimento positiva, mas no período de recessão teve uma baixa.

A Tabela 17 ilustra o percentual da participação dos subsectores do total do emprego formal na RMN. Ficando perceptível que a Administração Pública possui a maior participação no emprego da RMN. O Comércio Varejista também é muito forte e a tendência foi de crescimento como é possível identificar na Tabela 18. A Indústria Têxtil tem sua relevância, mas nos anos observados ocorreu uma redução na RMN. A Construção Civil possui expressividade, devido ao PAC, ao PMCMV em Natal. Alojamento e Comunicação têm sua importância devido ao turismo em Natal, que é uma

cidade que vive basicamente deste setor. A RAIS não fornece a variável turismo, mas ela está embutida no subsetor de Alojamento e Comunicação e Alimentos e Bebidas.

Tabela 17 – Participação percentual dos subsetores no total do emprego formal.

Participação	2000	2003	2004	2010	2011	2014	2015
Extrativa Mineral	0,4	0,2	0,0	3,9	0,2	2,5	6,2
Extrativa Mineral	0,4	0,1	0,1	0,2	0,4	0,4	0,4
Prod. Mineral Não Metálico	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5	0,4
Indústria Metalúrgica	0,2	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,2
Indústria Mecânica	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Elétrico e Comunic	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Material de Transporte	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Madeira e Mobiliário	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Papel e Gráf	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3
Borracha, Fumo, Couros	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Indústria Química	0,5	0,5	0,5	0,6	0,4	0,5	0,5
Indústria Têxtil	7,0	5,8	6,1	7,0	5,9	4,6	4,0
Indústria Calçados	0,3	0,4	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Alimentos e Bebidas	3,0	2,6	2,7	2,8	3,0	2,9	2,9
Serviço Utilidade Pública	0,9	0,9	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Construção Civil	4,8	3,9	4,3	6,9	7,1	6,7	5,8
Comércio Varejista	11,6	12,5	12,8	14,5	15,5	15,8	15,8
Comércio Atacadista	1,9	2,4	2,4	2,6	2,8	3,0	2,8
Instituição Financeira	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1
Adm Técnica Profissional	7,0	8,6	9,2	9,7	10,9	13,0	13,8
Transporte e Comunicações	4,5	3,7	3,6	3,2	3,4	3,2	3,3
Aloj Comunic	8,5	8,6	8,0	7,8	7,9	8,0	8,4
Médicos Odontológicos Vet	3,0	2,6	2,6	2,7	2,8	3,1	3,3
Ensino	3,6	3,4	3,4	4,9	5,1	5,8	5,9
Administração Pública	37,5	38,3	37,4	28,1	29,2	25,6	22,0
Agricultura	1,9	2,6	2,5	0,9	0,9	0,7	0,7
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Conforme a Tabela 18 que ilustra a Taxa média de crescimento anual por período do emprego formal na RMN. É possível identificar que no auge da economia no período 2004 a 2010 a construção civil obteve um forte crescimento de empregabilidade, período em que a economia estava em alta no Brasil, mesmo com a crise de 2008. Houve grandes investimentos em conjuntos habitacionais, no setor de turismo em Natal.

Tabela 18 – Taxa média de crescimento anual por período do emprego formal na RMN.

Subsetores	2000-2003	2004-2010	2011-2014	2014-2015
Extrativa Mineral	-14,2	270,6	160,7	141,3
Extrativa Mineral	-26,3	11,8	-1,3	1,3
Prod. Mineral Não Metálico	8,1	5,6	-2,2	-10,4
Indústria Metalúrgica	-0,5	17,3	-2,2	-15,4
Indústria Mecânica	-6,6	14,0	8,1	-7,7
Elétrico e Comunic	131,0	9,3	7,0	0,6
Material de Transporte	1,6	11,0	-2,3	-2,8
Madeira e Mobiliário	0,7	9,3	4,4	-1,7
Papel e Gráf	1,8	1,2	-1,3	-11,0
Borracha, Fumo, Couros	-7,1	3,2	-1,4	34,3
Indústria Química	3,9	9,8	2,6	18,9
Indústria Têxtil	-0,8	8,4	-5,5	-14,1
Indústria Calçados	23,1	-31,6	-60,9	11,1
Alimentos e Bebidas	0,3	6,6	1,2	-2,5
Serviço Utilidade Pública	3,8	6,6	2,9	1,3
Construção Civil	-1,6	14,8	0,6	-15,6
Comércio Varejista	8,2	8,0	3,1	-1,1
Comércio Atacadista	12,6	7,2	4,5	-6,2
Instituição Financeira	4,3	5,1	1,6	0,4
Adm Técnica Profissional	12,8	6,7	8,9	4,7
Transporte e Comunicações	-1,1	3,8	0,1	1,6
Aloj Comunic	6,0	5,2	2,9	3,5
Médicos Odontológicos Vet	0,6	6,6	6,3	2,9
Ensino	3,7	12,6	7,2	0,8
Administração Pública	6,2	0,9	-1,9	-15,5
Agricultura	15,9	-9,9	-5,9	7,3
TOTAL	5,5	5,8	2,5	-1,4

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

Como é possível identificar na Tabela 19 o maior número de emprego está nas pessoas empregadas, em 2000 com 295782 e em 2010 o dígito aumenta para 453800 pessoas empregadas. A categoria Pessoas empregadas com carteira de trabalho assinada vem com uma participação secundária. Em 2000 essa quantidade de pessoas era de 166100 e, em 2010, esse dígito aumenta para 290695.

O número de pessoas que trabalham por conta própria é bastante elevado, já em 2000, uma que a quantidade de indivíduos que trabalhavam nessa categoria era de 84975 e, em 2010, essa categoria aumentou para 112546 pessoas.

Tabela 19 – Categoria por emprego formal e informal na RMN.

Emprego Formal e Informal	2000	2010	tx cresc. Anual
Empregado	295782	453800	4,4
Empregado - com carteira de trabalho assinada	166100	290695	5,8
Empregado - militar e funcionário público estatutário	31430	46057	3,9
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	98494	117045	1,7
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	7189	7266	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	5084	8861	5,7
Empregador	11628	10825	-0,7
Conta própria	84975	112546	2,8
TOTAL	700682	1047095	4,1

Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

A Tabela 20 ilustra a distribuição percentual da população ocupada por setor de atividade e posição na ocupação na RMN em 2000. Em relação ao total de pessoas ocupadas na RMN no ano de 2000, o maior percentual de ocupação está na categoria dos empregados com carteira assinada com 40,9% e os sem carteira assinada com 24,6%, os que trabalham por conta própria com uma participação de 21,2%, os demais não tiveram tanta relevância. Os militares e funcionários públicos estatutários, empregadores, não remunerados, trabalhadores na produção para o próprio consumo, com uma participação de 7,6%, 2,9%, 1,6% e 1,2% respectivamente, totalizando os 100% da população ocupada na RMN. Em relação ao percentual de pessoas ocupadas por categoria e atividade econômica no ano de 2000, o percentual de pessoas ocupadas com carteira foi maior no comércio e reparação com uma participação de 7,3%. Em segundo, o setor da indústria de transformação com 6,9% e a educação com 4%. Os setores que menos apresentaram pessoas ocupadas com carteira assinada foram; atividades mal definidas, atividades imobiliárias, atividades financeiras e de seguro, serviços industriais de utilidade pública, indústria extrativa com 0,4%, 0,5%, 0,9%, 0,8 e 0,2% respectivamente.

Tabela 20 – Distribuição (%) da população ocupada por setor de atividade e posição na ocupação. RMN em 2000.

Setores de atividade econômica	Posição na ocupação							Total
	Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	
	2000							
Agropecuária	1,0	0,0	2,1	1,9	0,1	0,6	1,2	6,9
Indústria extrativa	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Indústria de transformação	6,9	0,0	2,1	1,8	0,3	0,1	0,0	11,3
Serviços industriais de utilidade pública	0,8	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
Construção	2,5	0,1	2,4	2,0	0,1	0,0	0,0	7,3
Comércio e reparação	7,3	0,0	3,9	7,0	1,1	0,6	0,0	19,9
Alojamento e alimentação	2,4	0,0	1,4	2,3	0,3	0,2	0,0	6,7
Transporte, armazenagem, informação e comunicação	2,5	0,1	1,2	1,6	0,1	0,0	0,0	5,5
Atividades financeiras e de seguro	0,9	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	1,1
Atividades imobiliárias	0,5	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,8
Atividades profissionais, científicas, técnicas, administrativas e de serviços complementares	2,1	0,0	1,1	1,5	0,3	0,0	0,0	5,0
Administração pública	3,4	4,4	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	8,7
Educação	4,0	2,1	1,5	0,3	0,1	0,0	0,0	8,0
Saúde e serviços sociais	2,9	0,6	0,6	0,3	0,1	0,0	0,0	4,5
Serviços domésticos	2,2	0,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	7,9
Outras atividades de serviços	1,0	0,1	1,0	2,0	0,1	0,0	0,0	4,2
Atividades mal definidas	0,4	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,8
Total	40,9	7,6	24,6	21,2	2,9	1,6	1,2	100,0

Fonte: IBGE – micro dados do Censo. Elaboração própria.

Os empregados sem carteira apresentaram maior participação percentual no setor de serviços domésticos com 5,7% e o comércio e reparação com 3,9%. Os que

apresentaram pouca expressividade foram; atividades mal definidas, atividades imobiliárias, atividades financeiras e de seguro, todos com uma participação de 0,1%.

A categoria por conta própria, a maior participação da ocupação foi no setor de comércio e reparação com 7%. O setor de alojamento e alimentação com um percentual de 2,3% e construção civil com 2%. Com os dados é possível identificar que a informalidade é muito forte na RMN.

A Tabela 21 ilustra a distribuição percentual da população ocupada por setor de atividade e posição na ocupação na RMN em 2010. Os empregados com carteira assinada apresentaram em 2010, uma participação de 49% no total de pessoas ocupadas na RMN. Os indivíduos ocupados sem carteira assinada apresentaram uma participação de 19,7% e os que trabalham por conta própria com 19%. Isto é, os empregados com carteira assinada apresentam uma participação na ocupação total da RMN de 56,8% e os sem carteira assinada com 38,7%. Os empregadores, os não remunerados, os trabalhadores para o consumo próprio, apresentaram uma participação na ocupação total da RMN de 1,8%, 1,2% e 1,5% respectivamente.

Tabela 21 – Distribuição (%) da população ocupada por setor de atividade e posição na ocupação. RMN em 2010.

Setores de atividade econômica	Posição na ocupação							Total
	Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	
2010								
Agropecuária	0,7	0,0	1,4	1,2	0,0	0,1	1,5	4,9
Indústria extrativa	0,5	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Indústria de transformação	7,1	0,0	1,2	1,8	0,1	0,1	0,0	10,3
Serviços industriais de utilidade pública	0,8	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	1,1
Construção	3,5	0,0	1,9	2,0	0,1	0,0	0,0	7,6
Comércio e reparação	10,3	0,0	3,0	6,1	0,7	0,4	0,0	20,4
Alojamento e alimentação	2,9	0,0	1,0	1,2	0,2	0,1	0,0	5,4
Transporte, armazenagem, informação e comunicação	2,8	0,1	0,7	1,3	0,1	0,0	0,0	4,9
Atividades financeiras e de seguro	0,9	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	1,2
Atividades imobiliárias	0,2	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,5
Atividades profissionais, científicas, técnicas, administrativas e de serviços complementares	4,2	0,1	1,0	1,1	0,2	0,0	0,0	6,7
Administração pública	2,4	4,6	0,9	0,1	0,0	0,0	0,0	8,0
Educação	3,6	1,8	1,2	0,2	0,1	0,0	0,0	6,8
Saúde e serviços sociais	3,2	0,9	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0	5,0
Serviços domésticos	2,5	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1
Outras atividades de serviços	1,1	0,0	1,0	2,1	0,1	0,1	0,0	4,4
Atividades mal definidas	2,3	0,0	1,0	1,2	0,1	0,3	0,0	5,0
Total	49,0	7,8	19,7	19,0	1,8	1,2	1,5	100,0

Fonte: IBGE – micro dados do Censo. Elaboração própria.

Em relação a participação total dos indivíduos ocupados por atividade em 2010, os com carteira assinada está concentrado no setor de comércio e reparação com 10,3%, em uma participação secundária vem a indústria de transformação com 7,1%. Os setores

que expressaram pouca participação com carteira assinada são; atividades financeiras e seguros, e atividades imobiliárias com 0,9% e 0,3% respectivamente.

Os sem carteira assinada por setor econômico em 2010, está concentrado nos serviços domésticos com 4,6%, assim como em 2000, que apresentou 5,7% (ver Tabela 21). O comércio e reparação também se destacam com um percentual de 3%, a agropecuária com 1,4%. Os setores menos expressivos são; indústria extrativa, atividades imobiliárias, e serviços industriais de utilidade pública, todos com uma participação de 0,1%.

Os trabalhadores por conta própria estão mais concentrados no setor de comércio e reparação com 6,1% e a construção civil com 2%, as atividades com o setor informal é bastante significativa na RMN.

Tabela 22 – Distribuição (%) da População ocupada por setor de atividade e contribuição para a Previdência. RMN, 2000 e 2010.

Setores de atividade econômica	Contribuição para a previdência					
	Contribuinte	Não contribuinte	Total	Contribuinte	Não contribuinte	Total
	2000			2010		
Agropecuária	1,2	5,7	6,9	1,0	3,9	4,9
Indústria extrativa	0,3	0,2	0,5	0,5	0,1	0,6
Indústria de transformação	7,5	3,8	11,3	7,6	2,6	10,3
Serviços industriais de utilidade pública	0,9	0,2	1,1	0,9	0,3	1,1
Construção	3,0	4,2	7,3	3,9	3,7	7,6
Comércio e reparação	9,2	10,6	19,9	12,2	8,3	20,4
Alojamento e alimentação	2,9	3,8	6,7	3,3	2,1	5,4
Transporte, armazenagem, informação e comunicação	3,0	2,5	5,5	3,4	1,5	4,9
Atividades financeiras e de seguro	0,9	0,2	1,1	1,0	0,2	1,2
Atividades imobiliárias	0,5	0,3	0,8	0,3	0,2	0,5
Atividades profissionais, científicas, técnicas, administrativas e de serviços complementares	2,8	2,2	5,0	5,1	1,6	6,7
Administração pública	8,0	0,7	8,7	7,4	0,5	8,0
Educação	6,5	1,5	8,0	5,8	1,1	6,8
Saúde e serviços sociais	3,9	0,6	4,5	4,5	0,5	5,0
Serviços domésticos	2,4	5,5	7,9	2,8	4,3	7,1
Outras atividades de serviços	1,4	2,8	4,2	1,7	2,8	4,4
Atividades mal definidas	0,5	0,4	0,8	2,8	2,2	5,0
Total	54,9	45,1	100,0	64,2	35,8	100,0

Fonte: IBGE – micro dados do Censo. Elaboração própria.

A Tabela 22 acima ilustra a distribuição percentual da população ocupada por setor de atividade e contribuição para a previdência na RMN em 2000 e 2010. O percentual da população ocupada na RMN que contribuíram para previdência em 2000 foi de 54,9% e os que não contribuíram em 2000 foi de 45,1%. Já em 2010 o percentual da população ocupada da RMN que contribuíram para previdência foi de 64,2% e os que não contribuíram foi de 35,8%. Com isto, é possível perceber que no período de dez anos, o percentual de contribuintes para previdência aumentou e os não contribuintes diminuíram.

Em relação a contribuição percentual dos indivíduos ocupados na RMN por atividade econômica em 2000 foi mais expressiva no setor de comércio e reparação com uma participação de 9,2%. Outro setor que merece destaque é o da administração pública, com uma participação de 8%. Isso mostra que o setor de serviços foram os maiores contribuidores com a previdência no ano de 2000. A indústria de transformação obteve no mesmo ano, uma participação de 7,5%. Já os setores que apresentaram baixa contribuição foram; indústria extrativa, atividades imobiliárias, atividades mal definidas, atividades financeiras e de seguro, serviços industriais de utilidade pública com 0,3%,

Em 2010 o setor por atividade econômica, em que as pessoas estavam ocupadas, os trabalhadores que mais contribuíram com a previdência foi o de comércio e reparação com 12,2%, seguido da indústria de transformação com 7,6% e em terceiro a administração pública com 7,4%. Assim como em 2000, em 2010 a população ocupada que mais contribuiu com a previdência está no setor de serviços. Os não contribuintes também são fortes no comércio e reparação, com 8,3%, mas vale ressaltar que o percentual de contribuintes no comércio e reparação é maior do que os não contribuintes. Na agropecuária, com 3,9%, e serviços domésticos, com 4,3%.

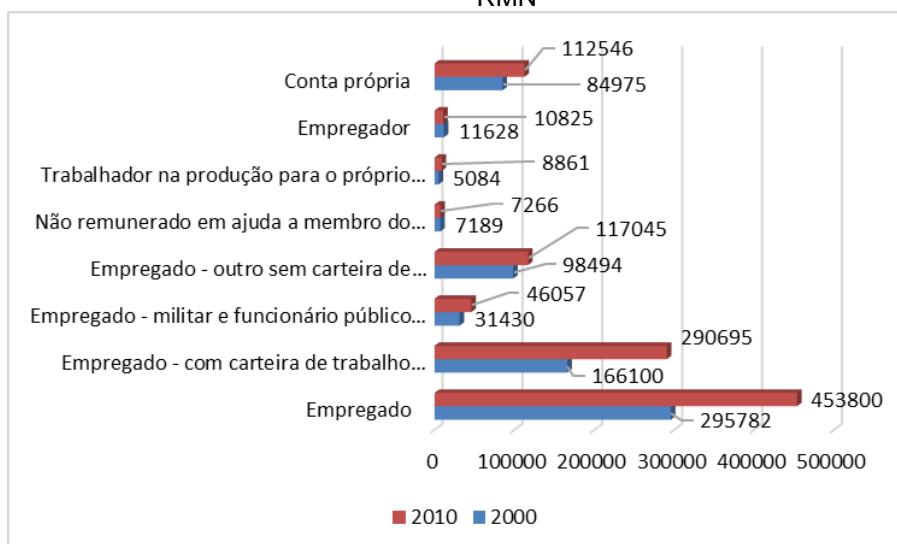
Tabela 23 – Participação do emprego formal e informal no total da RMN (2000–2010).

Emprego Formal e Informal	2000	2010
Empregado	42,2	43,3
Empregado - com carteira de trabalho assinada	23,7	27,8
Empregado - militar e funcionário público estatutário	4,5	4,4
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	14,1	11,2
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	1,0	0,7
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,7	0,8
Empregador	1,7	1,0
Conta própria	12,1	10,7
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

O Gráfico 29 ilustra a participação dos setores formais e informais no total do emprego na RMN. Em 2000 houve grande concentração em pessoas empregadas com carteira assinada, como também, sem carteira. Em 2010 o percentual aumenta e o informal reduz.

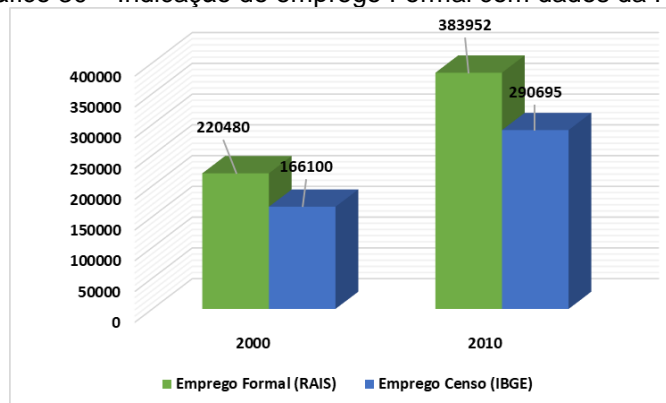
Gráfico 29 – Gráfico de barras mostrando Categoria por emprego formal e informal na RMN



Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

No Gráfico 30 é possível verificar os dados da RAIS com o IBGE ficando perceptível que o número do emprego formal é maior em termos absolutos na RAIS do que no IBGE. Essa explicação se dar porque a RAIS trabalha com o emprego formal fornecido pelas empresas, que são obrigadas a fornecer a cada ano a quantidade de trabalhadores formais. Enquanto o IBGE é uma pesquisa realizada por domicílio, em que são os indivíduos que respondem os questionários. O ponto positivo do Censo é que é abrangente em suas pesquisas, as pesquisas são realizadas por domicílio. O Censo trabalha com todas as categorias, tanto o formal, como também o informal, já a RAIS trabalha apenas com emprego formal.

Gráfico 30 – Indicação do emprego Formal com dados da RAIS e IBGE.

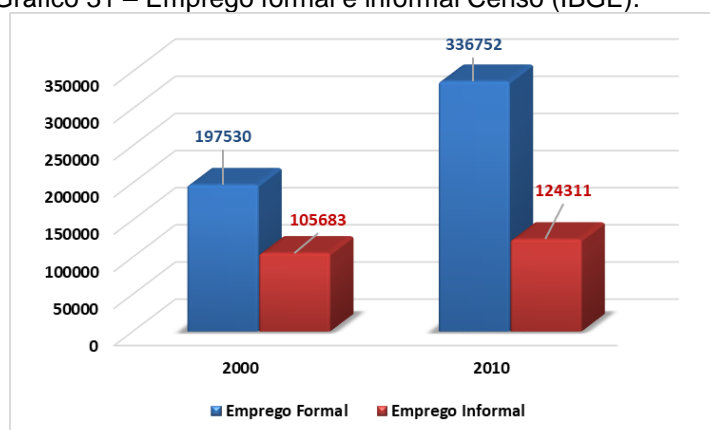


Fonte: (RAIS; IBGE). Elaboração própria.

Vale salientar que a RAIS trabalha com o emprego formal fornecido pelas empresas, que são obrigadas a fornecer a cada ano a quantidade de trabalhadores formais. Enquanto que o IBGE realiza uma pesquisa por domicílio, na qual são os indivíduos que respondem aos questionários. O ponto positivo do Censo é que é abrangente em suas pesquisas, as pesquisas são realizadas por domicílio. O Censo trabalha com todas as categorias, tanto o formal, como também o informal, já a RAIS trabalha apenas com emprego formal.

O Gráfico 31 ilustra o emprego formal e o informal do censo do IBGE, ficando perceptível que o emprego formal em números absolutos que é maior do que o emprego informal. Mas, não se pode negar que o setor informal possui uma grande relevância para a RMN, como também, para Natal, por ser uma cidade que sobrevive praticamente do turismo. Sendo este, um grande atrativo para geração de renda no município.

Gráfico 31 – Emprego formal e informal Censo (IBGE).



Fonte: (IBGE). Elaboração própria.

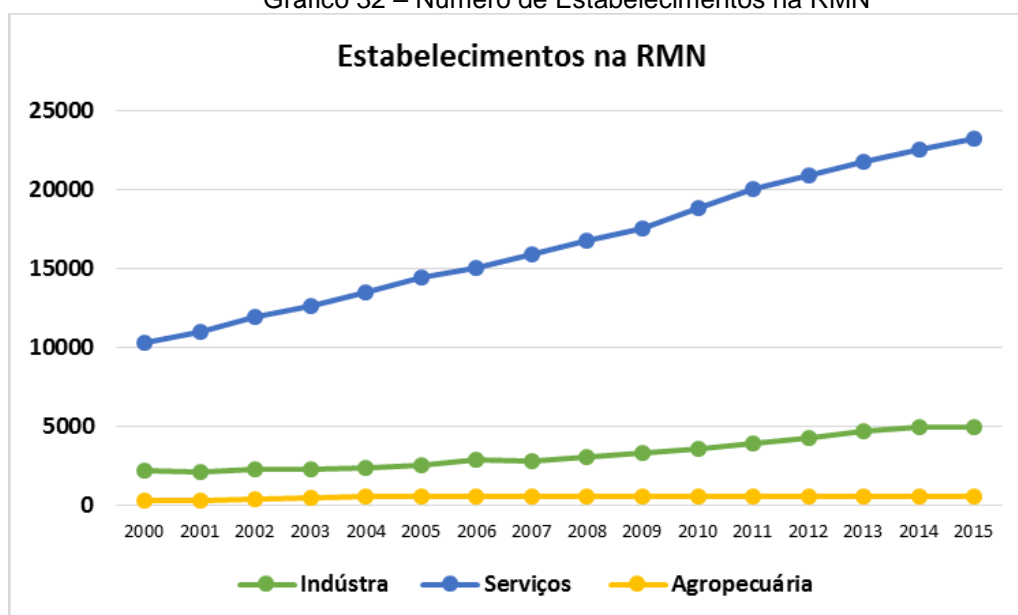
5.5 DISCUTINDO SOBRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA RMN

Em relação ao número de estabelecimentos na RMN (Ver Tabela 14 acima), o setor que mais possui empreendimento é os serviços. Em 2000 a região encontrava-se com 10.356 empresas no ramo de serviços. As tendências nos anos seguintes só foram de alta, terminado o ano de 2015 com 23.253 empresas neste setor. O setor industrial em 2000 apresentou 2.218 estabelecimentos, a pesquisa feita no site da Relação Anual de Informações sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), mostrou que a quantidade de empresas nos anos pesquisados aumentou a quantidade de empreendimentos ao longo do período estudado. Apenas, em 2015

ocorreu uma redução do número de empresas em relação ao ano anterior. Pois, em 2014, a RMN continha 4.933 empreendimentos e em 2015 esse número cai para 4.931.

O Setor Agropecuário como ilustra o Gráfico 32 é o menos concentrado na RMN, em 2000 este setor apresentava 283 estabelecimentos. A tendência foi de alta na quantidade de empresas no período de estudado. No ano de 2015, assim como aconteceu no setor industrial, o número de empresas sofreu uma pequena redução em relação ao ano anterior. Pois, em 2014 a quantidade de empresas era de 533 e, em 2015, foi reduzida para 523 empreendimentos, segundo os dados da (RAIS/MTE). Já com o setor de serviços a tendência só foi de crescimento no número de empreendimentos.

Gráfico 32 – Número de Estabelecimentos na RMN



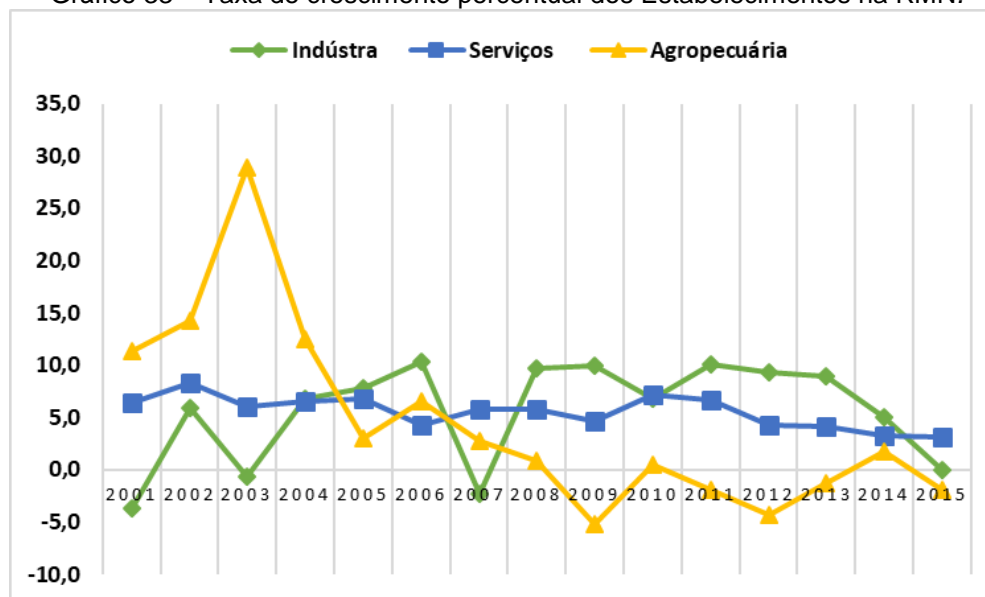
Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

O número de estabelecimentos do setor de serviços foi o que obteve maior crescimento segundo a (RAIS). Em 2000 a RMN possuía 10.356 empreendimentos e salta para 23.253 empresas. Em segundo lugar estar a indústria, em 2000 a RMN continha 2.218 estabelecimentos e em 2015 esse número aumenta para 4.931 firmas. Já o setor agropecuário apresentou em 2000 aproximadamente 283 e em 2015 com 523 empreendimentos.

O Gráfico 33 ilustra a taxa percentual dos estabelecimentos da RMN ficando visível no gráfico que em 2003 a taxa de crescimento foi de 28,9% vale destacar que em 2002 a quantidade de estabelecimentos era de 360 e em 2003 era de 464. Por isso, a taxa foi elevada em relação ao setor de serviços. Em números absolutos, o setor de serviços em 2002 apresentava 11.942 empresas e em 2003 esse dígito era de 12.669, o

aumento foi de apenas 6,1%. Mas em números absolutos o setor de serviços apresenta maior expressividade.

Gráfico 33 – Taxa de crescimento percentual dos Estabelecimentos na RMN.



Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

O número de estabelecimentos na Administração Pública, é relativamente baixo. Porém, é o setor que mais emprega a população da RMN. O subsetor que mais possui estabelecimentos é o Comércio Varejista. Em 2000 a região possuía 4.848 estabelecimentos e em 2015 esse dígito ultrapassou para 10.794 empreendimentos. A Administração Técnica e Profissional merece ser destacada, pois como ilustra a tabela, em 2000 este subsetor, apresentava 1.535 corporações e em 2015 esse número aumenta para 4.460 empresas. O subsetor que possui menos estabelecimentos é a indústria de calçados. Pois, em 2000 apresentava apenas cinco empresas e em 2015 esse número reduz para três empreendimentos (ver Tabela 24).

Como já mencionado anteriormente no presente trabalho, as grandes metrópoles brasileiras São Paulo e Rio de Janeiro sofreram um efeito “transbordamento”, em que o número de empresas cresceu tanto, que foi necessário instalar filiais em outras regiões.

Tabela 24 – Número de estabelecimentos por subsetor na RMN.

Subsetores	2000	2005	2010	2015	Tx (%)
Extrativa Mineral	25	32	34	42	68,0
Prod. Mineral não Metálico	72	82	148	140	94,4
Indústria Metalúrgica	69	93	138	196	184,1
Indústria Mecânica	21	40	54	94	347,6
Elétrico e Comunic	2	9	14	33	1550,0
Material de Transporte	13	15	32	35	169,2
Madeira e Mobiliário	99	119	185	258	160,6
Papel e Gráf	91	120	187	179	96,7
Borracha, Fumo, Couros	51	49	85	114	123,5
Indústria Química	57	74	89	110	93,0
Indústria Têxtil	251	260	250	278	10,8
Indústria Calçados	5	8	7	3	-40,0
Alimentos e Bebidas	379	423	510	722	90,5
Serviço Utilidade Pública	26	39	54	56	115,4
Construção Civil	1057	1221	1800	2671	152,7
Comércio Varejista	4848	6831	9033	10794	122,6
Comércio Atacadista	507	679	726	791	56,0
Instituição Financeira	179	220	300	343	91,6
Adm Técnica Profissional	1535	2103	3335	4460	190,6
Transporte e Comunicações	356	623	726	857	140,7
Aloj Comunic	1680	2438	2966	3954	135,4
Médicos Odontológicos Vet	806	917	1018	1233	53,0
Ensino	354	516	648	720	103,4
Administração Pública	91	94	90	101	11,0
Agricultura	283	538	566	523	84,8

Fonte: (RAIS/MTE). Elaboração própria.

O Nordeste foi uma das regiões que mais ganhou com tal processo. Como também, é uma região atrativa para as empresas, pois possui uma massa de mão de obra barata e disposta a trabalhar pela falta de oportunidades. Então, pensando pelo lado empresarial, as grandes empresas ganharam muito com este efeito, que alguns autores chamam de processo de desconcentração, como por exemplo, Pereira (2008) aborda bem esse processo de desconcentração, só que ele analisa apenas o processo de desconcentração industrial e não o processo como um todo.

5.6 CONCLUSÃO

Para entender a dinâmica urbana da cidade de Natal é essencial compreender a construção dos bairros, nos quais ocorre o desenvolvimento imobiliário.

O presente capítulo teve como objetivo ilustrar as principais atividades econômicas na RMN e sua importância para o desenvolvimento econômico. Por meio das variáveis econômicas como; emprego formal, quais setores econômicos a RMN é especializada, PIB, crédito para o setor habitacional, Valor Adicionado Bruto e o que essas variáveis vem contribuindo para o crescimento da RMN.

Com os dados obtidos foi possível identificar que as atividades econômicas que teve maior participação no PIB e no VAB foi o setor de serviços. Segundo o Quociente Locacional o setor da RMN de Natal que é mais especializado no emprego formal é exatamente o setor de serviços. Como também o comércio é bastante concentrado segundo o QL como foi ilustrado. Segundo o QL os setores de Alojamento e Comunicação, Alimentos e Bebidas também aparecem na RMN. Com isso ficou perceptível que o setor de serviços é bastante concentrado na RMN.

Já no setor da indústria no Nordeste o VAB está concentrado na indústria de transformação, enquanto que na RMN está na indústria têxtil. Tanto o Nordeste, quanto a RMN de Natal possui expressividade na construção civil. Este setor é de grande importância devido o PAC e o PMCMV.

O maior PIB Per Capita encontra-se registrado na cidade do Natal, sendo lá onde está o centro econômico da RMN. Parnamirim e Macaíba, por fazerem fronteira com a cidade de Natal, merecem destaque. Natal com um valor de 24.029,17 reais em 2015. Já Parnamirim e Macaíba com 18.966,93 e 18.110 reais respectivamente. Os municípios com menores PIB Per Capita foram Ilmo Marinho e Vera Cruz com 7.204,24 e 7.738,55 reais respectivamente, em que a economia gira em torno do trabalho informal e do setor de serviços.

No período 2000 a 2003 foi o começo, ou seja, a ascensão da economia, no período 2004 a 2010 foi a expansão econômica e no período 2011 a 2014 foi de desaceleração econômica, e, por fim, o período 2014 a 2015 que foi de fato, a crise econômica. Sendo assim, fica mais fácil para o leitor entender o período 2000 a 2015 com uma maior facilidade. O subsetor que mais emprega a população da RMN é Administração Pública, em 2000 a quantidade de empregos formais eram de aproximadamente 83.036 e em 2015 esse número aumenta para 91.620 trabalhadores. O comércio varejista possui sua importância na empregabilidade da população da RMN, pois em 2000 estavam empregadas 25.694 pessoas e em 2015 esse dígito chegou a 65.970 colaboradores, esse setor é muito relevante, só que os dados só ilustram o emprego formal, já que a RAIS só trabalha com o setor informal. Mas vale destacar que o comércio em Natal, existe um forte adensamento informal.

Os setores que possuem grande relevância em Natal como na RMN são Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Comércio Varejista, Alojamento e Comunicação, Indústria Têxtil e a administração pública. Não descartando os outros, mas estes, além do emprego formal, existem muita mão de obra informal, principalmente alimentos e bebidas

e comercio varejista. A construção Civil é muito importante, pois no período de estudo teve grande impacto na economia de Natal, aí vem os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, que empregou muita mão de obra.

6 CONCLUSÃO

6.1 INTRODUÇÃO

O capítulo anterior conclui que o desenvolvimento urbano de Natal tem sido determinado pela dinâmica econômica ali existente. Porém, pouco se sabe sobre as reais implicações do turismo enquanto atividade econômica informal devido às dificuldades em registrar e disponibilizar esses dados.

O presente estudo ilustrou a evolução do mercado de trabalho formal e informal da RMN-RN, no período 2000 a 2015. Os impactos sobre o espaço urbano no período proposto, a contextualização histórica da RMN e sua configuração urbana atual.

O propósito desse capítulo é de ampliar a compreensão sobre as relações entre a dinâmica econômica e a dinâmica urbana.

Nessa dissertação, a dinâmica econômica foi investigada na tentativa de contribuir para o debate teórico acerca da dinâmica urbana com referência especial para o caso de natal e sua região.

6.2 A DISSERTAÇÃO

O objetivo geral da dissertação consiste em analisar os impactos da dinâmica econômica na organização do espaço urbano na Região Metropolitana de Natal. É perceptível no presente estudo que tanto o emprego formal quanto o informal aumentaram, como também a população da RMN ao longo das últimas décadas. Os investimentos do PAC geraram um grande volume de construção e grandes empreendimentos, a exemplo do novo Aeroporto Aluísio Alves localizado em São Gonçalo do Amarante e da Arena das Dunas para a Copa do Mundo FIFA de 2014. Esses empreendimentos forma responsáveis pela ativação do mercado imobiliário na região.

O PAC e o PMCMV exerceram uma forte influência no desenvolvimento econômico de Natal, modificando o espaço urbano da cidade do Natal. A política pública no setor habitacional por meio do PMCMV possibilitou a construção de vários conjuntos habitacionais, tanto em Natal, como nas cidades vizinhas, gerando novas moradias para parte da População com renda familiar mensal de pelo menos 3 SM.

As evidências sugerem que apesar se haver relações entre as dinâmicas econômicas e urbanas, essas relações não são facilmente perceptíveis, sendo necessário estimar relações entre variáveis menos evidentes que aludam ao setor de turismo (informal) quase invisível e inexistente.

A dissertação apresenta quatro objetivos específicos:

6.2.1 Objetivo específico 1

1) Identificar as transformações no espaço urbano decorrente da dinâmica econômica.

O Capítulo 1 revisou os principais aspectos relativos à discussão sobre a dinâmica econômica afetando os investimentos de empreendimentos nas cidades. As transformações no espaço urbano consistem em uma valorização imobiliária devido à localização estratégica dos empreendimentos, como também, ao processo de urbanização emergente, causando também aglomerações nas periferias.

6.2.2 Objetivo específico 2

2) Comparar as transformações urbanísticas antes e depois do aumento do emprego formal e informal na RMN de 2000 a 2015.

O Capítulo 2 demonstrou que a estrutura urbana, considerada em sua formulação mais geral, revela, por meio da distribuição espacial das cidades, as características do desenvolvimento econômico e social de uma determinada porção do território. O espaço urbano revela-se também como os lócus da diversidade de relações sociais e econômicas e é a expressão da principal base territorial para o desenvolvimento do capitalismo, a cidade.

6.2.3 Objetivo específico 3

3) Investigar os impactos da dinâmica urbana oriundos da Dinâmica Econômica e sua relação com a organização nas mudanças espaciais da RMN.

O setor do turismo é muito importante para a economia potiguar, pois a cidade do Natal é uma das capitais mais influentes no setor do turismo. Os fortes investimentos do PAC influenciaram a dinâmica urbana na cidade do Natal. Como também, os investimentos na Copa de 2014. Ocorreu uma grande especulação imobiliária, valorizando determinadas áreas, o bairro de Nova Parnamirim é um grande exemplo, em que a classe média começou a procurar imóveis nesta localidade, favorecendo assim, o ramo imobiliário.

6.2.4 Objetivo específico 4

4) Identificar os rebatimentos urbanísticos, frutos do aumento do emprego formal, informal e do mercado imobiliário na organização espacial da RMN.

As ações das políticas habitacionais têm operado como um catalisador de um processo de promoção do desenvolvimento em andamento, favorecendo a expansão na área metropolitana.

A cidade é antes de qualquer coisa uma concentração de pessoas, exercendo funções da divisão social do trabalho, uma série de atividades antagonistas ou complementares, desencadeando uma disputa de usos. No caso do uso produtivo do espaço, este será determinado pelas características do processo de reprodução do capital, é o caso da localização das indústrias apoiadas pelas atividades financeiras, comerciais, de serviços e de comunicação. Como foi visto nesse capítulo, o PAC e o PMCMV exerceram uma forte influência no desenvolvimento econômico de Natal e conseqüentemente na dinâmica urbana. Entretanto, o desenvolvimento econômico de Natal promovido por meio da dinâmica econômica e seus indicadores pode ser melhor explicado pela variável turismo, uma vez que trata-se de uma das principais atividades econômicas geradoras de riquezas, já que Natal é uma capital que sobrevive do turismo formal e informal. A dificuldade em acessar os dados relativos ao Turismo em Natal, limitou os resultados encontrados, porém, não invalidam as aproximações feitas na dissertação dessa variável.

6.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Apesar de reconhecer que a relação entre dinâmica econômica e dinâmica urbana não acontece de forma linear, o estudo tentou estabelecer relações entre elementos mais tangíveis, como PIB, emprego formal, entre outros. Isso foi um limitador para as análises. Portanto, foram os dados que estavam mais facilmente disponíveis. As principais fragilidades do trabalho estão relacionadas ao acesso aos dados secundários sobre a economia informal da RMN, que não se encontravam facilmente disponíveis nos meios de divulgação oficiais.

Outra limitação do trabalho é que a partir de um mapeamento realizado com os dados do cálculo do Índice de Hoover foi possível observar que os municípios estão concentrados nos subsetores da agricultura, administração pública e a indústria têxtil, pois estes, foram os setores que mais se destacaram em relação ao Quociente Locacional (QL). Porém, o QL Quociente Locacional é insuficiente para responder a presente pesquisa, porque ele é fraco. É uma ferramenta insuficiente no que se refere a dados para avaliar uma realidade local. Haja visto outras variáveis de extrema relevância que não foram medidas, distorcendo assim, a realidade encontrada pelo QL.

Num nível mais abstrato, os investimentos urbanos materializados por meio da construção habitacional formal também limitaram a análise, apesar de ser parcialmente produzido para o pobre urbano, por meio o Programa Minha Casa Minha Vida. A dificuldade de obter acesso a informações sobre o estoque de casas no setor informal foi limitador.

6.4 CONCLUSÃO

Em relação ao Quociente Locacional do índice de Hoover (referente ao grau de especialização do emprego formal), a partir de um mapeamento realizado com os dados do cálculo do Índice de Hoover é possível observar quais municípios estão concentrados os subsetores da Agricultura, dos Alimentos e Bebidas, da Construção Civil, do Comércio Varejista, do Alojamento e Comunicação, da Indústria Têxtil e da administração pública.

Como a cidade do Natal é uma cidade que sobrevive principalmente do turismo, os setores de Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Alojamento e comunicação obtiveram forte grau de especialização na RMN. Por outro lado, o crescimento da construção civil deve-se aos investimentos do PAC e do PMCMV.

Apesar do estudo haver utilizado o Quociente Locacional para estimar os impactos da dinâmica econômica na dinâmica urbana, conclui-se que QL é insuficiente para responder por completo a presente questão, pois tem limitações para realidade que está estudando por não considerar a economia informal

A taxa de crescimento do PIB no Nordeste do Brasil foi significativa entre os anos de 2007 a 2009 devido aos investimentos do PAC. Além desse aporte na economia, a partir de 2010, com os investimentos na Copa do Mundo FIFA que ocorreu em 2014 trouxeram investimentos que atraíram obras de infraestrutura em Natal e em 13 outras cidades brasileiras.

O crescimento do PIB nesse período atraiu empresas, gerando assim, novos postos de trabalho. O PIB e o VAB ficaram concentrados principalmente nos setores de serviços e na administração pública, sendo os principais geradores de riqueza da economia da RMN.

A concentração de investimentos na RMN, sobretudo na capital, gerou oportunidades que atraíram grande parte da população potiguar, reforçando a cidade de Natal como o centro econômico da RMN, embora sendo também o município em que existe um grau maior de desigualdades.

O Produto Interno Bruto no ano de 2015 está concentrado na cidade do Natal, ficando em primeiro lugar no ranking do estado do Rio Grande do Norte. O segundo no ranking é Mossoró, sendo a segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Norte, que não faz parte da RMN. Em terceiro lugar está o município de Parnamirim e em quarto e quinto estão São Gonçalo do Amarante e Macaíba respectivamente. O município que apresentou maior PIB Per Capita foi Natal, concentrando os maiores investimentos por ser a capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Os municípios de Macaíba e Parnamirim vêm se destacando bastante em relação aos demais, devido aos investimentos das empresas imobiliárias por fazerem parte da Grande Natal. O mercado imobiliário se expandiu bastante na Região Metropolitana de Natal, principalmente na cidade do Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante devido ao novo aeroporto.

Os municípios da RMN localizados na faixa litorânea do Estado ganharam fortes investimentos devido ao turismo, aumentando assim, a construção de novos empreendimentos e consequentemente, a valorização das terras que estão próximas ao mar, principalmente das cidades de Natal e de Parnamirim.

A expansão urbana no bairro de Nova Parnamirim é resultado da necessidade de expansão do mercado imobiliário. O preço médio de um imóvel neste bairro custa em torno de R\$180.000,00 com apenas dois quartos, medindo 62m².

A presente pesquisa foi relevante pelo esforço de investigar as variáveis econômicas; emprego formal, dados do mercado imobiliário, investimentos na RMN, escolaridade entre outros, a fim de contribuir com as políticas públicas, para o setor habitacional. Trazendo análises e reflexões sobre a dinâmica econômica e a organização espacial da cidade do Natal e uma melhor compreensão principalmente no que diz respeito às mudanças no espaço urbano. Além disso, ampliar a produção científica sobre o tema e a participação de diversos atores sociais em busca de um crescimento urbano equilibrado e justo.

Por fim, pode-se concluir dando suporte à literatura utilizada nessa dissertação que a dinâmica econômica é determinante nas decisões de investimentos urbanos que são materializados por meio de oferta de imobiliário urbano, provisão de serviços públicos, mudanças na legislação urbanística e expansão da mancha urbana (FERREIRA, 2007; AMORIM, 2013).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. **Regulação Urbana e o Regime Urbano: A Estrutura Urbana, Sua Reprodutibilidade e o Capital**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1995.
- ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa Cristina. **Mobilidade Residencial Na Cidade Do Rio De Janeiro: Considerações Sobre Os Setores Formal E Informal Do Mercado Imobiliário**. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. São Paulo. 1998.
- ALVES; Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. A (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE UBERLÂNDIA/MG: uma análise a partir dos processos de centralização e descentralização. OBSERVATORIUM: **Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n.1, p.170–184, jan. 2009.
- AMARAL, Carmem C. F. **Dinâmica Imobiliária (Informal) num bairro popular de Natal/RN**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – UFRN, Natal, 2009.
- AMORIM, W. V. **Reestruturação Imobiliária e Reestruturação das Cidades Médias brasileiras: os exemplos de Londrina e Maringá/PR/Brasil**. Revista Formação, n.20, volume 2 – p. 54–75. São Paulo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. 2º edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **O Trabalho, sua nova Morfologia e a era da Precarização Estrutural**. Revista Theomai, 2009. Disponível em: <http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf> Acesso em: 22/04/2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo, SP :Boitempo Editorial, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria no Brasil III**. 1º edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARAÚJO, Késia Miriam Santos. **A juventude de Mãe Luiza e seu lugar social no cenário urbano**. 2005, 127p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- AZZONI, C. R. **Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir das séries históricas estaduais de PIB, 1939–95**. Estudos Econômicos, 27(3), 341–393. (1997).
- BARBOSA, Maikon C. B. **Dinâmica Espacial do Município de Natal/RN: Análise do setor Imobiliário no Período 2007–2013**. Monografia apresentado ao Departamento do curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.
- BASTOS, E. K. X. et. al. **Economia brasileira no período 1987–2013**. Brasília: IPEA, 2015.
- BATISTA, C. G.; et. al. **Análise dos setores Econômicos Industriais de Porto Velho, Rondônia frente ao Projeto de Integração Regional Da Amazônia – BR 319**. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente XIX ENGEMA – USP, São Paulo, 2017.
- BICHR, Renata Mirandola. **Determinantes do acesso a Infraestrutura Urbana no município de São Paulo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) – VOL. 24 N. 70 junhos/2009.
- BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo, 2009.

BRANDÃO, Carlos; et. al. **Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para América Latina**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília – DF; MTE.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico**. Lua Nova, São Paulo, 93: 33–60, 2014.

BRETTAS, T. **Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Sociais no Brasil**. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CANETTIERI, Thiago. **A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (ONLINE), RECIFE, V.19, N.3, p.513–529, SET–DEZ. 2017.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. 9°. ed., 2° reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria E. B. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. 1° ed. 5° reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

CARMO, R. B. A. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana**. 2009. 360p (Tese). Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARRASCO, A. D. O. T. **Os limites da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano em um contexto de modernização retardatária** 2011. 264p (Tese). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Univerisade de São Paulo, São Paulo.

CASA DICAS. Disponível em: <https://www.casadicas.com.br/cidade/apartamento-natal-melhores-bairros-para-comprar-ou-alugar-apto/> Acesso em: 17/12/2018.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CLEMENTINO, M. L. M.; SILVA, M. G.; PEREIRA, W. E. N. (2009). **Transformações no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal – 1991–2000**. In: CLEMENTINO; M. L. M.; PESSOA, Z. S. (Org.). Natal: uma metrópole em formação. São Paulo: EDUC, p. 193–212.

CLEMENTINO, Maria do Livramento. **Regiões Metropolitanas no Brasil: Visões do presente e do futuro**. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 2–7 de mayo de 2016.

CLEMENTINO, Maria do Livramento; et. al. **Natal: Transformações na ordem urbana**. Letra Capital Editora. Observatório das Metrôpoles, Natal, 2015.

CLEMENTINO, Maria do Livramento; et.al. **Região Metropolitana De Natal**. Cartilhas Produto 5. Núcleo RMNatal Observatório das Metrôpoles. Natal/RN, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. 2° ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. (Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

COSTA, F. R. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO RESISTÊNCIA AO CAPITAL**. Geo UERJ. Rio de Janeiro – Ano 16, nº. 25, v. 2, 2° semestre de 2014, pp.37–56 ISSN: 1415–7543 E-ISSN: 1981–9021.

COSTA, S. N. **Reestruturação Produtiva da Economia e Terceirização (ou semiescravidão?): os Sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores Terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório**. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2016.

DA SILVA, J. A. **A política monetária nos governos Lula e Dilma**. Revista de Economia da UEG – VOL. 13, N.º 1, JAN/jun. 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULA, L. F.; PIRES, M. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estudos Avançados, 2017.

EISENHARDT, K. M. **Building Theories from Case Study Research**. The Academy of Management Review, v. 14, n. 4, p. 532–550, 1989.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila de Oliveira. **Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho**. GeoTextos, vol. 8, n. 1, jul. 2012.

FARIAS, Bianca Mara da Costa. **A evolução do mercado imobiliário brasileiro e o conceito de Home Equity**. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da PUC/RIO. Rio de Janeiro, 2010.

FERRARI FILHO, F. **A ortodoxia econômica do Governo Lula da Silva e a busca da esperança perdida a partir de uma proposição de política econômica alternativa**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 125–134, jun. 2005.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso. **Novas Dinâmicas Imobiliárias e Redefinição da Estrutura Territorial: o caso da área metropolitana de Natal/RN**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, 2007, Belém. Anais eletrônicos... Belém: ANPUR, 2007. p.1–20.

FERREIRA, Glenda Dantas. **Produção Habitacional, Agentes e Território: uma análise do PMCMV na Região Metropolitana de Natal**. 2016. 294f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FERREIRA, P. E. B. **Apropriação do Espaço Urbano e as Políticas de Intervenção Urbana e Habitacional no centro de São Paulo**. Dissertação apresentada à FAUUSP. São Paulo, 2007.

FIANI, Ronaldo. **Arranjos Institucionais e Desenvolvimento: o papel da coordenação em Estruturas Híbridas**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna. **Uma Abordagem Pós–Keynesiana Para A Teoria Da Localização: Análise Da Moeda Como Um Fator Determinante Na Escolha Locacional Das Empresas**. Belo Horizonte, Minas Gerais CEDEPLAR/UFMG, 2009.

FONSECA, A. P.; et. al. **Reestruturação Produtiva, Turismo e Investimentos Internacionais no Litoral Potiguar**. EDIÇÃO ESPECIAL – Revista Formação, n.23, volume 1, 2016, p. 158 – 176.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, Eduardo de. **"Setores da Economia"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilestola.uol.com.br/geografia/setores-economia.htm>>. Acesso em 15 de março de 2019.

FREITAS, Ruskin. **Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual**. Humanae, v.1, n.3, p. 44–53, dez. 2009.

FREITAS; Tânia Maria de; FERREIRA, Cleison Leite. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF.** Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.CODE/IPEA. Brasília, 2011.

FUJITA, C. **Dilema urbano–ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil.** 2008. 215 (Tese). Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FUJITA, M., KRUGMAN, P., & VENABLES, A. J. **The spatial economy: cities, regions, and international trade.** Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology. (2008).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O Crédito Imobiliário no Brasil Caracterização e Desafios.** São Paulo, março de 2007.

FURTADO, Celso. 1920 – **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: abril Cultural 1983.

GIESTA, Josyanne Pinto. **Expansão Urbana de Parnamirim:** Os desafios do planejamento urbano. Natal: Editora do IFRN, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Thalimar Matias. **A Dinâmica do Espaço Urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra–ES.** Monografia apresentada ao Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <http://natalbrasil.tur.br/setur/secretaria-de-turismo-do-rn/prodetur/> Acesso em 02/03/2019.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós–moderna.** Vol. 2. Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Editora: Editora Loyola, 2000.

HARVEY, David. **O direito à cidade.** Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73–89, jul. /dez. 2012.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Paris:** capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. **Rebel cities:** from the right to the city to the urban revolution. Nova York: Verso, 2012.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico – 2000**
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/censo2000sinopse.pdf

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico – 2010**
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm

JUNG, P. R. **O Mercado de Trabalho e o Jovem trabalhador na “sala do emprego” do jornal hoje.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós–graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

KALECKI, Michal. **TEORIA DA DINÂMICA ECONÔMICA:** Ensaio Sobre as Mudanças cíclicas e a longo prazo da Economia Capitalista. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1977.

KLINTOWITZ, Danielle. **Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 165–190, abr

2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000100165&lng=pt&lng=pt Acesso em: 17/03/2019.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999. ISBN 9788570411952.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFÈVRE, Christian. **Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 299–317, jul/dez 2009.

LEFÈVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LIMA, Bruno Luiz Philip de; COSTA, Ademir Araújo da. **O Espaço Urbano: Perspectiva Teórico-metodológica da Análise Espacial**. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Natal/RN, 2010.

LIMA, E. C.; ALVES, S. A. **Uma análise espacial do emprego no setor de confecções do Rio Grande do Norte (2004 e 2014)**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2016.

LIMA, Elaine Carvalho de. **Análise do Emprego Formal no Setor Industrial do Rio Grande do Norte: Uma Abordagem Espacial para os anos 2002 e 2012**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPECO) da UFRN. Natal, 2015.

LOBÃO, I. G. **O processo de Planejamento Urbano na vigência do Estatuto da Cidade: os casos dos Planos Diretores de 2006 de São José dos Campos e Pindamonhangaba**. 2007. 375 (Dissertação). Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOBO, C. F. F. **Dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras**. 2009. 164p (Tese).

LODDER, C. A. **O processo de crescimento urbano no Brasil**. In: (Ed.). Pesquisa e planejamento econômico. Rio de Janeiro, v.7, 1977. cap. 4, p.459–476p.

LOPES NETO, Alfredo. **O que é Cluster?** Revisão Bibliográfica, Workshop em Chihuahua – México e iniciativa pelo Nordeste. Edições Iplance. Fortaleza, 1998.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. ISBN 978-85- 99662-82-3.

MAGALHÃES, Felipe N. C. **O Neoliberalismo e a Produção do Espaço na Metrópole: Subjetividades, Insurgências e Redes na Economia Política da Urbanização Contemporânea**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. Planejamento urbano no Brasil. In: VOZES, P. (Ed.). A cidade do pensamento único. Rio Janeiro, 2000a. p.161–192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2001.

MARICATO, Erminia. **Metrópoles desgovernadas**. Estudos avançados v. 25, n. 71 (2011), Universidade de São Paulo. 2011.

MARICATO, Erminia. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. IPEA. Políticas sociais – acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006.

MARICATO, Erminia. **Urbanismo Na Periferia Do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 14(4) 2000.

MARX, Karl. **O Capital I: O Processo de Produção do Capital**. Editora Nova Cultural Ltda. 1996, São Paulo – SP.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro** / Karl Heinrich Marx – 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 55.

MATOS, F. A. M. **Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho**. Estudos Avançados, 2015.

MEDEIROS, S. **Política habitacional e segregação: o Estado reproduzindo as ações do mercado**. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. GOT, n. ° 4 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território (dezembro de 2013). Coimbra, 2013.

MEDEIROS, Sara R. F. Q. **Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal** – Natal, RN: EDUFRN, 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da Costa. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MOTTA, Diana Meirelles da; AJARA, César. **Configuração da Rede Urbana do Brasil**. R. paran. Desenv., Curitiba, n. 100, p. 7–25, jan. /Jun. 2001.

MRV ENGENHARIA. Disponível em:
https://www.mrv.com.br/imoveis/riograndedonorte/?gclid=Cj0KCQiA6ozhBRC8ARIsAlh_VC32D4yiOzkGGQDKmPF0WRQQW9W-hQF4gtaj-J9zU99Pa3Vg21WvZaUaAv19EALw_wcB
 Acesso em: 27/12/2018.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. **A metrópole e as perfídias do capital: uma análise da relação entre Estado, megaeventos esportivos e grandes projetos de desenvolvimento urbano na (re)produção do capital e da cidade contemporânea**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais V.16, N.2, p.27–44, / novembro 2014.

NASCIMENTO, Eduardo Alexandre. **O Programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Norte: uma análise comparativa da habitação popular em contextos urbanos distintos**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRN. Natal, 2017.

NATAL. Lei nº 4.663, de 31 de julho de 1995. Dispõe sobre o uso do solo, limites e prescrições de Área Especial de Interesse Social – AEIS, no bairro de Mãe Luiza no município de Natal. Disponível em: <http://www2.rn.sebrae.com.br/> Acesso em: 24 JUN. 2018.

NATAL. Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Limite dos bairros da cidade do Natal / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo**. – Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2008.

OJIMA, Ricardo; MONTEIRO, Felipe. F; NASCIMENTO, Tiago. C. L. **Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*), 2015 jan. /abr., 7(1), 9–20.

PAULA, R. F. S. **Serviço Social, Estado e Desenvolvimento Capitalista**. Tese apresentada a Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Dinâmicas Industriais e Urbanização no Nordeste do Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n.4, Número Especial, p. 63–81, dez. 2015.

PEREIRA, Rafael. H. M; FURTADO, Bernardo, A. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces** – Brasília: Ipea, 2011. 490 p.

PESSOA, Zoraide Souza. **Uma análise do Movimento Pendular na definição da Espacialidade Territorial e Social Na RMNatal**. XI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador (BA) 2005.

PIMENTA, Gustavo V. **Crescimento do Mercado Imobiliário no Brasil e a opção de investimento em Fundos Imobiliários**. Monografia apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. **Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas**. Textos para Discussão 003 | 2013. Instituto de Economia UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, E. G. F.; **FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO NO BRASIL: Uma análise histórica compreendendo o período de 1964 a 2013, norteadas pelo arcabouço teórico pós-keynesiano e evolucionário**. Economia e Desenvolvimento., Santa Maria, vol. 27, n.2, p. 276 – 296, jul. 2015.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 3ª edição Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

PIZZOL, Kátia M. S. A. **A Dinâmica Urbana: Uma leitura da Cidade e da Qualidade de Vida no Urbano**. Caminhos de Geografia– revista on line <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678–6343 Acesso em: 21/04/2018.

POCHMANN, Márcio; et al. **Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010.

POLIDORO, M. **Conurbação e dispersão em aglomerações urbanas: Desafios ao planejamento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PREFEITURA DO NATAL. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/natal_ontem_e_hoje.pdf. Acesso em: 15/12/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/> Acesso em 15/12/2018.

PROJETAR. **Grupo de Pesquisa em Projeto de Arquitetura e Percepção do Ambiente**. UFRN, Natal/RN. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/handle/123456789/1036> Acesso em: 18/03/2019.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE NATAL/RN: Algumas Considerações Sobre as Políticas Públicas**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.4, p.2–16, jul. 2010.

REZENDE, Autenir C. **Clusterização e Localização da Indústria de Transformação no Brasil entre 1994 e 2009**. Encontro Regional de Economia. Fortaleza. 2012.

RIBEIRO, Luiz C. Q.; DINIZ, Nelson. **Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 351–377, maio/ago 2017.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIO GRANDE DO NORTE. **Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte – SETUR. Indicadores do turismo do Rio Grande do Norte 2001/2005**. Natal, 2006.

RODRIGUES, M. J.; SILVA, F. B. **Considerações Teóricas sobre Rede Urbana**. Revista Eletrônica do curso de Geografia do Campus Jataí – UFG. Uberlândia – MG. 2007.

ROLNIK, Raquel. **AUP 268 – Planejamento de Estruturas Urbanas e Regionais I**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RONIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias?** XIV Encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro – RJ – Brasil Maio de 2011.

SANTOS, Caroline G.; SOUZA, Flávio A. Miranda de. **Interiorização dos investimentos e expansão imobiliária na era da financerização: o caso de Goiana-PE.** XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

SANTOS, Caroline Gonçalves dos. **De cima para baixo e de baixo para cima: Intervenção estatal e investimentos habitacionais em assentamentos de baixa renda do Recife.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Recife, 2011.

SANTOS, Eliete M. **A Produção do Espaço Urbano e a imagem da cidade pelo migrante jovem.** Caminhos de Geografia revista on line. Programa de Pós-graduação em Geografia UFU. Uberlândia, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. Ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5º ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SEMURB – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Anuário Estatístico 2011–2012. Natal/RN, 2012.

SILVA, A. C.; LIMA, E. C.; LIMA, E. P. C. **Análise do Emprego Formal no setor Industrial do Paraná,** 2001 e 2011. Revista Orbis Latina, vol.6, nº1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), 2016.

SILVA, Eugênio Ribeiro. **Edifícios Icônicos e a Dinâmica Imobiliária de Natal/RN.** Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 47–59, jan. /abr. 2015.

SILVA, H. A.; MORAIS, M. C.; TEIXEIRA, R. B. **Planejamento urbano e participação popular: uma experiência de ensino e extensão no bairro Ponta Negra, Natal/RN.** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Natal/RN, 2009.

SILVA, Paula Juliana da. **Vazios Urbanos e a Dinâmica Imobiliária na Produção do Espaço em Natal/RN.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2015.

SILVA, Vivian G. M. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise à luz da financeirização brasileira.** Tese apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SINGER, Paul. Para Além do Neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, Volume 12, (Nº 2) 1998.

SODRÉ, Taiza dos S. **Expansão Urbana e Migração em Parnamirim – RN.** Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Geografia da UFRN. Natal, 2017.

SOUZA, Ângela Gordilho; MONTEIRO, Daniela Andrade. **Ocupação urbana e mercado informal de solo em Salvador.** In: ABRAMO, Pedro. Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre : ANTAC, 2009. — (Coleção Habitare, v. 10).

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TAQUARY, I. B. M.; FAGUNDES, P. S. **UM HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO URBANO EM NATAL – RN**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal/RN. Disponível em: <http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/917/642> Acesso em: 18/03/2019.

TEIXEIRA, E. B. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica**: importância e desafios em estudos organizacionais. Editora Unijuí. Ano 1 n. 2 jul./dez. 2003.

TERCI, Eliana T.; GOULAR T, Jefferson O.; OTERO, Estevam V. **Dinâmica econômica e empresariamento urbano em cidades médias sob o impacto da reestruturação produtiva**. Nova economia. Vol.27 no.1 Belo Horizonte jan. /Abr. 2017.

TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/nova-paranaririm-espaco-supervalorizado/194599> Acesso em: 18/12/2018.

TUCCI, Carlos E. M. **Águas urbanas**. Estudos avançados 22 (63), 2008.

VAINER, C. B.; et. al. **Burguesia, Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 1930: interpretações e debates**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 8, n. 2, p. 51–86, jul./dez. 2015.

VAINER, C. **Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: _____; ARANTES, O.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 74–104

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. ESTUDOS Avançados 25 (71), 2011.

WEISS, Raquel. **A Dinâmica Urbana: da compreensão a construção de um modelo de identificação dos padrões de Crescimento Urbano por meio das Métricas Espaciais da Paisagem: O caso do Distrito da Lagoa da Conceição**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

ZIZEK, S. **O Espectro da Ideologia**. In: _____. (Org.). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

[illegible]

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2015

	ARES	CEARA-	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,11	0,24	0,04	0,00	0,00	1,27	0,00	0,78	0,24	0,00	0,29	0,00	0,00	1
Prod. Mineral Não Metálico	0,00	0,04	0,60	0,00	4,54	11,23	2,28	0,00	0,11	0,13	0,00	2,18	4,48	0,00	5
Indústria Metalúrgica	0,00	0,68	1,43	1,19	1,28	0,00	2,74	0,00	0,00	0,85	0,00	0,77	1,76	3,20	6
Indústria Mecânica	0,15	0,06	1,06	0,00	0,16	0,00	5,83	0,00	0,00	0,61	0,00	2,18	0,16	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	1,19	0,00	2,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1,14	0,00	0,85	0,00	0,00	3
Material de Transporte	0,00	0,00	2,74	0,00	6,48	0,00	8,54	0,00	0,00	0,51	0,74	0,00	3,57	0,00	4
Madeira e Mobiliário	0,00	0,18	1,18	0,00	0,70	0,00	3,12	0,00	0,00	0,90	1,03	1,05	6,54	0,00	5
Papel e Gráf	0,00	0,43	2,18	0,24	0,13	0,00	1,26	0,00	13,57	0,93	0,00	0,16	1,80	0,00	4
Borracha, Fumo, Couros	4,36	0,00	0,54	0,00	0,39	0,00	5,45	0,00	0,00	0,77	0,20	2,72	1,26	0,00	4
Indústria Química	0,00	7,33	1,53	0,00	0,04	0,00	4,31	0,00	0,00	0,07	0,20	0,13	8,45	0,00	4
Indústria Têxtil	0,00	0,56	1,54	3,05	0,00	1,57	3,01	0,00	1,47	0,85	0,09	3,75	1,10	3,37	8
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	20,80	0,70	1,74	3,30	0,19	0,00	6,08	0,06	0,79	0,58	0,39	0,56	1,38	1,23	6
Serviço Utilidade Pública	0,00	1,09	0,88	0,00	0,00	0,00	0,26	0,98	0,00	1,40	0,00	0,82	0,85	0,00	2
Construção Civil	0,01	0,86	1,52	0,91	0,61	0,00	0,49	0,05	0,14	1,08	2,32	1,13	0,43	0,00	4
Comércio Varejista	0,16	1,23	1,30	0,64	1,76	0,24	0,83	0,34	0,79	1,00	0,47	0,57	0,96	0,71	3
Comércio Atacadista	0,05	0,26	3,09	0,05	0,41	0,00	1,12	0,22	0,02	0,82	0,03	0,92	4,56	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,82	0,36	0,35	1,20	0,00	0,47	0,00	1,07	1,35	0,08	0,51	0,61	0,00	3
Adm Técnica Profissional	0,01	0,51	0,84	0,30	0,20	0,00	0,72	0,21	0,76	1,44	1,06	1,76	0,28	0,02	3
Transporte e Comunicações	0,50	0,39	1,60	0,28	0,98	0,04	1,42	2,04	0,11	0,90	1,09	4,45	0,66	0,31	5
Aloj Comunic	0,04	0,62	0,73	0,98	0,65	0,00	0,35	1,86	0,14	1,38	1,22	0,32	0,41	0,03	3
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,14	0,24	0,08	0,37	0,00	0,12	0,00	0,04	1,64	0,00	0,54	0,17	0,00	1
Ensino	0,04	0,54	0,79	0,50	0,64	0,00	0,38	0,57	0,08	1,37	0,11	0,36	0,40	0,09	1
Administração Pública	1,07	1,42	0,67	1,60	1,35	2,35	0,61	2,19	2,03	0,84	1,34	0,68	0,95	2,26	9
Agricultura	1,06	2,04	0,15	1,03	2,11	4,76	0,61	2,04	1,77	0,11	5,22	0,34	1,79	2,36	10
Clusters por Município	4	5	13	5	8	4	13	4	5	8	7	8	11	5	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2014

	ARES	CEARA	PARNAMIRIM	EXTREMOS	GOIANIA	ILMOUS	MACAIBA	MAXARATI	MONTE ALEGRE	NATAL	NISIA FLORIANA	SAO GONCALVES	SAO JOSE DO CARVALHO	VERA CRUZ	Clusters
Extrativa Mineral	0,00	0,10	0,24	0,05	0,00	0,08	1,28	0,00	0,68	0,22	0,00	0,33	0,00	0,00	1
Prod. Mineral Não Metálico	0,00	0,09	0,69	0,00	4,36	11,57	2,11	0,00	0,00	0,13	0,00	2,69	5,00	0,00	5
Indústria Metalúrgica	0,00	0,46	1,88	1,35	1,63	0,00	2,04	0,00	0,00	0,92	0,00	1,08	0,95	0,00	5
Indústria Mecânica	0,00	0,06	2,03	0,00	0,56	0,00	5,72	0,00	0,00	0,55	0,15	3,57	0,26	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	1,21	0,00	2,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71	0,00	1,50	1,45	0,00	4
Material de Transporte	0,00	0,00	3,07	0,00	3,79	0,00	8,14	0,00	0,00	0,46	0,62	0,00	3,48	0,00	4
Madeira e Mobiliário	0,00	0,31	1,64	0,00	0,57	0,00	2,48	0,00	0,00	0,82	0,09	1,39	8,97	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	1,19	2,44	0,41	0,00	0,00	0,13	0,00	10,01	0,97	0,00	0,19	1,17	0,00	4
Borracha, Fumo, Couros	5,04	0,00	0,87	0,00	0,00	0,00	1,44	0,00	0,00	0,63	0,21	4,01	1,78	0,00	4
Indústria Química	0,00	0,39	1,68	0,00	0,00	0,00	5,38	0,00	0,00	0,05	0,24	0,21	7,24	0,00	3
Indústria Têxtil	0,00	0,63	1,76	0,00	0,00	1,70	3,63	0,00	1,38	1,06	0,00	1,05	1,00	4,12	8
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	21,39	3,09	1,90	4,47	0,03	0,00	6,23	0,03	0,83	0,56	0,22	0,47	1,27	0,87	6
Serviço Utilidade Pública	0,00	1,09	0,75	0,00	0,00	0,00	0,32	1,00	0,00	1,31	0,00	0,91	0,77	0,00	3
Construção Civil	0,01	1,44	1,32	0,93	0,51	0,00	0,34	0,07	0,22	1,06	1,95	1,20	0,26	0,00	5
Comércio Varejista	0,14	1,18	1,51	0,75	2,00	0,20	0,81	0,33	0,80	0,95	0,37	0,68	0,98	0,69	3
Comércio Atacadista	0,06	0,23	3,51	0,07	0,06	0,00	1,17	0,13	0,06	0,82	0,02	0,93	3,86	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,79	0,44	0,60	1,33	0,00	0,37	0,00	0,98	1,29	0,07	0,49	0,61	0,00	2
Adm Técnica Profissional	0,00	0,18	0,71	0,29	0,24	0,00	0,69	0,18	0,88	1,38	0,99	2,02	0,24	0,01	2
Transporte e Comunicações	0,54	0,50	1,78	0,33	1,06	0,08	1,42	1,76	0,12	0,86	1,01	5,50	0,47	0,08	6
Aloj Comunic	0,03	0,72	0,73	1,15	0,70	0,00	0,38	1,95	0,09	1,32	1,25	0,35	0,51	0,05	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,18	0,24	0,06	0,40	0,00	0,10	0,00	0,05	1,54	0,00	0,62	0,35	0,05	1
Ensino	0,05	0,54	0,86	0,54	0,59	0,00	0,38	0,57	0,03	1,32	0,10	0,31	0,41	0,09	1
Administração Pública	1,03	1,34	0,47	1,69	1,29	2,36	0,59	2,25	1,94	0,94	1,55	0,70	1,03	2,11	10
Agricultura	1,32	2,19	0,22	1,20	1,57	3,12	0,51	1,39	2,14	0,11	4,83	0,45	1,66	2,85	10
Clusters por Município	4	7	13	5	9	4	12	5	4	8	5	10	12	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2013

	ARES	CEARA	PARNAMIRIM	EXTREMADURA	GOIANIA	ILHOMUS	MACAIBA	MAXARANGA	MONTE ALEGRE	NATAL	NISIA FLORIDA	SAO GONCALVES	SAO JOSE DO CARVALHO	VERA CRUZ	Clusters
Extrativa Mineral	0,00	0,19	0,13	0,04	0,00	0,00	2,27	0,00	0,51	0,20	0,00	0,60	0,00	0,00	1
Prod. Mineral Não Metálico	0,00	0,16	0,61	0,03	4,33	9,26	2,27	0,00	0,00	0,12	0,00	3,11	5,84	0,00	5
Indústria Metalúrgica	0,00	0,58	1,60	1,29	12,16	0,00	1,54	0,00	0,00	0,79	0,00	1,25	3,95	0,00	6
Indústria Mecânica	0,00	0,08	1,54	0,00	1,11	0,00	5,56	0,00	0,00	0,63	0,00	4,71	0,09	0,00	4
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	2,10	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,69	0,00	2,57	1,67	0,00	4
Material de Transporte	0,00	0,00	2,66	0,00	6,99	0,00	6,70	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00	4,02	0,00	4
Madeira e Mobiliário	0,00	0,28	1,60	0,00	0,64	0,00	1,44	0,00	0,00	0,86	0,00	0,72	9,75	0,00	3
Papel e Gráf	0,00	1,21	2,25	0,24	0,00	0,00	1,29	0,00	8,58	0,95	0,00	0,23	1,02	0,00	5
Borracha, Fumo, Couros	4,44	0,00	0,56	0,00	0,28	0,00	2,21	0,00	0,00	0,72	2,96	4,77	1,88	0,00	5
Indústria Química	0,00	0,60	1,52	0,04	0,00	0,00	4,10	0,00	0,00	0,05	0,13	0,12	5,51	0,00	3
Indústria Têxtil	0,00	0,98	1,86	0,05	0,02	1,10	3,77	0,00	1,21	1,07	0,01	2,01	1,11	2,64	8
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	20,28	3,33	1,91	3,86	0,10	0,00	5,98	0,11	0,52	0,55	0,22	0,48	1,59	0,76	6
Serviço Utilidade Pública	0,00	1,45	0,77	1,63	0,00	0,00	0,35	1,37	0,00	1,49	0,00	0,75	0,41	0,00	4
Construção Civil	0,01	1,14	0,89	1,81	0,18	0,00	0,51	0,32	0,22	1,10	1,24	1,45	0,19	0,04	5
Comércio Varejista	0,16	1,34	1,45	0,57	1,91	0,15	0,73	0,36	0,80	0,95	0,40	0,71	0,85	0,63	3
Comércio Atacadista	0,00	0,19	3,51	0,06	0,04	0,00	1,14	0,00	0,07	0,78	0,03	0,99	4,08	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,94	0,39	0,48	1,50	0,00	0,32	0,00	0,90	1,26	0,00	0,47	0,63	0,00	2
Adm Técnica Profissional	0,01	0,19	0,67	0,23	0,28	0,00	0,50	0,18	0,61	1,45	0,77	1,11	0,30	0,03	2
Transporte e Comunicações	0,44	0,42	2,20	0,32	2,19	0,07	1,63	1,91	0,10	0,84	2,33	4,77	0,38	0,09	6
Aloj Comunic	0,03	0,75	0,72	1,24	0,74	0,03	0,29	1,64	0,04	1,33	1,76	0,24	0,40	0,02	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,18	0,24	0,03	0,39	0,00	0,13	0,00	0,00	1,55	0,00	0,73	0,32	0,00	1
Ensino	0,06	0,53	0,69	0,47	0,93	0,00	0,37	0,60	0,05	1,32	0,14	0,32	0,43	0,11	1
Administração Pública	1,11	1,19	0,63	1,57	0,94	2,52	0,62	2,17	2,13	0,93	1,32	0,85	0,97	2,22	8
Agricultura	1,32	2,12	0,16	1,37	2,78	2,43	0,48	1,56	1,65	0,13	6,80	0,60	2,51	3,88	10
Clusters por Município	4	7	12	7	9	4	13	5	4	8	6	9	12	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2012

	ARES	CEARA-	PARNAM	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters
Extrativa Mineral	0	0,2338	0,1375	0	0	0,1415	1,3491	0	0	0,184	0	0,3639	0	0	1
Prod. Mineral Não Metálico	0	0,2047	0,6791	0,2298	3,7826	9,3182	1,826	0	0,064	0,1394	0	3,8102	5,1706	0	5
Indústria Metalúrgica	0	0,4557	1,6496	0,9502	7,3795	0	3,3621	0	0	0,8284	0	4,4254	1,5211	0	5
Indústria Mecânica	0	0,0877	1,5739	0	1,0392	0	5,7242	0	0	0,5132	0	3,7777	3,9865	0	5
Elétrico e Comunic	0	0,5739	2,4512	0	0	0	1,3001	0	0	0,5081	0	2,0809	1,49	0	4
Material de Transporte	0	0	3,2682	0	2,4277	0	6,2404	0	0	0,3448	0	0	8,9402	0	4
Madeira e Mobiliário	0	1,7633	1,6631	0	0,6526	0	1,0984	0	0	0,8153	0,9517	1,9729	8,8698	0	5
Papel e Gráf	0	1,2306	2,4287	0,1166	0,0946	0	1,3684	0	11,823	0,8913	0	0,2788	0,8713	0	4
Borracha, Fumo, Couros	6,7503	0	0,508	0	0	0	2,2426	0	0	0,7134	15,243	5,1129	2,391	0	5
Indústria Química	0	0,7404	1,6324	0,0396	0	0	3,9305	0	0	0,0684	0,1639	0,1118	7,3438	0	3
Indústria Têxtil	0	1,1101	1,8003	0	0,04	0,921	3,7772	0	1,3058	1,102	0	2,2415	1,5269	3,2746	8
Indústria Calçados	0	0	0,059	0	0	0	0	0	0	0,107	0	0	0	0	0
Alimentos e Bebidas	21,712	3,4619	1,964	2,3527	0,0434	0	7,7023	0	0,9903	0,4527	0,0923	0,4881	2,2968	0,9721	6
Serviço Utilidade Pública	0,1692	1,7576	0,9174	2,007	0	0	0,1706	0,9281	0	1,4338	0	0,6922	0	0	3
Construção Civil	0,0394	0,6966	0,9901	1,4525	0,1179	0	0,6791	0	0,3964	1,1185	0,7619	1,6277	0,2206	0	3
Comércio Varejista	0,156	1,3332	1,4851	0,4851	1,3379	0,1679	0,7553	0,3666	0,9016	0,9289	0,5031	0,7249	0,9514	0,6441	3
Comércio Atacadista	0,0607	0,24	3,6188	0,1408	0,0381	0	1,2607	0,0951	0,1829	0,8731	0,108	0,6731	0,8763	0	2
Instituição Financeira	0	0,817	0,4057	0,0831	1,0115	0	0,316	0	1,134	1,214	0	0,4335	0,6984	0	3
Adm Técnica Profissional	0,0088	0,2229	0,6784	0,2978	0,26	0	0,3285	0,5211	0,9589	1,4798	0,7102	0,1442	0,486	0,0469	1
Transporte e Comunicações	0,2648	0,4257	2,3757	0,2868	1,5846	0,0456	0,81	2,4484	0,0799	0,8396	1,9229	5,0874	0,3826	0,0946	5
Aloj Comunic	0,0343	0,7937	0,7419	1,1838	0,497	0,0393	0,302	2,8456	0,2296	1,3122	1,4878	0,3136	0,4326	0,0204	4
Médicos Odontológicos Vet	0	0,1831	0,2324	0,083	0,1212	0	0,1046	0	0	1,475	0	0,7722	0,1964	0	1
Ensino	0,0719	0,6162	0,7237	0,3871	0,6282	0	0,2827	0,7508	0	1,3281	0,1592	0,3347	0,5486	0,1141	1
Administração Pública	0,8186	1,1008	0,5263	1,836	1,7215	2,4552	0,5401	1,5719	1,7507	0,9558	1,4111	0,9816	0,9429	2,0636	8
Agricultura	1,2239	2,8329	0,1678	1,1444	1,1607	3,2033	0,4973	4,1935	2,1654	0,125	7,0162	0,684	2,6402	4,0213	10
Clusters por Município	3	8	12	6	9	3	13	4	5	8	5	9	11	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2011

	ARES	CEARA-	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0	0,2597	0,129	0,0582	0	2,7816	1,4246	0	0	0,1861	0	0,4879	0	0	2
Prod. Mineral Não Metálico	0	0,1786	0,606	0	4,025	7,4311	1,7296	0	1,4572	0,1258	0,2056	3,1109	5,1671	0	6
Indústria Metalúrgica	0	0,6084	1,8688	1,5813	12,542	0	0,1363	0	0	0,9142	0	3,1494	0,6571	0	4
Indústria Mecânica	0	0,0787	1,2215	0	1,1288	0	5,2477	0	0	0,555	0	1,7515	2,0191	0	5
Elétrico e Comunic	0	0	2,9148	0	0	0	8,9558	0	0	0,4841	0	1,7598	0	0	3
Material de Transporte	0	0	2,8811	0	1,7167	0	7,377	0	0	0,3146	0	0	8,7272	0	4
Madeira e Mobiliário	0	0	1,5178	0,1648	0,4546	0	1,0797	0	0	0,8382	0,9534	2,211	9,8601	0	4
Papel e Gráf	0	1,0967	2,4478	0,1697	0	0	1,7847	0	5,1956	0,8815	0	2,6324	0	0	5
Borracha, Fumo, Couros	6,5561	0	0,2534	0	0,2207	0	2,828	0	0	0,8658	0,6613	4,8641	2,4933	0	4
Indústria Química	0	0,6102	1,6668	0,0991	0	0	4,8804	0	0	0,048	0,2049	0,1178	5,5819	0	3
Indústria Têxtil	0	0,9302	1,5783	0	0,0343	0,3716	1,3682	0	0,8181	1,1361	0,1542	5,3851	1,1525	2,4431	6
Indústria Calçados	0	0	0,1435	0	0	0	0	0	0	0,3449	0	0	0	0	0
Alimentos e Bebidas	22,351	2,724	1,7696	3,3397	0,0307	0	8,8301	0	0,8627	0,3798	0,2454	1,4652	1,9121	0,8379	7
Serviço Utilidade Pública	0,2899	1,4906	1,2365	2,3114	0,1518	0,1096	0,2657	1,605	0,3121	1,231	0,2275	0,7154	0,183	0,3728	5
Construção Civil	0	0,2495	1,0846	1,1366	0,6456	0	0,5807	0,0305	0,0284	1,0975	0,6563	1,5512	0,191	0	4
Comércio Varejista	0,1106	1,1678	1,3119	0,6106	1,3034	0,1158	0,6918	0,2915	0,8202	0,9957	0,4176	0,701	0,882	0,476	3
Comércio Atacadista	0	0,171	3,346	0,1333	0,049	0,3983	1,1494	0,081	0,126	0,9091	0,2938	1,1335	0,6094	0	3
Instituição Financeira	0	0,711	0,4982	0	0,9559	0	0,2788	0	0,7205	1,2744	0	0,4359	0,408	0	1
Adm Técnica Profissional	0,0118	0,1594	0,666	0,3228	0,141	0	0,3258	0,9806	0,4652	1,5139	1,0839	0,0931	0,4583	0,0304	2
Transporte e Comunicações	0,2016	0,3711	2,3234	0,3253	1,51	0,0762	0,9471	2,1628	0,0651	1,0623	2,4362	1,2679	0,4135	0,0864	6
Aloj Comunic	0,0246	0,7847	0,6984	1,7922	0,3946	0,0168	0,3424	1,503	0,0191	1,3385	1,6205	0,2517	0,4475	0,019	4
Médicos Odontológicos Vet	0	0,1369	0,2373	0,0989	0,0682	0	0,0938	0	0	1,4993	0	0,5354	0,4416	0	1
Ensino	0,0659	0,5579	0,795	1,0125	0,6138	0	0,3794	0,6152	0	1,2659	0,1033	0,3477	0,4467	0,1976	2
Administração Pública	0,754	1,3294	0,6772	1,4117	1,5124	2,3233	0,7232	1,8516	2,048	0,9268	1,358	0,8151	1,1219	2,1036	9
Agricultura	1,3674	3,9337	0,2813	1,3926	1,8838	2,2372	0,5771	2,7431	2,4709	0,1434	5,8113	0,5243	2,5014	4,0067	10
Clusters por Município	3	6	14	8	8	4	12	5	4	9	5	12	10	3	14

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2010

	ARES	CEARA-	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,30	0,09	0,08	0,00	2,60	1,71	0,00	0,00	0,03	0,00	0,59	0,38	0,00	2
Prod. Mineral Não Metálico	0,03	0,30	0,48	0,00	3,93	8,01	1,55	0,00	1,51	0,18	0,19	2,77	6,43	0,00	6
Indústria Metalúrgica	0,27	0,21	0,91	0,00	2,69	0,00	0,20	0,00	0,00	0,45	0,00	1,41	0,09	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	2,22	0,00	0,00	1,00	5,14	0,00	0,00	0,48	0,00	1,93	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	4,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22	0,00	2,44	0,00	0,00	2
Material de Transporte	0,00	0,00	2,33	0,00	1,75	0,00	6,40	0,00	0,00	0,30	0,00	0,24	9,57	0,00	4
Madeira e Mobiliário	0,00	0,11	1,86	0,00	0,46	0,00	0,91	0,00	0,00	0,87	0,14	2,16	7,99	0,00	3
Papel e Gráf	0,00	1,16	2,43	0,00	0,34	0,00	2,17	0,00	4,09	0,85	0,00	2,87	0,06	0,00	5
Borracha, Fumo, Couros	9,11	0,00	0,74	0,00	0,24	0,00	1,59	0,00	0,00	0,87	0,71	5,44	3,40	0,00	4
Indústria Química	0,00	0,58	1,48	0,37	0,00	0,00	3,36	0,00	0,00	0,30	0,00	0,15	4,04	0,00	3
Indústria Têxtil	0,00	0,54	1,26	0,00	0,00	0,00	3,15	0,00	0,66	1,20	0,00	4,61	0,90	2,82	5
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	21,90	3,01	1,71	6,79	0,19	0,00	6,94	0,06	0,64	0,46	0,09	0,47	1,72	0,69	6
Serviço Utilidade Pública	0,31	1,36	1,73	4,10	0,15	0,10	0,22	1,32	0,28	1,24	0,22	0,73	0,11	0,35	5
Construção Civil	0,00	0,90	1,39	1,92	1,03	0,00	0,82	0,00	0,01	1,06	0,92	1,91	0,67	0,00	5
Comércio Varejista	0,11	1,18	1,15	1,08	1,15	0,08	0,63	0,19	0,94	1,01	0,38	0,61	0,89	0,39	5
Comércio Atacadista	0,00	0,07	3,17	0,14	0,26	0,34	1,22	0,00	0,00	0,94	0,36	0,90	0,65	0,00	2
Instituição Financeira	0,00	0,68	0,41	0,00	0,86	0,00	0,24	0,00	0,80	1,29	0,00	0,37	0,28	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,02	0,43	0,63	0,49	0,14	0,00	0,27	2,61	0,08	1,45	0,84	0,08	0,42	0,03	2
Transporte e Comunicações	0,14	0,22	2,37	0,29	1,42	0,08	0,71	0,81	0,08	1,08	1,64	1,40	0,46	0,09	5
Aloj Comunic	0,01	0,57	0,67	2,88	0,39	0,02	0,36	2,34	0,06	1,34	1,35	0,23	0,66	0,02	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,18	0,25	0,21	0,07	0,00	0,08	0,00	0,00	1,47	0,00	0,58	0,57	0,00	1
Ensino	0,00	0,56	0,78	1,69	0,62	0,00	0,33	0,04	0,00	1,29	0,13	0,36	0,43	0,00	2
Administração Pública	0,79	1,06	0,74	0,15	1,41	2,45	0,64	1,52	2,14	0,92	1,56	0,89	1,07	2,08	8
Agricultura	1,28	5,83	0,28	2,88	4,25	1,98	0,68	3,04	2,41	0,14	6,16	0,66	2,15	3,50	10
Clusters por Município	3	6	13	7	8	4	10	5	4	10	4	10	8	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2009

	ARES	CEARA-MI	PARNAMI	EXTREMO	GOIANINI	IELMO MA	MACAIBA	MAXARAN	MONTE AI	NATAL	NISIA FLO	SAO GON	SAO JOSE	VERA CRU	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,32	0,08	0,04	0,06	0,00	1,07	0,00	0,00	0,22	0,00	0,36	0,14	0,00	1
Prod. Mineral Não Metálico	0,02	0,28	0,45	0,00	4,36	10,77	1,37	0,00	0,63	0,17	0,16	5,19	5,60	0,00	5
Indústria Metalúrgica	0,00	0,34	1,15	0,00	4,94	0,00	0,60	0,00	0,00	0,44	0,00	0,45	0,54	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	2,94	0,00	0,00	0,00	9,62	0,00	0,00	0,50	0,00	3,07	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	2,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,93	0,00	1,99	0,00	0,00	2
Material de Transporte	0,00	0,28	2,61	0,00	0,53	0,00	5,54	0,00	0,00	0,44	0,00	0,17	9,16	0,00	3
Madeira e Mobiliário	0,00	0,00	2,24	0,00	0,54	0,00	0,81	0,00	0,00	0,87	0,00	1,04	7,29	0,00	3
Papel e Gráf	0,00	1,01	2,36	0,00	0,44	0,00	2,14	0,00	3,76	0,98	0,00	0,48	0,07	0,00	4
Borracha, Fumo, Couros	0,57	0,00	1,07	0,00	0,00	0,00	3,87	0,00	0,00	1,02	0,80	5,37	2,89	0,00	5
Indústria Química	0,00	1,39	4,41	0,90	0,00	0,00	8,98	0,00	0,00	0,19	0,36	0,35	10,65	0,00	4
Indústria Têxtil	0,00	0,41	1,18	0,00	0,00	0,00	3,62	0,00	0,71	1,18	0,33	5,79	0,88	2,89	5
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	17,76	2,66	1,49	2,68	0,22	0,00	5,67	0,08	0,46	0,35	0,19	0,48	1,37	0,47	6
Serviço Utilidade Pública	0,07	1,27	1,60	2,51	0,18	0,11	0,11	0,78	0,28	1,30	0,21	0,87	0,13	0,40	4
Construção Civil	0,01	0,88	1,03	1,02	2,15	0,00	0,29	0,10	0,06	1,17	0,86	0,38	0,92	0,00	4
Comércio Varejista	0,09	0,91	1,24	0,69	1,13	0,08	0,65	0,12	0,67	1,03	0,49	0,72	0,87	0,37	3
Comércio Atacadista	0,00	0,19	3,25	0,03	0,24	2,08	1,11	0,00	0,00	0,92	0,37	0,05	0,60	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,49	0,39	0,00	0,72	0,00	0,21	0,00	0,70	1,32	0,00	0,38	0,24	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,01	0,06	0,54	0,28	0,16	0,00	0,18	3,54	0,09	1,43	1,04	0,07	0,34	0,04	3
Transporte e Comunicações	0,05	0,23	2,70	0,16	1,39	0,09	0,92	0,69	0,09	1,09	1,75	1,76	0,56	0,11	5
Aloj Comunic	0,01	0,47	0,68	1,31	0,32	0,02	0,34	2,55	0,18	1,35	1,26	0,17	0,60	0,02	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,16	0,27	0,09	0,24	0,00	0,06	0,00	0,00	1,45	0,00	0,67	0,42	0,00	1
Ensino	0,00	0,27	0,95	1,19	0,67	0,00	0,36	0,34	0,00	1,21	0,14	0,39	0,49	0,00	2
Administração Pública	0,71	0,87	0,77	1,44	1,30	1,98	0,66	1,13	2,15	0,92	1,25	0,98	1,13	1,98	8
Agricultura	0,82	10,41	0,20	1,65	2,51	4,95	0,60	3,06	2,12	0,14	6,82	0,58	1,96	3,28	9
Clusters por Município	1	5	15	7	7	4	10	4	3	11	5	7	8	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2008

	ARES	CEARA-	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,12	0,04	0,10	0,09	0,00	0,91	0,04	0,00	0,23	0,00	0,57	0,00	0,00	0
Prod. Mineral Não Metálico	0,05	0,21	0,67	0,00	2,90	10,84	0,97	0,00	0,43	0,18	0,76	5,26	6,10	0,00	4
Indústria Metalúrgica	0,00	0,32	1,46	0,51	4,41	0,00	0,89	0,00	0,00	0,52	0,00	0,65	0,86	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	3,30	0,00	0,00	0,00	8,22	0,00	0,00	0,67	0,00	3,01	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	1,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,08	0,00	2,73	0,00	0,00	3
Material de Transporte	0,00	0,00	2,71	0,00	0,69	0,00	5,76	0,00	0,00	0,41	0,00	0,00	9,42	0,00	3
Madeira e Mobiliário	0,00	0,00	1,81	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00	0,00	0,88	0,00	2,06	8,04	0,00	3
Papel e Gráf	0,00	0,00	2,93	0,00	0,00	0,00	1,31	0,00	3,60	1,01	0,00	1,23	0,00	0,00	5
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	2,03	0,00	0,00	1,08	0,00	7,54	4,55	0,00	4
Indústria Química	0,00	1,37	3,83	1,17	1,64	0,00	7,57	0,13	0,00	0,17	0,38	1,12	12,42	0,00	7
Indústria Têxtil	0,00	0,33	1,47	0,00	0,00	0,00	3,99	0,00	0,13	1,18	0,34	5,49	0,87	2,69	5
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	20,78	2,53	1,67	3,05	0,16	0,00	6,25	0,08	0,36	0,29	0,30	0,68	1,25	0,22	6
Serviço Utilidade Pública	0,06	1,20	1,52	1,32	0,11	0,09	0,10	0,52	0,20	1,36	0,18	0,74	0,08	0,33	4
Construção Civil	0,00	0,25	0,87	0,63	1,92	0,00	0,50	0,67	0,02	1,08	1,21	0,17	1,05	0,11	4
Comércio Varejista	0,10	0,89	1,17	0,55	1,54	0,05	0,63	0,07	0,93	1,06	0,51	0,61	0,89	0,30	3
Comércio Atacadista	0,00	0,21	3,15	0,03	0,16	1,27	1,21	0,00	0,00	0,91	0,49	0,20	0,54	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,50	0,40	0,00	0,73	0,00	0,22	0,00	0,73	1,33	0,00	0,41	0,30	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,01	0,08	0,50	0,35	0,13	0,02	0,21	6,46	1,04	1,42	0,86	0,08	0,27	0,31	3
Transporte e Comunicações	0,07	0,31	2,42	0,27	0,83	0,09	0,71	0,56	0,10	1,15	1,47	1,47	0,62	0,11	4
Aloj Comunic	0,01	0,50	0,66	1,28	0,33	0,00	0,34	1,08	0,37	1,32	1,59	0,13	0,57	0,06	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,12	0,24	0,07	0,14	0,00	0,06	0,00	0,04	1,44	0,00	0,78	0,44	0,00	1
Ensino	0,00	0,65	0,99	1,56	0,73	0,00	0,44	0,00	0,00	1,11	0,18	0,45	0,69	0,00	2
Administração Pública	0,38	0,96	0,78	1,45	1,37	2,11	0,50	0,98	1,85	0,96	1,14	0,98	1,01	1,93	7
Agricultura	0,68	9,06	0,21	1,82	1,12	3,52	0,82	1,24	2,23	0,14	5,78	0,53	2,10	2,73	9
Clusters por Município	1	4	13	7	7	4	8	3	4	14	5	9	9	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2007

	ARES	CEARA-	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIE	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,20	0,16	0,00	0,12	0,00	0,73	0,02	0,00	0,23	0,00	0,11	0,00	0,00	0
Prod. Mineral Não Metálico	0,07	0,96	0,84	0,00	5,67	14,01	1,15	0,00	3,15	0,20	1,09	4,39	4,04	0,00	7
Indústria Metalúrgica	0,00	0,29	1,41	0,00	6,93	0,00	0,23	0,00	0,00	0,60	0,00	0,77	1,34	0,00	3
Indústria Mecânica	0,00	0,00	1,95	0,00	0,00	0,00	4,41	0,00	0,00	0,33	0,00	1,45	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	2,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,06	0,00	6,59	0,00	0,00	3
Material de Transporte	0,00	0,00	2,68	0,00	1,52	0,00	5,82	0,00	0,00	0,48	0,00	0,00	9,13	0,00	4
Madeira e Mobiliário	0,00	0,00	2,25	0,00	0,60	0,00	0,92	0,00	0,00	0,85	0,00	2,41	7,24	0,00	3
Papel e Gráf	0,00	0,00	2,85	0,00	0,00	0,00	1,51	0,00	3,57	1,06	0,00	1,21	0,00	0,00	5
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	2,27	0,00	0,00	0,00	0,63	0,00	0,00	1,04	0,00	6,89	1,80	0,00	4
Indústria Química	0,00	1,11	4,35	0,31	2,12	0,00	6,40	0,08	0,00	0,18	0,49	1,19	10,98	0,00	6
Indústria Têxtil	0,00	0,47	1,85	0,07	0,00	0,00	4,55	0,00	0,61	1,09	0,29	6,33	0,76	1,71	5
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	19,15	1,90	1,81	1,97	0,13	0,00	4,90	0,05	0,40	0,30	0,25	0,53	1,12	0,16	6
Serviço Utilidade Pública	0,05	0,89	1,88	1,64	0,12	0,11	0,09	0,00	0,18	1,38	0,22	0,73	0,15	0,37	3
Construção Civil	0,00	0,16	0,98	2,68	2,16	0,00	0,41	0,04	0,13	1,07	0,90	0,10	0,76	0,45	3
Comércio Varejista	0,07	0,90	1,29	0,61	1,22	0,10	0,59	0,03	0,79	1,11	0,32	0,53	0,81	0,41	3
Comércio Atacadista	0,00	0,34	3,46	0,06	0,10	2,48	1,40	0,00	0,07	0,97	0,39	0,12	0,17	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,53	0,34	0,00	0,84	0,00	0,21	0,00	0,83	1,35	0,00	0,31	0,29	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,01	0,18	0,71	0,37	0,12	0,02	0,19	10,41	1,07	1,46	0,86	0,12	0,36	0,25	3
Transporte e Comunicações	0,05	0,33	2,69	0,31	0,91	0,18	0,21	0,34	0,09	1,22	1,11	1,31	0,42	0,19	4
Aloj Comunic	0,01	0,48	0,72	1,12	0,31	0,00	0,71	0,94	0,68	1,35	1,58	0,12	0,58	0,07	3
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,14	0,28	0,07	0,10	0,00	0,05	0,00	0,00	1,48	0,00	0,52	0,04	0,00	1
Ensino	0,00	0,63	0,99	0,51	0,85	0,00	0,43	0,05	0,00	1,15	0,22	0,53	0,63	0,00	1
Administração Pública	0,43	0,94	0,55	1,36	1,37	1,99	0,60	0,54	1,61	0,96	1,31	1,01	1,26	1,97	8
Agricultura	0,50	7,77	0,25	1,20	0,70	1,40	0,74	0,62	1,91	0,12	4,72	0,54	1,82	2,22	7
Clusters por Município	1	3	14	6	7	4	8	1	5	14	5	10	9	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2006

	ARES	CEARA-I	PARNAI	EXTREM	GOIANII	IELMO N	MACAIE	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,45	0,17	0,00	0,08	0,00	0,63	0,01	0,00	0,26	0,00	0,42	0,00	0,00	0
Prod. Mineral Não Metálico	0,23	1,33	1,04	0,00	3,36	12,39	0,84	0,00	1,64	0,20	1,28	4,74	2,55	0,00	8
Indústria Metalúrgica	0,00	0,22	1,75	0,26	6,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	0,00	1,01	0,82	0,00	3
Indústria Mecânica	0,00	0,00	1,56	0,00	0,00	0,00	3,54	0,00	0,00	0,36	0,00	1,52	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	2,02	0,00	1,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18	0,00	3,50	0,00	0,00	4
Material de Transporte	0,00	0,00	1,97	0,00	0,00	0,00	5,91	0,00	0,00	0,37	0,00	1,31	8,91	0,00	4
Madeira e Mobiliário	0,00	0,00	1,70	0,00	0,41	0,00	1,27	0,00	0,00	0,96	0,00	1,71	6,78	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	0,00	2,39	0,00	0,00	0,00	1,54	0,00	1,70	1,13	0,00	1,36	0,07	0,00	5
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	2,45	0,00	0,17	0,00	0,52	0,00	0,00	1,07	0,00	7,08	0,00	0,00	3
Indústria Química	0,00	1,43	4,32	0,31	0,04	0,00	6,56	0,00	0,00	0,22	0,50	0,91	9,87	0,00	4
Indústria Têxtil	0,00	0,66	2,16	0,08	0,00	0,00	5,07	0,00	0,66	0,97	0,40	7,18	1,02	2,16	5
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	10,38	3,61	1,81	1,75	0,09	0,00	6,45	0,00	0,28	0,35	0,33	0,76	1,18	0,05	6
Serviço Utilidade Pública	0,12	1,28	1,68	2,63	3,18	0,09	0,15	0,15	0,14	1,34	0,22	0,65	0,19	0,25	5
Construção Civil	0,00	0,23	1,22	1,88	0,13	0,00	0,21	0,07	0,00	1,05	3,25	0,42	0,77	0,13	4
Comércio Varejista	0,13	0,96	1,16	0,63	0,60	0,09	0,59	0,03	0,53	1,13	0,38	0,52	0,82	0,38	2
Comércio Atacadista	0,00	0,38	2,57	0,06	0,04	1,74	1,94	0,04	0,03	1,03	0,13	0,51	0,23	0,00	4
Instituição Financeira	0,00	0,69	0,30	0,00	0,47	0,00	0,24	0,00	0,73	1,37	0,00	0,23	0,32	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,02	0,06	0,61	0,32	0,03	0,02	0,16	12,68	0,97	1,28	0,58	0,00	0,16	0,21	2
Transporte e Comunicações	0,06	0,47	2,55	0,20	0,23	0,09	0,23	0,13	0,08	1,24	0,43	1,15	0,32	0,13	3
Aloj Comunic	0,02	0,49	0,69	1,31	0,13	0,00	0,26	0,42	3,97	1,35	1,01	0,27	0,83	0,03	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,14	0,24	0,04	0,05	0,00	0,05	0,00	0,00	1,49	0,00	0,07	0,41	0,00	1
Ensino	0,00	0,71	0,96	0,48	0,45	0,00	0,47	0,03	0,00	1,17	0,10	0,51	0,56	0,00	1
Administração Pública	1,37	1,09	0,69	1,37	0,61	2,07	0,61	0,26	1,26	1,00	1,23	0,93	1,25	2,07	8
Agricultura	1,48	3,36	0,23	1,43	12,10	1,00	0,60	0,36	0,97	0,13	3,26	0,57	1,61	1,04	8
Clusters por Município	3	6	16	6	5	4	8	1	4	14	5	10	8	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2005

	ARES	CEARA-I	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIE	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,67	0,30	0,00	0,09	0,00	0,90	0,01	0,00	0,07	0,00	0,58	0,00	0,00	0
Prod. Mineral Não Metálico	0,16	1,21	1,18	0,00	3,44	16,17	1,09	0,00	0,00	0,21	1,55	4,66	1,51	0,00	8
Indústria Metalúrgica	0,00	0,26	1,84	0,00	0,00	0,00	0,13	0,00	0,00	0,42	0,00	1,96	0,00	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	2,53	1,58	0,00	0,00	3,91	0,00	0,00	0,19	0,00	1,66	0,00	0,00	4
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	0,79	0,00	0,00	0,00	8,43	0,00	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Material de Transporte	0,00	0,00	3,34	0,00	0,00	0,00	6,62	0,00	0,00	0,43	0,00	0,00	9,82	0,00	3
Madeira e Mobiliário	0,00	0,00	1,82	0,00	0,00	0,00	2,65	0,00	0,00	0,82	0,00	2,41	6,11	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	0,00	5,38	0,00	0,12	0,00	0,35	0,00	0,00	1,01	0,00	1,53	0,06	0,00	3
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	3,17	0,00	0,00	0,00	0,60	0,00	0,00	0,95	0,00	7,65	0,00	0,00	2
Indústria Química	0,00	1,08	1,69	1,09	0,08	0,00	3,37	0,00	0,00	0,63	0,41	0,76	5,51	0,00	5
Indústria Têxtil	0,00	0,34	2,64	0,09	0,00	0,00	5,68	0,00	0,52	0,92	0,38	7,04	0,84	2,33	4
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	8,76	4,60	1,63	2,11	0,10	0,00	5,82	0,01	0,22	0,34	0,38	1,35	0,79	0,11	6
Serviço Utilidade Pública	0,17	1,73	2,36	3,58	0,10	0,00	1,55	0,12	0,16	1,17	0,34	0,81	0,14	0,40	5
Construção Civil	0,01	0,25	1,21	2,16	0,03	0,00	0,25	0,02	0,00	1,15	2,00	0,04	1,60	0,27	5
Comércio Varejista	0,11	0,93	1,29	0,60	0,57	0,13	0,63	0,01	0,28	1,15	0,39	0,40	0,65	0,35	2
Comércio Atacadista	0,00	0,20	3,10	0,39	0,03	0,61	1,99	0,00	0,02	0,98	0,18	0,35	0,52	0,00	2
Instituição Financeira	0,00	0,72	0,35	0,00	0,55	0,00	0,24	0,00	0,49	1,37	0,00	0,20	0,33	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,00	0,04	0,70	0,24	0,05	0,00	0,27	12,90	2,07	1,10	0,42	0,05	1,12	0,34	4
Transporte e Comunicações	0,06	0,67	2,42	0,15	0,20	0,11	0,12	0,12	0,06	1,34	1,13	0,94	0,28	0,07	3
Aloj Comunic	0,02	0,38	0,78	1,55	0,16	0,00	0,24	0,23	5,71	1,36	1,44	0,22	0,60	0,03	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,13	0,23	0,07	0,05	0,00	0,08	0,00	0,02	1,43	0,00	0,04	0,44	0,00	1
Ensino	3,59	0,84	1,10	0,42	0,50	0,00	0,48	0,01	0,00	1,20	0,15	0,37	0,57	0,00	3
Administração Pública	1,24	1,06	0,53	1,25	0,69	2,00	0,59	0,13	0,91	1,02	1,16	0,99	1,12	1,80	8
Agricultura	1,60	3,02	0,32	1,39	12,00	0,66	0,51	0,56	0,60	0,12	3,99	0,57	2,05	2,20	7
Clusters por Município	4	6	16	8	2	2	10	1	2	12	6	8	8	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2004

	ARES	CEARA	PARNA	EXTREM	GOIANI	IELMO	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters
Extrativa Mineral	0,00	0,71	0,33	0,00	0,09	0,00	0,66	0,01	0,00	0,02	0,00	0,59	0,00	0,00	0
Prod. Mineral Não Metálico	0,18	0,24	1,04	0,00	3,69	0,00	1,14	0,00	0,00	0,25	2,05	5,30	2,51	0,00	6
Indústria Metalúrgica	0,00	0,00	1,87	0,00	0,00	0,00	0,22	0,00	0,00	0,59	0,00	3,07	0,00	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	1,67	0,37	0,00	0,00	5,47	0,00	0,00	0,22	0,00	1,52	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	1,48	0,00	0,00	0,00	7,06	0,00	0,00	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2
Material de Transporte	0,00	0,00	3,30	0,00	0,00	0,00	5,57	0,00	0,00	0,35	0,00	0,00	12,88	0,00	3
Madeira e Mobiliário	0,00	0,00	1,56	0,00	0,00	0,00	1,22	0,00	0,00	0,91	0,00	2,10	3,76	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	0,00	5,29	0,00	0,12	0,00	0,36	0,00	0,00	1,02	0,00	1,66	0,00	0,00	3
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	1,71	10,15	0,00	0,00	0,80	0,00	0,00	1,11	0,00	6,26	0,00	0,00	4
Indústria Química	0,00	1,20	2,09	0,59	0,11	0,00	2,02	0,00	0,00	0,60	0,47	1,20	6,11	0,00	5
Indústria Têxtil	0,00	0,44	2,93	0,00	0,00	0,00	5,97	0,00	0,74	0,91	0,46	7,15	1,06	1,42	5
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	9,71	4,49	1,85	1,62	0,05	0,00	6,60	0,00	0,16	0,35	0,48	1,28	0,80	0,13	6
Serviço Utilidade Pública	0,25	1,81	0,26	2,78	0,10	0,31	1,64	0,10	0,16	1,30	0,38	0,85	0,46	0,45	4
Construção Civil	0,19	0,20	1,71	0,70	0,12	0,00	0,26	0,13	0,39	1,06	1,84	0,09	0,16	0,05	3
Comércio Varejista	0,08	0,91	1,31	0,45	0,51	0,23	0,58	0,01	0,28	1,14	0,63	0,43	1,19	0,30	3
Comércio Atacadista	0,00	0,37	2,68	0,07	0,03	0,82	2,06	0,00	0,02	1,03	0,14	0,71	0,54	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,78	0,38	0,00	0,45	0,00	0,25	0,00	0,54	1,39	0,00	0,21	0,44	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,00	0,02	0,73	0,29	0,27	0,00	0,01	12,82	1,41	0,99	0,43	0,06	2,82	0,06	3
Transporte e Comunicações	0,04	0,91	2,45	0,14	0,05	0,22	0,16	0,03	0,08	1,37	1,02	0,27	0,30	0,08	3
Aloj Comunic	0,01	0,45	0,82	1,84	0,12	0,00	0,32	0,25	5,85	1,34	1,25	0,25	0,31	0,03	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,09	0,25	0,00	0,03	0,00	0,05	0,00	0,02	1,41	0,00	0,04	0,50	0,00	1
Ensino	0,08	0,70	1,07	0,35	0,52	0,00	0,38	0,01	0,00	1,22	0,17	0,47	0,62	0,00	2
Administração Pública	1,36	1,09	0,50	1,49	0,67	2,30	0,55	0,11	0,97	1,06	1,02	0,93	0,72	2,04	7
Agricultura	1,89	2,68	0,32	1,39	10,68	1,14	0,44	0,36	0,59	0,18	4,26	0,56	2,29	1,69	8
Clusters por Município	3	5	16	6	2	2	10	1	2	13	6	9	8	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2003

	ARES	CEARA	PARNA	EXTREM	GOIANI	IELMO	MACAIB	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters
Extrativa Mineral	0,00	0,86	0,32	0,00	0,12	0,00	0,51	0,01	0,00	0,04	0,00	0,34	0,00	0,00	0
Prod. Mineral Não Metálico	0,74	1,30	0,88	0,00	4,75	2,06	0,52	0,00	0,00	0,29	1,88	5,13	2,59	0,00	6
Indústria Metalúrgica	0,00	0,12	1,41	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,58	0,73	2,75	0,00	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	1,42	0,56	0,00	0,00	2,85	0,00	0,00	0,39	0,00	2,45	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	0,78	0,00	0,00	0,00	11,85	0,00	0,00	1,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2
Material de Transporte	0,00	0,52	2,03	0,00	0,00	0,00	4,66	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	13,50	0,00	3
Madeira e Mobiliário	0,00	0,09	1,56	0,00	0,00	0,00	1,04	0,00	0,00	0,87	0,00	2,44	3,71	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	0,00	4,94	0,00	0,07	0,00	0,55	0,00	0,00	1,04	0,00	1,39	0,00	0,00	3
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	2,49	14,77	0,00	0,00	0,74	0,00	0,00	1,06	0,00	5,72	0,00	0,00	4
Indústria Química	0,00	0,88	2,27	1,00	0,48	0,00	3,01	0,00	0,00	0,62	0,51	1,29	0,63	0,00	4
Indústria Têxtil	0,00	0,05	2,98	0,00	0,00	0,00	6,37	0,00	0,80	0,88	0,04	7,19	0,78	1,19	4
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	10,10	4,69	1,98	0,02	0,09	0,00	6,07	0,01	0,09	0,34	0,11	1,19	0,70	0,18	5
Serviço Utilidade Pública	0,34	2,44	0,35	2,23	0,10	0,32	2,47	0,20	0,13	1,08	0,39	1,08	0,63	0,53	5
Construção Civil	0,00	0,03	1,86	1,35	0,00	0,00	0,23	0,02	0,00	1,13	0,51	0,14	0,12	0,06	3
Comércio Varejista	0,09	0,80	1,24	0,34	0,51	0,20	0,61	0,01	0,22	1,15	0,49	0,59	0,92	0,36	2
Comércio Atacadista	0,00	2,56	1,97	0,00	0,01	0,61	2,29	0,00	0,00	1,06	0,30	0,63	0,68	0,00	4
Instituição Financeira	0,00	0,84	0,42	0,00	0,53	0,00	0,25	0,00	0,52	1,40	0,00	0,17	0,47	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,00	0,03	0,86	0,65	0,35	0,00	0,27	13,96	3,20	1,12	0,43	0,05	3,59	0,03	4
Transporte e Comunicações	0,07	0,91	2,37	0,14	0,08	0,18	0,11	0,05	0,06	1,38	1,11	0,29	0,34	0,07	3
Aloj Comunic	0,00	0,45	1,46	2,02	0,11	0,00	0,31	0,28	4,65	1,33	1,80	0,35	0,29	0,06	5
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,11	0,25	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,02	1,39	0,03	0,19	0,64	0,00	1
Ensino	0,09	0,69	1,20	0,42	0,49	0,00	0,25	0,02	0,00	1,21	0,15	0,39	0,82	0,20	2
Administração Pública	1,24	1,08	0,44	1,45	0,66	2,11	0,56	0,15	0,93	1,04	1,08	0,88	0,77	2,00	7
Agricultura	2,14	1,82	0,33	1,40	9,91	1,53	0,36	0,43	0,40	0,19	4,56	0,54	2,55	1,32	8
Clusters por Município	3	6	15	7	2	3	9	1	2	15	5	10	5	3	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2002

	ARES	CEARA-I	PARNAI	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIE	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	0,65	0,33	0,00	0,08	0,00	1,10	0,01	0,00	0,02	0,00	0,13	0,00	0,00	1
Prod. Mineral Não Metálico	0,00	0,78	0,63	0,00	2,94	0,00	0,87	0,00	0,00	0,26	2,36	3,80	2,36	0,00	4
Indústria Metalúrgica	0,00	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57	0,00	1,18	0,00	0,00	1
Indústria Mecânica	0,00	0,00	3,93	0,00	0,00	0,00	2,79	0,00	0,00	0,83	0,00	1,72	0,00	0,00	3
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	1,68	0,00	0,00	0,00	41,72	0,00	0,00	0,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2
Material de Transporte	0,00	0,46	2,71	0,00	0,00	0,00	0,46	0,00	0,00	0,43	0,00	0,00	17,60	0,00	2
Madeira e Mobiliário	0,00	0,06	0,98	0,00	0,28	0,00	2,18	0,00	0,00	1,04	0,00	1,72	4,90	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	0,05	4,50	0,00	0,06	0,00	0,65	0,00	0,00	1,18	0,00	0,78	0,00	0,00	2
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	2,56	8,03	0,00	0,00	1,69	0,00	0,00	1,24	0,00	4,33	0,00	0,00	5
Indústria Química	0,00	0,63	1,89	0,60	0,46	0,00	5,95	0,00	0,00	0,73	0,00	1,02	0,35	0,00	3
Indústria Têxtil	0,00	0,30	2,62	0,18	0,00	0,00	1,62	0,00	0,38	1,13	0,57	6,83	0,70	0,98	4
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Alimentos e Bebidas	8,14	6,43	1,74	0,55	0,09	0,00	1,48	0,01	0,36	0,58	0,16	0,77	0,80	0,00	4
Serviço Utilidade Pública	0,39	2,08	0,43	2,10	0,15	0,32	0,05	0,00	0,16	1,30	0,28	0,51	0,64	0,48	3
Construção Civil	0,00	0,02	1,50	1,15	0,03	0,00	1,10	0,01	0,00	1,38	0,61	0,12	0,01	0,10	4
Comércio Varejista	0,09	0,66	1,15	0,25	0,37	0,20	0,91	0,00	0,20	1,32	0,42	0,31	0,82	0,30	2
Comércio Atacadista	0,00	1,39	2,52	0,07	0,01	0,63	0,13	0,00	0,00	1,25	0,41	0,99	0,83	0,00	3
Instituição Financeira	0,00	0,61	0,36	0,15	0,41	0,00	0,34	0,00	0,51	1,59	0,46	0,12	0,48	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,00	0,03	0,56	0,22	0,22	0,00	0,51	12,10	2,46	1,27	0,25	0,04	1,93	0,00	4
Transporte e Comunicações	0,12	0,55	2,05	0,26	0,07	0,25	0,39	0,08	0,04	1,54	0,94	0,20	0,46	0,06	2
Aloj Comunic	0,00	0,35	0,54	1,72	0,16	0,00	0,51	0,19	5,32	1,57	1,42	0,37	0,29	0,06	4
Médicos Odontológicos Vet	0,00	0,02	0,20	0,00	0,01	0,00	0,08	0,00	0,05	1,57	0,00	0,20	0,51	0,00	1
Ensino	0,16	0,53	1,07	0,52	0,34	0,00	0,35	0,00	0,00	1,42	0,15	0,22	0,85	0,25	2
Administração Pública	1,76	1,34	0,57	2,08	0,91	2,95	1,42	0,17	1,07	0,63	1,48	0,86	1,23	2,74	9
Agricultura	1,90	1,17	0,35	0,90	10,04	1,42	0,46	0,07	0,10	0,24	3,75	0,26	2,02	1,08	7
Clusters por Município	3	5	13	5	2	2	10	1	3	15	4	7	6	2	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2001

	ARES	CEARA-I	RN-PAR	EXTREM	GOIANI	IELMO N	MACAIE	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	1,15	1,28	0,44	0,00	0,09	0,00	1,48	0,05	0,00	0,06	0,00	0,21	0,00	0,00	3
Prod. Mineral Não Metálico	0,00	1,12	1,12	0,00	3,42	0,00	1,33	0,00	0,00	0,22	2,60	4,26	2,99	0,00	7
Indústria Metalúrgica	0,00	0,00	1,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	0,00	1,83	0,00	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	3,24	0,00	0,00	0,00	9,41	0,00	0,00	0,45	0,00	0,28	0,00	0,00	2
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,97	0,00	0,00	0,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Material de Transporte	0,00	0,00	6,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Madeira e Mobiliário	0,00	0,21	1,26	0,00	0,29	0,00	2,52	0,00	0,00	0,88	0,00	1,95	4,82	0,00	4
Papel e Gráf	0,00	0,07	4,40	0,00	0,00	0,00	0,81	0,00	0,00	1,06	0,00	0,99	0,00	0,00	2
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	2,21	0,00	0,00	0,00	1,61	0,00	0,00	1,09	1,61	4,57	0,00	0,00	5
Indústria Química	0,00	0,67	1,94	1,40	0,05	0,00	6,01	0,00	0,00	0,65	0,43	0,86	12,91	0,00	4
Indústria Têxtil	0,00	0,52	3,84	0,52	0,00	0,00	1,97	0,00	0,49	0,80	0,81	9,33	1,21	0,00	4
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	13,39	0,90	2,58	1,20	0,00	0,00	2,61	0,00	0,36	0,49	0,20	2,02	0,33	0,00	5
Serviço Utilidade Pública	0,38	3,34	2,32	2,80	0,11	0,37	0,00	0,00	0,09	1,00	0,23	0,56	0,73	1,23	4
Construção Civil	0,09	0,12	1,53	0,59	0,01	0,00	1,62	0,00	0,14	1,24	0,65	0,44	0,06	0,00	3
Comércio Varejista	0,07	0,92	1,15	0,27	0,42	0,21	0,97	0,01	0,28	1,16	0,48	0,33	0,97	0,71	2
Comércio Atacadista	0,04	0,23	2,15	0,15	0,02	0,77	0,13	0,00	0,00	0,98	0,00	0,88	0,96	0,76	1
Instituição Financeira	0,00	0,97	0,49	0,00	0,57	0,00	0,45	0,00	0,71	1,26	0,00	0,13	0,50	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,00	0,05	1,46	0,39	0,25	0,00	0,16	13,77	2,87	1,06	0,61	0,03	2,39	0,00	5
Transporte e Comunicações	0,02	0,72	1,80	0,06	0,05	0,09	0,35	0,01	0,02	1,44	1,03	0,22	0,23	0,15	3
Aloj Comunic	0,00	0,44	0,69	2,06	0,07	0,00	0,44	1,95	5,47	1,34	1,58	0,45	0,34	0,14	5
Médicos Odontológicos Vet	0,33	0,09	0,18	0,00	0,02	0,00	0,07	0,00	0,06	1,35	0,04	0,19	0,67	0,00	1
Ensino	0,18	0,74	0,75	0,88	0,34	0,00	0,45	0,00	0,00	1,28	0,16	0,21	1,01	0,72	2
Administração Pública	1,23	1,14	0,35	1,55	0,64	2,21	1,07	0,13	0,84	1,02	1,12	0,53	0,74	2,09	8
Agricultura	1,75	4,14	0,37	0,58	11,35	1,51	0,48	0,12	0,52	0,19	3,68	0,16	2,46	0,56	6
Clusters por Município	4	5	16	5	2	2	11	2	2	11	6	6	7	2	

Cálculo do índice de Hoover na RMN – 2000

	ARES	CEARA-I	PARNAI	EXTREM	GOIANII	IELMO N	MACAIE	MAXAR	MONTE	NATAL	NISIA FL	SAO GO	SAO JOS	VERA CF	Clusters p
Extrativa Mineral	0,00	1,11	2,72	0,00	0,10	0,00	1,06	0,04	0,00	0,03	0,00	0,26	0,00	0,00	3
Prod. Mineral Não Metálico	0,00	0,91	1,01	0,00	3,93	0,00	0,32	0,00	0,00	0,12	4,50	4,17	4,17	0,00	5
Indústria Metalúrgica	0,00	0,00	1,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	3,02	0,00	0,00	2
Indústria Mecânica	0,00	0,00	5,33	0,00	0,00	0,00	19,42	0,00	0,00	0,45	0,00	0,54	0,00	0,00	2
Elétrico e Comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,13	0,00	0,00	0,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Material de Transporte	0,00	0,00	5,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1
Madeira e Mobiliário	0,00	0,08	1,65	0,00	0,11	0,00	1,84	0,00	0,00	0,93	0,00	0,94	4,81	0,00	3
Papel e Gráf	0,00	0,00	3,89	0,00	0,08	0,00	0,84	0,00	0,00	1,11	0,00	0,93	0,00	0,00	2
Borracha, Fumo, Couros	0,00	0,00	2,03	0,00	0,00	0,00	0,96	0,00	0,00	1,09	1,82	5,84	0,00	0,00	4
Indústria Química	0,00	0,09	1,97	1,70	0,00	0,00	8,65	0,00	0,00	0,66	0,55	1,62	6,41	0,00	5
Indústria Têxtil	0,00	0,76	3,16	0,63	0,00	0,00	2,41	0,00	1,28	0,79	1,53	8,98	2,47	0,00	6
Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alimentos e Bebidas	12,10	11,81	2,17	1,31	0,00	0,00	1,89	0,00	0,41	0,44	0,33	1,62	0,26	0,00	6
Serviço Utilidade Pública	0,40	2,36	0,19	3,19	0,21	0,42	0,00	0,25	0,22	1,08	0,24	0,58	0,84	1,26	4
Construção Civil	0,04	0,27	1,38	0,78	0,08	0,00	1,80	0,00	0,02	1,18	2,21	0,34	0,41	0,66	4
Comércio Varejista	0,07	0,72	1,07	0,23	0,50	0,20	0,86	0,02	0,30	1,13	0,52	0,28	1,28	0,46	3
Comércio Atacadista	0,69	0,12	2,17	0,25	0,04	0,38	0,07	0,00	0,30	0,98	0,00	0,67	1,87	0,58	2
Instituição Financeira	0,00	0,63	0,46	0,00	0,67	0,00	0,38	0,00	0,83	1,22	0,51	0,12	0,79	0,00	1
Adm Técnica Profissional	0,00	0,04	1,28	1,59	1,75	0,00	0,04	14,78	1,57	1,01	0,46	0,04	1,75	0,00	7
Transporte e Comunicações	0,03	0,48	1,44	4,09	0,03	0,11	0,07	0,06	0,03	1,40	1,29	0,25	0,53	0,16	4
Aloj Comunic	0,03	0,22	1,12	3,17	0,12	0,00	0,34	1,82	4,48	1,30	1,87	0,54	0,43	0,17	6
Médicos Odontológicos Vet	0,38	0,13	0,19	0,00	0,03	0,00	0,10	0,00	0,00	1,33	0,00	0,20	0,98	0,00	1
Ensino	0,22	0,56	0,58	0,04	0,43	0,00	0,29	0,00	0,00	1,21	0,10	0,18	1,69	0,00	2
Administração Pública	1,02	0,76	0,41	0,87	0,26	2,17	1,06	0,08	1,09	1,07	0,84	0,55	0,29	2,22	6
Agricultura	2,52	0,64	0,43	0,44	13,29	2,39	0,65	0,11	0,80	0,16	2,96	0,12	3,80	0,35	5
Clusters por Município	3	3	17	6	3	2	9	2	4	12	7	6	9	2	